

Psicanálise&Barroco em revista

Volume 13, Numéro 02: Édition décembre 2015

Sommaire

Editorial

Nilda Sirelli e Denise Maurano

Articles

**SYSTÈME PÉNITENTIAIRE, LA MÉMOIRE ET ELATIONS
DES POUVOIR**.....14

Vivian Freitas De Mello e Lobélia da Silva Faceira

**ESTRANGEMENT DAS LE SYSTÈME PÈNITENTIAIRE DE
LA COLONIE PÈNITENTIAIRE DE PORTO DAS
PALMAS**.....28

Ana Luiza Castro do Amaral e Lobélia da Silva Faceira

**TRANSSEXUALITÉ, PRISON ET DROITS: LIDENTITÉ
DE GENRE EN QUESTION**.....40

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

**FEMME, TRAFIC DE DROGUE ET MÉMOIRE: ENTREZ
DANS LA SOUMISSION ET LA RÉSISTANCE**.....55

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

FEMMES IGUAÇUANAS: ENTRE LE JURIDIQUES ET SOCIALES.....71

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

SONS ET AFFECTIF: PARCOURS POUR LA CONCEPTION DE NOUVELLES MÉMOIRES DANS L'APPROCHE CLINIQUE DE LA MUSICOTHÉRAPIE.....85

Adhara Pedrosa e Jô Gondar

COMMENT ÉCOUTER STRATÉGIE POLITIQUE RÉSISTANCE.....102

Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano

LA MÉDICALISATION DE LA SANTÉ ILL: ÉCOUTE PSYCHANALYTIQUE COMME UN MODE DE ENDURANCE.....117

Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli

LA BELLE DÉSIER DE LA PSYCHANALYSE.....137

Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano

PETITS SOUVENIRS ET LE TRAVAIL DU TRAUMATISME.....165

Sônia Maria e Jô Gondar

HOLLYWOOD ET MÉTAMÉMOIRE VOTRE FILM.....181

Isabela Gonçalves Farias e Lobélia da Silva Faceira

FILM REMAKES: LA VIOLENCE ESTHÉQUE UNE CULTURE DE LA COPIE DANS LE XXIE SIÈCLE.....194

Johanna Gondar Hildenbrand e Francisco Ramos Farias

**SOUVENIRS PRODUCTIVES OU INVENTIVES?:
RÉFLEXIONS SUR L'INTERFACE ENTRE MÉMOIRE,
CRÉATION ET ACCÉLÉRATION DU TEMPS.....208**

Renée Louise Gisele da Silva Maia

**LE DÉSACCORD ENTRE L'INTUITION ET
L'INTELLIGENCE: UNE BRÈVE CAPTURE DE CE QUI
EST POLITIQUE A LA PENSÉE DE BERGSON.....222**

Pedro Augusto Boal Costa Gomes e Jô Gondar

Psicanálise&Barroco em revista

Volume 13, Issue 02: december, 2015

Table of Content

Editorial

Nilda Sirelli e Denise Maurano

Articles

SYSTEM, MEMORY AD POWER RELATIONS.....14

Vivian Freitas De Mello e Lobélia da Silva Faceira

ESTRANGEMENT IN THE PRISON SYSTEM OF CORRECTIONAL PORTO DAS PALMAS.....28

Ana Luiza Castro do Amaral e Lobélia da Silva Faceira

TRANSSEXUALITY, JAIL AND RIGHTS: GENDER IDENTITY IN QUESTION.....40

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

WOMEN, DRUG TRAFFICKING AND MEMORY: BETWEEN THE SUBMISSION AND RESISTANCE.....55

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

IGUAÇUANAS WOMEN: BETWEEN THE LEGAL AND SOCIAL.....71

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

SOUNDS AND AFFECTION: TRAILS FOR THE PRODUCTION OF NEW MEMORIES IN MUSIC THERAPY CLINIC.....85

Adhara Pedrosa e Jô Gondar

HOW TO LISTEN RESISTANCE POLICY STRATEGY.....102

Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano

THE MEDICALIZATION OF DISCONTENT: PSYCHOANALYTIC LISTENING AS A FORM OF RESISTANCE.....117

Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli

THE BEAUTIFUL DESIRE OF THE PSYCHOANALYSIS.....137

Denise Maurano Mello e Luis Vinicius do Nascimento

SMALL MEMORIES AND THE WORK OF TRAUMA.....165

Sônia Maria e Jô Gondar

HOLYWOOD AND METAMEMORY YOUR FILM.....181

Isabela Gonçalves Farias e Lobélia da Silva Faceira

MOVIE REMAKES: AESTHETIC VIOLENCE IN A CULTURE OF COPY IN THE TWENTY-FIRST CENTURY.....194

Johanna Gondar Hildenbrand e Francisco Ramos Farias

**PRODUTIVE OU CREATIVE MEMORY: REFLECTIONS
ON THE INTERFACE BETWEEN MEMORY, CREATION
AND ACCELERATION.....208**

Renée Louise Gisele da Silva Maia

**THE DISAGREEMENT BETWEEN INTUITION AND
INTELLIGENCE: A BRIEF CAPTURE OF POLITICAL
POSSIBILITIES IN BERGSON'S THOUGHT.....222**

Pedro Augusto Boal Costa Gomes e Josaida de Oliveira
Gondar

O DESENVOLVIMENTO ENTRE A INTUIÇÃO E A INTELIGÊNCIA: UMA BREVE CAPTURA DO QUE HÁ DE POLÍTICO NO PENSAMENTO DE BERGSON

*Pedro Augusto Boal Costa Gomes**

*Jô Gondar***

RESUMO

Este artigo visa elaborar uma perspectiva política para o pensamento de Henri Bergson partindo do trabalho de Jacques Rancière, utilizado como intercessor teórico. Embora o pensamento de Bergson seja estranho à teoria política, nota-se uma possível apropriação política de sua obra através do desacordo entre as duas faculdades humanas enunciadas por Bergson; a intuição e a inteligência. A teoria de Rancière acerca da “partilha do sensível” pode fornecer conceitos chaves para entender o que há de político na obra de Bergson.

PALAVRAS-CHAVE: Bergson. Rancière. Benjamin. Política.

*Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRJ, mestrado em Memória Social pelo Programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e atualmente cursa o doutorado em Memória Social pela mesma instituição.

Rua Andrade Neves, 255, AP 303, Tijuca, Rio de Janeiro. RJ. Tel: (21)25708388 – (21)999499941 – E-mail: pedroaugustoboal@gmail.com

**Mestre e doutora em Psicologia Clínica (PUC-RIO), com pós-doutorado em Psicologia pela Universidad de Deusto, Espanha. É professora titular da UNIRIO, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. jogondar@uol.com.br

Não é comum, senão por oposição, compararmos filósofos de linhagens e pensamentos muito diferentes entre si. No entanto, em alguns momentos, devemos perceber que há uma confluência na argumentação destes pensamentos díspares e contribuímos para tornar estas mesmas confluências mais evidentes para outros olhos. É sobre uma destas confluências de que este trabalho tratará e uma destas visibilidades que pretende produzir.

Abordaremos aqui a possibilidade de entendermos o que Bergson chamou de intuição e inteligência como portadores do que Rancière denomina por desentendimento. Fazer com que Rancière possa agir no sentido de extrair do pensamento de Bergson o que nele há de político, aspecto não muito explícito na obra do próprio Bergson. Ao final, será possível um breve esforço conclusivo com o intuito de estabelecer um diálogo entre estes autores, assumindo as evidentes limitações que se apresentaram no caminho deste pensamento.

O segundo capítulo de *A Evolução Criadora*, de Henri Bergson, é inteiramente dedicado a trabalhar as divergências da evolução vida e, conseqüentemente, também da evolução da subjetividade humana. Já havendo exaurido a questão da evolução da vida quando tomada em uma perspectiva organicamente articulada com a própria evolução do universo, Bergson tenta formular filosoficamente as maneiras como as divergências deste mesmo universo operam especificamente quando da constituição do sujeito humano. Longe de um humanismo, ou seja, longe de admitir uma linha de corte entre a experiência humana e outras experiências da realidade, Bergson compara as faculdades do indivíduo aos desdobramentos operados pela própria criação e recriação que o movimento do universo produz. Deste modo, Bergson compreende o universo mesmo como uma estrutura estendida de subjetividade, somos sujeitos produtores de subjetividades da mesma maneira que o próprio universo se encarrega de se produzir subjetivamente: (...) e seria tão absurdo recusar a consciência a um animal, pelo fato de não ter cérebro, quanto declará-lo incapaz de se alimentar pelo fato de não ter estômago. (BERGSON, 2005, p.120).

Assim, poderíamos retroativamente adjetivar com faculdades humanas seres diferentes de nós, muitas vezes inanimados, mas que ao existirem também são afetados pela ambivalência entre forma e duração, entre inteligência e intuição.

A partir desta percepção Bergson diferencia dois elementos principais que orientam a ação humana, a inteligência e a intuição. É sempre importante que nos lembremos do não corte mencionado acima, ou seja, que na obra de Bergson não há uma ruptura entre a experiência subjetiva da humanidade e outras formas de produção da realidade. Cabe citar aqui o primeiro parágrafo do segundo capítulo, que ainda não aborda especificamente a inteligência e a intuição, mas que será de importância decisiva para compreendermos melhor a intenção demonstrativa deste autor.

O movimento evolutivo seria coisa simples, seria coisa rápida determinar sua direção, se a vida descrevesse uma trajetória única, comparável à de uma bala maciça lançada por um canhão. Mas lidamos aqui com um obus que imediatamente explodiu em fragmentos, os quais, sendo eles próprios espécies de obuses, explodiram por sua vez em fragmentos destinados a novamente explodirem e assim por diante, durante muito tempo. Só percebemos aquilo que está mais perto de nós, os movimentos espalhados dos fragmentos pulverizados. É partindo deles que precisamos subir de volta, degrau por degrau, até o movimento original (BERGSON, 2005, p.107).

Assim podemos perceber a importância declarada das faculdades humanas, capturar das experiências vividas alguma centelha da pulsão original que pôde colocar em movimento aquilo que engendrou toda a realidade como ela é. Múltipla e constantemente atualizada de possibilidades. Tal qual o contínuo movimento do universo não há nada que possa ser considerado suficientemente estático que não seja constantemente atravessado pelo elemento transformador capaz de fazer surgir novas formas na matéria, mas também capaz de fazer perecer formas desatualizadas, antigas e caducas.

Esse movimento de captura produzido pelas faculdades subjetivas humanas é também um movimento de memória. É a partir dele que poderíamos também entender a importância da memória para Bergson, transversal a toda ação humana e capaz de articular a possibilidade de que se vislumbre, às vezes muito rapidamente, a essência mesma daquilo que movimenta a realidade. Acontece que Bergson a partir desta observação produz uma peculiar crítica social, somos mais orientados para um determinado tipo de faculdade que para outro. Somos assim dependentes da inteligência, censurando a intuição. Para seguirmos, entendamos, portanto, essa especificidade da memória para Bergson. Claramente entendida como algo mais amplo que as lembranças, a memória figura como o que nos particulariza como humanos.

Somos seres capazes de arbitrariamente buscar informações em regiões temporais passadas, reatualizar experiências, reavivar aquilo que quisermos. O homem, pelo contrário, é capaz de evocar a lembrança a seu bel-prazer, em qualquer momento, independentemente da percepção atual. Ele não se limita a atuar na sua vida passada, ele se a representa e ele a sonha (BERGSON, 2005, p.195).

Ou seja, partiremos, com Bergson, do pressuposto de que a inteligência e a intuição são duas formas de percepção memorial. São duas formas de acessar espectros diferenciados de atuação da realidade sobre nós, a primeira capaz de apreender as formas e as relações e a segunda capaz de apreender aquilo que pode constantemente fazer com que estas formas mesmas estejam em constante mutação.

Adentremos mais profundamente no que especificamente significam a inteligência e a intuição. Importante começarmos pela inteligência pela perspectiva histórica, uma das poucas, que Bergson produz ao avaliar estes dois tipos de acesso à realidade, “dois métodos diferentes de ação sobre a matéria inerte” (Bergson, 2005, p.148). Duas saídas “elegantes” também segundo o autor. A importância do aspecto histórico, embora negligenciada pela filosofia de Bergson, ganha relevo nesta parte da compreensão de seu trabalho. A inteligência teria, para o autor, ganho a batalha entre as faculdades humanas tornando-se preponderante como mecanismo de atividade para a sociedade, como método empregado para acessar a realidade, para capturar a matéria e produzir instrumentos e tecnologias.

Então, nos questionamos sobre o que afinal a inteligência está habilitada a compreender. Sobre que expressão da realidade ela atua e que dado do real nela influi. Podemos começar pela relação entre as coisas, como o espaço, e as formas, como delineamentos. Ou seja, a inteligência percebe aquilo que baliza a realidade, aquilo que segrega uns e outros e o que os identifica como formas. Assim, a inteligência está mais voltada para a matemática, para os cálculos, para as distâncias, tudo aquilo que como conhecimento pode, de algum modo, ser mensurado. No entanto é notório que a inteligência até pode criar, mas de maneira que simplesmente articula o que já está organicamente fornecido pela realidade que ela observa. Ela não é capaz de ferir de algum modo a realidade destas formas engendrando algo substancialmente novo, sendo fato de que para tanto necessitaria de uma dose de intuição.

Bergson, de certo modo contra a inteligência e de outro de forma complementar, quer fazer emergir a intuição, o instinto, como também promotor de

conhecimento, também como algo que possibilite a ação sobre a matéria inerte. Propõe uma ruptura com um determinado legado Aristotélico.

O erro capital, aquele que, transmitindo-se desde Aristóteles, viciou a maior parte das filosofias da natureza, é o de ver na vida vegetativa, na vida instintiva e na vida racional três graus sucessivos de uma mesma tendência que se desenvolve, ao passo que são três direções divergentes de uma atividade que cindiu ao crescer. (Bergson, 2005, p.146)

Quer, portanto, que o instinto e a intuição sejam encarados no mesmo patamar que a inteligência, conseqüentemente podendo vigorar como elementos exercitáveis socialmente. A partir do momento no qual o instinto passa a ser devidamente valorizado, não deveríamos também transformá-lo em uma dimensão socialmente edificante? Que possibilitaria reestruturar os modos de viver em sociedade? A “vida vegetativa” não é mais particular aos humanos, mas como humanos podemos exercitar o que pela existência nos foi conferido.

Porém, Bergson propõe uma análise mais profunda que o mero diagnóstico acerca da preponderância da inteligência sobre a intuição nas sociedades modernas. Não somente a inteligência figura como elemento dominante, colocando a intuição em posição subalterna, como existiria uma plena divergência de interesses entre as duas faculdades; vejamos: “Há coisas que apenas a inteligência é capaz de procurar, mas que, por si mesma, não encontrará nunca. Essas coisas, apenas o instinto as encontraria; mas não as procurará nunca” (BERGSON, 2005, p.164).

A inteligência é capaz de formular problemas, entender a limitação das formas, saber que a matemática jamais alcançará o elemento mais fundamental que propicia as transformações da realidade e sendo, entretanto, incapaz de alcançar a resposta adequada para suas questões. O instinto, fator involuntário de nossa ação no mundo, poderia encontrar estas respostas facilmente caso as procurasse. No entanto, não as procura. Bergson é bastante fatalista quanto esta divergência, inseria no binômio sempre/nunca. Seria difícil, portanto, dizer se existe uma crença por parte do autor de que, de algum modo e mesmo que involuntariamente, a intuição eventualmente fornece o caminho para que a criação não se limite ao exercício da articulação entre formas, corpos e técnicas, mas possibilite a abertura de campos novos, onde outras formas, corpos e técnicas poderão ser desenvolvidos pela inteligência.

Embora aparentemente involuntária, a intuição poderia definitivamente muito mais quando tratada de maneira séria. E aí reside uma pequena ambivalência do pensamento de Bergson, se podemos exercitar a intuição tornando-a mais consciente de si, qual seria o motivo pelo qual ela jamais procuraria o que tanto interessa a inteligência? E, se somos um misto de inteligência e intuição, portadores de interesses divergentes, qual elemento mental capaz de fazer com que a intuição emergja de sua subalternidade? A crença de Bergson na intuição é, afinal, fortíssima: “Mas é para o interior mesmo da vida que nos conduziria a intuição, isto é, o instinto tornado desinteressado, consciente de si mesmo, capaz de refletir sobre seu objeto e ampliá-lo indefinidamente” (BERGSON, 2005, p.195).

Não existe, obviamente, uma resposta para estas questões no próprio pensamento de Bergson. Elas somente revelam a necessidade de um aprofundamento no que há de político na vida mental e que não é enunciado por Bergson em nenhum momento de sua obra principal e mais extensa.

Em princípio poderíamos dizer que não há qualquer semelhança entre a filosofia desenvolvida por Jacques Rancière a respeito da política e a filosofia de Bergson, que sequer adentra nesta questão particular. No entanto, parece-nos evidente quando produzimos uma análise mais minuciosa do pensamento de Bergson que existem cruzamentos mais que possíveis entre estes autores, mesmo que improváveis. A relação entre a inteligência e a intuição formuladas por Bergson revelam muito claramente um arranjo político intrasubjetivo que em muito se assemelha ao que Rancière designa por “desentendimento” e conferem uma possibilidade positiva de um debate mais aprofundado capaz de extrair do pensamento de Bergson uma dimensão política e, de certo modo, dar ares psicanalíticos à proposta de Rancière acerca da produção do sujeito socialmente determinado.

Inicialmente, existe uma preocupação de Rancière com o estado de apatia da Filosofia Política, e da questão sempre presente sobre se esta de fato existiria como domínio do conhecimento. Se existe, deveríamos buscar seu sentido mais específico, seu escopo particular de análise ainda não formulado pela filosofia contemporânea senão para resgatar as idéias dos pensadores liberais de séculos passados ou para rebaixar a política como máscara, como no caso do marxismo. Não obstante, a filosofia política serviria hoje para que, de forma desencantada, se termine por concordar em legitimar uma racionalidade do lucro em prol da sustentação dos mercados na economia

liberal, ou seja, minimizando as perdas sociais, mas sustentando e legitimando uma forma de poder:

A desgraça é que, nesses próprios lugares, se propaga a opinião desencantada de que há pouco a deliberar e que as decisões se impõem por si mesmas, sendo o trabalho próprio da política apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação. A restauração da filosofia política manifesta-se, assim, ao mesmo tempo que o ausentar-se da política por parte de seus representantes autorizados (RANCIÈRE, 1996, p.10).

A política pareceria, portanto, não chamar suficiente atenção para si para que fosse devidamente considerada como objeto de estudo, legando a outras esferas do pensamento maior legitimidade e rebaixando a política ao patamar do administrável. Rancière compreende este rebaixamento da política, inclusive, como parte daquilo que sustenta o sistema vigente, ou seja, ela não está oculta, mas não estamos sabendo exatamente onde procura-la. Torna-se importante, deste modo, recapitular a pergunta ainda fundamental para a filosofia: “O que há de específico para ser pensado sob o nome de política? Pensar essa especificidade implicará separa-la daquilo que comumente se coloca sob este nome e para o qual proponho reservar o nome de “polícia” (RANCIÈRE, 1996, p.14).

Assim, o que tradicionalmente consideramos por política encontra-se partido. Para buscar a especificidade e a pertinência da política como objeto passível da dar à filosofia seu complemento lexical, precisamos reduzi-la ao que de fato é, deste modo, sem estendê-la para situações desnecessárias. Seria possível, despojando de toda “política” o que é “polícia”, estabelecer um retorno positivamente orientado acerca do que poderia se constituir como campo da filosofia política.

Rancière, portanto, concebe a política como algo voltado para o dissenso e não para o consenso. A política não é a mentira que nos contam sobre como podemos conjuntamente organizar estruturas passíveis de ordenar satisfatoriamente regimes de sensibilidade muitas vezes mutuamente excludentes, principalmente quando entendemos que partem de um valor de dominação. E o entendimento acerca do que pode significar uma palavra, um discurso, importa quando consideramos a possibilidade de consenso: “Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (RANCIÈRE, 1996, p.11).

Rancière estaria a dizer, deste modo, que a palavra é um lugar de disputa, no qual grupos diferentes tentam legitimar um significado por pertencerem a estratos distintos da partilha comum da sensibilidade. A palavra não é neutra na medida em que é apropriada por determinado grupo e a ela é conferido um papel específico, podendo atender demandas distintas em diferentes ocasiões. A utilização da palavra, portanto, envolve simultaneamente a compreensão e a não compreensão do enunciado, envolve assimilá-lo conforme seu entendimento particular, mas não assimilá-lo no entendimento do outro e nem no potencial de manutenção da ordem que ele produz: “Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação da palavra” (RANCIÈRE, 1996, p.12).

Assim, deveríamos pensar que a palavra como algo em trânsito de entendimento possui uma inteligibilidade própria como espaço de disputa. Deveríamos entender a palavra não em seu valor absoluto, mas no efeito que ela produz em se tratando de uma partilha específica do comum.

A filosofia, no entender de Rancière, “torna-se política quando acolhe a aporia ou o embaraço próprio da política” (Rancière, 1996, p11). Rancière responde assim sua pergunta inicial, se existiria ou não uma “filosofia política”. A resposta é positiva na medida em que a filosofia conceba a política como algo capaz de gerar um embaraço próprio, ou seja, chocar modos de entendimento de palavras e não somente buscar uma racionalidade possível intrínseca a elas. O desentendimento, quando abordado nesta obra principal de Rancière, aparece como uma versão estendida e sofisticada de idéias presentes em outras regiões de sua obra. Sobretudo no debate acerca da “partilha do sensível”, que vem a ser o motivo principal das teorizações de Rancière sobre a constituição do sujeito socialmente construído.

Logo no início do livro *A Partilha do Sensível*, de Rancière, o tradutor faz questão de lembrar-nos da dupla situação da palavra “partilha”. Ela pode ser aquilo que nos une, ou seja, aquilo que compartilhamos uns com os outros, ou poderia ser aquilo que nos separa, demarcando as fronteiras entre diferentes modos de percepção em uma mesma sociedade. Em cada sociedade há uma partilha, num sentido amplo, um modo de distribuição das atividades sensíveis. Dentro desta mesma sociedade existem partilhas distintas, ou melhor, formas diferentes de nos apropriarmos de nossos papéis em sociedade, mas que compõem esta totalidade maior.

Esta partilha não trata somente do que é político, no caso, assumindo por político o que compreende o sentido mais clássico do termo, ou, se for preferível, o senso comum. A partilha trata do que a “polícia” e não o político somente interfere no regime estético da distribuição do sensível. A “partilha do sensível” reclama seu lugar na configuração daquilo que se pode ver, ouvir e sentir. Atribuições antes alocadas na esfera estética da atividade humana, mas entendidas de uma forma menos tradicional por Rancière que, no esteio do pensamento de muitos outros autores, jamais segregaria a atividade estética de um conjunto social de uma dimensão que envolve seus conceitos de “política” e “polícia”. Assim, esta mescla dos conceitos tradicionais de estética e política servem para determinar quem em uma dada sociedade pode tomar parte do que é definido como comum, como aceitável, definindo assim os papéis de poder e segregação: “É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2009, p.16).

Deste modo, responderíamos a partir da perspectiva daqueles que possuem o papel em uma determinada sociedade de dizer o que cabe a cada um de nós, o que está em jogo? “A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2009, p.16).

A partilha determina a que imagem e semelhança o que é definido como comum na comunidade irá se espelhar. Ao mesmo tempo em que faculta a determinadas pessoas, as mesmas que podem pautar esteticamente o visível e o invisível, o poder de acessar os mecanismos de decisão, julgamento e outros.

Rancière, contudo, não está somente atento ao diagnóstico possível das estruturas do edifício social, mas compreende também que estas estruturas são mutáveis com o tempo e que existem forças capazes de operar uma “re-partilha do sensível”. Uma alteração na distribuição das atividades comuns, dos papéis a serem representados, das atividades produtivas a serem exercidas. Existiria algo mais, para este autor, que a mera conformidade a uma estrutura previamente determinada. Embora valorize uma definição mais precisa dos mecanismos capazes de imobilizar uma partilha, um regime, Rancière compreende que a estrutura se mantém na medida em que se reestrutura como distribuição das atividades. É precisamente quem pode tomar parte na constante reestruturação das partilhas, ou seja, quem determina constantemente o que

pode ser dito ou visto, que preserva os mesmos mecanismos de segregação e que torna quase perenes determinadas ficções estruturantes do corpo social.

Podemos começar salientando os poucos aspectos comuns da teoria destes dois autores. Há dois que, certamente, se fazem mais visíveis e importantes. Traçam a totalidade das intenções da totalidade das obras aqui mencionadas, sendo necessário aponta-los o mais rapidamente possível. Depois será certamente mais fácil encontrar as divergências, tendo em vista de que falam de situações, lugares e contextos absolutamente distintos.

O primeiro destes aspectos, talvez não tão evidente no decorrer deste trabalho, é o de que os dois autores estão preocupados com a possibilidade de que a sociedade caminhe em algum sentido que, em seu modo de ver as coisas, seria mais interessante para a humanidade. Rancière pensa em uma “re-partilha do sensível” como uma maneira de tornar a sociedade em um ambiente de vozes plurais, vozes que tornem presentes na produção do comum as partes e partilhas menos favorecidas no contexto da distribuição das atribuições dentro de um regime sensível. Bergson postula que seria amplamente desejável que o gênero humano exercitasse não somente a sua inteligência, ou seja, sua percepção das relações e das formas, mas também sua intuição, sua capacidade de produzir mudanças de natureza no que é organizado por nosso pensamento. Seria possível, em se tratando de assumir como factível nossa análise, falar que a duração, o “elã vital” de Bergson, assemelha-se muito com a possibilidade de uma “re-partilha do sensível”.

Há o segundo aspecto, mais relevante para o que este trabalho se propôs a salientar, que reside no fato de que Bergson admite um conflito entre faculdades sensíveis humanas. Somos não somente individualmente constituídos por intuição e inteligência, mas também moldamos a sociedade em que vivemos sobre as bases da inteligência e não da intuição. Somos capazes não somente de portar duas distintas capacidades, mas também de entre elas a uma privilegiar. Da mesma maneira que um segmento da sociedade que detém determinado poder sobre outro segmento exporta a sua forma de pensar o mundo, dita o que pode ser visto, dito, ouvido e a forma pela qual as coisas podem e devem ser compreendidas, o fazem boicotando outras possibilidades que nos são intrínsecas. Privilegiar a intuição seria, naturalmente, produzir uma “re-partilha do sensível”.

Verdade que poderíamos, na contracorrente da intenção deste trabalho, mostrarmos as inúmeras distâncias entre estes autores. Esta seria fatalmente uma tarefa bastante fácil. Rancière e seu legado marxista, que privilegia estruturas e arranjos em detrimento de conteúdos, poderia ser acusado tranquilamente de reproduzir no pensamento social o que Bergson entende por inteligência, considerando aí todos os aspectos estanques desta faculdade. Bergson, por seu lado, poderia ser acusado de ignorar completamente os aspectos privilegiados por Rancière, produzindo uma filosofia de pouco contato com qualquer realidade observável, objetável por seu hermetismo. Optamos seguir pelo caminho mais difícil e produzir uma pequena observação sobre o que a obra de Rancière pode ter a ver com este fragmento da obra de Bergson. Esperamos também ter levantado questões relevantes para o pensamento sobre a realidade social hoje, sabendo que qualquer breve comentário sobre estes dois autores estaria longe de poder responder com merecido cuidado as relações aqui propostas.

Referências:

BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

_____. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

THE DISAGREEMENT BETWEEN INTUITION AND INTELLIGENCE: A BRIEF CAPTURE OF POLITICAL POSSIBILITIES IN BERGSON'S THOUGHT

ABSTRACT:

This article aims to elaborate a political perspective for Henri Bergson's thought, utilizing, in order to achieve this goal, the work of Jacques Rancière as a theoretical intercessor. Although Bergson's way of thinking isn't familiarized with political theory, we are able to realize that there is a possibility to interpret his work in a political sense through the disagreement among the two human faculties announced by Bergson: intelligence and intuition. Rancière's theory about the apportionment of the sensible can be able to bring key concepts to understand what there is of political in Bergson's works.

KEYWORDS: Bergson. Rancière. Benjamin. Politics.

LE DÉSACCORD ENTRE L'INTUITION ET L'INTELLIGENCE: UNE BRÈVE CAPTURE DE CE QUI EST POLITIQUE A LA PENSÉE DE BERGSON

RÉSUMÉ:

Cet article vise à développer une perspective politique à la pensée d'Henri Bergson à partir de l'œuvre de Jacques Rancière, utilisé comme un intercesseur théorique. Bien que la pensée de Bergson est étranger à la théorie politique, il ya une politique d'affectation possible de son travail à travers le désaccord entre les deux facultés humaines établies par Bergson; l'intuition et l'intelligence. La théorie de l' Rancière sur le " partage du sensible " peut fournir des concepts clés pour comprendre ce qui est politique dans le travail de Bergson.

MOTS-CLÉS: Bergson; Rancière; Benjamin; Politique

Recebido em: 02-09-2015

Aprovado em: 05-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

REMAKES CINEMATOGRAFICOS: A VIOLÊNCIA EM UMA CULTURA DA CÓPIA NO SÉCULO XXI

*Johanna Gondar Hildenbrand**

*Francisco Ramos Farias***

RESUMO

O artigo tem como objetivo entender o porquê do aumento na produção de remakes, para depois estabelecer um contraste entre os remakes norte-americanos e seus filmes de origem a partir da forma estética pela qual as imagens são impostas ao espectador. Esse contraste será analisado através da comparação entre remakes norte-americanos, produzidos a partir do século XXI, e seus filmes originais produzidos na Europa. São eles: *Vanilla Sky* (2001) e *Preso na escuridão* (1997), *Entre irmãos* (2009) e *Brothers* (2004) e *Deixe-me entrar* (2010) e *Deixe ela entrar* (2008). Iremos analisar a exacerbação de uma violência estética na prática desses remakes e discutir o consumo de imagens violentamente impostas no que Andreas Huyssen chamou de “cultura da cópia”, investigando as consequências que sua imposição, através da imagem, traz para a construção de nossa memória.

PALAVRAS-CHAVE: Remake. Cinema. Estética. Violência. Memória.

*Bacharel em Cinema pela PUC-RJ (2011), Mestre em Memória Social pela Universidade Federal Do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO (2015), e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social pela UNIRIO. Endereço para correspondência: Rua Sebastião de Lacerda 56/204. Laranjeiras – RJ. Cep: 22240-110. E-mail: Johanna_gondar@hotmail.com

**Bacharel e Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), Mestre e Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas. Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. frfarias@uol.com.br

APRESENTAÇÃO

Andreas Huyssen tem procurado, em alguns de seus trabalhos (2000, 2014), denunciar a obsessão pela memória que caracteriza as sociedades contemporâneas. Ele chama a atenção para a comercialização de “memórias”, sendo elas verdadeiras ou não, e afirma que o passado está vendendo mais do que o futuro. O autor usa como exemplo um falso anúncio, vinculado à internet, que diz: “O Departamento de Retrô dos Estados Unidos Alerta: Poderá Haver uma Escassez de Passado. (...) Mas não se preocupem. Nós já estamos comercializando passados que nunca existiram” (HUYSSSEN, 2000, p.24). É como se o passado invadissem o presente sob as formas mais variadas – lembranças, imagens, simulacros e índices. A prática de remakes se enquadra, entre outras, nesta obsessão, tornando-se atualmente um fenômeno cultural: “Os remakes originais estão na moda e, assim como os teóricos culturais e os críticos, nós estamos obcecados com a re-representação, repetição, replicação e com a cultura da cópia, com ou sem o original” (HUYSSSEN, 2000, p.24).

A cultura da cópia, segundo Huyssen, pode ser vista nas mais variadas vertentes artísticas e formatos midiáticos. Como por exemplo, a moda retrô e os utensílios reprô, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva autorreprodução através das máquinas fotográficas e de vídeo, os mesmos formatos dos programas jornalísticos e de entretenimento em diversos países, etc.

Esses remakes também estão presentes na esfera do cinema. Nas últimas décadas acompanhamos um crescimento progressivo na produção de refilmagens cinematográficas, ou melhor, na produção de remakes hollywoodianos de filmes de sucesso no passado, ou produções recentes, originados em todas as partes do mundo. Podemos observar um resgate de histórias de filmes que já foram produzidos a fim de serem regravados pelos padrões estéticos hollywoodianos, padrões estes que serão estabelecidos no decorrer do presente trabalho.

Nosso objetivo aqui é, em um primeiro momento, entender o porquê do aumento na produção de remakes, para depois estabelecer um contraste entre os remakes norte-americanos e seus filmes de origem a partir da forma estética pela qual as imagens são impostas ao espectador.

Iremos analisar a exacerbação de uma violência estética na prática desses remakes e discutir o consumo de imagens violentamente impostas no que Andreas Huyssen chamou de “cultura da cópia”, investigando as consequências que sua imposição, através da imagem, traz para a construção de nossa memória.

Os remakes

O surgimento dos remakes pode ser datado quase que com o surgimento do próprio cinema, visto que as primeiras narrativas cinematográficas, em sua maioria, eram baseadas em obras literárias, as chamadas adaptações, e, as refilmagens também podem ser “adaptações” -- ou releituras -- de outros filmes previamente produzidos. Mas é a partir da década de 70 que podemos tratar o remake como um fenômeno cultural, e apenas no final da década de 90 que esse fenômeno se consolida devido ao grande aumento nas produções do gênero, ganhando a força que percebemos nos dias de hoje.

Uma forma interessante de explicar o aumento progressivo desse fenômeno cultural poderia ser o incessante avanço tecnológico que estamos presenciando, pois possibilitaria efeitos especiais que talvez não fossem possíveis na época de produção de filmes mais antigos. Principalmente nos gêneros cinematográficos de horror e ficção-científica, como, por exemplo, os remakes dos cultuados *O Dia em que a Terra Parou* do diretor Robert Wise (*The Day the Earth Stood Still*, 1951) e *The Evil Dead: A Morte do Demônio* do diretor Sam Raimi (*The Evil Dead*, 1981). As novas produções desses filmes -- lançados no Brasil em 2007 e 2013, respectivamente -- tiveram uma realidade visual muito maior do que seus originais devido a novas tecnologias de efeitos especiais a que antes não se tinha acesso.

Mas, se os avanços tecnológicos fossem realmente o único motivo dessa “enxurrada” de remakes, própria da contemporaneidade, como explicar a refilmagem de filmes que não fazem uso de nenhum novo aparato tecnológico? Dois exemplos: os remakes dos filmes *Violência Gratuita*, do diretor Michael Haneke (*Funny Games*, 1997); e *Psicose*, do diretor Alfred Hitchcock (*Psycho*, 1960) - lançados no Brasil em 2007 e 1998, respectivamente -- foram filmados de forma idêntica aos originais, quadro por quadro, ou seja, nenhuma nova tecnologia foi utilizada² (com exceção da câmera utilizada). Seria então uma falta de criatividade própria de nosso tempo? Ou seria mais plausível que estivéssemos diante de um fenômeno cultural e político que pode ser explicado?

A fim de responder a essas perguntas podemos retomar as ideias de Huyssen. Em seu livro *Culturas do passado-presente* (2014), o autor procura identificar a causa de fenômenos associados às atuais práticas de memória, como a musealização, a volta do

retrô, a nostalgia das ruínas – e, podemos acrescentar aqui, também a produção de remakes – que têm início no final do século XX e ainda sem previsão de término:

No decorrer das últimas duas décadas, a cultura da memória e a política da memória tornaram-se verdadeiramente transnacionais, se não globais (...) Para alguns, essa obsessão recente com a memória marca uma necessidade crescente de historicidade num mundo de obsolescência planejada, bem como no presente em eterna expansão da cultura de consumo (...) Na verdade, a própria memória pode tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreios (HUYSSSEN, 2014, p. 139).

Huyssen já havia tentando entender esse fenômeno desde sua obra anterior, *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (2000), onde situou a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. De acordo com o autor, a partir da década de 80 a volta ao passado estaria substituindo o privilégio dado ao futuro, que fora tão importante nas primeiras décadas da modernidade do século XX. Para ele, o foco dos “futuros presentes” se desloca para os “passados presentes” ou, como ele esclarece em seu novo livro, “o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar. A nostalgia pode ser uma utopia às avessas” (HUYSSSEN, 2014, p. 91). Trata-se, contudo, de uma utopia já apropriada pela indústria cultural. Huyssen diz que a própria memória pode se tornar uma mercadoria posta em circulação por uma indústria devoradora da cultura, sempre em busca de novas formas de consumo.

É, talvez, a partir desse processo de industrialização da memória que se observa o aumento da produção de remakes, promovida principalmente pela indústria cinematográfica norte americana. Aí nos chama atenção a grande quantidade de refilmagens de filmes estrangeiros, principalmente filmes cultuados originalmente produzidos no continente europeu, como *Cidade dos anjos* de Brad Silberling (*City of Angels*, 1998, EUA) e seu original *Asas do Desejo* de Wim Wenders (*Der Himmel über Berlin*, 1987, Alemanha); *Solaris* de Steven Soderbergh (2002, EUA) e seu original *Solaris* de Andrey Tarkovskiy (*Solarys*, 1972, União Soviética) e *Um tiro na noite* de

1. A forma de filmar nunca será 100% igual uma da outra, o que queremos chamar atenção é para a mesma forma de composição dos quadros e os mesmos métodos de filmagem. 2. Gostaríamos de destacar que o remake de *Funny Games* (1997) foi dirigido pelo próprio diretor Michael Haneke. E a única diferença entre o original e a refilmagem é o idioma, do alemão para o inglês.

Brian De Palma (*Blow out*, 1981, EUA) e seu original *Blow-up*- Depois daquele beijo de Michelangelo Antonioni (*Blowup*, 1966, Inglaterra & Itália). Aqui também podemos incluir os três pares de filmes que serão analisados mais a frente nesse estudo (remakes hollywoodianos originais de três diferentes países europeus: Espanha, Dinamarca e Suécia). Esses filmes caminham na direção oposta à proposta de Hollywood. São filmes não comerciais³, existencialistas (o espectador tem espaço para suas próprias interpretações e reflexões sobre as imagens) e esteticamente delicados e sutis, respeitando o tempo de assimilação das imagens por parte dos espectadores. Por outro lado, os seus remakes hollywoodianos acabam sendo produzidos de forma completamente diferente da proposta original: são filmes comerciais com orçamentos multimilionários, explícitos (o espectador não tem espaço para nenhum tipo de reflexão durante o filme, as imagens nos impõem uma interpretação padronizada), com um formato estético ofuscantemente violento.

Violência estética

Neste momento, gostaríamos de destacar a questão da violência estética. Não necessariamente iremos atribuir essa estética a filmes com imagens de conteúdo violento (como assassinatos e cenas de violência explícita), e sim ao dispositivo pelo qual elas operam – entendemos por dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p.40) – ou seja, filmes com uma forma estética imposta violentamente ao espectador, filmes sobre os quais não temos liberdade de interpretação, filmes nos quais não temos chance de pensar. Essa forma será chamada aqui de “estética fascista”.

À primeira vista, o termo “estética fascista” pode parecer um tanto forte para a descrição de filmes produzidos em Hollywood em pleno século XXI, mas no desenvolvimento do texto ficará mais claro o motivo da escolha desse termo.

O historiador Emilio Gentile definiu o fascismo como uma concepção totalitária do primado da política que pretende realizar a fusão do indivíduo e das massas na unidade orgânica e mística da nação (GENTILE, 2002).

³ “comercial” aqui pode ser entendido por filmes que visam apenas o lucro e puro entretenimento através de efeitos espetaculares

Isso implica, evidentemente, a adoção de medidas de discriminação e de perseguição contra aqueles que impedem que essa experiência de totalização de estabeleça, ou porque são inimigos, ou porque são considerados inferiores ou perigosos para a integridade da nação. É possível repensar essa definição em termos estéticos, afirmando a estetização fascista como uma tentativa de estabelecer uma perfeita unidade, eliminando-se qualquer diferença, sobra ou resto que atrapalhe a realização dessa experiência. É por esta razão que o fascismo costuma ser apontado como um movimento que não admite a diferença ou o resto, já que o resto é justamente o que impede que uma totalização se complete.

Em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936/1985), Benjamin havia escrito que a estética fascista era uma estética da guerra, capaz de dar um objetivo aos grandes movimentos de massa sem transformar as relações de produção. Quarenta anos mais tarde, o pensador e cineasta italiano Pier Paolo Pasolini⁴ dirá que não precisamos chegar à guerra; o poder do consumo é capaz de atingir o mesmo objetivo: “eu vi com meus sentidos o comportamento imposto pelo poder do consumo de remodelar e deformar a consciência do povo italiano, até uma irreversível degradação, o que não havia acontecido durante o fascismo fascista” (PASOLINI, 1975, p.408).

Em 1975, Pasolini publicou um artigo chamado *O vazio do poder na Itália* que mais tarde ficaria conhecido como *O artigo dos vaga-lumes*. Neste artigo, Pasolini retoma uma de suas crônicas escrita há exatamente trinta e quatro anos antes dessa publicação, na qual ele contrasta, no auge do fascismo, a metáfora da luz ofuscante (*luce*) dos projetores da propaganda fascista e a pequena luz (*luciole*) atribuída ao discreto lampejo na noite vindo dos vaga-lumes. Essas pequenas luzes – ou *luciole* – vindas dos pirilampos ou vaga-lumes, aparecem como momentos fugazes e frágeis que resistem ao mundo da superexposição por holofotes de políticos desonestos e cruéis do “fascismo triunfante”. Sobre o artigo publicado por Pasolini, o pensador francês Georges Didi-Huberman diz, em seu livro *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011), “tratar-se de um lamento fúnebre sobre o momento em que, na Itália, os vaga-lumes desapareceram, esses sinais humanos da inocência aniquilados pela noite – ou pela luz feroz dos projetores – do fascismo triunfante” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.25-26).

⁴ Conhecido principalmente por dirigir filmes polêmicos como *120 dias de Sodoma* (1975) e *Teorema* (1968).

Para Pasolini, o fascismo operava por meio de um genocídio cultural que varria as diferentes culturas particulares como um grande clarão. De acordo com ele, o verdadeiro fascismo é aquele que tem por alvo os valores, as almas, as linguagens, os gestos, os corpos do povo. É aquele que conduz, em massa, à supressão de grandes porções da própria sociedade, e é por isso que é preciso chamar de genocídio essa assimilação (total) ao modo e à qualidade de vida da burguesia (PASOLINI, 1974).

Era como se qualquer minúsculo esplendor de vaga-lumes estivesse fadado ao desaparecimento diante dessa claridade espetacular. Como aponta Didi-Huberman, uma das principais formas pelas quais o fascismo se exerce na atualidade reside em um excesso de luminosidade, na “ofuscante claridade dos ferozes projetores: projetores dos mirantes, dos shows políticos, dos estádios de futebol e dos palcos de televisão” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.30). Em seu livro, o autor insiste na reconstrução “positiva de uma posição de vaga-lume resistente para o pensamento crítico contemporâneo fundada na ideia da sobrevivência da imagem como aparição única, preciosa e resistente ao domínio da cultura espetacular” (SCHØLLHAMMER, 2011).

Se seguirmos a lógica de Pasolini e Didi-Huberman, diríamos que o fascismo contemporâneo, pautado num excesso luminoso, varre toda particularidade que se lhe contraponha, produzindo imagens que pretendem tudo preencher sem deixar lugar para qualquer enigma, para qualquer outra interpretação além da que é imposta. Uma estética fascista, ligada a um excesso de claridade, estaria produzindo uma imagem sem sombra e sem resto.

Trazendo esse contraste proposto previamente por Pasolini, entre luce e lucciole, para a esfera cinematográfica contemporânea, temos como objetivo identificar e analisar o contraste entre uma estética cinematográfica marcada pela luz ofuscante (luce) e uma estética construída por pequenas luzes (lucciole) e, como foi mencionado acima, “resistente ao domínio da cultura espetacular”.

Esse contraste se dá através da comparação entre remakes norte-americanos e seus filmes originais produzidos na Europa. São eles: *Vanilla Sky* (Vanilla Sky, 2001, EUA), dirigido por Cameron Crowe e *Preso na escuridão* (Abre los ojos, 1997, Espanha) dirigido por Alejandro Amenábar; *Entre irmãos* (Brothers, 2009, EUA), dirigido por Jim Sheridan e *Brothers* (Brødre, 2004, Dinamarca), dirigido por Susanne Bier; *Deixe-me entrar* (Let me in, 2010, EUA), dirigido por Matt Reeves e *Deixe ela entrar* (Låt den rätte komma in, 2008, Suécia), dirigido por Tomas Alfredson.

Em *Vanilla Sky* e *Preso na Escuridão*, um rapaz bonito e bem-sucedido, que não procura relacionamentos sérios, acaba se apaixonando por uma garota. Um terrível acidente de carro, causado por uma ex-namorada que morre no mesmo, desfigura seu rosto e, aos poucos, sua vida vai desmoronando, até ele não saber mais o que é real ou não. Após ser acusado de um crime, que não sabe se cometeu, ele perde sua fortuna e começa a duvidar se está mesmo vivo. Uma grande diferença entre o original e o remake, além do baixo orçamento do primeiro e o orçamento milionário do segundo, é que no primeiro, não existe a intenção de tentar explicar absolutamente tudo. O filme está aberto a interpretações e diferentes percepções sobre o que se está vendo na tela. Já no remake não existe uma ponta solta, todas as ações e acontecimentos são justificados no decorrer do filme.

Nos filmes *Entre irmãos* e *Brother*, um soldado casado, e pai de duas meninas, é mandado para guerra a fim de cumprir suas obrigações militares. Assim que chega a sua área de batalha, seu helicóptero é abatido e ele é dado como morto. A fim de ajudar a esposa e as duas filhas, seu irmão mais novo, a ovelha negra da família, se aproxima delas tentando fazer suas vidas voltarem ao normal. Inesperadamente, o soldado retorna para casa, traumatizado por ter sido feito refém por seus inimigos de guerra, e começa a desconfiar da relação da esposa com seu irmão ficando cada vez mais violento. No filme original, a forma como todas as relações são tratadas é muito sutil. O desejo, a desconfiança, o desespero, são demonstrados por olhares e pequenos gestos. No remake ocorre o oposto. Tudo é demonstrado por meio de diálogos e imagens exageradas, não deixando lugar para nenhum mistério.

Em *Deixe-me entrar* e *Deixe ela entrar* a vida de um garoto tímido de 12 anos muda quando uma menina, aparentemente de sua idade, se muda para seu prédio. O que ele não sabia é que sua nova vizinha é uma vampira e que já passou dos 12 anos a muito tempo. Os dois acabam se envolvendo em uma amizade, mais por causa de uma curiosidade mútua do que pela descoberta do primeiro amor, cheia de descobertas por ambas as partes. Os dois filmes fogem dos clichês contemporâneos tão comuns - em uma era pós *Crepúsculo* - em filmes sobre vampiros adolescentes descobrindo o amor, e foca, de forma densa, nos tormentos sofridos por um pré-adolescente mal ajustado. As diferenças que chamam nossa atenção entre um e outro não são grandes, mas se enquadram no que estamos querendo mostrar aqui sobre a violência estética através da imposição do sentido, ou seja, sobre a nossa incapacidade de produzir sentido. No remake, além de uma trilha sonora mais ativa e de uma coloração mais viva, existe um

excesso de explicações que não tem no original, principalmente ao tratar da sexualidade da menina vampira, que no primeiro filme é tratada de forma ambígua deixando-a aberta a interpretações.

Os exemplos usados acima irão mostrar apenas a ponta do iceberg do que acontece com a cultura cinematográfica nos dias de hoje. Os filmes que não são produzidos, ou coproduzidos⁵, nos Estados Unidos muitas vezes recebem verbas do governo e/ou investimentos de uma série de programas relacionados a difundir a cultura nacional. Nesses casos, os filmes são realizados por produtoras independentes com baixos orçamentos para suas produções. E, muitas vezes, sem o dinheiro para competir com a propaganda extremamente “luminosa” de filmes hollywoodianos, acabam ficando sem a visibilidade que poderiam, tendendo a serem vistos, com raras exceções, por um público muito inferior, e em sua maioria nacional, de espectadores cinematográficos. Afirmando essa visibilidade, iremos ver na tabela a seguir a diferença de orçamento e lucro, aproximadamente, entre os remakes e suas produções originais (valores em dólares americanos):

FILMES	ORÇAMENTO	LUCRO
VanillaSky (2001, EUA)	US\$ 68.000.000	+ de US\$ 200.000.000
Preso na escuridão (1997, ESP)	US\$ 1.500.000	US\$ 9.000.000
Entre Irmãos (2009, EUA)	US\$ 26.000.000	US\$ 28.500.000
Brothers (2004, DIN)	US\$ 1.450.000	US\$ 400.000
Deixe-me entrar (2010, EUA)	US\$ 20.000.000	US\$ 12.000.000
Deixe ela entrar (2008, SUÉ)	US\$ 4.000.000	US\$ 2.000.000

(Fonte: imdb.com)

⁵ Quando acontece uma junção de recursos cinematográficos.

É claro que devemos levar em consideração a diferença dos anos de produção dos filmes citados e uma inflação existente sobre os valores apresentados. Mas mesmo levando essa diferença em consideração, o contraste entre os valores dos orçamentos dos remakes e dos filmes originais é gritante.

Porém não é apenas a diferença de orçamento que é gritante nesses casos. É principalmente a diferença estética que chamou nossa atenção. Aqui, queremos refletir como essa violenta estética espetacular hollywoodiana, que pretende “plasmear a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas” (GENTILE, 1988, p. 31) contribui para o detrimento das imagens que Didi-Huberman irá chamar de imagens vaga-lumes, que em suas próprias palavras são:

Imagens no limiar do desaparecimento, sempre movidas pela urgência da fuga, sempre próximas daqueles que, para realizar seu projeto, se escondiam na noite e tentavam o impossível, correndo risco de vida. A “força diagonal” (...) se dá em detrimento da claridade, certamente (...) ritmo produzindo algo como um efeito de lentidão. Imagens do medo. Imagens-lampejo, entretanto (...) Não são corpos tornados invisíveis, mas sim “parcelas de humanidade” que o filme conseguiu justamente fazer aparecerem, por mais frágeis e breves que sejam suas aparições. (HUBERMAN, 2011, p.156-157)

Gostaríamos de pensar a “necessidade” do público cinematográfico de buscar essas imagens que aqui estamos chamando de esteticamente fascistas. É claro que as violentas investidas em propaganda e efeitos especiais (o melhor que o dinheiro pode comprar) contribuem para uma maior visibilidade dos remakes hollywoodianos em relação aos seus originais europeus, mas por que motivo fazem tanto sucesso nas sociedades contemporâneas, a ponto de o espectador ir ao cinema, sentar em sua poltrona e se deixar levar sem nenhuma consciência crítica? Reformulando, como os espectadores aceitam que a indústria hollywoodiana imponha imagens espetacularmente violentas ao ponto de não sobrar espaço para nenhuma crítica além da que os realizadores do filme querem que seja percebido? Como essa violência nos consome, e é consumida por nós, tão naturalmente?

Consumo à violência

O professor Karl Erik Schollhammer, em seu livro *Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo* (2013), afirma que a violência se impõe de tal modo a nós que se torna um elemento permanente do cotidiano dos moradores de cidades grandes “e, de modo mais fundamental, da cultura nacional e das expressões artísticas e literárias” (SCHOLLHAMMER, 2013, p.7) – incluindo o cinema. Para ele, narrar ou

expressar a violência em palavras e imagens “são maneiras de lidar com ela, de criar formas de proteção ou de digestão de suas consequências” (SCHOLLHAMMER, 2013, p.7). Nesse caso, a violência estaria sendo produzida, na literatura, nas artes plásticas e no cinema como forma de proteção ou de elaboração da violência mesma. Contudo, Schollhammer se refere às expressões da violência pelos produtores culturais, mas não à violência consumida pelos espectadores desses produtos. Então, nos perguntamos: como justificar esse consumo da violência? A serviço de quê ele se dá?

O filósofo alemão Christoph Türcke propõe que diante de choques audiovisuais muito intensos é comum a utilização de um mecanismo de auto vacinação, pelo qual os indivíduos se submetem a pequenas doses de violência a fim de se imunizarem contra ela:

Seria absurdo simplesmente recomendar abstinência em relação à onipresente irradiação audiovisual. Dificilmente alguém é capaz de viver sem ela, tanto econômica quanto neurologicamente. Diante dela é possível apenas ainda se vacinar, exatamente como Benjamin se vacinou contra a saudade de sua infância burguesa com imagens da própria, mas não como o próprio Benjamin recomendou a vacina do proletariado por meio de imagens filmicas. A dosagem pertence à vacina, e todo dosar é freio, ou seja, alimentar o organismo com substância tóxica em doses pequenas, de tal modo que ele a domine ao invés de ser por ela subjugado. Pais e professores agem diariamente como freios quando eles dosam o consumo de imagens televisivas das crianças, sendo esta uma atividade pouco valorizada. (TÜRCKE, 2009, p.303-304)

Trata-se de um comportamento paradoxal que consiste em aplicar em si mesmo – ou, mais exatamente, permitir que seja aplicado - o próprio veneno que se pretende evitar: “[Esse procedimento] se assemelha a um processo de auto vacinação, no qual o organismo administra a si mesmo uma dose do pavoroso, a fim de se tornar imune a ele, ou seja, volta-se contra si a fim de se preservar” (TÜRCKE, 2009, p. 133). De acordo com Türcke, a violência dos choques audiovisuais veio para ficar e é algo inerente ao nosso tempo, portanto, não seria possível a abstinência dessas imagens.

O êxito dos remakes violentos produzidos pela indústria cultural mais recente, essa mesma indústria que tem tornado a memória um produto ou bem de consumo, poderia estar articulado à necessidade de lidar com a violência cotidiana experimentada pelos espectadores. Nesse caso, consumir a violência em imagens poderia ser uma maneira de lidar com ela, protegendo-se, através de pequenas doses controladas, da violência que nos cerca.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos. 2009.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In Obras escolhidas, vol 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 165-196.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos Vaga-Lumes. Belo-Horizonte: UFMG, 2011.

GENTILE, Emilio & FELICE, Renzo. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo: Ícone, 1988.

GENTILE, Emilio. Fascismo. Storia e interpretazione. Roma: Bari, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

_____. Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014.

PASOLINI, Pier Paolo. “Le véritable fascisme”. In Écrits corsairs. 1974.

_____. “L’articolo dele lucciole”. In Saggi sulla politica e sulla società. Milan: Arnoldo Mondadori, 1975.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Cena do Crime: Violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio. 2013.

_____. Resenha de Sobrevivência dos vaga-lumes. O Globo. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/09/10/resenha-de-sobrevivencia-dos-vaga-lumes-de-didi-huberman-404614.asp>. Acesso em 29 de Agosto de 2014.

TÜRCKE, Christoph. Sociedade Excitada: filosofia da sensação. São Paulo: Unicamp. 2009.

MOVIE REMAKES: AESTHETIC VIOLENCE IN A CULTURE OF COPY IN THE TWENTY-FIRST CENTURY

ABSTRACT:

This article aims to understand why the increase in the production of remakes, for later establish a contrast between the American remakes and their original movies from the aesthetic form in which images are imposed on the viewer. This contrast will be analyzed by comparing American remakes, produced from the twenty-first century and their original films produced in Europe. They are: *Vanilla Sky* (2001) and *Abra los ojos* (1997), *Brothers* (2009) and *Brødre* (2004) and *Let me in* (2010) and *Låt den rätte komma in* (2008). We will review the exacerbation of an aesthetic violence in practice these remakes and discuss the consumption of violently imposed images in what Andreas Huyssen called " culture of copy ", investigating the consequences of this imposition through the image, bring to the construction of our memory .

KEY-WORDS: Remake. Cinema. Aesthetics. Violence. Memory.

FILM REMAKES: LA VIOLENCE ESTHÉQUE UNE CULTURE DE LA COPIE DANS LE XXIE SIÈCLE

RÉSUMÉ:

Cet article vise à comprendre pourquoi l'augmentation de la production de remakes, est ensuite établir le contraste entre les remakes américains et leurs films originaux à partir de la forme esthétique dans lequel les images sont imposées sur le spectateur. Ce contraste seront analysés en comparant remakes américains, produites à partir du vingt et unième siècle et Leurs films originaux produits en Europe. Ils sont: *Vanilla Sky* (2001) et *Abra los ojos* (1997), *Brothers* (2009) et *Brødre* (2004) et *Let Me In* (2010) et *Låt den rätte komma in* (2008). Nous passerons en revue l'exacerbation d'une violence esthétique dans la pratique, ces remakes et de discuter de la consommation d'images violemment imposées dans ce Andreas Huyssen appelé «culture de la copie", enquête sur les conséquences de cette imposition à travers l'image, apporter à la construction de notre mémoire.

MOTS-CLÉS: Remake. Cinéma. Esthétique. Violence. Mémoire.

Recebido em: 22-08-2015

Aprovado em: 25-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

REMEMORAÇÃO PRODUTIVA OU CRIATIVA? : REFLEXÕES SOBRE AS INTERFACES ENTRE MEMÓRIA, CRIAÇÃO E ACELERAÇÃO TEMPORAL

*Renée Louise Gisele da Silva Maia**

RESUMO

Marcado por condições como individualismo, consumismo e aceleração, o cenário contemporâneo representado pelas sociedades ocidentais evidenciaria uma condição paradoxal quando o assunto é a relação entre tempo e memória. Com o objetivo de refletir sobre as interfaces entre memória e criação em um contexto de avassaladora aceleração temporal, este trabalho foi desenvolvido em dois momentos interligados. No primeiro, buscou-se delinear uma cultura contemporânea de memória, dialogando diretamente com as observações de Andreas Huyssen. Já no segundo, questionou-se sua proposição acerca da necessidade de estratégias de rememoração produtiva. Por fim, observou-se que tanto a filosofia intuicionista de Henri Bergson quanto os posicionamentos de Baudelaire acerca das possibilidades de interação entre criação e velocidade podem sinalizar caminhos de grande proficuidade na estruturação e no perseguimento de estratégias de rememoração – e subjetivação – criativa.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Aceleração. Tempo. Criação. Espera.

*Turismóloga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e doutoranda em Memória Social pelo PPGMS/UNIRIO. Professora Substituta do Curso de Guia de Turismo do CEFET/RJ. E-mail: reneemaia@gmail.com

“Os computadores, dizem, poderão não saber reconhecer a diferença entre o ano 2000 e o ano 1900 – mas nós sabemos?” (HUYSSSEN, 2000, p.24-25)

Profundamente atrelado à aceleração temporal que estaria comprimindo gradativamente o presente, o desenvolvimento de uma cultura da memória marca o cenário contemporâneo, evidenciando novas formas de relacionamento entre homem, tempo, espaço, cultura e tecnologia. Conforme aponta Huyssen (2000, p.9), “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”.

Como descreve este mesmo autor, em uma progressiva transformação de consciências temporais, o futuro teria perdido sua centralidade emblemática assumida na alta modernidade, trocando de lugar com o passado no palco das experiências e sensibilidades do tempo na contemporaneidade. Assim, uma lógica temporal orientada para o perseguimento de um amanhã de redenção através do progresso e do crescimento teria sido substituída no final do século XX por preocupações direcionadas para uma responsabilização pelo passado.

Neste sentido, o surgimento destas transformações teria representado um expressivo reflexo de eventos como a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. Contudo, como bem argumenta este mesmo autor, este boom memorial não estaria restrito a questões traumáticas de caráter global ou local, mas representaria uma característica fundamental de comportamentos e funcionamentos contemporâneos. Dentre algumas de suas principais manifestações, poderiam ser destacadas: ondas de consumo de produtos retrô e vintage¹, crescentes discussões sobre o trauma e até mesmo uma fascinação mundial com o naufrágio do transatlântico Titanic – possível “metáfora de memórias de uma modernidade que deu errado ou se ele articula as próprias ansiedades da metrópole sobre o futuro deslocado para o passado.” (HUYSSSEN, 2000, p.15)

Adicionada a estas ocorrências, uma marcha musealizante de tudo e todos infiltrar-se-ia amplamente na vida cotidiana, cristalizando uma espécie de demanda por recordação total.

¹ A expressão vintage diz respeito a itens ou objetos de antiguidade, pertencentes a outra época do passado. Já os itens retrô representam artefactos ou práticas atuais que apropriam-se ou apresentam características inspiradas em períodos ou movimentos culturais passados.

Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo. É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total. Trata-se, então, da fantasia de um arquivista maluco? Ou há, talvez, algo mais para ser discutido neste desejo de puxar todos esses vários passados para o presente? Algo que seja, de fato, específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentado do mesmo modo nas épocas passadas. (HUYSSSEN, 2000, p.15)

A cultura contemporânea da memória apoiar-se-ia, portanto, no surgimento e na disseminação das novas tecnologias de mídia, apropriadas, por sua vez, como “veículos de rememoração”. Apoiados em uma ampla e crescente disponibilidade de suportes exteriores, estaríamos produzindo uma verdadeira avalanche de registros, a qual implicaria algumas questões problemáticas. Primeiramente, tais documentações cotidianas estariam sendo praticadas mediante o mínimo processamento dos estímulos inicialmente percebidos e retidos; estaríamos registrando “experiências” sem (ou ao menos antes de) experimentá-las.

Além disso, a crescente externalização da memória em suportes supraindividuais evidenciaria conflitos e temores quanto às possibilidades e os perigos do esquecimento. Por um lado, os suportes materiais de memória – que tanto expandem as capacidades humanas de armazenamento e registro – são passíveis de deteriorações, apagamentos e danos irreversíveis, colocando, seus conteúdos sob risco de permanente amnésia. Em contrapartida, as rápidas ampliações e disseminações destas ferramentas de suporte material da memória contribuem não somente para uma ampla musealização cotidiana, mas também para que sejam nelas depositadas uma “responsabilidade de lembrar” que já não é mais “cobrada” – e nem poderia ser, em tal volume – da mente humana. (Le Goff, 1996).

Esta “fantasia de um arquivista maluco” em busca de uma “recordação total” refletiria, então, um “intenso pânico público frente ao esquecimento” (HUYSSSEN, 2000, p.19), revelando um intrigante relacionamento entre memória e esquecimento. Afinal, seria o medo do esquecimento o estopim para o desenvolvimento de uma obsessão social pela lembrança, ou seria este processo justamente o inverso? Antes de esboçar hipóteses para interpretação desta obsessão contemporânea, vale salientar que perspectivas temerosas como estas estariam fundamentadas em um suposto posicionamento antagônico das noções destes dois elementos; o esquecimento assumiria, então, o papel de grande vilão a ser combatido em uma era marcada pela necessidade – e pela demanda – de “lembranças totais”.

Ao invés disso, rejeitando tal radicalização, Huyssen (2000) apoia-se em perspectivas freudianas ao enfatizar a necessidade de reconhecimento de uma relação de interdependência entre memória e esquecimento. Afinal, enquanto as funções rememorativas implicariam inerentemente alguma forma de esquecimento – e desde Halbwachs (1990) já temos ciência de um trabalho de seleção realizado por esta faculdade – o próprio esquecimento, por sua vez, poderia significar apenas outra forma de lembrar – como no caso do conteúdo recalado em psicanálise. Logo, “[...] o que Freud descreveu como os processos psíquicos da recordação, recalque e esquecimento em um indivíduo vale também para as sociedades de consumo contemporâneas [...]” (HUYSSSEN, 2000, p.18).

Além disso, tal autor também argumenta que quanto maior a compressão do presente pela aceleração “consumista” do tempo, menor seria o grau de coesão e de estabilidade por ele proporcionados às identidades e aos assuntos contemporâneos. Em vista disso, estratégias públicas e privadas de rememoração estariam sendo instrumentalizadas para fins de ancoragem “em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo faturamento do espaço vivido”. (HUYSSSEN, 2000, p.20). Deste modo:

mesmo onde as práticas de memória cultural não tem um foco explicitamente político, elas expressam o fato de que a sociedade precisa de ancoragem temporal, numa época em que, no despertar da revolução da informação e numa sempre crescente compressão do espaço-tempo, a relação entre passado, presente e futuro está sendo transformada para além do reconhecimento. (ibid., p.36)

Esta busca por estabilidade em torno de identificações e memórias refletiria, assim, uma demanda social por desaceleração, oriunda de um sentimento generalizado de mal estar que condiz com um fenômeno de compressão de possibilidades de espera ou hesitação. Como bem descreve Huyssen (2000, p. 32):

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentimentos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto.

Contudo, em concordância com este autor, entende-se que tais estratégias de abundante produção de registros representariam tentativas de compensação, influenciadas por um sentimento de perda das tradições vividas e dos meios de memória, implicando, portanto, na alimentação de nostalgias muitas vezes idealizadas. Assim, saudosismos de um outro tempo supostamente mais feliz estariam sendo nutridas em virtude de uma atualidade supostamente deteriorada – negando, inclusive, a possibilidade de meditação acerca desta atualidade. A idealização memorial passaria a fornecer, assim, “migalhas de segurança” quando as velocidades e intensidades contemporâneas deixam indivíduos perdidos na liquidez de seu dinamismo e multiplicidade.

Em contraste com perspectivas compensatórias como estas, Huyssen (2000) sustenta que o cerne destes argumentos deveria ser deslocado do problema da perda para o das transformações. Neste sentido, far-se-ia necessário o reconhecimento de que uma busca por estabilidade através da produção de um imenso volume memorial traria apenas uma ilusão de segurança. “A própria musealização é sugada neste cada vez mais veloz redemoinho de imagens, espetáculos e eventos e, portanto, está sempre em perigo de perder a sua capacidade de garantir a estabilidade cultural ao longo do tempo.” (HUYSSSEN, 2000, p.30).

Mas, então, como seria possível alcançar alguma possibilidade de alívio – não só momentâneo, mas revolucionário - diante de uma dinâmica temporal tão avassaladora? Assim como Huyssen (ibid.), entende-se que a estrada para uma melhor relação com o tempo e com a memória não deve estar fundamentada no cultivo nostálgico de uma espécie de era de ouro. Ao invés disso, deveríamos estar orientados para a construção de estratégias capazes de reestabelecer algum sentimento de continuidade – e não necessariamente de estabilidade ou mesmo coerência - dentro desta avassaladora temporalidade contemporânea. Em suma, precisamos criar estratégias de descompressão de nossas possibilidades de espera capazes de recondicionar a relação estabelecida entre memória e criação.

Rememoração produtiva ou criativa: pensando a memória para além de produtivismos

“Os robôs já existem, é preciso reinventar os humanos.”
Eliane Brum – “A delicadeza dos dias”

Ora, se é inegável a presença de uma cultura de memória conforme descrito por Huyssen (ibid.) como marca do cenário contemporâneo, os caminhos por ele propostos para uma reconfiguração da relação homem-tempo-memória já não são tão irrefutáveis.

Preocupando-se com um esgotamento de “passados” em virtude do impressionante volume de memórias produzido por sociedades marcadas por medo e insegurança, tal autor sugere que estabeleçamos uma distinção entre passados “usáveis” e “descartáveis”, concluindo que precisaríamos almejar não um esquecimento produtivo – como em Nietzsche (2009), mas sim uma rememoração produtiva.

Claramente, a febre de memória das sociedades midiaticizadas ocidentais não é uma febre de consumo histórico no sentido dado em Nietzsche, a qual podia ser curada com o esquecimento produtivo. É mais uma febre mnemônica provocada pelo cibervírus da amnésia que, de tempos em tempos, ameaça consumir a própria memória. Portanto, agora nós precisamos mais de uma rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo (HUYSSSEN, 2000, p.35).

Nesta perspectiva, Huyssen (ibid.) apresenta uma abordagem utilitarista da memória e do tempo a qual pode ser considerada como, no mínimo, questionável. Se acerta na relativização das condições de espetacularização e mercadorização da memória, reconhecendo a existência de múltiplas possibilidades de rememoração e representação do real, peca em não expandir tal tratamento às suas propostas tanto de conduta presente quanto de ação para o futuro. Além disso, oferece uma enunciação superficializada, deixando de aprofundar a explicação do que consistiria esta noção de “rememoração produtiva” e de como ela poderia ser alcançada.

Assim sendo, alguns pontos podem ser enumerados como mais problemáticos em suas recomendações. Em primeiro lugar, Huyssen (ibid.) falha em não problematizar esse caráter de “serventia” do passado, desprezando inúmeros questionamentos fundamentais que, quando elencados, já expõem o equívoco desta concepção. Afinal: passados “usáveis” para quem? Quem seriam os detentores de um poder de determinação do caráter de utilidade atribuído a um ou mais passados? Como esse caráter seria determinado, ou mesmo, em referência a que parâmetros? E mais, ainda que fosse aceita tal abordagem utilitarista da memória, seria ela efetivamente produtiva?

Nesta direção, faz-se necessário o reconhecimento de que a constituição de uma espécie de produtivismo temporal representa justamente uma das marcas destes processos cerceadores que estariam comprometendo nossa experiência subjetiva do

tempo, restringindo tanto nossas possibilidades de meditação, quanto o potencial de nossas funções rememorativas. Isso porque, estando diretamente relacionadas à lógica capitalista-consumista da velocidade, a aceleração temporal e a compressão do presente promoveriam obsolências cada vez mais apressadas, provocando um mal estar generalizado; vemos-nos, assim, diante de um mar de pessoas comprimidas.

Outrossim, além de apresentar furos já em sua constituição problematizante, tal proposta pragmática se quer se faz potencialmente eficaz, uma vez que, mantendo o status quo produtivista da aceleração, alimentaria a lógica da celeridade que comprime nossa hesitação. Acabaria, por fim, por colaborar com a promoção dos vastos sintomas sociais já observáveis no cenário atual, os quais abrangem desde a proliferação de casos de depressão, até a própria obsessão pela memória – ambos reflexos de uma relação insalubre entre homem e tempo.

De maneira complexa e paradoxal, as memórias produzidas - características desta obsessão pelo registro descrita por Huyssen (ibid.) - parecem ser justamente resultantes desta veloz e intensa contemporaneidade, onde pairam altos níveis de insegurança e um duplo medo – tanto do esquecimento, quanto do futuro. Elas refletem, portanto, o amplo mal estar gerado por uma impossibilidade de meditação que nos impele a conclusões inconsequentes e precipitadas, deixando-nos vulneráveis diante de uma multidão de instantes intermitentes que não se constitui em um sentimento de continuidade. Assim, mesmo com um preenchimento cada vez mais absoluto do tempo (por conta do imperativo de um produtivismo temporal que atesta “tempo é dinheiro!”), ainda sentimos que não vivemos; estamos vivos, mas impossibilitados – ou, ao menos, cerceados em nossas chances – de viver o tempo do vivido.

Logo, se a memória que produzimos é essa de um acúmulo temeroso e exacerbado que busca, na fantasia de uma recordação total, a conquista de um sentimento de segurança, alívio e continuidade nunca alcançado, qual seria, então, a modalidade de memória comprimida nos dias de hoje? Diante de um cenário de produtivismo e aceleração, parece que as condições rememorativas reprimidas socialmente são justamente aquelas capazes de constituir um senso de continuidade entre passado, presente e futuro; em suma, capazes de atualizar virtualidades (Bergson, 1990).

Conforme observado por Oliveira (2013), a disseminação do medo do esquecimento e a consequente multiplicação da memória observáveis na atualidade

precipitariam um amplo mercado onde perfis, valores e ideais são apresentados – e consumidos – como produtos. “São pequenos e fugazes modelos, consumidos e muitas vezes, jogados fora em prol das novidades da moda.” (ibid., p. 127) Assim, aproveitando-se desta crescente demanda por identificações provedoras de conforto e estabilidade, o mercado empenhar-se-ia rapidamente “na produção de kits de perfis-padrão [...] para serem consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural, etc.” (ROLNIK, 1997, p.19)

Tal produção e consumo de “perfis-padrão” evidencia justamente este condicionamento - automatista e desfavorecedor da criação - da memória à lógica capitalista da velocidade e da novidade. Logo, das limitações e dificuldades de assimilação destes novos modos de subjetivação derivaria uma “sensação de que se está definhando, perdendo valores, essências, ou seja, de que não se está existindo” (ibid.).

É neste sentido que, em consonância com Oliveira (2013), sugere-se que a reconfiguração de nossas experiências subjetivas do tempo deve perpassar a construção e promoção de estratégias de rememoração criativa - e não produtiva, como apontado por Huyssen (2000). Contudo, cabem aqui alguns questionamentos: qual seria, então, a direção a seguir no persegimento desta estratégia? E, ainda, no que ela consistiria, afinal?

Tomando como apoio a filosofia intuicionista bergsoniana, sustenta-se a possibilidade de esboçar caminhos onde uma rememoração produtiva relacionar-se-ia com uma descompressão dos intervalos possíveis entre estímulos (recebidos) e respostas (geradas). Neste sentido, o método de intuição sensível proposto por este autor, poderia assinalar uma direção para este persegimento de uma rememoração criativa, combinando um distanciamento de interesses práticos com a valorização do supostamente inútil - condição esta observável no comportamento de artistas.

[...] devido justamente a essa sua percepção mais desligada, ele [o artista] é muito mais permeável à força da ação das coisas e dos seres sobre si. As oportunidades para criação lhe são mais favoráveis [...] devido justamente à sua própria natureza, a sua percepção mais desimpedida do real (JOHANSON, 2004, p.27).

A intuição consistiria, assim, em uma expansão do sensível capaz de ampliar nossas possibilidades de apreensão do real e de promoção da criação. Aproximando-se de um processo intuitivo-sensível, Baudelaire (2010) também teria convocado o

indivíduo moderno a uma (re)aproximação da sensibilidade. A partir da leitura do conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe, tal poeta reconhece no herói convalescente da narrativa uma reconfiguração de olhar que o aproximaria da natureza da criança.

Ora, a convalescença é como uma volta a infância. O convalescente goza, no mais alto grau, como a criança, da faculdade de se interessar intensamente pelas coisas, mesmo por aquelas que se mostram aparentemente as mais triviais. [...] A criança vê tudo como novidade; ela sempre está inebriada. [...] O homem de gênio tem nervos sólidos; na criança, eles são fracos. Naquele, a razão ganhou um lugar considerável; nesta, a sensibilidade ocupa quase todo o seu ser. (BAUDELAIRE, 2010, p.168-169)

Em sua perspectiva, criança e convalescente compartilhariam, portanto, de uma condição de experimentação diferenciada do real já atrelada anteriormente à figura do artista. Assim, conforme destaca Gagnebin (1997), esta busca incessante pelo “novo” representaria, para Charles Baudelaire, uma convicção fundamental, símbolo da verdadeira arte.

Isto posto, ao invés de cristalizado em uma substância encontrável em coisas novas a serem procuradas, o novo corresponderia a “uma certa qualidade do olhar, própria do artista, do convalescente e da criança, olhar ao mesmo tempo privilegiado e profundamente antinatural, [...] anormal, quase doente.” (GAGNEBIN, *ibid.*, p.145) Ainda segundo esta autora, a razão assumiria um duplo papel: por um lado, o de meio possibilitador da expressão, por outro, o de embarreirador do encontro com o novo. Logo, a poesia de Baudelaire estaria “atravessada pela tensão dessa busca voluntária, organizada, da novidade e da embriaguez [...]” (*ibid.*) situada em algum ponto entre razão e sensibilidade.

Ademais, compreendendo a obra de arte “como aquilo que dura e perdura em oposição ao transitório e ao fugidio” (*ibid.*, p.146), Baudelaire (2010) teria rejeitado um funcionamento artístico mimético, orientado para uma reprodução da natureza. Ao invés disso, defende o desenvolvimento de uma “arte mnemônica” (GAGNEBIN, 1997, p.147), ou seja, de uma criação mediada pela memória e pela imaginação. A intenção e a preocupação expressas nesta concepção não são, portanto, as de retenção de passados, voltadas, por sua vez, para uma evitação de morte – como parece ser o caso da temerosa obsessão por memória na atualidade. Ao contrário, pressupõem justamente uma criação a partir de seu perecimento e, em suma, do reconhecimento de sua própria finitude. “Em outras palavras: o real precisa ter morrido para poder ressucitar na memória, adquirir uma outra vida que o salve do esquecimento [...]” (*ibid.*).

Observa-se, portanto, uma aproximação possível entre as proposições de Bergson (1988, 1999, 2006) e Baudelaire (2010), já que ambos reconhecem na memória um elemento de mediação criativa emancipatório e capaz de reestabelecer um sentido de continuidade, atualizando virtualidades e conectando passado, presente e futuro. Neste sentido, contemplam um grande potencial de contribuição para o complexo e longo caminho que o desenvolvimento de oportunidades de rememoração produtiva demanda.

Assumidas como reflexos - ou sintomas – da brutalidade de nossa relação com o tempo, as memórias produzidas a partir temores e buscas ilusórias por estabilidade perpetuariam – e até alimentariam – um mal estar generalizado permeado por um sentimento de anulação da existência. Desta forma, observa-se que esta obsessão por registros poderia estar servindo a tentativas de afirmação existencial em meio a um contexto onde a legitimação de angústias, anseios e sentimentos parece cada vez mais alvo de uma acirrada disputa.

Penso que há algo no selfie para além da crítica que em geral lhe fazem, a de ser um mero registro do autocentrismo ou do narcisismo dessa época. O mesmo vale para muitos Tweets e posts no Facebook. Há qualquer coisa de pungente no selfie, uma expressão de nosso desespero por tentar provar que existimos, já que não conseguimos nos sentir existindo. Melhor ainda se for um autorregistro com alguém famoso, detentor de um certificado de existência validado pela mídia, que então seria estendido ao seu autor. Nesse sentido, o selfie não me exaspera, mas me emociona. Cada selfie é também a imagem de nossa ausência (BRUM, 2015, s/p.).

Assim sendo, a proposta de uma rememoração produtiva mostra-se não somente incongruente, mas também ineficaz. Uma rememoração criativa faz-se necessária, portanto, enquanto estratégia capaz de auxiliar a descompressão dos intervalos possíveis entre estímulo e resposta, restituindo-nos condições de meditação e criação; enfim, reestabelecendo à memória seu potencial de atualização criativa de virtualidades. Tal modalidade de rememoração relacionar-se-ia, por sua vez, às possibilidades de desenvolvimento de subjetivações criativas, dotadas da potência de emancipação do sujeito em relação às demandas do Outro.

Em outras palavras, rememorar criativamente significaria conceder à duração seu tempo imensurável e indispensável a um momento de meditação que não nos lance em direção a conclusões precipitadas e incoerentes. “Trata-se de recusar a vida ausente da experiência capaz de criar uma memória ativa, original, aberta e que afirme a virtualidade que nos possibilite tornarmo-nos outros” (OLIVEIRA, 2013, p.130-131).

Referências

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, 152 pp.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. Ensaio sobre os dados imediatos da consciência. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Duração e Simultaneidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRUM, Eliane. A delicadeza dos dias. *Jornal El País*, 05/01/2015. Seção Opinião.

FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Benjamin, Baudelaire e o moderno. In: Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KEHL, Maria Rita. O tempo e o cão. São Paulo: Boitempo, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

Rememoração produtiva ou criativa?: reflexões sobre as interfaces entre memória, criação e aceleração temporal

OLIVEIRA, Bruno Costa de. O futuro do pretérito: a experiência da memória como criação. Dissertação (mestrado). UNIRIO. Rio de Janeiro, 2013.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização, in Cultura e subjetividade: saberes nômades, org. Daniel Lins. Papyrus, Campinas 1997.

**PRODUTIVE OU CREATIVE MEMORY: REFLECTIONS ON THE
INTERFACE BETWEEN MEMORY, CREATION AND ACCELERATION**

ABSTRACT:

Marked by conditions such as individualism, consumerism and acceleration, the contemporary scene represented by the Western societies demonstrates a paradoxical condition when it comes to the relationship between time and memory. In order to reflect on the interfaces between memory and creation in a context of overwhelming temporal acceleration, this study was conducted in two interrelated moments. At first, we tried to outline a contemporary culture of memory, dialoguing directly with the observations of Andreas Huyssen. In the second, we questioned his proposal on the need for productive memory strategies. Finally, it was observed that both the intuitionist philosophy of Henri Bergson as the Baudelaires ideas about the possibilities of interaction between creation and speed can signal great usefulness paths in structuring and pursuing of creative recall and subjetivation strategies.

KEYWORDS: Memory. Acceleration. Time. Creation. Wait.

**SOUVENIRS PRODUCTIVES OU INVENTIVES?: RÉFLEXIONS SUR
L'INTERFACE ENTRE MÉMOIRE, CRÉATION ET ACCÉLÉRATION DU
TEMPS**

RÉSUMÉ:

Marquée par des conditions telles que l'individualisme, le consumérisme et l'accélération, la scène contemporaine représentée par les sociétés occidentales démontrerait une condition paradoxale quand il vient à la relation entre le temps et la mémoire. Afin de réfléchir sur les interfaces entre la mémoire et de la création dans un contexte d'accélération temporelle écrasante, cette étude a été menée en deux moments interdépendants. Au début, nous avons essayé de décrire une culture contemporaine de la mémoire, de dialoguer directement avec les observations de Andreas Huyssen. Dans la seconde, si on les interrogeait sa proposition sur la nécessité de stratégies de recollection productives. Enfin, il a été observé que les deux la philosophie intuitionniste d'Henri Bergson que les pensées de Baudelaire sur les possibilités d'interaction entre la création et la vitesse peut signaler grands chemins de l'utilité dans la structuration et recherche des stratégies de rappel - et de la subjectivité - creative.

MOTS-CLÉS: Mémoire. Accélération. Le temps. La creation. Attente.

Recebido em: 20-08-2015

Aprovado em: 30-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

HOLLYWOOD E SUA METAMEMÓRIA CINEMATOGRAFICA

*Isabela Gonçalves Farias**

*Lobélia da Silva Faceira***

RESUMO

Imagens constroem em um período de espaço e tempo, recortes, fragmentos do real que fixados nos levam a significações de acontecimentos, classificados por nós de maneira cronológica em passado, presente e futuro. As impressões das imagens capturadas, estáticas pela fotografia, ou em movimento no cinema, formarão um conjunto, histórico, representativo, interpretativo, narrativo e imaginário acerca dos fatos ocorridos, que surgirão, de alguma forma, retratados por lentes óticas e olhares, com o intuito de capturar da realidade, um de vários arranjos e montagens imagéticas, para sustentar determinada versão da história.

PALAVRAS-CHAVE: Metalinguagem. Memória. Representação.

Introdução

A presente pesquisa tem o intuito de construir uma abordagem acerca da metalinguagem produzida pelo cinema americano atual. Analisar a prática e linguagem metanemônica para a organização e formação do passado, das lembranças escolhidas como representativas de sua narrativa muda, e como o cinema falado a partir disto, qualifica suas origens, desenvolvimentos e evoluções tecnológicas.

A ideia partiu dentro do contexto da linha de Subjetividade e Criação, do curso de pós-graduação estabelecido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, aonde o objetivo é a abordagem dos movimentos mnemônicos produzidos pela nossa subjetividade para representar, qualificar e criar nossas memórias. Com isso, pretendemos por neste texto, o qual chamamos de “artigo resumo”, as metas e a metodologia utilizada para o desenvolvimento do tema da dissertação A metalinguagem da narrativa silenciosa nas ressignificações da Hollywood atual.

A Modernidade gerou outras formas de se olhar o mundo. O homem viu-se diluído em uma cadeia de estímulos. O cinema é cunhado como a arte representante deste novo modo de vida. A experiência cinematográfica, iniciada com a narrativa silenciosa trouxe, em imagens, os processos de significação, memorização do homem-moderno. Aspectos como: referências ao cenário sócio-político, a marca autoral dos cineastas da época e a caracterização das personagens através das performances, que pareciam indissociáveis aos atores, marcam a narrativa cinematográfica inicial. O cinema atual cada vez mais produz em larga escala e se aperfeiçoa com as novas tecnologias. Neste contexto, a identidade subjetiva, imaterial e imagética do fazer cinematográfico coloca-se paralelamente, acompanhando as inovações do seu tempo e rememorando de diferentes pontos de vista a gênese desta arte.

Diante de tantas transformações na História e de tantas descobertas, o processo filmico mostrou-se inovador. Em pouco tempo adaptou-se ao espectador, para que o mesmo pudesse assimilar e se entreter com mais afinco ao visto nas salas de transmissão. Por outro lado, em sua medida, o espectador também se viu atraído e moldado pela inserção de uma nova narrativa (falada), linguagem, ao som, cores, formatos de filmes (curtas e longas-metragens).

Nesta zona de apropriações tanto do cinema, quanto de quem o assiste, para que a leitura do mesmo seja proveitosa, há que se saber como atua a memória nesse cenário de constantes mudanças. O que se incorporou de maneira material e subjetiva no ambiente

coletivo social para definir o cinema como “impressão de realidade” e suas características que o colocam como uma forma de expressão artística singular, com identidade única.

Essa pesquisa está ancorada nos processos metalinguísticos e suas implicações sociais. A metalinguagem é um conceito plural, com uma abordagem singular em cada campo de estudo que é aplicada, como: na Linguística, Estética, Comunicação. No tema em que a colocamos, ela surge de um movimento interdisciplinar entre vários campos do saber: Sociologia, Filosofia, História, Cinema, Memória Social e outros. A partir disso, não se torna possível estabelecer um corpus teórico que aborde de maneira completa todas as áreas.

O primeiro capítulo da pesquisa será de caráter histórico. O interesse é mostrar as trajetórias feitas pela sétima-arte até nossos dias, que justifiquem uma determinada autorreflexão, o interesse por certos aspectos e não por outros, para montar uma cronologia de acontecimentos. Elementos externos, como a Segunda Guerra, a chegada da televisão, e outros, também são importantes para se fazer uma análise do ponto de vista histórico.

Dentre os conceitos que iremos usar estão: o princípio benjaminiano da aura simbólica e representativa dos objetos, sua quebra com a chegada da vida moderna; a abordagem acerca da atenção mental despertada pelo cinema, vista em Munsterberg; como podemos falar das memórias coletivas e individuais halbwachianas, quando citamos um possível passado para o cinema; a definição da temática de um filme ser o próprio cinema, e sua diferença de um filme dentro de um filme trazida por Ana Lúcia Andrade. No campo da Memória Social discutiremos: o conceito de instante discutido amplamente por Henri Bergson, Heidegger e Walter Benjamin; a questão do que seria o mundo da informação e suas mídias estudada por teóricos da Escola de Frankfurt.

Em se tratando da parte empírica do trabalho, ela será desenvolvida no terceiro capítulo desta dissertação em forma de estudo de caso. Foram escolhidos filmes hollywoodianos clássicos, no que diz respeito a narrativa, que se propuseram a explorar a temática da história e da evolução do cinema como meio audiovisual de entretenimento e criatividade. “O Artista” (2011), “A invenção de Hugo Cabret” (2010) e “Dançando na chuva” (1956) são os cases desta pesquisa. O método de análise fílmica dessas obras servirá para a exemplificação e parte fundamental como campo de trabalho para sedimentar as hipóteses e argumentos propostos.

Os avanços de novas maneiras de expressão, de transmissão e repetição da realidade coloca a sociedade em constante movimento de diferentes formas de interpretações e narrativas. Suas apropriações do presente, sua resignificação do passado e seus prognósticos para o futuro fazem com que o útil se torne obsoleto, o que antes era entendido como impactante, agora seja da ordem do malfeito, desnecessário em relação às evoluções. Não só no campo prático e empírico, mas no campo da subjetividade, das nossas experiências sensoriais. A memória não escaparia deste processo.

De acordo com (Halbwachs:2004: p 21) “A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produza”. A afirmação do autor ratifica a fugacidade com a qual elementos da realidade que são representados e significados podem ao mesmo tempo ser perpetuados, reapresentados, ou descartados facilmente.

O cinema sendo um meio audiovisual, com estruturas próprias de funcionamento, com características de transmissão e comunicação peculiares, tem como uma das formas de sobrevivência as inovações, o desapego parcial do que lhe era fundamental em um dado momento e no presente se tornou precível ao tempo. Partindo deste princípio, questionamos de que maneira se pode organizar um conteúdo mnemônico que seja eficiente, que ofereça a tal meio uma significação representativa e de autorrepresentação válida.

Este trabalho tem com intuito a análise do cenário mnemônico em suas estruturas práticas e subjetivas na relação cinema/espectador, no que tange suas modificações, evoluções e o que se perpetua com a mudança da narrativa silenciosa para a falada. São base para essa dissertação, estudos que desenvolvem temas como: a experiência cinematográfica, os fatores psicológicos e mentais na recepção das imagens cinematográficas, bases de discurso e práticas que propiciam os processos de formação de lembranças e que as situam no tempo e no espaço. Além disso, uma filmografia que possa atender ao recorte do tema e críticas de especialista em linguagem cinematográfica.

Neste contexto, o objetivo central é articulado e colocado em dois pilares: o olhar pra si do cinema e o olhar do espectador entendido como agente ativo de memória. Através desta dicotomia, o intuito é destrinchar o produto final, em termos técnicos e teóricos, de uma autoimagem cinematográfica e a contribuição de quem assiste ao se construir uma base interpretativa e subjetiva ao longo do processo de transmissão e recepção.

Em um primeiro momento, houve a tentativa de se optar por um desses dois olhares em particular, mas visto que um não se desenvolve sem o outro, decidiu-se pôr em paralelo as duas vertentes formadoras dos processos mnemônicos do cinema. O recorte para se pautar nesses olhares parte: do cinema hollywoodiano atual, para sabermos como este em especial desenvolve produções que tratem de sua era de narrativas silenciosas, que tenham como temática o cinema em si; e parte do papel do espectador mediano de Hollywood, que cria uma interseção de processos mnemônicos que compõe a imagem de tal cinema, quando se trata de sua memória sócio-política, econômica e cultural.

“O Artista” (2011), “A invenção de Hugo Cabret” (2010) e “Dançando na chuva” (1956) são as produções da Hollywood atual para o desenvolvimento de análise fílmica. Como metodologia, faremos um resumo das obras contendo: um pouco da vida de cada cineasta, descrição de algumas cenas, e o que cada filme traz para a abordagem metalinguística na construção de uma memória. Junto com o olhar do público, pretendemos entender tal linguagem metalinguísticas do cinema hollywoodiano. Suas fases em relação a história do cinema americano. As considerações finais consistirão em um estudo cruzado entre os filmes, que nos permitirá a uma síntese particular, interpretativa acerca do que foi visto nas tramas e sua relação com o tema central.

Por que estes três filmes? A ideia de falar sobre a metalinguagem cinematográfica veio a partir do “O Artista”. Através da sua temática de autorreflexão do cinema, de seus aspectos técnicos, sendo em preto e branco e mudo e por se tratar essencialmente de memória, veremos esta sua importância que levou a mobilização e desejo de falar sobre o recorte em questão. Já “A invenção de Hugo Cabret”, ou simplesmente “Hugo”, traz a importância de se tratar o cinema como algo mítico, mágico, ligado a linguagem dos sonhos. Uma ode a George Méliès, pai das trucagens e efeitos especiais do cinema contemporâneo. E “Cantando na chuva” aborda a metalinguagem através de um gênero essencialmente originário da narrativa falada: o musical. Como tal gênero se implantou na linguagem cinematográfica, as mudanças no meio cinematográfico, quem se adaptou ao som como parte integrante do “fazer cinematográfico”.

Mesmo pondo estas três tramas em análise, outras obras serão citadas para ampliar o campo de estudo, como exemplo, “Cidadão Kane” (1941) e “Um truque de Luz” (1995). Cenas de outros filmes servirão para ilustrar pontos de vista teóricos e do fazer cinematográfico. Ou seja, além dos filmes essencialmente metalinguísticos, que se pretendem discutir o cinema como tema, obras que se caracterizam como, gravações

de clássicos hollywoodianos, as cinebiografias e outras formas de tramas que se referem a memória, também estarão presentes.

A filmografia deste trabalho possui uma aproximação com o trabalho etnográfico de pesquisa. Há encontro das diferentes vozes e conceitos que discutem a metalinguagem como construtora de memória. Uma fonte inesgotável de cenas, falas e filmes completos nos ajudarão no processo analítico, sendo que algumas críticas esboçadas em jornais, sites, blogs, acerca do cinema hollywoodiano também servirão para a abordagem. Os comentários de cineastas acerca de suas obras, ou ao falarem como se pode falar da memória cinematográfica, são fundamentais para que possamos entender o processo de uma produção essencialmente metalinguística, através do lugar do produtor, diretor.

No campo teórico, o segundo capítulo irá se constituir dos apontamentos e conceitos diferenciados, parte da justificativa teórica. Teóricos como Walter Benjamin, Ismail Xavier, Hugo Munsterberg, Maurice Halbwachs, Le Goff, são exemplos da bibliografia. Já que estamos em um curso interdisciplinar, que pensa os diversos processos de lembrar e esquecer do homem, o foco será manter o diálogo entre autores de diferentes linhas de pensamento.

Não se pode falar dos aspectos subjetivos da memória, de suas experiências, apenas contemplando representantes dos estudos sobre Cinema, ou só acerca da Memória Social. Mostraremos como que aparece os movimentos mnemônicos, quando o cinema está produzindo sua autorreflexão conversando com princípios mnemônicos.

A partir da relação entre memória e história, torna-se crucial a análise de como ela se estabelece. É necessário o estudo de como se comportam as impressões acerca do cinema, que chegam ao senso comum e pertencem a uma “memória coletiva”.² Como isso é colocado pelo próprio cinema e seus espectadores. Torna-se interessante saber de que maneira o que foi feito durante a narrativa silenciosa reflete no cinema atual, tanto no campo prático (montagem, continuidade, enquadramentos etc.), quanto na percepção cinematográfica, que nos leva a entendê-lo como arte através de uma estrutura fixa.

Em seu texto *A Atenção*, Hugo Munsterberg define de forma concisa o que parece ser a delimitação do que seja o processo mnemônico referente ao espectador como “agente de memória”. (Munsterberg:2008: p 27) afere que:

A mera percepção das pessoas e do fundo, da profundidade e do movimento, fornece apenas o material de base. A cena que desperta o interesse certamente transcende a simples impressão de objetos distantes e em movimento. Devemos acompanhar as cenas que vemos com a cabeça cheia de ideias. Elas devem ter significado, receber subsídios da imaginação, despertar vestígios de experiências anteriores, mobilizar sentimentos e

emoções, atizar a sugestibilidade, gerar ideias e pensamentos, aliar-se mentalmente à continuidade da trama e conduzir permanentemente a atenção para um elemento importante e essencial – a ação.

A constatação do autor nos faz perceber que as imagens cinematográficas são fontes plurais para o surgimento de campos da memória. Munsterberg, no trecho acima, frisa o movimento mnemônico por parte de quem assiste tais imagens. Mas parece não apenas haver esse envolvimento em favor de lembranças e reminiscências para que elas sejam produzidas no inconsciente individual e coletivo.

Como tratar da subjetividade no tema em questão? Por se tratar de uma dissertação que segue a linha de Memória, Subjetividade e Criação, há de se ter uma vasta discussão acerca dos aspectos psicológicos, de recepção e produção de informação. Ou seja, pela observação do cinema como suporte e do espectador mediano atual, tentaremos traçar os elementos simbólicos, de significação, de um discurso mnemônico que é preponderante no que tange passado/presente de Hollywood, e que serão fundamentais para montarmos hipóteses e construirmos o estudo.

Através da tentativa de esboçarmos o discurso metalinguístico produzido pelo cinema norte-americano, procuramos entender quais os interesses que partem do próprio meio cinematográfico e aqueles que passa, fundamentalmente, por interesses de ordem sociocultural e econômica. Será que há elementos cinematográficos que possam ser mais construções subjetiva do meio (cinema) junto com os processos mentais do espectador? Como a imagem em movimento serve como instrumento de memória atrelada as sensações que ela produz, sendo em algumas imagens o sensorial mais ditado por experiências particulares do que ditames sociais?

Neste sentido, dois elementos que fazem parte do fazer cinematográfico terão subtítulos de destaque. O primeiro deles, o surgimento do som no cinema, o que isso trouxe para falarmos de evolução, ou em contraponto, a alienação no meio audiovisual de uma época, as contraposições de autores e de alguns cineastas sobre esta questão. A partir disso, veremos o que aconteceu com o discurso metalinguístico do cinema norte-americano quando o som passou a ser parte indispensável.

O outro tópico vai abranger em especial a figura do espectador cinematográfico mediano atual, seu comportamento em termos sócio-políticos e culturais, suas maneiras de interpretação, sua função de agente de memória. Para que se torne hegemônica uma visão de passado, é preciso obter determinada postura de quem decodifica o que é transmitido, aí está a atenção especial ao espectador. Sua interpretação age como a

principal via de fluxo de lembranças na medida que, a integração dessas diversas lembranças se cruzam, elas criam linhas de significados daquilo que veem.

A discussão da leitura do cinema contemporâneo como obra de arte, tanto no contexto prático, como teórico, se faz necessária. A implicação do cinema norte-americano ser calcado em blockbusters, que marcam a fixidez de um cinema industrial e mercantilista, que parece não ter mais espaço para o novo, e sim, para o reproduzível. Qual o valor que tal suporte dá para sua própria memória? O que deseja que seja difundido como discurso legítimo de sua trajetória até os dias de hoje? Estes questionamentos estarão presentes na dissertação como um todo.

Ainda dentro destas indagações, é preciso relacionar o processo de memorização cinematográfica com a chegada das novas tecnologias. O surgimento cada vez mais rápido de novos aparatos tecnológicos influencia de que maneira a narrativa fílmica para que ela seja eficiente? Há nas produções que discutem o próprio cinema que tipo de valorização dada às técnicas e estéticas mais antigas da imagem audiovisual?

Assim como outros campos das artes visuais, como a pintura, fotografia, há uma adaptação singular para que sobrevivam e incorporem o novo. Isto aconteceu com o cinema em sua época de transição dos filmes mudos para os falados, e agora parece se repetir com investimentos em grandes tramas divididas em partes, no 3D e outras inovações. Neste contexto, entenderemos a importância do desenvolvimento das novas técnicas ajudam e se tornam preponderantes para se fazer uma autoimagem que seja representativa e cada vez com mais elementos técnicos na sua formação.

O tempo é um elemento das produções cinematográficas que está em um constante processo de construção e de desconstrução com diversas possibilidades de se montar um acontecimento. A montagem estabelecida para organização de cenas de uma trama, tem o roteiro como base, mas não se limita ao que está escrito, na verdade com os recursos técnicos e narrativos que podem ser criados pelos pontos de vista de uma determinada história, a sequência das cenas aparecem como fragmentos de imagens em movimento.

Esses fragmentos tem começo e fim, mas não se ligam de maneira obrigatória um ao outro. No começo, a velocidade temporal obtida e que refletia o mundo moderno teve desdobramentos, que estudiosos, como Walter Benjamin, colocam em discussão. “No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transformam ao mesmo tempo que o seu modo de existência” (1985: 169).

As memórias coletivas geradas no cenário contemporâneo são reflexos do que consiste o reproduzível, os simulacros do real. No frenesi contido no conjunto dos seios

sociais atuais, o facilmente assimilado e uma recepção cada vez mais impulsionada pelo presente imediato marcam as novas narrativas, linguagens simbólicas e gêneros de representação do real. Não seria diferente com o processo de reflexão de um suporte comunicacional, sendo ele um emissor social de informação, acompanhar o ritmo, a duração do fluxo de atenção necessário para reconhecer, decodificar tal suporte.

Na leitura de Henri Bergson, temos uma abordagem do instante presente que se aproxima de outras explicações, como a de Benjamin, por exemplo. Na visão benjaminiana, os impulsos receptivos são como correntes elétricas em curto, choques contínuos de percepção, postos como formas de comportamento fundamentais para que os processos mnemônicos aconteçam. Afirma (Bergson, 1999: p 42):

Confundimos, então, o Ser com o ser-presente. Todavia o presente não “é”. Ele seria sobretudo puro devir, sempre fora de si. Ele não é, mas age. Seu elemento próprio não é o ser, mas o ativo ou útil. Do passado, do contrário, é preciso dizer que ele deixou de agir, ou ser útil. Mas ele não deixou de ser. Inútil e inativo, impassível, ele é no sentido pleno da palavra: ele se confundiu com o ser em si. Não se trata em dizer que ele ‘era’, pois ele é o em si do ser e a forma pela qual o ser se conserva em si.

A partir da concepção de um passado que não cessa, pois se atualiza no presente, se realiza com o movimento, o agir dinâmico o que impulsiona essa eternidade. Os choques como respostas de estímulos externos, vão refletir em nosso corpo. Neste ponto, os conceitos dos autores, de certa maneira, se complementam, ou seja, a forma de responder o que recebe com determinada intensidade e duração nos diz até quão profundo em nossa consciência aquela descarga elétrica deixou em seu fluxo.

É interessante visualizar na formação de uma metalinguagem feita pelo cinema, que mesmo que filmes atuais, que fazem referência a uma determinada época ou estilo cinematográfico, mesmo incorporados pelo ritmo contemporâneo de representação, mantem certos elementos característicos do passado para um melhor entendimento estético-sensível do espectador e para uma narrativa e montagem que se apropriem também do fazer cinematográfico de tal época. É como não bastasse apenas descrever suas origens, mas buscar sensações para isso.

As imagens cinematográficas em todo o seu contexto (ambientação, interpretação, luz, som) possibilitam a abertura para vários campos da memória. Não apenas engendra o espectador em uma colcha de vestígios de experiências mnemônicas individuais, mas também de outras produzidas involuntariamente pelo próprio filme.

Halbwachs questiona: “Será que a maioria das idéias que atravessam o nosso espírito não se resumem no sentimento mais ou menos preciso de que poderíamos, se quiséssemos, analisar seu conteúdo? Mas raramente se chega até o fim dessas análises” (2004, p. 21). Ao relacionarmos a afirmativa do autor com a construção mnemônica no cinema, podemos notar que os movimentos de reminiscências e de lembranças estão presentes e constantemente estão em um estado de resignificação tanto para o espectador, quanto para o próprio suporte cinematográfico.

É difícil constituir características que permanecem; identificar técnicas, gêneros, formatos que são esquecidos. Não se pode resumir uma determinada linguagem, narrativa, ou forma do fazer cinematográfico como algo ultrapassado e malfeito. O diálogo entre a gênese e as atualizações empíricas e subjetivas é permanente e necessário à evolução e, principalmente, para a construção cada vez mais de uma identidade única e preservada pela memória social que vai além da dicotomia entre o arcaico e o atual.

Considerações finais

O fazer cinematográfico, engloba a parte do desenvolvimento de técnicas de enquadramento, montagem, e outros aspectos práticos que formam a base de uma “memória empírica”. E, por outro lado, a observação dos elementos de linguagem e narrativos das experiências de transmissão e recepção que constituem uma “memória subjetiva”. Com isso, torna-se importante o estudo acerca dos processos mnemônicos que ocorrem no diálogo entre a narrativa silenciosa e a atual do cinema, para que tal suporte possa manter sua identidade original e se apropriar das novas tecnologias ao seu favor. Como afirma Fernando Mascarello: “O presente desvela suas íntimas conexões com o passado e o tecnológico desnuda seus movimentos complexos de releitura e apropriação”.

O intuito é proporcionar um diálogo entre pensadores do Cinema e da Memória Social, para que possamos acompanhar os movimentos técnicos e de linguagem que Hollywood estabelece como instrumentos para construir uma reflexão de sua própria memória e história. Em um primeiro momento vemos a eficiência da releitura de si feita pelo cinema americano. Os interesses de mercado e políticos parecem assegurados e agindo sobre as produções. Mas podemos afirmar que o cinema americano pode formar uma metamemória, que mesmo atingindo esses interesses, possa ser uma marca de

poder do cinema em meio a sociedade atual, absorvida pelas formas de controle? Teria ele seu próprio controle assegurado?

Acreditamos que o caminho da autorreflexão, que permite cada vez mais uma linguagem do passado, seja fundamental para a sobrevivência, não só do cinema mais de outras maneiras de expressão. Afirmar determinada origem proporciona um presente mais evolutivo, mais relacionado com a potência que se consegue desenvolver no Agora. As lembranças feitas pelo próprio sujeito, ou por meios artísticos e comunicacionais, são vitais para que se mantenha uma representatividade simbólica que satisfaça quem há transmite e quem a recebe.

As imagens cinematográficas, em sua busca de inovações tecnológicas e de novas narrativas experimentais, são as únicas capazes de serem registros de memória e história do cinema. A metalinguagem, que concerne no manejo das ressignificações, existe apenas por usar a capacidade dessas imagens para fazê-las esboçar seu próprio reflexo, seu poder de criar uma memória, que tem seu alcance, como seu espelho.

Referências

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. IN: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Ed: Brasiliense. São Paulo. 1987.

BERGSON, H. Memória e Vida. Ed: Martins Fontes. São Paulo. 2006.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

MASCARELO, F. História do cinema mundial. São. Paulo. Ed : Papyrus 2007.

MUNSTERBERG, H. A Atenção IN: XAVIER, Ismail. A experiência do cinema. São Paulo. Ed Graal. 2008.

HOLLYWOOD AND METAMEMORY YOUR FILM

ABSTRACT:

Pictures build over a period of time and space, cutouts, fragments of reality that lead us to a definition to the meanings of events, classified chronologically by us from past, present to future. Printouts of the captured images, static for photography, or on move in cinema, form an historic, representative, interpretative, narrative and imaginary ensemble around facts that happened, emerged, in a certain way, portrayed by optical lenses and eyes, in order to capture the reality with various arrangements and image montages, to support a particular version of History.

KEYWORDS: Metalanguage. Memory. Representation.

HOLLYWOOD ET MÉTAMÉMOIRE VOTRE FILM

RÉSUMÉ:

Images construites durant une période de temps et d'espace, coupures, fragments du réel qui nous conduisent à donner une signification aux évènements, que nous avons classés par ordre chorologique du passé au présent jusqu'au futur. Le sentiment d'images capturées, statiques à travers la photographie, ou en mouvement à travers le cinéma, forment un ensemble historique, représentatif, interprétatif, narratif et imaginaire autour de faits qui ont eu lieu, qui ont surgit, d'une certaine manière, représentés par des optiques et des yeux, avec le désir de capturer la réalité en des arrangements et des montages d'images variés, afin de soutenir une version particulière de l'histoire.

MOTIS-CLÉS: Métalangage. Mémoire. Représenter.

Recebido em: 02-09-2015

Aprovado em: 17-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

PEQUENAS MEMÓRIAS E O TRABALHO DO TRAUMA

*Sonia Maia**

*Jô Gondar***

RESUMO:

O artigo, dentro do referencial psicanalítico, procura articular o termo pequenas memórias com a categoria do trauma, do fragmentário e com a memória fora do universo das representações.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Trauma. Fragmento. Representação.

Pretendo trazer neste artigo questões em torno do que chamo de ‘pequenas memórias’ privilegiando, dentro da psicanálise, a categoria do fragmentário e a memória fora das representações. Esta ideia partiu da afinidade pela temática presente no universo do sensível, de inquietações que envolvem o lembrar e o esquecer e da constatação de acontecimentos na prática da clínica psicanalítica contemporânea que entendemos escapar das abordagens sobre memória calcadas na categoria do representacional.

As questões relativas ao trauma se ligam a este tema e foram amplamente desenvolvidas por Sandór Ferenczi (1873-1933), autor que privilegio em meu trabalho. O intuito é buscar em alguns autores tomados como intercessores elementos que permitam avançar em pontos tocados pela teoria do trauma ferencziana.

Walter Benjamin (1892-1940), filósofo crítico e importante pensador da cultura, ganhou então destaque principalmente no que toca seu posicionamento frente às catástrofes e aos restos e fragmentos por ela deixados. Ele traz em sua crítica à modernidade grandes semelhanças entre o que Ferenczi propõe na psicanálise..

O termo pequenas memórias pode ser pensado como uma espécie de ‘operador’ que, ligando diferentes campos numa série de pontos comuns, procura ampliar nossa visão acerca da frequente naturalização feita quando nos referimos a traumas e catástrofes, seja a nível individual ou coletivo, que são normalmente tidos como sinais apenas de destruição. Entendemos que esse ‘operador’ permite ampliar significativamente nossa perspectiva acerca dos processos do lembrar e do esquecer, componentes da memória, além de contribuir para reflexões acerca da clínica psicanalítica contemporânea, especialmente quando pensada fora do registro da memória representacional.

As pequenas memórias fogem de quaisquer avaliações quantitativas, sendo o termo ‘pequenas’ melhor usado no sentido de sua forma e funcionamento do que no de tamanho. Colocam-se em nosso aparelho psíquico como *impressões sensíveis*, que são os signos de percepção da Carta 52 (1896) freudiana.

Nessa carta Freud apresenta a ideia de uma memória muito seletiva e marcada por arranjos e retranscrições dos traços de que é composta. O aparelho mnêmico é mostrado como tendo uma entrada pelas percepções (*W – Wahrnehmungen*) e uma saída pela consciência (*Bewusstsein*); entre esses pontos estariam localizados basicamente três tipos de registros que levariam em conta os neurônios que são seu veículo. *W*, o polo das percepções, nada conserva do que acontece e liga-se à

consciência – o que implica em dizer que memória e consciência são excludentes. O primeiro dos três registros é o das *indicações de percepção* (os signos de percepção); simbolizados pela sigla Ws (*Wahrnehmungszeichen*), o conteúdo desse registro é tomado como praticamente incapaz de chegar à consciência, dispendo-se conforme associações de simultaneidade. O segundo registro, Ub (*Unbewusstsein*), é o inconsciente, dispendo-se talvez por relações causais e não tendo também acesso à consciência. O terceiro registro, Vb (*Vorbewusstsein*), é nossa pré-consciência, ligando-se às representações verbais.

Entendemos que a memória sobre a qual Freud edificou a psicanálise é aquela colocada no segundo registro, o do inconsciente. Nesse registro as impressões são inscritas como *traços* – os traços de memória. Em 1900 na *Interpretação dos sonhos*, encontramos a descrição do aparelho psíquico diferente daquela da *Carta 52* (1896); Freud também escreve em 1900 o caminho dos processos psíquicos como partindo da extremidade sensória (perceptual) do aparelho e indo até a extremidade motora, tal como em 1896; porém neste caminho não mais encontramos os signos de percepção.

O importante é notarmos que para os fins deste trabalho o que interessa não é a memória formada por traços descrita por Freud em 1900, mas sim aquela de 1896 da *Carta 52* que traz os signos de percepção. Eles são para nós ‘pequenas memórias’.

As pequenas memórias são impressões que não são inscritas no aparelho de memória como um sistema de signos, não se encontrando gravadas na memória inconsciente descrita por Freud em 1900 nem no pré-consciente; são somente impressões, *impressões sensíveis*.

Para pensar essa qualidade das pequenas memórias, isto é, serem impressões sensíveis, abordamos o campo das pequenas percepções de Leibniz (1646-1716). José Gil (1939-), filósofo contemporâneo, toma as pequenas percepções leibnizianas em sua produção teórica. Vejamos.

Nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano* (1701/1704) Leibniz reflete acerca de existir em nós a todo momento muitas percepções sem apercepção ou reflexão; fala de ‘mudanças na alma’, as quais não nos damos conta e traz o exemplo do bramido do mar para falar das pequenas percepções. Para ouvirmos o bramido precisamos ouvir as partes que o compõem, isto é, cada pequeno ruído de onda nele contido. Afirma que somos afetados pelo movimento de cada minúscula onda existente no bramido e que se assim não fosse, não poderíamos ouvir o todo. Cada pequeno ruído seria uma pequena percepção.

José Gil (1936-), filósofo português que trouxemos, nos aproxima da leitura de fenômenos relacionados a limiares onde essas percepções infinitesimais entram em jogo. No prefácio de seu livro *A imagem-nua e as pequenas percepções* (1996) encontramos um desenvolvimento acerca do tema.

Gil nos coloca frente à reflexão sobre domínios onde o estudo das pequenas percepções se faz imprescindível. Fala de fenômenos não conscientes que trata como sendo de *osmose*, fazerem parte principalmente das ciências humanas tal como a psicanálise, psiquiatria, antropologia ou sociologia; nestas disciplinas aquelas percepções estariam presentes. Assim, a situação da transferência psicanalítica por exemplo, é vista como revelando estados psíquicos ‘crepusculares’, ‘simbióticos’ ou simplesmente indefinidos onde as pequenas percepções estariam em jogo; Gil também aponta as relações de influência, que vão desde a publicidade até as relações políticas, ou ao mais sutil contato entre dois seres, que gerariam essas ‘forças não-conscientes’, perceptíveis somente em seus efeitos.

Emparelhamos nossas pequenas memórias com essas pequenas percepções; acreditamos que esses fenômenos descritos por Gil como de *osmose* descrevem ‘fatos’ relacionados a limiares de campos bem definidos, embora eles mesmos não tenham definição. São fenômenos fronteiraços no que se refere ao inconsciente e a consciência, não possuindo campo operacional próprio. Para nós este é o ‘campo’ dos signos de percepção, ao qual aproximamos as pequenas memórias.

Avançando um pouco mais, Gil nos convoca a refletir sobre a possibilidade de existir um tipo de ‘quase-linguagem’ na constituição destes fenômenos; seria uma linguagem não-verbal que visa constituir *atmosferas*, captando e lançando forças e energias. Estas atmosferas, feitas de pequenas percepções, formam o que Leibniz descreve como ‘imagens das qualidades dos sentidos’, impressões que os corpos realizam ligando-nos ao universo; são as impressões sensíveis que falamos acima.

Um ‘olhar’ é uma entrada nesse campo das pequenas percepções; podemos pensar numa poeira de ínfimos movimentos, imprecisa, trazendo somente ‘anúncios’, pré-sentidos – uma espécie de coreografia de forças com atrações e repulsões que faz emergir contornos, formas vazias, de onde podem (ou não) emergir significados. Marcamos aqui a existência de possibilidades criativas as quais apontaremos adiante nas relações que vemos entre o trauma, a categoria do fragmentário e a criação.

As pequenas percepções trazem em si movimentos que podem também desembocar em macrop percepções, estas que, ainda como ‘formas’ invisíveis, são

potentes. São o que trouxemos como pequenas memórias, ‘formas de força’ sutis e sensíveis que revelam o que percebemos ‘sem perceber’.

Por fim, gostaríamos de marcar que ao falarmos em pequenas memórias, falamos de movimentos invisíveis em sua maioria que carregam consigo fios condutores de criatividade. Destacamos também que estas memórias se colocam no interior do aparelho psíquico como impressões sensíveis, sem estarem inscritas na forma de traços de memória, estes que são a memória descrita e trabalhada por Freud ao fundar a psicanálise, a memória representacional. As pequenas memórias descrevem ‘fenômenos’ cujo escopo se põe fora das representações – podemos dizer que são da ordem das ‘aparições’, remetendo-nos a todo um novo e desafiador universo dentro da técnica e teoria psicanalítica.

Não queremos dizer com isso que Freud não tenha se aproximado disto! Sabemos que toda a problemática levantada em 1920 com a dualidade pulsional e a dinâmica prazer/desprazer o inquietou, mas também lembramos que a categoria das representações foi privilegiada. Nossa proposta aqui é refletir sobre o que esta *fora* daquela categoria, isto é, da memória que não foi inscrita no sistema inconsciente stricto sensu, tendo a qualidade de uma impressão sensível como já dissemos, e que denominamos de ‘pequena memória’.

Na obra de Sandór Ferenczi encontramos solo para pensar as pequenas memórias. O autor coloca seu posicionamento frente ao traumático em inúmeros casos clínicos que descreve onde privilegia a fragmentação psíquica e propõe inovações técnicas cuja apropriação parece profícua principalmente quando pensamos em quadros clínicos que se encontram à margem das categorizações costumeiras da neurose e da psicose.

Walter Benjamin, autor da filosofia que buscamos como principal intercessor, traz em sua obra conceitos que permitem boas articulações acerca da proposta ferencziana especialmente em sua leitura acerca das catástrofes e do despedaçamento que podem deixar. Procuraremos colocar resumidamente o que encontramos em comum entre Benjamin e Ferenczi para apontarmos o que pretendemos desenvolver acerca do *fragmentário*.

Abordar a obra de Ferenczi não é tarefa fácil pelo seu caráter denso e fragmentário concomitante. Sua obra é instigante e grande parte apresentada em pequenos capítulos, às vezes até de um só parágrafo, porém nunca deixando de marcar pequenos fatos clínicos que quando observados de perto se mostram pertinentes.

A sua produção se inicia logo após seu contato com Freud em 1908 e segue até 1933 com sua prematura morte. Teve com Freud intensa correspondência além de um curto e também intenso período de análise. Podemos encontrar em seu *Diário Clínico* um testemunho disto.

No *Diário*, onde nos aproximamos bastante da ‘forma’ de conduzir a clínica de Ferenczi, temos o relato de diversos casos clínicos de onde ele extrai conclusões que foram em sua maior parte elaboradas em outros textos de sua autoria.

Estudioso das questões que envolvem o trauma, Ferenczi reconhece não haver casos ‘intratáveis’; há sim analistas pouco ou nada criativos, que diz provavelmente não terem levado a termo sua própria análise e ainda, que não tomam para si a responsabilidade inerente aos processos de tratamento que se mostrem menos fáceis ou corriqueiros. Este ponto de vista o colocou num lugar de distanciamento em relação a muitos analistas.

Sabemos que Ferenczi privilegiou em seu trabalho o estágio auto-erótico do desenvolvimento psicosexual da psicanálise. Este estágio, que antecede ao narcísico, é marcado por uma parcialidade pulsional onde entendemos funcionar um regime de dispersão de intensidades, num ‘jogo de forças’, tal como descrevemos o movimento das pequenas percepções de Leibniz quando falamos das pequenas memórias. O fragmentário e o sutil também aqui se encontram.

Enfatizamos que no fragmentário vemos possibilidades criativas, positivando desta forma o que esteja clivado e pulverizado como carregando formas de existência. É o que apreendemos da psicanálise ferencziana.

Vemos que com sua matriz teórica dirigida predominantemente no auto-erotismo, Ferenczi propõe conceitos que vão ao encontro da abordagem clínica de pacientes cuja subjetividade se dá num registro que chamou ‘clivagem narcísica’. Brevemente falando, o que ele entende como clivagem narcísica seria uma modalidade de existir onde, não tendo havido a morte por um evento traumático, houve um esfacelamento, uma quebra em pequenos cacos, e com estes fragmentos se faz a sobrevivência. É como se nessa ‘quebra’, pequenas partes ainda intactas pudessem se recolher e preservar, se arranjando de modo que vemos uma possibilidade criativa com os fragmentos.

Ferenczi toma o trauma numa visada criativa – é nele, por causa dele, que se dão as possibilidades de criação.

Procurando não nos prender apenas às questões da clínica além de poder ampliar nossa visão acerca dela, tomamos Walter Benjamin, filósofo crítico da escola de Frankfurt, como nosso principal interessor. Fizemos isso por termos encontrado nele inúmeros pontos concordantes com a psicanálise proposta por Ferenczi e também por apontar conceitos que podem levar a avanços na clínica desse autor.

Benjamin promoveu em sua obra uma aguda crítica à modernidade que pode ser tomada pelo viés da narrativa. Dois textos do autor podem nos aproximar dos conceitos que desejamos: *Experiência e pobreza* (1933) e *O narrador* (1928/1935).

Nesses textos Benjamin apresenta uma tipologia dos vários tipos de memória e narração partindo da constatação de que após a Primeira Grande Guerra (e a segunda só aprofundaria o processo!) os soldados que retornavam das trincheiras muitas vezes não conseguiam recordar ou contar suas experiências. Não por acaso, na mesma época Freud se depara com o fenômeno dos sonhos na neurose traumática, onde se reproduziam repetidamente o trauma pelo qual os portadores desta neurose haviam passado – o fenômeno inquietara Freud uma vez que essa repetição involuntária contrariava o princípio do prazer, até então soberano nos eventos psíquicos.

Benjamin observa o mesmo fato por outro viés – os soldados regressavam ‘pobres de experiências comunicáveis’. Pensando nas narrativas, podemos chegar a uma reflexão acerca de que tipos de narrativas pode haver com ‘restos e cacos’ (*fragmentos*) deixados pela destruição traumática trazida por determinado evento, tal como a guerra.

Benjamin coloca a figura do ‘novo bárbaro’, fruto do que pensa como produto do progresso técnico trazido pela guerra ‘moderna’. Este sujeito estaria incumbido da missão da ‘salvação’ do mundo, segundo ele.

O ‘novo bárbaro’ introduz um conceito novo e positivo de barbárie que carrega uma pobreza de experiências partilhadas; este bárbaro vem com algo que o impele a prosseguir ‘com pouco’, construir com pouco, sem olhar para os lados, ir em frente. Benjamin o compara a grandes personagens da história que partiram do quase nada para suas criações – Descartes sai de uma única certeza, o ‘penso, logo existo, Einstein perde o interesse pelo gigantesco universo da física para privilegiar uma pequenina discrepância que viu acontecer entre as equações de Newton e as observações astronômicas.

Benjamin cita outros personagens e cientistas que partiram do nada ou quase nada em suas criações, tal como Brecht e Klee por exemplo; são os ‘novos bárbaros’

que criam grandes obras com migalhas e fragmentos do que restou de catástrofes ou pela atenção que dão à pequenas coisas do mundo.

Para nós é importante pontuar que estas criações se dão pela apropriação feita dos fragmentos, tanto os que foram deixados por catástrofes quanto aqueles da observação de minúcias. A ideia é pensar que nestes fragmentos (que são pequenas memórias) existe um tipo de ‘trabalho’ que pode ser gerador do novo.

O ‘novo bárbaro’, que tem a ‘tarefa’ de poder criar narrativas com os fragmentos, parece fazer tal como um sucateiro, um catador de lixo que vai pegando e juntando fragmentos e restos que encontra e com os quais cria, avança no sentido de um tipo de resgate com o que foi quebrado. Faz com esses pedaços novas histórias e histórias ‘do que poderia ter sido’ daquilo que arrebentou. Este pensamento, que percebemos aparecer em Benjamin em diversos ensaios, faz parte de uma vertente da mística judaica vinda de Isaac Luria (1534-1572), um dos maiores cabalistas que já existiu, que elaborou um sistema místico partilhado por toda comunidade judaica.

Gershon Scholem (1897-1982), amigo particular de Benjamin, aborda este sistema com detalhes e o apresenta a Benjamin. Este estudo ajuda a compreender o modo como Benjamin toma o fragmentário resultante de uma catástrofe, o que para nós tem muita semelhança com a positivação dos eventos traumáticos elaborada na psicanálise ferencziana.

Sem nos estender com isso, vejamos o que traz a vertente mística cabalista de Luria. Fala-nos da teoria *Tzimtzum* a qual coloca a existência do universo por um processo de ‘contração’ em Deus; o primeiro ato de Deus seria um passo para dentro e o segundo seria a emissão de um raio de sua luz; cada novo ato de emanção é precedido de uma retração de modo que o processo cósmico seria duplo – a luz que refluí a Deus e a que flui dele.

Luria propõe paralelamente a esta cosmogonia a doutrina do *Schevirat*, ou ruptura dos vasos, e a do *Tikum*, que significa arranjo ou reparação de um defeito. Na ruptura, do homem primevo jorram as luzes das *Sefirot*, esferas de emanção da luz divina, que se dispõem num mundo confuso e desordenado de luzes puntiformes.

Pela determinação divina em gerar seres com formas finitas, se faz necessário a captura dessas luzes isoladas em ‘recipientes’ – vasos – para ordená-las; alguns desses vasos se quebram e centelhas da luz divina se espalham pelo cosmo. O propósito original da criação seria o recolhimento dessas centelhas, o *Tikum*, que é designada ao homem.

Resumindo, a ação do homem passa pelas possibilidades de restituição das centelhas de luz vinda da quebra dos vasos. Este seria o sentido da vida humana.

Sem tomarmos agora um maior desenvolvimento destes pontos, gostaríamos de marcar que a aproximação a mística de Luria auxilia no entendimento do posicionamento de Benjamin no que diz respeito a positivação dos eventos traumáticos; o que Luria traz acerca das possibilidades de criação também se parece com a proposta de Ferenczi quando fala do trauma. Estes autores se apropriam de fragmentos que podem ter surgido de eventos traumáticos e com eles abrem possibilidades criativas.

Procuraremos agora marcar uma maior aproximação do que trouxemos com a clínica psicanalítica; estamos pensando nas categorias do traumático e do fragmentário, que entendemos como pertencentes às pequenas memórias como possibilidades, como positivações. Esta articulação parece profícua ao pensarmos o trabalho clínico com o que trouxemos no início, ou seja, modos de subjetivação que não estão inseridos na neurose ou na psicose, onde podemos pensar a psicanálise clássica, que trabalha com a memória inconsciente composta de traços mnêmicos, que foi aquela que Freud privilegiou. Trata-se de elaborações que estão fora do universo representacional.

Encontramos no trabalho de Felícia Knoblock um importante estudo de toda temática trazida.

O trabalho do trauma

Este é o título do trabalho de Felícia Knobloch, de 1998 para 'Les Lettres', o boletim da Société de Psychanalyse Freudienne. O que ela desenvolve neste ensaio, junto com o que traz em seu livro *O tempo do traumático* também de 1998, fazem parte do que pretendo abordar e futuramente desenvolver no doutorado.

Em *O trabalho do trauma* (1998), Felícia traz que Freud e Breuer encontraram o termo 'trabalho' para designar a elaboração psíquica situada entre o trauma e o surgimento do sintoma. Esse trabalho marca o estabelecimento de *laços associativos*, que é o que permite a liquidação progressiva do trauma garantindo a eficácia do tratamento.

Assim, as pulsões 'exigem' um trabalho que o aparelho psíquico vai realizar em sua união com o corpo. Por exemplo, encontramos no luto a designação de um trabalho no sentido de um mecanismo que realizaria ligações/desligamentos/religações na elaboração da perda de um objeto afetivo.

Felícia destaca que o funcionamento mental ‘habitual’ como um todo caracteriza-se pelo trio ligar-desligar-religar, que regularia esse funcionamento assegurando uma estruturação que se revela implícita. A autora aponta no entanto, que os últimos escritos freudianos fazem referência à necessidade de levar-se em conta o mecanismo de fragmentação que há nas experiências traumáticas.

Felícia considera então as relações entre trauma e fragmentação. Lembra-nos que sua experiência clínica a faz reconsiderar essas relações; toma então a fragmentação como uma maneira outra de um processo elaborativo ou de ligação onde não existem laços e sim rupturas, dissociações.

Deste modo, entendemos com a autora que este tipo de ‘trabalho’, o trabalho da fragmentação, seria o trabalho do trauma, próprio dele, que ela desenvolve tomando como base a sensibilidade clínica de Sandór Ferenczi. O que Felícia considera, que é parte do que gostaríamos de desenvolver no doutorado, seria a experiência de fragmentação como resultado de um trabalho, o trabalho do trauma.

O trauma teria como especificidade o trabalho de fragmentação; procuraremos mostrar que, apesar desse trabalho não organizar as coisas no sentido de uma unificação ou síntese (o que reforçaria a questão estrutural e a busca que muitos trabalhos clínicos focam), ele acontece além e aquém de qualquer organização possível – ele se dá *na ,pela e por causa* da fragmentação. Isto é positivar a fragmentação, desnaturalizar um posicionamento que a tomaria como ruim.

Ferenczi mostra que o processo do recalçamento é só um caso ‘particular’ dos possíveis deslocamentos energéticos do psiquismo – ele não descarta, e até afirma, existirem outros processos e mecanismos psíquicos que mesmo numa personalidade ‘partida’, revelam os fragmentos produzidos por essa ‘quebra’ assumindo o modo de funcionamento da pessoa inteira, mantendo-a viva.

Ferenczi propõe situar o trauma fora do material recalçado; já apontamos que este material, nossa memória inconsciente formada por traços inscritos, foi aquela privilegiada por Freud em detrimento dos signos de percepção. Parece que estes signos (nossas ‘pequenas memórias’), podem se equiparar ao trauma que Ferenczi propõe.

Ferenczi traz em 1930 a fragmentação psíquica não somente como consequência de um trauma; aponta que ela é uma forma de defesa, uma *adaptação* ele diz, tomada como a única forma possível encontrada por um sujeito quando suporta uma *dor* impossível de aguentar.

O trauma pode levar ao caos e à fragmentação e a partir desse estado se ‘cria’ uma nova ordem onde o trabalho dos fragmentos faz a ‘costura’ possível. Isto seria a adaptação, esta instabilidade como possibilidade.

Podemos retomar aqui o que trouxemos com a doutrina do Tzimtzum na mística de Luria que Walter Benjamin parece seguir. Lá há uma ‘ruptura’ dos vasos que espalha luzes em fragmentos, caoticamente; elas são recolhidas e retomadas, não na totalidade, mas na possibilidade que exista.

Felícia aponta também o fato de Ferenczi ter sido o pioneiro com relação às pesquisas contemporâneas na clínica, cujas dificuldades ele já via que não tinham respostas somente usando as noções de representação, recalçamento e psiconeurose; e coloca que o trabalho com os fragmentos pode ser visto como o único recurso que guardaria a vida de pessoas tidas como inadaptadas ou deficitárias.

Em *O tempo do traumático* (1998) Felícia lembra o fragmento ‘A propósito da afirmação do desprazer’ do Diário Clínico de Ferenczi. Lá ele fala da experiência da dor como estando fora do circuito prazer-desprazer – seria ‘uma grande dor’, que justo por isso não tem conteúdo de representação, sendo inatingível à consciência.

Ferenczi mostra que quando o sofrimento aumenta a ponto de ultrapassar a força de compreensão do ser, este fica ‘fora de si’; está introduzida a temporalidade do trauma.

Estas pessoas, segundo Ferenczi, partiram para outros universos, voam entre os astros, passam através de substâncias, formam sua própria cosmogonia. Neste ‘lugar’ coexistem passado, presente e futuro numa temporalidade ‘atual’, um eterno presente; pode-se pensar que haja aqui uma superação do espaço e do tempo. O autor diz que uma dor muito grande é uma dor sem representação, onde o sujeito está ‘fora do tempo’, externo ao tempo da história.

Essa dor ‘sempre presente’ seria uma dor maior do que qualquer dor chamada pela lembrança do passado – ela é agora, imediata. O sujeito faz qualquer coisa para impedir a morte fisiológica em consequência dessa dor; esta marcada a passagem da dor para a clivagem.

Nesta última, é como se em nome do si-mesmo se renunciasse a qualquer expectativa exterior; para Ferenczi trata-se de ‘adaptação’. Na clivagem estão envolvidos o irrepresentável, o insuportável e não está em questão as nuances entre prazer e desprazer – o que está em jogo é a manutenção da vida frente a experiência da morte, um desprazer puro que se afirma e para isso, como não se morre, se fragmenta.

O sujeito está impactado pela experiência ‘bruta’ da morte, que o retira da temporalidade histórica e o coloca no tempo do ‘agora’, um eterno presente; quando estamos frente ao trauma parecemos necessitar de um redimensionamento temporal.

Walter Benjamin também tem um olhar em relação ao tempo que privilegia o agora, além de romper com a linearidade temporal. Podemos nos aproximar dessa posição examinando a quinta tese das *Teses sobre o conceito de história* (1940).

Nesta tese, Benjamin se coloca contra a atitude contemplativa do historiador tradicional, que lida com o tempo de forma linear e homogênea, tomando-o como uma flecha que caminha do passado em direção ao futuro. Enfatiza o engajamento do materialista histórico em detrimento àquele historiador afirmando que este objetiva descobrir a constelação que um fragmento do passado forma com um momento do presente. Há aqui para Benjamin uma articulação das dimensões política e ativa nessa relação com o passado no sentido de que nesse encontro seria ‘despertada’ a rememoração e a redenção.

Vale marcar que a rememoração em Benjamin não se reduz apenas a lembranças; envolve toda uma presentificação de gestos, cores, sentidos, enfim, sensibilidades que fazem um tipo de dança no entre-tempos retirando qualquer pretensão de linearidade.

Essa articulação, que acontece no presente, se traduz em ‘imagens’ que representam uma intervenção salvadora da humanidade. Há um objetivar simultaneamente passado, presente e futuro, como se no presente se ‘salvasse’ o passado para o futuro.

Esta temporalidade, que não é linear ou homogênea, mostra uma apropriação no presente de um fragmento passado, ao mesmo tempo trazendo-o, modificando-o e lançando-o para o futuro. Em Benjamin a ideia de ‘revolução’ passa por um momento de quebra, de estancamento do tempo provocado por uma catástrofe, que deixaria fragmentos do que houve; desta ‘quebra’ é que brotam as sementes de vida que carregam no ‘agora’ as possibilidades de criação de um novo passado, aquele que não houve, que é lançado ao futuro. Isto, na teoria benjaminiana, tem a ver com a salvação, que é feita *com e pelos* fragmentos. Entendemos que esta forma de tomar o tempo e o fragmento parece ter a mesma conotação que Ferenczi dá em sua teoria do trauma, e que Knoblock retoma como apontamos.

Há ainda outro conceito em Benjamin que podemos citar brevemente que traz uma temática que nos interessa pensar e ‘transportar’ para a psicanálise. É o ‘perder-se’.

No primeiro fragmento de *Infância em Berlim*, intitulado Tiergarten, Benjamin se refere ao aprendizado da arte de ‘se perder’. Coloca que orientar-se numa cidade não significa muito e que perder-se nela *requer instrução*.

Para nós este ‘perder-se’ é equiparável ao movimento pulsional caótico e fragmentário do auto-erotismo, que é a matriz clínica ferencziana. Tem a ver com intensidades, fluxos, atmosferas, enfim movimentos que desenvolvemos com as pequenas memórias.

Pretendemos noutro momento um aprofundamento no conceito ferencziano do ‘sentir com’, fazendo ponte com o conceito de ‘limiar’ de Benjamin. Temos certeza que estamos num campo novo e desafiador, mas recuar nos é impossível.

Referências

BENJAMIN,W. (1892-1940) Obras escolhidas v.I, II e III. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ O Narrador, 1928-35, v.I, pg 197-221

_____ Experiência e Pobreza, 1933, v.I, pg 114-119

_____ Infância em Berlim por volta de 1900, v.II. pg 66-134

FERENCZI,S. (1873-1933) Obras Completas. v.I, II, III e IV, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ Diário Clínico, 1932/1933

FREUD,S. (1856-1939) Obras Completas. ESB. 24 volumes, Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____ Carta 52, 1896, v.I

_____ A interpretação dos sonhos, 1900, v.IV e V

GIL,J. (1939-) A Imagem-Nua e as pequenas percepções. Lisboa: Relógio D’Água, 1996.

KNOBLOCH,F. O tempo do traumático. São Paulo: EDUC, 1998.

_____ Le travail du trauma. In Les Lettres de la Société de Psychanalyse Freudienne

Nº4, 1998.

LEIBNIZ,GW. (1646-1716) *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHOLEM,G. (1897-1982) *As grandes correntes da mística judaica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SMALL MEMORIES AND THE WORK OF TRAUMA

ABSTRACT:

This article, within psychoanalysis, seeks to articulate the term small memories with the category of trauma, the fragmentary and the memory outside the universe of representations.

KEYWORDS: Memory. Trauma. Fragment. Representation.

PETITS SOUVENIRS ET LE TRAVAIL DU TRAUMATISME

RÉSUMÉ:

L'article, dans la psychanalyse, cherche à articuler le terme petits souvenirs avec la catégorie de traumatisme, de fragmentaire et de la mémoire en dehors l'univers des représentations.

MOTS-CLÉS: Mémoire. Traumatisme. Fragment. Représentation.

Recebido em: 07-09-2015

Aprovado em: 25-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

O BELO DESEJO DA PSICANÁLISE

*Luis Vinicius do Nascimento **
*Denise Maurano Mello ***

RESUMO:

O presente artigo objetiva traçar uma relação entre a questão do belo e do desejo a partir da ética da psicanálise. Pontos centrais da teoria psicanalítica, o belo e o desejo encontram-se entrelaçados. Se considerarmos que a ética da psicanálise é a ética da convocação ao comparecimento da causa do trauma, então é necessário recorrer ao véu do belo para que esta posição ética seja sustentável. O belo é aquilo que vela o inominável do desejo, a falta de objeto. Freud e Lacan localizam o belo, não como fuga, mas como partícipe da irrepresentabilidade da morte, uma forma de expressá-la.

*Psicanalista, doutor em Memória Social pela UNIRIO.

** Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Diplôme D'études Approfondues en Philosophie e doutorado em Philosophie - Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne); doutorado em Filosofia e pós-doutorado em Letras(2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e no curso de Direito. E-mail: dmaurano@corpofreudiano.com.br.

“DA ETERNA PROCURA
Só o desejo inquieto, que não passa,
Faz o encanto da coisa desejada...
E terminamos desdenhando a caça
Pela doida aventura da caçada.”
Mário Quintana¹

Introdução

É obvio que a psicanálise não é uma Athena que nasceu, já formada e sábia, da cabeça de seu pai Freud. Apesar de ter sido nele que ela encontrou sua invenção, isso não é motivo para que a consideremos como um fortuito acaso do destino. A psicanálise não se constituiu em um só lance, não é um empreendimento solitário de Freud contra os moinhos de vento do cientificismo que embrenhavam o século XIX (que ecoam até hoje com mais força, talvez), e tão pouco é sacralizada como deusa personificada.

De acordo com Denise Maurano (2006), a psicanálise é um discurso que surgiu como resultado da experiência contemporânea, fruto do “drama daquilo com que temos de lidar quando se trata de desejo” (p. 7), uma experiência do espírito de uma época que não deposita mais a salvação nas leis, em divindades transcendentais ou nas ofuscantes luzes da racionalidade, que também podem cegar. Encontramo-nos na chamada “*Era da Libido*”, caracterizada por uma radical espera de que “o amor e a sexualidade resolvam os impasses de nossas vidas” (p. 7). Freud foi sensível a essa questão e frente a ela, tratou deste mal de amor que invadia e perturbava os corpos das históricas. Mesmo após a tão falseada revolução sexual, o cerne da questão – a promessa messiânica do amor da sexualidade, a demanda de ser amado, a espera de que exista algo capaz de preencher o vazio da existência humana – permanece configurando a vida contemporânea.

A psicanálise surge para tratar desse mal, mas não se fia no engodo de que exista algo que dê conta de saná-lo. A prática psicanalítica é regida justamente por este ponto: não há objeto que venha completar o homem, ou seja, ele é vocacionado à incompletude. Essa posição frente à situação humana faz com que a psicanálise adote uma proposta ética² diferenciada das que habitualmente encontramos na regência das relações nas sociedades contemporâneas.

¹ Citação extraída do livro *Quintana de Bolso* (2008, p. 37).

² Por ética, entendemos um ramo da filosofia que se desdobra através dos séculos em torno do dilema: qual é o melhor caminho, ou, melhor conduta para a ação?

Historicamente, as propostas éticas geralmente formuladas colocam em voga a questão do bem como norte para toda a ação humana (ABBAGNANO, 2000, p. 380). Aristóteles dedica um escrito a seu filho, no qual trabalha essa questão minuciosa e pedagogicamente, chegando à conclusão de que a felicidade do homem é o próprio bem maior, o fim da conduta humana. Para ele, a felicidade é atingida a partir de uma postura virtuosa, ou seja, ela é obtida a partir da prudência que opta racionalmente por ações que se encontram na justa média entre os extremos. Já Epicuro coloca o bem em equivalência com o prazer, ainda que esse se apresente negativamente como a ausência de dor, operando outra proposta ética. E assim como eles, tantos outros pensadores se depararam com esse dilema que coloca em cena uma gama de valores transcendentais, esbarrando hora aqui ou ali na questão do bem como princípio ou fim último.

O belo desejo da bela desejante

Talvez tenha sido Spinoza, conforme aponta Marcos André Gleizer (2005), o primeiro filósofo a propor uma nova forma de pensar a questão da ética a partir de outra perspectiva. Em sua obra *Ética*, Spinoza (1677/2009) não abandona a questão do bem, porém a pensa a partir de outra orientação, ele toma o desejo como norte para se pensar o dilema ético: “o desejo é a própria essência do homem, isto é, o esforço pelo qual o homem se esforça por perseverar em seu ser” (p. 168). De acordo com Abbagnano (2000), Spinoza considera o desejo como a tristeza ligada à falta da coisa que amamos, dessa forma, o desejo ganha um caráter originário e motor uma vez que faz com que o homem, movido pela falta do objeto amado, seja impelido à ação. É evidente que o vocábulo “desejo” utilizado por Spinoza não é completamente equivalente ao conceito psicanalítico, mas não podemos deixar de notar uma semelhança essencial que se destaca da aparente sinonímia: o desejo é a falta.

O desejo enquanto falta ocupa o cerne da experiência psicanalítica, fazendo com que Lacan formule que a psicanálise é regida pela ética do desejo. Já indicada na obra freudiana, a ética da psicanálise é sistematizada e formalizada por Lacan ao longo de seu ensino, porém, encontra um ponto especial de seu interesse no seminário sobre *Ética da Psicanálise* (1959-1960/1997). Abordando a questão do bem a partir da experiência psicanalítica, Lacan propõe que se há na psicanálise algum bem, este é a falta radical que atua como mola do desejo. A partir do momento em que a psicanálise não busca se firmar em ideais e tem no desejo do sujeito o seu bem maior, no decorrer de uma análise “a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva

analítica, é de ter cedido de seu desejo” (LACAN, 1959-1960/1997, p. 382). Em uma análise, a única meta pré-colocada ao analista é que este permita que o sujeito se coloque como desejante; a única indicação de que o psicanalista efetivamente falhou em sua atuação se dá a partir do momento em que o analisante não encontra lugar para se colocar enquanto sujeito desejante. É este o objetivo da regra de ouro da psicanálise, a associação livre.

Talvez uma das grandes contribuições da teoria freudiana para a cultura seja a questão do desejo. Diferentemente do senso comum, o desejo na psicanálise não se confunde com aquilo que se quer, com a volição consciente. Para a psicanálise existe fundamentalmente uma diferenciação entre demanda e desejo, ou seja, o que se deseja não é aquilo que se quer, ou que se pede. É esta a dimensão que se explicita com a análise que Freud (1900/1986) faz do caso da Bela Açougueira³, uma mulher casada com um açougueiro atacadista, que durante algum tempo “desejava poder comer um sanduíche de caviar, todas as manhãs, mas relutava em fazer esta despesa” (p. 162). Muito provavelmente o atencioso marido não lhe negaria tal mimo, porém a questão intrigante está no fato de que ela não pedia este sanduíche de caviar, muito pelo contrário, implorava ao marido que “não lhe desse caviar, para poder continuar a mexer com ele por causa disso” (p. 162). Juntamente a isto, a paciente de Freud relata um sonho que teve:

Eu queria oferecer uma ceia, mas não tinha nada em casa além de um pequeno salmão defumado. Pensei em sair e comprar alguma coisa, mas então me lembrei que era domingo à tarde e que todas as lojas estariam fechadas. Em seguida, tentei telefonar para alguns fornecedores, mas o telefone estava com defeito. Assim, tive que abandonar meu desejo de oferecer uma ceia (p. 161).

Através deste sonho, a Bela Açougueira coloca em xeque a teoria levantada por Freud de que os sonhos são realizações dos desejos inconscientes. Desta forma, não haveria motivo para que, durante o sonho, o desejo de oferecer uma ceia não possuísse uma realização. A análise que Freud faz do caso indica que o desejo da analisanda não era relacionado com aquilo que ela aparentemente queria. Seu desejo era sustentar exatamente o oposto, a insatisfação como tal. Este sonho, somado à questão do sanduíche de caviar, aponta para o fato de que a açougueira “fora obrigada a criar para si mesma um desejo não realizado na vida real, e o sonho representava essa renúncia

³ Lacan (1957-1958/1999) refere-se a paciente desta forma já apontando em sua indicação a questão da bela histérica. Conforme trabalharemos a seguir, a questão que gira em torno do caso da Bela açougueira, a expressão do desejo, também coloca em pauta a questão do belo.

posta em prática” (p. 162). A questão é: por que a açougueira necessitava de um desejo não realizável?

A interpretação de Freud responde essa pergunta a partir do seguinte prisma: uma amiga da paciente, que nela despertava ciúmes devido aos elogios que o açougueiro constantemente lhe dirigia, havia sugerido que a paciente oferecesse uma ceia e lhe convidasse. Frente aos seus ciúmes, a paciente desejava afastar a amiga (que segundo o relato de Freud era magra e ossuda) da presença do marido, que tinha particular preferência pelas mais gordinhas. Dessa forma, oferecer uma ceia seria contribuir para que a amiga magra engordasse, e assim, despertasse mais interesse no marido da açougueira.

Dentre os diversos pontos que poderíamos ressaltar, dois nos despertam interesse especial. O primeiro deve-se ao fato de que a dinâmica do desejo da açougueira demonstra que existe sempre uma alteridade em jogo, ou seja, o desejo coloca sempre o Outro em cena. O segundo ponto parte do fato da açougueira ter desenvolvido um sintoma relacionado com o desejo de comer o sanduíche de caviar e com a necessária e consequente renúncia à satisfação.

A psicanálise é um dos campos de saber que atestam que a alteridade tem uma função fundamental na construção da realidade humana. Mesmo quando estamos sozinhos, há uma alteridade que marca particularmente nosso modo de nos colocarmos no mundo. Conforme Freud (1921/1986, p. 91) indica, “algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social”. Lacan percebe que existe uma marca de alteridade que opera na cultura, a nível simbólico, de forma que nunca fazemos uso da linguagem nos referindo somente a um outro qualquer (uma outra pessoa, um outro semelhante). A linguagem possui uma estrutura tal que sempre que a utilizamos, fazemos referência a algo que é inexistente materialmente, que atua simbolicamente no inconsciente como índice da alteridade última e radical, a qual Lacan nomeou como Outro (o grande outro). Conforme comenta o psicanalista Marco Antônio Coutinho-Jorge (2000, p. 92),

o Outro é o lugar do significante, é o registro do simbólico que Lacan denomina de Outro na medida mesma em que o campo dos significantes é faltoso, é incompleto e nele há sempre a possibilidade de introduzir, por meio de um ato criativo, um novo significante.

A partir do Outro como pura alteridade, Lacan extrai de Hegel e Kojève uma das máximas que fundamenta seu ensino: o desejo é desejo do Outro. Segundo ele, “o desejo do homem é o desejo do Outro, onde o ‘de’ fornece a determinação chamada pelos gramáticos de subjetiva, ou seja, é como Outro que ele deseja” (Lacan, 1960/1998, p. 829). O desejo é desejo do Outro na medida em que a pergunta essencial à qual o sujeito se vê enveredado é: o que o Outro quer de mim? Como posso ser um objeto de desejo para o Outro?

No caso da Bela Açougueira, seu desejo por caviar precisa permanecer insatisfeito justamente para que ela possa continuar a mexer com o marido, implicar com ele, afetá-lo. Ela deseja ser desejada, deseja saber o que move o desejo do Outro para nele se inserir. Ela deseja ser o objeto de desejo do Outro. Neste momento, chegamos ao ponto de enlace do desejo com a fantasia neurótica: o sujeito neurótico aliena-se no lugar de objeto do desejo do Outro. Em sua análise do caso da Bela Açougueira, Lacan (1957-1958/1999, p. 371) aponta que “o que tem de ser introduzido e que está ali desde o começo, latente desde a origem, é que para além daquilo que o sujeito demanda, além daquilo que o Outro demanda do sujeito, deve haver a presença e a dimensão do que o Outro deseja”.

O que a Bela Açougueira demanda é que o amor venha socorrê-la, saciá-la, completá-la, é isso que ela indiretamente pede ao marido. Ao mesmo tempo, necessita manter seu desejo insatisfeito, para que ela continue desejante, viva. De acordo com Freud (1900/1986), é no sonho que o desejo encontra satisfação. O desejo da açougueira caminha neste sentido: ela deseja ser desejada pelo Outro, deseja saber o que causa o desejo no Outro. Neste movimento, que podemos estender a toda neurose, encontramos expresso um paradigma do desejo: à medida que ela encontra a marca da falta no desejo do Outro, ela remete essa marca à sua própria, ou seja, “é na medida em que o desejo do Outro é barrado que o sujeito vem a reconhecer seu desejo barrado, seu próprio desejo insatisfeito” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 379).

A experiência psicanalítica comprova que as manifestações do inconsciente testemunham o desejo. É com o desejo insatisfeito que nos deparamos “desde os primeiros passos da análise” (p. 376), onde o analisando surge pedindo que o amor do Outro venha em sua salvação e o redima de sua falta existencial. É a partir da escuta do desejo que o psicanalista pode identificá-lo como este “elemento encarregado sozinho de tomar o lugar do para-além situado pela própria posição do sujeito em relação à demanda. [...] ela [a histórica] não sabe o que demanda, simplesmente necessita que haja

em algum lugar esse desejo mais além” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 381). O desejo é o que há de mais particular no sujeito, aquilo que nele se torna mais intransponível às palavras, realizando-se somente em seus sonhos. O desejo possui o caráter de lei particular, de força íntima e motriz do sujeito. Por isso, a via do desejo na qual a psicanálise faz sua aposta ética, tem valor de verdade para o sujeito. A aposta da psicanálise é na verdade particular e incompleta, sem objeto que a complemente, com a qual todos nós somos indelevelmente marcados, ou seja, aquilo que se torna a força causadora do sujeito desejante.

A dialética promovida pela questão do desejo, o fato de que o desejo do sujeito está sempre endereçado ao desejo do Outro, revela sua insaciabilidade, ou seja, não há objeto que sacie o desejo. Esta falta se revela na função que a linguagem apresenta para o humano, ou seja, recorremos à linguagem porque existe sempre algo a mais para se falar, não é possível alcançar o sentido pleno. O Outro barrado, a incidência da falta no Outro, indica que não há objeto que venha ao seu socorro, existe sempre uma nova palavra, um novo sentido, bem como um novo significante capaz de entrar na cadeia. É a partir deste incessante movimento de busca a um objeto faltoso que se instaura o inconsciente.

A falta é a pedra angular do sujeito desejante. Ao mesmo tempo é por meio deste desejo impossível que o sujeito se fixa na arapuca do significante, necessitando sempre recorrer a ele para se colocar no mundo. Sempre existe a possibilidade de mais um significante, porque nenhum deles é suficiente para saciar o desejo. Assim, o sujeito usa da linguagem incompleta para tentar se redimir da falta que funda a experiência de sua existência, uma existência barrada, uma eterna falta-a-ser. A função da linguagem é justamente essa, fornecer a ilusão de que ela é suficiente para representar completamente o sujeito, quando na verdade ela é exatamente o contrário, a expressão da falta. “A incidência da falta, abre a possibilidade do sujeito de fazer a assunção do seu desejo” (MAURANO, 2001, p. 85), experiência testemunhada tanto na neurose das históricas de Freud como também nos consultórios, nas instituições de saúde e na cultura na contemporaneidade. A forma particular com que o sujeito lida com seu desejo enquanto desejo do Outro é o que constitui seu estilo, seu modo particular e autoral de se colocar no mundo. Conforme aponta Denise Maurano (2006, p. 37):

por um lado, é com uma fantasia fundamental que o sujeito veste sua falta-a-ser, constituindo assim sua subjetividade pela emergência de um desejo que marca um estilo próprio de ele se haver com o desejo do Outro, tentando

respondê-lo e salvando-se assim da absoluta inconsistência e da confrontação insuportável com o real inapreensível.

A psicanálise coloca o desejo como conceito chave em sua ética, não somente do ponto de vista do desejo do sujeito, do analisando. É o desejo que também é responsável por mover o psicanalista em sua função. Porém o desejo do analista não aparece como um desejo qualquer, mas como um desejo que caminha na direção de se despertar, de se libertar do desejo do Outro. Desta forma, é pela via do desejo que se estabelece o trabalho analítico. É no desejo insatisfeito, com seu objeto inalcançável, que a psicanálise encontra o norte de sua ética particular.

Maurano (2001) ressalta que a psicanálise, assim como a tragédia, é orientada por uma ética que mira além da questão do bem, colocando o desejo em cena, transfigurando-o através do belo. Pelo fato do desejo não visar nenhuma consistência de ser, de ideal, apenas a realização, a ética que é orientada por este termo, paga o preço de sua escolha: a falta de objeto. Procuraremos então associar, a partir de Lacan (1959-1960/1997), a questão da ética psicanalítica com a questão do belo, e como este possibilita a criação de um fenômeno capaz de tocar o real, entendido como a impossibilidade de representação e, a partir dele, transmitir uma nesga do intransmissível. Dessa forma, acreditamos ser possível circundar o estilo, esta marca ímpar que, partindo do mais particular do autor, de seu desejo, encontra sua expressão no mais universal, como bem apontou Lacan (1958-1959/2002, p. 6): “é umas das lições mais claras da experiência analítica – o particular é o que tem o valor mais universal”.

Conforme comenta Denise Maurano (2002, p. 2), “lá onde está o estilo está o que na falta de consistir como objeto, o sujeito erigiu como desejo, operação fundadora do inconsciente”. Cabe, então, perguntar qual é o lugar e a função que essa falta de objeto ocupa no saber psicanalítico.

A bela coisa psicanalítica

Conforme comentamos no tópico anterior, Lacan propõe que o desejo seja o conceito norte da ética particular que opera na psicanálise. Porém, cabe perguntarmo-nos mais sobre a questão da falta do objeto, ou seja, sobre aquilo que fundamenta esta ética, o cerne de sua experiência, aquilo que inaugura o próprio inconsciente.

Em seu seminário *A ética da psicanálise*, Lacan (1959-1960/1997) aborda as particularidades que fazem com que a psicanálise possua uma ética autônoma. Essa proposta se funda no fato de que, conforme apresentamos anteriormente, o desejo é por definição eternamente insatisfeito. A causa desta insatisfação se instaura no mítico

advento da linguagem, que marcou o campo humano de tal forma que construiu e alterou de forma radical seu psiquismo (FREUD, 1893/1986), marcando-o com uma dimensão radical de alteridade, atrelando seu desejo ao desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/1999). Este desejo só existe enquanto marcado por uma falta, ou seja, existe somente na condição de não haver materialmente um objeto que o satisfaça. “Toda a elaboração freudiana da sexualidade parte de uma premissa que foi resgatada por Lacan: no cerne da sexualidade humana figura uma falta de objeto” (JORGE, 2000, p. 139).

Lacan (1964/1985) nomeou esse objeto da falta, aquele ao qual o sujeito visa como o objeto que eternamente lhe falta, de objeto *a* (lê-se objeto pequeno *a*). Ele é “este objeto, que de fato é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto e cuja instância só conhecemos na forma de objeto perdido, *a* minúsculo” (p. 170). Segundo Lacan, quando Freud pensa o objeto da pulsão como indiferente está indicando justamente essa posição particular de falta ocupada pelo objeto *a*: “o objeto *a* minúsculo não é a origem da pulsão oral. Ele não é introduzido a título de alimento primitivo, é introduzido pelo fato de que nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral, senão contornando-se o objeto eternamente faltante” (p. 170).

Dessa forma, no inconsciente, o mesmo objeto que falta, situando-se enquanto causa do desejo, também aparece enquanto objeto da pulsão. Freud (1933/1986) nomeou o conceito de pulsão como “nossa mitologia” (p. 119), pois como nos indica Garcia-Roza (2004) o conceito de pulsão pode ser tomado como um conceito-limite para a própria teoria psicanalítica. Uma vez que a pulsão aponta para o real, para o que não pode ser expresso em palavras, só podemos tomar conhecimento dela quando a mesma se liga a um representante, que, no entanto, não a expressa por completo.

Freud (1915/1986) formula que a pulsão, ponto chave de sua teoria, é composta por quatro elementos: alvo, fonte, pressão e objeto. Talvez fique mais claro pensarmos o movimento pulsional destes elementos a partir de outro movimento, o gravitacional que nosso planeta realiza em torno do Sol. O movimento pulsional é realizado tal qual o giro da Terra em torno do Sol, sendo atraída por ele, percorrendo um longo caminho no espaço, que chamamos órbita, dentro de um tempo e velocidade específicos. A pulsão nunca encontra seu objeto, tal qual a terra nunca atinge o sol, porém, sendo constantemente atraída por ele. Assim como a órbita é percorrida no movimento de translação, a pulsão segue seu caminho tendo a satisfação como alvo, ou seja, o espaço que foi percorrido pela pulsão mesmo sem ter atingido seu objeto. À pressão,

correspondem as variações de velocidade e aceleração do movimento, que é constante, mas não necessariamente estável. Seguindo esta analogia podemos dizer que a pulsão está sempre sofrendo certa pressão, nunca é estática, está sempre em movimento. Talvez nossa pequena analogia esbarre na questão da fonte da pulsão, uma vez que a fonte do sistema solar nos é tão misteriosa quanto a origem do cosmos, porém acreditamos que este detalhe não invalida nosso recurso metafórico. Para Freud, a fonte da pulsão também é misteriosa, uma vez que se encontra em um meio-termo situado na interface do biológico com o psíquico. Estando entre ambos, a pulsão encontra sua fonte proveniente das excitações dos órgãos, constituindo-se assim como encarnada, visceral, por outro lado, aponta para aquilo que o psiquismo não é capaz de codificar, um além de qualquer representação nomeado como real.

Um dos pontos fundamentais na fundação do pensamento freudiano está na teoria de que o animal dito humano sofreu um processo de abandono de seus instintos ao longo de seu processo evolutivo, e tendo feito isso, através da pulsão pôde deixar de investir eroticamente somente em órgãos específicos para fazê-lo em todo o corpo. A psicanálise estabelece uma diferença radical entre o instinto (cíclico, locatário de órgãos específicos, detentor de um objeto definido) e a pulsão (sempre constante, habitante de todo o corpo, sem objeto específico). É justamente pelo fato da pulsão não ter um objeto específico que o inconsciente se utiliza da maior diversidade de objetos possíveis na tentativa de saciá-la. Assim, cada novo objeto é uma nova tentativa de representação, porém a cada nova tentativa sempre falta algo para a representação última. A nova tentativa de saciação relança seu novo fracasso. Em um tempo mítico, ao qual não cabe à psicanálise delimitar historicamente, o animal humano deixa de habitar somente o campo da necessidade biológica aderindo ao simbólico, ou seja, aderindo a um sistema de linguagem em busca de representação. O animal simbólico é então o animal desejante e pulsional, permeado por objetos intermediários, não mais por objetos absolutos.

Porém existe um resquício, um preço que todo o sujeito paga por estar embrenhado na linguagem: a falta de objeto é causa originária e motora do psiquismo. Ou seja, existe miticamente um objeto que foi para sempre, ou melhor, que está desde sempre perdido. Lacan considerou este objeto “desde sempre perdido” uma das faces de seu objeto *a*, resgatando-o em Freud através do conceito de Coisa (*das Ding*).

O que Lacan (1959-1960/1997) encontra em Freud é que a forma como o inconsciente trata o objeto aponta para que “esse objeto, não nos é dito que ele tenha

sido realmente perdido. O objeto é por sua natureza um objeto reencontrado” (p. 149). Neste reencontro, a Coisa, perdida para sempre, é representada por outros objetos. Estes últimos, porém, nunca conseguem representá-la por completo, há sempre uma hiância que demonstra que o objeto desde sempre perdido está lá, e não é qualquer outra coisa que possa ser apontada por qualquer que seja o significante. A Coisa não está implicada na relação entre significante e significado, pois ela está fora da representação. Mais do que muda, ela não estabelece “relação alguma com as palavras” (LACAN, 1959-1960/1997, p. 72), ou ainda, “o que há em *das Ding* é o verdadeiro segredo” (p. 61). A Coisa é o vazio constituído a partir da ausência de objeto, em torno do qual as representações gravitam na estruturação do aparelho psíquico. E, assim como a rede de significantes é estruturada ao redor deste vazio, também a ética da psicanálise, em sua teoria e sua prática, deve ser considerada a partir das implicações que a Coisa gera em seu cerne. A Coisa aparece como o objeto perdido, um espaço que surge como vazio no lugar do objeto que nunca houve, ou melhor, “esse objeto, observamos bem, não nos é nem mesmo dito. [...] em suma, nunca foi perdido, apesar de tratar-se essencialmente de reencontrá-lo” (p. 76).

Esse movimento, a tentativa de reencontro da Coisa, é o que impulsiona o aparelho psíquico. A partir dele podemos dizer de toda a orientação subjetiva possibilitada através da inscrição da falta que advém no encontro com o real, esse impossível de representação psíquica apontado pela Coisa. Ao mesmo tempo, a tentativa de reencontro com a Coisa revela, na cadeia significante, o real que se repete na busca do objeto, demarcando, assim, a impossibilidade de a linguagem dar conta de toda a significação possível. Desta forma, a pesquisa realizada a partir da ética psicanalítica deve tomar como norte o aspecto irrepresentável que habita o cerne da experiência inconsciente.

A prática psicanalítica atesta que o saber, assim como a verdade, nunca é todo. Cabe então ao psicanalista, em sua práxis, lidar com essa parcialidade promovida pela Coisa, com a ausência de um objeto que venha responder definitivamente às suas questões. A psicanálise, ao colocar a Coisa como cerne de sua teoria, o núcleo real do objeto do desejo, propicia que uma outra ética se apresente à cultura e uma nova proposta de transmissão seja conduzida. A ausência do objeto primordial proporciona à psicanálise uma ética que trabalha com o saber não todo, o atravessamento dos ideais, das fantasias, e é somente através dele que podemos considerar a dimensão que o estilo

enquanto marca ganha na psicanálise. Não é um saber prévio que a move, mas sua ética é fundamentada pelo desejo de saber.

Conforme apontamos anteriormente, se o conceito de desejo é o norte da ética psicanalítica, a Coisa pode ser considerada como o cerne e o motor dessa ética. É a partir do conceito da Coisa que podemos considerar a ética da psicanálise como aquela que leva em conta não somente a singularidade do sujeito, mas também o abismo existente entre significante e significado, o objeto *a* que aponta para a impossibilidade do sujeito se exprimir completamente através da linguagem. Seguindo esta via, em última instância, a compreensão plena, a transmissão do saber total, não passa de uma ilusão, um engodo.

Dessa forma, a questão da transmissão em psicanálise não pode se fiar no engodo de um saber que seja completamente compreendido, assimilado, codificado e transmitido. O inconsciente, com sua indomável Coisa, coloca em pauta a particularidade da verdade de cada um, bem como sua impossibilidade de transposição plena à linguagem. Nesta via, o estilo se situa como um fenômeno capaz de atravessar o campo simbólico da linguagem em direção a esta transmissão do particular: tocar, através das palavras, o que as palavras não podem tocar. É bem este o caminho da aposta da clínica psicanalítica, tocar através da própria fala do sujeito a dureza do trauma, aquilo que para ele é inominável e original. É através da transferência, tratada de forma especial pela ética da psicanálise, que se verifica que o que o sujeito constrói em análise é uma ficção: “na transferência, o sujeito fabrica, constrói alguma coisa” (LACAN, 1960-1961/1992, p. 176). E para quem é que se direciona esta construção?

Tudo o que sabemos sobre o inconsciente, desde o início a partir do sonho, nos indica que existem fenômenos psíquicos que se produzem, se desenvolvem, se constroem para serem ouvidos, portanto, justamente para este Outro que está ali, mesmo que não se o saiba. Mesmo que não se saiba que eles estão ali para serem ouvidos, eles estão ali para serem ouvidos, e para serem ouvidos por um Outro (p. 177).

É na relação entre o sujeito e o Outro que a psicanálise opera, principalmente ao possibilitar que através da transferência, o primeiro possa produzir algo novo, novos significantes que possibilitem o despertar, o descobrimento de novas formas de lidar com aquilo que lhe é mais particular, seu desejo. O trabalho analítico caminha na direção do descolamento do desejo do sujeito em relação ao desejo do Outro.

Da mesma forma, conforme comenta Marco Antônio Coutinho Jorge (2000), introduzir um novo significante no Outro, ou seja, uma nova forma de lidar com o desejo, faz parte de toda a criação artística, pois “não é outra coisa o que faz o poeta e é o que confere a ele sua suma importância, pois não é outra sua inspiração” (p. 92). O poeta retira a linguagem de seu uso comum subvertendo-a para que, através de seu estilo, produza algo que toque o registro do belo. Ao longo de seu ensino Lacan se debruça sobre a questão do belo, colocando-a como essencial à ética psicanalítica, pois é no belo que encontramos expressa essa falta de objeto à qual o desejo está sempre submetido. O belo, que suscita este desejo de criar o novo, possui uma relação muito íntima com o estilo.

O ensino de Lacan possui uma marca especial, pois mostra “o quanto a ética que orienta o trabalho do psicanalista é inspirada por uma estética, por uma sensibilidade particular” (MAURANO, 2006, p. 40). Se a ética da psicanálise é a ética da convocação ao comparecimento da causa do trauma ao comparecimento do horror, então é necessário recorrer ao véu do belo para que esta posição ética seja sustentável. É através das articulações que Lacan teceu entre o belo e a ética da psicanálise que pretendemos continuar nosso caminho buscando cingir o lugar que o estilo ocupa na psicanálise. Particularmente nos interessa a potencialidade que o estilo possui como instrumento de transmissão, pois conforme anteriormente indicamos, ele pode tocar concomitantemente o particular e o universal, ultrapassando a forma e suplementando o conteúdo. Cabe então caminhar na direção daquilo que não engana, do belo, aquele que pode ser capaz de transmitir algo da particularidade do sujeito sem sufocá-la com os significantes, ou como belamente escreveu Clarice Lispector (1978/1999, p. 19), “mas já que se há de escrever, que pelo menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas”.

O suave cantor do horror da morte

A antiguidade grega, que endeusava as potências do mundo, encontrou no desejo um objeto de culto. No panteão o desejo se encontra sob o nome de *Himéros*, filho de Afrodite e Ares (fruto da união entre o amor e da guerra), irmão de *Eros* (amor), *Pothos* (nostalgia) e *Antéros* (amor correspondido). O próprio nome do deus é homônimo ao desejo, quando este adquire o sentido do desejo sexual incontrolável. Não é sem motivo que o desejo cruamente tornado visível, *Hímeros enarges*, é muitas vezes tomado como expressão da loucura trágica, o encontro do herói com sua inconsistência existencial, sua falta-a-ser indicada por *das Ding* (LACAN, 1959-1960/1997).

No texto *Fedro* (370 a.C./2007), Platão estabelece uma íntima relação entre a beleza e o desejo a partir da falta, ponto de crucial interesse à experiência e ao saber psicanalítico. Através do mito da alma alada, Platão sugere que as almas especialmente inclinadas à filosofia e à arte são capazes de guardar as reminiscências das Verdades próprias do mundo das ideias, onde tudo é divinal, ou seja, perfeito, belo, bom e justo. Segundo ele, é através da beleza que a alma se lembra do mundo das ideias, pois “somente a beleza dá-nos esta ventura de ser a coisa mais perceptível e arrebatadora. Aquele que não foi iniciado ou que se corrompeu, não se eleva com ardor para o além, para a beleza em si mesma” (p. 87). Conjuntamente a essas reminiscências aparece a alegoria das asas, que se encontram em algumas almas, porém em um estágio de latência, aguardando seu despertar. Frente ao belo, o homem que “percebe [...] a emanção da beleza, sente esse doce calor que alimenta as asas de sua alma” (p. 88). É através da contemplação do belo que a alma nutre suas asas, alcançando a alegria e momentâneo alívio para suas dores.

No desenvolver das asas, a alma sofre como uma criança cujos dentes a nascer estão a arrebenar a gengiva. A alma sente falta de seu objeto amado, o mundo das ideias perfeitas, e o deseja. Platão (370 a.C./2007) considera que o belo desperta no homem um vazio de *hímeros*, uma vaga de desejo. A alma separada de seu objeto de amor, “atormentada em seu próprio âmago, sofre e padece, e em seu frenesi não encontra repouso. Impelida pela paixão, ela se lança à procura da beleza” (p. 88). Platão ressalta que na alma o desejo é a falta, a falta do objeto amado, enquanto que o belo é responsável por despertar este desejo. Afetada por esse vazio de *Himéros*, a alma se lança à procura da beleza divinal, tendo que contentar-se com a volatilidade da beleza mundana, que não a contenta, mas amansa sua saudade. Desta forma, o belo é ao mesmo tempo causa e finalidade de sua busca, ele é o imortal, o eterno, e suas representações terrenas são apenas reflexos da perfeição e da beleza do mundo das ideias.

Em outra ocasião, mais especificamente no texto *O Banquete* (380 a.C./1979), Platão desenvolve a questão do belo a partir de outra ótica. Especialmente no discurso que Sócrates elabora sobre a natureza do amor, o texto platônico recorre a uma nova personagem: Diotima, uma feiticeira, a mulher que pode ensinar algo do amor a Sócrates. Após uma série de discursos que enaltecem a perfeição, a imortalidade e a divindade do amor, Sócrates insere no simpósio um novo ponto de referência: o amor é algo que está entre o mortal e o imortal, entre a pobreza e a riqueza. Fruto da união entre *Poros* e

*Aporia*⁴, O amor é “duro, seco, descalço e sem lar, sempre por terra e sem forro” (p. 41) ao mesmo tempo em que também é “belo e bom, corajoso, decidido e enérgico” (p. 41). Porém, o que mais nos interessa neste mito contado por Sócrates é a questão da “geração e da parturição no belo” (p. 44), que talvez possa nos jogar alguma luz sobre as questões que Freud formulou acerca do *Dichter*, e que, se não nos responde como o *Dichter* consegue produzir a arte, ao menos nos indica por que ele a cria. Segundo Platão (380 a.C./1979, p. 44-46),

Com efeito, todos os homens concebem, não só no corpo como também na alma, e quando chegam a certa idade, é dar à luz que deseja a nossa natureza. Mas ocorrer isso no que é inadequado é impossível. E o feio é inadequado a tudo o que é divino, enquanto o belo é adequado. [...] Por isso, quando do belo se aproxima o que está em concepção, acalma-se, e de júbilo transborda, e dá à luz e gera; quando porém é do feio que se aproxima, sombrio e aflito contrai-se, afasta-se, recolhe-se e não gera, mas, retendo o que concebeu, penosamente o carrega. Daí é que ao que está prenhe e já intumescido é grande o alvoroço que lhe vem à vista do belo, que de uma grande dor liberta o que está prenhe. [...] Pois há os que concebem na alma mais do que no corpo, o que convém à alma conceber e gerar; e o que é que lhes convém senão o pensamento e o mais da virtude? Entre estes estão todos os poetas criadores e todos aqueles artesão que se dizem inventivos.

Platão considera que este estranho desejo de gerar demanda um intenso esforço dos seres, que em função dele estão dispostos a lutar, sofrer e até mesmo morrer. Tal empenho se deve pela geração ser a única saída para a questão da mortalidade. Tanto através da concepção de corpo quanto da concepção de alma, o homem pode deixar um rastro, uma marca de sua história pessoal na história do mundo.

A natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal. E ela só pode assim, através da geração, porque sempre deixa um outro ser novo em lugar do velho; pois é nisso que se diz que cada espécie animal vive e é a mesma – assim como de criança o homem se diz o mesmo até se tornar velho; este na verdade, apesar de jamais ter em si as mesmas coisas, diz-se todavia que é o mesmo, embora sempre se renovando e perdendo alguma coisa, nos cabelos, nas carnes, nos ossos, no sangue e em todo o corpo. E não é que é só no corpo, mas também na alma os modos, os costumes, as opiniões, desejos, prazeres, aflições, temores, cada um desses afetos jamais permanece o mesmo em cada um de nós, mas uns nascem, outros morrem. Mas ainda mais estranho do que isso é que até as ciências não é só que umas nascem e outras morrem para nós, e jamais somos os mesmos nas ciências, mas ainda cada uma delas sofre a mesma contingência. O que, com efeito, se chama exercitar é como se de nós estivesse saindo a ciência; esquecimento é escape de ciência, e o exercício, introduzindo uma nova lembrança em lugar da que está saindo, salva a ciência, de modo a parecer ela ser a mesma. É desse modo que tudo o que é mortal se conserva, E não pelo fato de absolutamente ser sempre o mesmo, como o que é divino, mas pelo fato de

⁴ Nomes que remetem respectivamente a recurso e pobreza.

deixar o que parte e envelhece um outro ser novo, tal qual ele mesmo era. É por esse meio, ó Sócrates, que o mortal participa da imortalidade, no corpo como em tudo mais o imortal porém é de outro modo. Não te admires portanto de que o seu próprio rebento, todo ser por natureza o aprecie: é em virtude da imortalidade que a todo ser esse zelo e esse amor acompanham (PLATÃO, 380 a.C./1979, p. 45).

É através da geração daquilo que é belo que o homem marca a cultura com sua particularidade, donde iniciamos nossa aproximação do belo com o estilo. Em Platão o belo aparece relacionado à morte, porém como aquilo que remete ao imortal, ou seja, à beleza suprema do mundo das ideias, boa e verdadeira, àquilo que de alguma forma, apelando à procriação, resiste à morte e às deturpações do mundo natural. Posição esta completamente contrária à posição adotada por Freud e Lacan, que localizam o belo, não como fuga, mas como participe da irrepresentabilidade da morte, uma forma de expressá-la.

A relação entre a psicanálise e a arte esteve presente desde os primórdios da descoberta freudiana do inconsciente, como por exemplo, quando Freud ainda adotava um método terapêutico catártico⁵, através do qual as pacientes histéricas sob o efeito de sugestão eram convidadas a falar de todos os motivos que estavam diretamente envolvidos com os seus males. Freud deu a esse método o nome de catártico, ou seja, aquele que opera sob a *catharsis*, que em grego significa purificação e que foi empregado por Aristóteles como uma das funções fundamentais da arte, ou seja, descarga emocional provocada por um drama. A psicanalista Denise Maurano (2001) ressalta que, em relação ao trabalho psicanalítico, somente faria sentido falar em catarse se levássemos em consideração que:

Se para o homem experimentar seu desejo é preciso ousar uma certa ultrapassagem do limite benéfico, que ao mesmo tempo o protege e o retém, e se a psicanálise opera na direção de convocar o sujeito no limite do possível, à fidelidade ao seu desejo, então ela, procedendo em sua dimensão ética, por um retorno ao sentido da ação, promoverá uma certa “purificação, decantação, isolamento de planos”, que é a noção que melhor parece ajustar ao termo catarse, na psicanálise, pelo menos no que tange à interpretação de Lacan (p. 51-52).

Porém, é na relação do belo com a impossibilidade de representação da morte que detemos nosso maior interesse dentro da obra freudiana. Nada é eterno; já diz um velho provérbio que a única coisa certa na vida é a morte. A dimensão da finitude humana

⁵ Apesar de figurar grande importância na história da psicanálise, o método catártico ainda não pode ser considerado propriamente psicanalítico.

talvez seja um dos elementos que mais contribuiu para a invenção mítica da cultura. A certeza da morte, em última instância irrepresentável, nos remete impreterivelmente para o absurdo da vida, para a fragilidade de cada um. Torna-se necessário, então, que se faça algo com isso.

Uma coisa sabemos: a morte é certa. Ao mesmo tempo, nada se sabe sobre ela. Uma das primeiras descobertas freudianas acerca do inconsciente é que ele não possui registro do negativo, logo não pode representar o que quer que seja dessa ordem, ou melhor, não pode representar a morte de qualquer forma que seja (FREUD, 1915/1986). Já o pensamento consciente, dotado de negação, percebe que sua tentativa de apreensão da morte é uma corrida atrás do vento: no momento em que o homem pensa sobre a sua não existência, vão é seu esforço, uma vez que ele continua ali vivo. A morte é o limite do homem cartesiano, quando este se vê apostando na onipotência do pensamento sem conseguir dar conta de sua existência. Tão incerta quanto a vida é a morte; talvez ainda mais. Ou, como diria Carlos Drummond de Andrade (1930/1967), somente a morte está aí para todos, a morte é igualíssima, só o humano é um estranho ímpar⁶.

Esse animal estranho e inigualável é, até que se prove o contrário, o primeiro dos animais a inventar o que chamamos de cultura. Como apontamos anteriormente, Freud observa esse fato chistosamente: “o primeiro homem a desfechar contra seu inimigo um insulto, em vez de uma lança, foi o fundador da civilização” (1893/1986, p. 44). A cultura é o instrumento social que revolucionou completamente a história da humanidade, de modo que não sabemos se podemos denominar estritamente como “humanos” seres que miticamente se encontraram antes da invenção da cultura. As relações sociais, econômicas, as instâncias psíquicas (inclusive o próprio inconsciente), e todos os outros atributos “humanos” são resultado da incidência da cultura sobre o animal mítico, membro da horda primeva (FREUD, 1913/1986).

O mito antropológico criado por Freud (1913/1986) deve ser lido levando-se em consideração uma dimensão outra, própria da mitologia. Não se trata de saber quando, onde ou quem executou o mito, mas considerar que esse recurso nos possibilita pensar nos efeitos da incidência da lei. Consideremos, juntamente com Freud, que em um grupo primevo organizado como uma horda havia um pai, um macho detentor de todos os bens e direitos disponíveis no grupo. Certa hora, os filhos irados com a falta de acesso às fêmeas, em detrimento do total acesso paternal, matam o pai déspota,

⁶ Recorte do poema Igual-Desigual.

destronando-o; tal qual Cronos fez com Uranos, ou como Zeus fez com Cronos, e tantas outras figuras fizeram nas mais diversas mitologias. A partir da morte do pai, que gozava ilimitadamente de todas as fêmeas da horda, os filhos instituem o primeiro sistema de leis, regularizando a partilha do acesso às fêmeas. Tem-se então a restrição de acesso ao gozo pleno (do qual o pai desfrutava anteriormente) em prol de um gozo limitado, mas possível, dos filhos.

Os filhos, culpados e arrependidos pelo crime, transformam a lembrança da figura do pai, que passa de objeto de ódio a objeto de amor, de déspota gozador supremo a honrado genitor e protetor de todos. Os filhos passam a organizar rituais para prestar homenagens à sua memória; começam também a estabelecer leis que contenham o desejo de transcender os limites do gozo limitado de cada um. Entre o amor e a morte, entre a lei e o desejo de transgressão está, miticamente, criada a cultura. O mito diz que é através da morte, do assassinato do pai primevo, que se instaura a lei neste grupo mítico. A morte é a via pela qual a lei se estabelece no meio da horda primeva e transforma uma simples horda em uma sociedade, uma barulhenta e desconjuntada série de sons e gestos em linguagem, e animais míticos (vivíparos, bípedes, e dotados de polegares opositores) em humanos.

A lei surge como base da organização psíquica uma vez que é a sua existência que inaugura uma restrição originária ao gozo pleno, direcionando a via desejante do sujeito freudiano. É a incidência da lei que trilha as vias da linguagem. Da mesma forma, a morte aparece como o que transcende a prevalência da lei, a morte está além da linguagem, além de qualquer possibilidade de qualquer cadeia representativa. Conforme aponta Lacan (1958-1959/2002, p. 438), “não há outro mal-estar na cultura que o mal estar do desejo”.

A morte também aparece atrelada à cultura e ao desejo em alguns outros momentos da obra freudiana. No texto “O mal estar na civilização” (1930/1986) Freud argumenta que os homens, certos de seu fim último e atormentados pela impossibilidade de sua representação, constroem todo tipo de artifícios para tentar velar, negar, ou foracluir o horror que a morte lhes traz. Freud parte desta argumentação para atribuir a criação da arte, da religião e da ciência como artifícios que a cultura cria contra a indomável morte. E destas três formas de se colocar perante o inapreensível, a arte talvez seja a mais honesta.

Por se propor justamente como aparência, por não pretender dar uma resposta definitiva para o irrepresentável, a arte toca algo desse inconcebível próprio da morte.

Ao velar essa dimensão do inapreensível despertada pela morte, a arte possibilita uma forma de trabalhá-la sem negá-la, dito de outro modo, a arte possibilita trabalhar com o irrepresentável. Das poucas coisas que sabemos sobre esse mistério provocado pela arte, é que de alguma forma o belo nos remete a essa efemeridade da existência, atuando como um véu que transforma o horror da morte em algo da vida. A popular expressão “lindo de morrer” tem aí um suporte não sem sentido; uma das poucas formas que a humanidade tem de lidar com o inapreensível da morte é através do belo.

No belo texto “Sobre a transitoriedade”, Freud (1916/1986) conta um episódio ocorrido em um dia do verão de 1913 no qual ele, um amigo e um jovem poeta⁷ caminhavam pelos campos enquanto admiravam a beleza do cenário. O jovem poeta, no entanto, não se alegrava com a esplendorosa visão do local; angustiava-o a ideia de que toda aquela beleza estava fadada à extinção no inverno, promovida pelo natural caminhar das estações. De acordo com o jovem poeta, a transitoriedade de tudo o que é belo implicaria em uma perda de seu valor enquanto tal, pois seguindo a linha da argumentação platônica, deveria haver no belo uma propensão à eternidade.

Frente às observações do poeta perturbado, Freud (1916/1986) ressalta que a transitoriedade não causa no belo uma perda de valor: “pelo contrário, implica um aumento! O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. A limitação da possibilidade de uma fruição eleva o valor dessa fruição” (p. 345). Para Freud, o valor de toda beleza, determinado unicamente pela relação de “significação para nossa vida emocional, não precisa sobreviver a nós, independentemente, portanto, da duração absoluta” (p. 346). O que causava o sofrimento antecipado do jovem poeta e o impedia de fruir da beleza em todo seu esplendor, era o luto que este sentia em relação à possibilidade da perda da beleza momentânea. Mas a transitoriedade não tornava os campos menos belos. Conforme comenta o psicanalista Gilson Iannini (2009, p. 179),

Em *Transitoriedade*, Freud não apenas evoca um episódio fortuito de sua relação com um poeta. Mais do que isso, ilustra a oposição entre uma visão qualitativa e artística do mundo e a *Weltbild*⁸ científica. Enquanto Rilke reclama da transitoriedade da beleza natural, prestes a desaparecer quando da chegada iminente do inverno, Freud observa que a beleza está inscrita na própria fugacidade. O conhecimento das inexoráveis leis da natureza não se opõe, parece dizer Freud, à fruição da beleza. Não há oposição entre a fruição estética destes momentos de beleza e a verdade natural de que as estações se sucedem em ciclos determinados por leis alheias ao sentido e ao sabor

⁷ Apesar deste poeta não ser nominalmente referido no texto freudiano, o mesmo é identificado como o tcheco Rainer Maria Rilke, conforme aponta Iannini (2009).

⁸ O termo alemão *weltbild* é utilizado na filosofia para denotar concepção de mundo.

humanos. Como se dissesse que a ‘Vênus de Milo é tão bela como o binômio de Newton’. O idílico belo-eterno que parece seduzir o poeta é visto por Freud como uma mera ilusão, afastada de toda e qualquer verdade. Mais do que isso, esta ilusão nos afasta até mesmo da possibilidade de fruir da beleza fugaz. A verdade eclode como beleza na natureza apenas transitoriamente. E este movimento não tem nenhum sentido; ele apenas é como é.

A transitoriedade de tudo e de todos é um fator derradeiro que produz na humanidade mais efeitos do que possamos imaginar. A criação artística está impreterivelmente relacionada com o belo, com esta operação de tocar, cingir o horror da morte. A verdadeira subversão do ensino lacaniano consiste em retirá-la do campo das idiossincrasias do eu, das chamadas expressões da personalidade, para situá-la no campo da relação que o sujeito estabelece para com o objeto, ou mais especificamente, no polo do objeto tomado como causa de desejo do sujeito (Lacan, 1966/1998).

É a partir desta relação do belo como expressão do desejo que Lacan (1959-1960/1997) conduz seu seminário sobre a ética. Segundo ele, toda produção humana é uma forma de lidar com o vazio da ausência de objeto denunciado pela Coisa; a arte seria uma forma de contornar esse vazio denunciando-o: “de certa maneira, numa obra de arte trata-se sempre de cingir *das Ding*⁹” (p. 175), tal qual a argila serve tanto para dar forma a um vaso quanto para revelar o vazio de seu interior. O belo é aquilo que vela o inominável do desejo, a falta de objeto, aquilo que está no campo do horrível, do essencialmente traumático, do que não pode ser representado. Segundo ele:

A verdadeira barreira que detém o sujeito diante do campo inominável do desejo radical uma vez que é o campo da destruição absoluta, da destruição para além da putrefação, é o fenômeno estético propriamente dito, uma vez que é identificável com a experiência do belo – o belo em seu brilho resplandecente, esse belo do qual disseram que é o esplendor da verdade. É evidentemente por o verdadeiro não ser muito bonito de se ver, que o belo é senão seu esplendor, pelo menos sua cobertura (Lacan, 1959-1960/1997, p. 265).

Esta inomeabilidade da Coisa é a própria impossibilidade de representação da morte, o ponto que o campo do simbólico não pode abarcar. Ponto este que remete à impotência do significante em representar, significar completamente um objeto. A linguagem, bem como os laços sociais que a partir dela se estabelecem, são tentativas de mascarar esta impotência. A religião e a ciência, cada uma ao seu modo, se apresentam orientadas eticamente como detentoras da verdade, donas de um saber sobre a realidade,

⁹ Ressaltamos que neste ponto consideramos *das Ding*, a Coisa freudiana, como a face real do objeto pequeno *a*.

recuando frente ao impossível da morte. Ambicionando ser verdadeiras, buscam exaurir de si todo o campo da falta, do erro, do vazio, da Coisa.

Porém, a arte se apresenta no sentido oposto, como pura ilusão. Justamente por não pretender nada além disso, a arte não exclui a Coisa de seu campo. O belo, por participar desse engodo em relação à Coisa, propicia que a arte forneça ao sujeito não somente uma experiência estética, mas também ética. Conforme explicita Lacan (1959-1960/1997, p. 291), “o belo em sua função singular em relação ao desejo não nos engoda, contrariamente à função do bem. Ela nos abre os olhos e talvez nos acomode quanto ao desejo, dado que ele mesmo está ligado a uma estrutura de engodo”.

Assim como Platão, Lacan também trabalha a questão do belo a partir da criação, desse impulso à geração do novo sustentado pela cultura humana, situando-o a partir das implicações éticas desta operação.

Se no cerne da ética está a Coisa, é nela que encontramos a “topologia onde os fenômenos de sublimação se situam” (1959-1960/1997, p. 148). Pensada por Freud como um dos destinos possíveis para o movimento pulsional, um destino no qual a finalidade sexual se encontra inibida, a sublimação consiste em um complexo problema para a teoria psicanalítica, uma sinuca de bico para o pensamento freudiano, que apesar de se dedicar ao tema durante muito tempo, não conseguiu abordá-la de forma satisfatória.

A sublimação consiste em, frente à insaciabilidade da pulsão, não recalcar¹⁰ as representações dos objetos, mas transformá-las, imputá-las de uma dignidade que não possuíam anteriormente. Dessa forma, Lacan (1959-1960/1997) considera que a fórmula mais geral da “sublimação é esta – ela eleva um objeto – e aqui não fugirei às ressonâncias do trocadilho que pode haver no emprego do termo que vou introduzir – à dignidade da Coisa” (pp. 140-141). A sublimação não é um movimento exclusivo da arte, ela pode se dar em outros ramos do campo da criação intelectual, porém é nela que encontramos uma grande fonte e expressão da abordagem que efetuamos no momento acerca do belo.

Pensar o papel da criação sublimatória é, como cita Freud (1916-1917/1986), considerar um caminho que “conduz da fantasia de volta à realidade – isto é, o caminho da arte” (p. 438). Se o *Dichter* encontra em sua fantasia a fonte de

¹⁰ Para Freud, a operação do recalque é originária do aparelho psíquico, é a resposta do neurótico frente àquilo que é de natureza traumática. Da mesma forma, frente ao trauma que revela a falta do objeto que saciaria plenamente a pulsão, o neurótico recalca as representações traumáticas construindo e elegendo um sintoma que ao menos o forneça uma satisfação parcial.

sua criação, é através de sua fantasia que ele cria, transpassando-a. Para Freud, um artista é uma pessoa que dispõe de recursos psíquicos que lhe permitam saber:

como dar forma a seus devaneios de modo tal que estes perdem aquilo que neles é excessivamente pessoal e que afasta as demais pessoas, possibilitando que outros compartilhem do prazer obtido nesses devaneios. Também sabe como abrandá-los de modo que não traiam sua origem em fontes proscritas. Ademais, possui o misterioso poder de moldar determinado material até que se torne imagem fiel de sua fantasia; e sabe, principalmente, pôr em conexão uma tão vasta produção de prazer com essa representação de sua fantasia inconsciente, que, pelo menos no momento considerado, as repressões são sobrepujadas e suspensas (FREUD, 1916-1917/1986, p. 439).

Essa capacidade de moldar o material é justamente o ponto a partir do qual Lacan aborda a criação que se dá em torno da Coisa. O material que o artista molda, transformando e criando o novo, é o simbólico, os significantes da linguagem que são pinçados do Outro a seu modo, ou ao seu estilo se melhor convir. Ele o faz, contornando o vazio da ausência de representação, a Coisa, velando o irrepresentável com uma ilusão possível, a arte.

A Coisa, se no fundo ela não está velada, não estaríamos nesse modo de relação com ela que nos obriga – como todo psiquismo é obrigado – a cingí-la, ou até mesmo a contorná-la, para concebê-la. Lá onde ela se afirma, ela se afirma em campos domesticados. É justamente por isso que os campos são assim definidos – ela se apresenta sempre como unidade velada (LACAN, 1959-1960/1997, p. 149).

A impotência da linguagem em abordar a Coisa exige que o ser falante recorra a significantes atrás de significantes para se colocar enquanto desejante no mundo. A manipulação destes significantes, transformando-os, elevando-os a outra dignidade, possibilita que não se tampona a Coisa, mas ao invés disso, permite cingi-la em sua irrepresentabilidade. Lacan considera que o moldar que o poeta faz com as palavras, é semelhante ao moldar que o oleiro faz com o barro. Ambos utilizam de um material físico para criar em torno do vazio: o poeta cria a arte, o oleiro cria o vaso¹¹. A noção da criação é central não somente no campo da estética, mas também “no da ética no sentido

¹¹ Conforme Lacan (1959-1960/1997) aponta, o vaso não se resume às suas paredes de barro, mas a sua função, que é expressa somente à partir do vazio que ele comporta e através do qual ele adquire sua existência.

mais amplo” (p. 150), pois “há uma identidade entre a modelagem significativa e a introdução no real¹² de uma hiância, de um furo” (p. 153).

Esta hiância, este furo, é o próprio real traumático. Lacan o equipara, em última instância, à impossibilidade do registro da morte no inconsciente. Cingir a impossibilidade da Coisa é encontrar um destino para a pulsão que não se remeta à formação de sintomas. É trabalhar conjuntamente as pulsões de vida e de morte, não se esquivando do conflito germinatório destas duas forças. É a expressão da própria orientação da ética psicanalítica, ao permitir um espaço no qual o sujeito não ceda de seu desejo.

O belo e o desejo ainda encontram outras afinidades em torno da irrepresentabilidade da morte, pois o desejo é “tornado visível pelo brilho do belo” (MAURANO, 2001, p. 56). É através dele que a impossibilidade do desejo encontra sua expressão sem ser sufocada por algum ideal. O desejo é atraído tanto “pela morte quanto pela vida. Ele circula com seu movimento de eterno retorno a seu ponto de inauguração: o objeto perdido” (p. 177). O belo vela a nós, pobres mortais, o excesso da morte que na arte trágica é representado na *áte*, que marca o encontro do herói com seu destino, donde transborda em cena o *Hímeros enarges*, o desejo tornado visível em toda sua crueldade e potência, mortífero, que em sua maior expressão assemelha-se à loucura. O belo vela este excesso mortal participando dele, não recuando frente a sua irrepresentabilidade. A morte, castração última, também às vezes revela no belo sua face mais horrível, pois dos *castrati*¹³ ao assum-preto¹⁴, o belo mostra sua face mais mortal.

Conclusão

O belo não engana o sujeito em relação ao seu desejo, pelo contrário, ele permite um encontro com o real que o marca de forma singular. Por não pretender nenhuma relação com a verdade¹⁵, propondo-se somente como uma ilusão, o belo torna a experiência do encontro com o real mais tangível. Neste ponto aproximamos a função

¹² Lacan utiliza o termo real neste ponto para designar a realidade, e não o registro do real como aquilo que resiste a qualquer significantização.

¹³ Palavra que traduzida literalmente do italiano significa castrados, utilizada para referir-se a cantores que devido a problemas hormonais, ou ao corte dos canais testiculares, não atingem a maturidade sexual, atingindo uma extensão vocal corresponde às vozes femininas. A existência dos *castrati* teve seu auge na Europa do século XVIII e se deu até a segunda metade do século XIX.

¹⁴ Pássaro que muitas vezes tem os olhos furados para que, assim como os *castrati*, se acentue a beleza de seu canto.

¹⁵ As questões da verdade e do saber são pontos que serão abordados no próximo capítulo.

do belo com o estilo e com a aposta da possibilidade de transmissão de um saber sobre o real, aposta que sustenta a prática, a pesquisa e o ensino da psicanálise. É através do belo que o estilo pode transmitir as marcas daquilo que não se dá com as palavras, o real, possibilitando que o sujeito se depare com o seu próprio desejo, sem que isso esteja articulado com um ideal de bem, pois não é o bem que o desejo almeja, mas a realização.

Se o belo em Platão é coextensivo ao bem, ao eterno e ao verdadeiro, em Freud o belo é o transitório, próximo da morte. Já para Lacan o belo é a expressão que consegue contornar o vazio da existência e, velando a morte, consegue representar algo que ultrapassa a impossibilidade de representação.

Talvez possamos tomar de empréstimo algo da extensa filosofia kantiana acerca do belo. Conforme aponta Kant (1790/1993), o “belo é o que apraz universalmente sem conceito” (p. 64), ou seja, é aquilo que não demanda formulação conceitual, do recurso à linguagem, para dar-se à experiência sensível do sujeito. Por isso, o belo¹⁶ é capaz de unir os campos do universal e do particular, uma vez que:

Ora, um juízo objetivo e universalmente válido também é sempre subjetivo, isto é, se o juízo vale para tudo o que está contido sob um conceito válido, então ele vale também para qualquer um que represente um objeto através deste conceito. Mas de uma validade universal subjetiva, isto é, estética, que não se baseie em nenhum conceito, não se pode deduzir a validade universal lógica, porque aquela espécie de juízo não remete absolutamente ao objeto. Justamente por isso, todavia, a universalidade estética, que é conferida a um juízo, também tem que ser de índole peculiar, porque ela não conecta o predicado da beleza ao conceito do objeto, considerado em sua inteira esfera lógica, e no entanto estende o mesmo sobre a esfera inteira dos que julgam (KANT, 1790/1993, p. 59).

Esta formulação entra em particular consonância com a questão do estilo: um fenômeno humano único, capaz de unir o particular ao universal através da arte. Parece-nos que a relação do estilo com o belo vai além da mera aproximação. Não seria o estilo uma forma particular de trabalhar e apresentar o real? Não seria o estilo como as pegadas que em seu conjunto nos indicam os revezes responsáveis por tornar o caminho único? Não seria o traçado de um poeta caminhante, que em seu passo nos delicia e nos convida a fazer nosso próprio caminho?

Resta o caminhar.

¹⁶ Kant aponta que conceito de belo referido a um juízo estético, uma vez que cada um chama de belo aquilo que lhe agrada, conferindo-lhe valor (Abbagnano, 2000).

Referências

- ABBAGNANO, N. (1960). *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ANDRADE, C. D. (1930). Alguma Poesia. In: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1967. p. 51-80.
- FREUD, S. (1893). Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação preliminar. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. II, p. 39-53.
- _____. (1900). A Interpretação dos Sonhos. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. IV-V, p. 17-610.
- _____. (1913). Totem e tabu. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XIII, p. 13-193.
- _____. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XIV, p. 129-162.
- _____. (1915-1916). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XV, p. 27-285.
- _____. (1916-1917). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XVI, pp. 289-539.
- _____. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XVIII, p. 89-179).
- _____. (1930/1986). O mal estar na civilização. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1986. vol. XXI, pp. 75-171.
- GLEIZER, M. A. *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- IANNINI, G. *Estilo e verdade na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem*. 2009. 356f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KANT, E. (1790). *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano Mello

LACAN, J. (1957-1958). *O Seminário. Livro 5, As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1958-1959). *O seminário. Livro 6, O desejo e sua interpretação*. Porto Alegre: Publicação não comercial de circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

_____. (1959-1960). *O Seminário. Livro 7, A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. (1960). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 493-533.

_____. (1960-1961). *O Seminário. Livro 8, A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1960). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 493-533.

_____. (1960). Subversão do sujeito e a dialética do desejo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

_____. (1964). *O Seminário. Livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1966). Abertura desta coletânea. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 09-11.

LISPECTOR, C. (1978). *Para não esquecer*. São Paulo: Rocco, 1999.

MAURANO, D. (2001). *A Face Oculta do Amor*. Juiz de Fora: UFJF/Imago, 2001.

_____. *Entre o maneirismo e o barroco, algumas considerações sobre o Estilo*. 2002. [Conferência proferida no Encontro Psicanálise e Transmissão]. Recuperado em 21 outubro, 2009, de <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/portugues/leitura.asp?CodObra=27>

_____. *A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PLATÃO. (370 a.C.). *Fedro*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. (380 a.C.). O Banquete. In: _____. *Diálogos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 13-59.

SPINOZA, B. (1677). *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

THE BEAUTIFUL DESIRE OF THE PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT: This paper aims to trace a link between the question of the beautiful and the desire from the ethics of psychoanalysis. Central points the psychoanalytic theory, the beautiful and the desire are intertwined. Considering the ethics of psychoanalysis as an ethic of the convocation of the cause of the trauma, then it is necessary to refer to the beautiful veil for sustain this ethical position. The beautiful is what indicates the nameless desire, the lack of object. Freud and Lacan located the beautiful, as a way how indicates unrepresentability of death, a way to express it.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Beauty. Desire. Death. Ethics.

LA BELLE DÉsir DE LA PSYCHANALYSE

RÉSUMÉ: Ce document vise à tracer un lien entre la question de la belle et le désir de l'éthique de la psychanalyse. Points centraux de la théorie psychanalytique, le beau et le désir sont intimement liés. Considérant l'éthique de la psychanalyse comme une éthique de la convocation de la cause du traumatisme, alors il est nécessaire de se référer à la belle voile pour soutenir cette position éthique. Le beau est ce qui indique le désir sans nom, le manque d'objet. Freud et Lacan trouve la belle, comme un moyen comment indique irreprésentabilité de la mort, une façon de l'exprimer.

MOTS-CLÉS: La psychanalyse, de beauté. Le désir. La mort. L'éthique.

Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano Mello

Recebido em: 02-09-2015

Aprovado em: 14-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

A ESCUTA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA POLÍTICA

*Rejane de Moura Nunes**

*Denise Maurano***

RESUMO:

Este texto aborda a escuta psicanalítica em sua função de lidar com o sofrimento humano, assim como propõe a escuta como estratégia política de intervenção e criação. Através dos subsídios da teoria e da clínica psicanalíticas propomos uma interlocução com os campos da Saúde Mental e da Memória Social, entendendo que são campos que nos permitem pensar as dimensões do singular e do social como intrínsecas umas as outras.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Subjetividade. Memória social.

*Psicóloga formada pela UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, Psicanalista, Especializada em Saúde Mental, Especializada em Reinserção Psicossocial e Organização de Serviços pelo Ministério da Saúde, Mestre em Psicanálise pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa Interdisciplinar de Memória Social da UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Psicóloga clínica do Instituto Municipal Philippe Pinel. Av. Venceslau Brás, 65. Botafogo, RJ. CEP 22290-140. Tel.: (21)2542-3049. E-mail: rejane.lirios@gmail.com.

**Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Diplôme D'études Approfondues en Philosophie e doutorado em Philosophie - Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne); doutorado em Filosofia e pós-doutorado em Letras(2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e no curso de Direito. E-mail: dmaurano@corpofreudiano.com.br.

Freud, no texto “Linhas de progresso da terapia analítica”, sinaliza o alcance pouco vasto das “terapêuticas analíticas” comparado “à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo (...) e que ameaça tanto a saúde pública, que não pode ser deixada aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade” (FREUD, 1918:180); Freud segue dizendo que quando a consciência da sociedade despertasse e o Estado compreendesse a urgência de seus deveres, haveria instituições com “médicos” analiticamente preparados.

Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, Lacan nos chama a atenção para a necessidade de que o analista, para sê-lo, se interesse pela dimensão do político e da cidade:

Que antes renuncie a isto, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico (LACAN, 1998: 322).

A partir dessa posição podemos afirmar então que “analisar uma época (...) é responsabilizar-se por seu lugar” (BROUSSE, 2003:15) o que acarreta em pensar de que forma um ato analítico poderia implicar também em um ato político, ou seja, que retorne como contribuição para a cidade.

Considerando que em Psicanálise visamos a singularidade (ou seja, algo particular e não generalizável), não recuamos ao buscar formas de incidir no âmbito do público, apesar de considerá-lo como campo onde as particularidades tendem a ser ignoradas em nome do bem comum.

A psicanálise, em sua especificidade, aponta para o fracasso do sentido, a despeito da grande difusão da afirmativa de que “Freud explica”. Contudo, desde a primeira teorização a respeito do Inconsciente, fala-se de algo que ocorre no desencontro do sofrimento que se apresenta no corpo da histeria com o discurso dominante na época. O sintoma denuncia que algo escapa à lógica da consciência e assim aponta para o mal-estar na civilização.

A psicanálise ocupa uma posição subversiva ao considerar o que escapa ao instituído na cultura dominante. Podemos dizer então que desde Freud a psicanálise foi subversiva, nem tanto na sua participação pública política, mas por ter considerado fundamentalmente o que é segregado dos discursos manifestos.

A respeito da abordagem da Psicanálise acerca da coletividade, encontramos no livro *Psicanálise na Favela, do Projeto Digai-Maré*, a seguinte aposta:

“... é possível destacar do mundo de coisas pouco evidentes que nos habitam detalhes que sejam links para outros espaços. Com bases desses elementos vindos da periferia, restos de dizer, reconfigura-se o mapa de uma vida. Contando com o impossível, em vez de buscar eliminá-lo, cria-se um novo lugar no coletivo” (MACHADO, Ondina, M.R e GROVA, Tatiane (orgs.) et al. 2008:11).

A escuta como método surge justamente a partir de Freud propor um “diga aí” as suas pacientes. Por sermos seres de linguagem, ao falarmos “o que vier à mente”, regra fundamental da associação livre, entramos em contato com aquilo que nos determina para além dos parâmetros racionais, que por sua vez são herdeiros das regras sociais.

Falar livremente do que escapa ao sentido nos aproxima do indefinível em nós, mas que paradoxalmente nos determina. Para Freud nossas primeiras experiências de satisfação estão para sempre perdidas, mas repletas de efeitos no que se configura como nosso destino, num movimento que se repete sempre em busca deste indefinível, ou seja, “são restos de dizer que (re)configuram um mapa de uma vida”.

Frente a este impossível é que se torna desejável construirmo-nos subjetivamente enquanto realidade psíquica, ou seja, vestir com ficções linguageiras, histórias, narrativas, o que Freud chamou de fantasia na neurose e delírio na psicose.

De acordo com esta concepção, nosso psiquismo seria um aparelho de construir realidades através de suas memórias. Assim, por memória não se entende uma verdade acerca do fato tal qual tenha se passado, mas algo permanentemente em construção. Eis uma formulação específica de abordagem da Memória Social que nos interessa, ao associar subjetividade, memória e criação.

Entendemos a Memória Social como o modo que os sujeitos sociais representam a si próprios articulando passado, presente e futuro mas não estamos apenas considerando a representação como produção consciente, referente estático do que se encontra em constante movimento, mas incluindo as dimensões do afeto e da invenção e, com estas, a possibilidade das memórias irrepresentáveis. Justamente por esta característica, aquilo que em determinado momento foi não-dito, pode transformar

constantemente as formas de dizer. Na vertente psicanalítica, sabemos que a memória não se reduz àquilo que aparece nos discursos, mas também em suas entrelinhas.

Nesta concepção, a memória seria algo que se constitui na interseção entre o Sujeito e o Outro, sendo ao mesmo tempo memória particular e memória social, numa torção moebiana que estabelece uma continuidade entre essas duas bandas.

Ao abordarmos a Memória Social em sua relação com os espaços, valores e subjetividades de determinada cultura, encontramos no conceito de “território”, caro ao campo da Saúde Mental, elementos compatíveis com o nosso ponto de vista. O território seria justamente o que é “marcado por limites geográficos, culturais, socioeconômicos(...); conjunto de referências que desenham a moldura do cotidiano para cada cliente, seu território familiar, mitológico, jurídico” (Delgado, P. G. 1997:41). Segundo Pedro Gabriel Delgado, a concepção de território traz implicações clínicas. A partir disso, podemos entender que o conceito de território diz respeito às particularidades de determinada população abarcada pelos cuidados em Saúde Mental e que repercutem sobre o próprio cuidado, com suas incidências subjetivas.

Poderíamos afirmar então, que o território comportaria moldura da memória social daqueles que lhe habitam, com implicações íntimas e complexas para tais subjetividades, e vice-versa. Neste caso, crer numa via de mão única e não dupla, seria crer num determinismo social sobre os “indivíduos”, ou numa autonomia absoluta do sujeito, o que etimologicamente seria impossível, uma vez que estamos todos sujeitos à linguagem, que nos antecede e nos divide (nos assujeita a ela), na medida em que dela nos apropriamos de maneira absolutamente particular. Eis a ironia presente em nosso enlace social via a linguagem: não vivemos sem ele, doce ilusão.

Digaí, Baixada³

Procurando me guiar pela Psicanálise, atuei no setor de Emergência de um hospital psiquiátrico público da cidade do Rio de Janeiro, que no entanto recebia a população de toda região metropolitana da Baixada Fluminense, conhecida por sua precariedade socioeconômica. Para minha surpresa, neste serviço psiquiátrico não encontrei apenas a exuberância das produções psicóticas, que certamente também demonstram alguma exclusão, mas sobretudo personagens da violência: violência urbana, econômica, social, moral.

Desde um primeiro momento constatei que tratava-se de um território muito peculiar, tanto no que diz respeito aquele determinado dispositivo de atendimento à crise, quanto àquela parcela da população que recebíamos, predominantemente. Estaríamos nos deparando tão radicalmente com algo da ordem do traumático e da castração⁴, não como uma operação simbólica realizada na fantasia de alguém, mas falando literalmente de cabeças cortadas e expostas na frente das casas das famílias, em suas comunidades, para mencionar o extremo de um relato que nos fora endereçado.

Do meu lugar de escuta, era também testemunha de perdas inimagináveis, da agressividade desmedida, do gozo⁵ mortífero dos vícios e, num meio comandado pelo tráfico, a convivência com determinadas “leis”, que em sua arbitrariedade nos remetem ao grande pai da horda primeva, que goza sem barreiras.

No texto *Totem e Tabu* (1913), Freud constrói um mito antropológico que retrataria a primeira forma de organização social humana, onde o primata mais forte impunha sua vontade pela força e fora vencido pela união de seus descendentes; no entanto, qual desses tomaria o poder? Mas, a partir da morte do pai, ao invés da força bruta, passam a vigorar as leis que regem as normas sociais, inicialmente ligadas à interdição do parricídio e ao incesto, ou seja, não se pode matar o líder e nem unir-se a entes do próprio clã. A consequência lógica desta interdição é a propensão à feitura dos laços sociais: “saia de dentro de sua própria casa e vá em direção ao outro”, ou “se unam, não se matem”.

No serviço de saúde mencionado, os relatos que eu testemunhava me faziam interrogar em que medida compomos de fato uma civilização, dado a dimensão da barbárie que se evidenciava. Enfim, no serviço em questão, as demandas de atendimento chegavam volumosas e impactantes, na maioria das vezes misturando a “miséria humana”, a que todos estamos faltosamente sujeitos, às marcas devastadoras da truculência e miséria sociais.

3 Parafraçando o nome do projeto “Digaí-Maré”, um trabalho de psicanálise aplicada da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) na favela da Maré, no Rio de Janeiro, a partir da parceria com a Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES-MARÉ) que visa o fortalecimento das ações locais. Tais projetos também contam com a intervenção da Universidade, seja enquanto fomento para financiamento, seja enquanto campo de estágio (UFRJ e PUC-RJ).

4 O Complexo de Castração é um mecanismo psíquico que diz respeito a ameaça imaginária de perder algo muitíssimo importante; na fantasia infantil, trata-se daquilo que é objeto de desejo da mãe e portanto estaria ameaçado pelo pai, representante da interdição e da Lei.

Como nos utilizar do arsenal psicanalítico, dos seus preceitos e técnicas frente a isto? Sabemos que o traumático e o Real, enquanto a crueza do inapreensível, atinge a todos, mas como lidar com este quando a fantasia, o delírio, os sintomas classicamente conhecidos, muitas vezes parecem estar suplantados por uma perplexidade, pura angústia? Sendo assim, como atribuir a sujeitos tão cruamente contrastados com o Real a implicação que concerne à clínica analítica? Os recursos institucionais (no caso, também a instituição da Saúde Mental) são organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade.

Miriam Debieux Rosa em “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, texto no qual relata a experiência de escuta aos meninos de rua, nos faz atentar às diferentes condições de vida e suas possíveis implicações para os sujeitos, ao mencionar a grande parcela da população em “desamparo social”. Estes sujeitos muitas vezes são excluídos dos recursos institucionais organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade, o que pode propiciar o que chama de “desamparo discursivo”, pois “...as estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação de valores, ideais, tradições de uma cultura resguardam o sujeito do Real” (ROSA 2006: 42).

O Real na perspectiva psicanalítica, refere-se à crueza da impossibilidade de nomeação e sentido. Refere-se à aridez do não senso. Frente ao desamparo do ser falante, desta maneira agravado, o risco do traumático, do impossível de simbolizar seria duplo: tanto sua exposição à ocorrência é aumentada, quanto os recursos para sua elaboração encontram-se diminuídos.

A maioria da população encontra-se excluída dos modos sociais instituídos de tratar o gozo (educação, esporte, arte, análise), assim como formas de lhes dar vazão (usufruto de bens de consumo, por ex.), ficando mais expostos ao que nos acomete a todos.

5 O conceito de gozo em Lacan, enquanto referido a uma satisfação paradoxal que enoda prazer e dor, diz respeito ao encontro da pulsão com a linguagem e de algo que resiste a ela (já que não é possível se definir completamente); seria uma modalidade silenciosa da pulsão, releitura da “pulsão de morte” freudiana, onde a realização plena de todos os impulsos só ocorreria com a própria morte. O gozo seria índice deste impossível e se impõe na vida de várias maneiras, por exemplo, através da violência.

No entanto, certamente não se trata de mais uma vez excluir o sujeito, privá-lo de sua escuta, de uma certa “oportunidade de sujeito”, por assim dizer. É sobre esta dimensão que nos interessa interrogar, causar uma curiosidade, uma vontade de saber sobre a posição subjetiva deste sujeito. É na perspectiva deste mais além que a palavra é convidada a comparecer, dizendo de outra maneira o que assola o sujeito, habitando o mundo da linguagem.

Há uma dimensão ética e política na escuta que visa propiciar que o Sujeito dê andamento às articulações significantes, reproduzindo-as ou modificando-as, e possibilitando a ruptura de identificações imaginárias congeladas, que muitas vezes atribuem lugares excludentes e marginais a determinadas classes de sujeitos, lugar de resto social que comumente lhes são atribuídos.

Os discursos tem a função de refrear o gozo. Podemos relacionar o conceito de gozo àquilo que da pulsão resiste ao encontro com a linguagem. Desde que o homem tornou-se humano, ou seja, deixou de ser guiado pelo instinto biológico para se lançar no universo dúbio da linguagem, sempre passível de mal-entendidos, sua “natureza” passou a ser marcada tanto pela significação quanto pela ausência desta.

O funcionamento social e as estruturas discursivas que aí circulam conferem lugares ao gozo; por exemplo: o uso de substâncias psicoativas (legalizadas ou não), o consumo desenfreado de objetos no capitalismo, a violência praticamente institucionalizada à população pobre, etc.

Com a possibilidade de escuta, passamos a lidar com algo que é da ordem de uma escolha referente à posição desejante; desta maneira, deixamos de falar de objetos vitimados, para lhes dar voz. De pobres frutos de um sistema infeliz, para sujeitos desejantes, torna-se necessário uma aposta num trabalho de implicação subjetiva, correlativo também a uma apropriação e construção da memória. .

Este trabalho pode não acontecer com todos os sujeitos aos quais convocamos, mas partir desta premissa permite-nos colocar em jogo um fator fundamental a ser considerado, a saber, o desejo. Cabe ressaltar o que a própria Psicanálise nos ensina, de que nem sempre o desejo aponta para “o bom e o belo”, lembrando-nos, por exemplo, de que também a guerra é parte constituinte da civilização.

6 Enquanto característica do funcionamento psíquico, a repetição aparece tanto no discurso manifesto quanto no que é alheio a ele, revelando sua precariedade e insuficiência; paradoxalmente, a repetição impele à criação pois, ao se pautar em formas de satisfação e expressão anteriores, acabam calcando novos caminhos, na medida que nenhuma repetição é exatamente do mesmo.

Como aquilo que é da ordem do Inconsciente se atualizaria nas demais situações da vida do sujeito, obedecendo ao movimento de repetição⁶ inerente ao funcionamento do Inconsciente? Além disso, como a dimensão do desejo poderia se imprimir no cotidiano destes sujeitos?

Frente a situações em que o impossível de elaborar não só persiste como inapreensível em cada um de nós, mas aparece como imposição na cidade, no Real dos cotidianos que conseguimos construir como nossa civilização, propomos a escuta, que incita, convoca a fala, a expressão, e nesse movimento, a humanização.

Através da fala pretendemos que alguma roupagem simbólica possa se tecer, fazendo mínimo anteparo ao insuportável do Real que se apresenta, onde o desafio é colher e acolher o drama, sem tamponá-lo. A partir do fio do discurso que se tece, possibilitamos que seja elaborado um véu, que ao mesmo tempo que encobre o horror também deixa ver o drama, nos guiando em direção ao que se trata. Assim, torna-se possível circunscrever aquele traumático de forma absolutamente particular. Sem isso, facilmente recorriamos a subterfúgios protocolares.

No sentido de uma roupagem ao Real, pode-se dizer que lhe damos instituição; para isto o setting institucional, assim como o setting analítico ou transferencial, pode servir àqueles que chegam até nós. Para isso, talvez uma certa imersão neste universo seja necessária, para que ao invés de evitarmos ou nos defendermos da angústia, possamos atravessá-la junto ao sujeito.

A escuta enquanto acolhe a diferença do outro e seu sofrimento pode ser extremamente desagradável, sobretudo tratando-se de realidades socioeconômicas totalmente diversas das nossas, como se houvesse em nós uma espécie de “recalque social”, uma fronteira que, se rompida, nos submeteria ao sofrimento que evitamos. Acontece que o conteúdo do recalco retorna, assim como aquilo que é segregado socialmente numa mesma cidade, vide a violência urbana da população excluída que se impõe à face sobre a classe média, assim como os imigrantes que passam a invadir os países ricos, para citar outro fenômeno atual, onde a população de países historicamente

explorados ou em conflito, buscando condições de sobrevivência, partem para outras pátrias, que no entanto temem ter que dividir seus recursos.

É desta maneira que, a partir da escuta, encontrei um mote para lidar com a diferença absoluta, com o impossível de elaborar. Através da escuta pode-se construir saídas originais, particularizadas, frente ao que se manifesta maciçamente devastador, ou seja, que as saídas encontradas por cada um possam nos instruir sobre novas soluções acerca do que concerne a todos, a nossa coexistência. Ou seja, que aquilo que “transtorna” (assim como o “transtorno mental”) possa nos impelir a rever o que vai mal, o modelo que queremos para a nossa sociedade.

O acesso à escuta

Na prática no setor da Emergência, muitas vezes não chegamos a esmiuçar os detalhes da malha dos discursos tal qual no processo de uma análise, mas ainda assim, são considerados índices da posição subjetiva dos sujeitos e das relações muito próprias que estabelece com o Outro⁷.

Citemos alguns exemplos de enredos particulares para situações em comum que se apresentaram no serviço:

Recebemos Maria, que tivera o filho assassinado por policiais na comunidade onde morava, aparentemente sem causa e de forma inesperada; ela mal dormia ou comia, estava permanentemente irritada e aos prantos; nos primeiros atendimentos soubemos que fora medicada com calmantes e antidepressivo; sua fala era comovente e indignada. Frente a ela, presenciávamos antes um sofrimento lacerante, do que propriamente uma doença a ser debelada, como de costume pela clínica médica, ou algo que se configurasse como um sintoma endereçado a ser percorrido como índice de um sujeito. Parecia que não havia o que pudéssemos fazer - apenas acolhemos longamente a sua fala e concordamos com o caráter terrível do que lhe acontecera; nos surpreendemos com a questão que coloca a si mesma, como quem nos perguntasse: “e agora?”. Ao final do atendimento, Maria revela que pretende organizar uma mobilização contra a violência policial; foi desta maneira que a ela foi possível se organizar temporariamente, até onde pudemos testemunhar, para manter-se “viva” e seguir seu caminho.

Já Bárbara, sob os escombros de uma perda semelhante, retorna ao serviço para solicitar internação e sedação para seu sofrimento; na primeira vez, fora trazida

pelos bombeiros, pois estava no cemitério tentando desenterrar seu filho com as próprias mãos; nesta ocasião fora internada; num momento posterior, passa a ir

7 Lacan formalizou conceitualmente como “Outro” a dimensão remetida à linguagem que nos antecede e inaugura o Sujeito, justamente porque não se totaliza, dimensão atravessada pelo corte do Real, ou seja, aquilo que resta sempre inapreensível, frente ao qual o Sujeito se estrutura como resposta. O Sujeito seria a ordem inédita cavada no Outro da linguagem a partir deste corte, do vazio. O Outro é a ordem significante transmitida sempre para além do que se pretende.

diariamente a Emergências de Hospitais-Gerais receber injeções que a acalmam instantaneamente, até a próxima crise de agitação, quando se morde, se bate ou desmaia. Num momento posterior, já não atendemos sua demanda eterna por internação ou aumento de medicações; nos repetidos atendimentos, costumava não querer falar sobre si; apenas queixava-se veementemente de tudo e de todos, que não serviam pra nada e não faziam nada por ela. A psicanálise, neste ponto, é algo cruel: apenas ela mesma poderia fazer algo acerca da mudança da sua posição. Bárbara já havia sido encaminhada, em vão, para uma escuta mais sistematizada, mas parece imersa no gozo do sofrimento e, desta estranha maneira, continuava retornando à Emergência, de onde sustentávamos a aposta de que esta mudança de posição poderia ocorrer.

Valquíria, a sua maneira, também parece pedir algum tipo de contenção; tem impulsos de socar seu filho, e às vezes o faz; conta também que amarrou a boca do bebê quando este chorava e sente-se devastada por isso. Com o seu relato, lembra-se das atrocidades com as quais conviveu no tráfico, quando era namorada do dono da “boca”; este chegou a matar por ciúmes e esta lembrança a atormentava muito; lembrava-se do vício, da violência, das mortes, parecendo em seus atos identificar-se a isto. Na sua fala, algo de outra ordem aparece sinalizado pelo sintoma atual. Apesar de visivelmente dopada, sua agressividade só diminui à medida que vai falando, e isso ela mesma percebe. Este episódio demonstrou de forma impressionante o poder terapêutico da fala, e portanto da escuta, na clínica da crise, em detrimento de qualquer recurso emergencial protocolar, como a própria medicalização. Apesar das severas dificuldades econômicas que enfrenta, não se lamenta por isso, pois se dá conta de estar melhor hoje em dia do que na época anteriormente relatada. No momento em que diz “estar melhor hoje em dia”, algo nela se ilumina; antes entregue na figura de doente, enlouquecida de ódio, passa a comparecer ao serviço com algo de uma dignidade, como alguém que renasce. Posteriormente, passa a se perguntar de onde vem tanta raiva e reforça o pedido de prosseguimento do atendimento psicológico, pois pretende descobrir. Passada a

“emergência”, ou seja, a aparição de algo que não estava conseguindo ser dito, ou no caso, mal-dito, fora feito o encaminhamento.

Assim, observamos respostas de sujeitos diferentes, em situações parecidas, na medida que a violência irrompe de alguma maneira: uma tem a felicidade de se colocar contra a violência e assim contornar a situação com a qual fora confrontada, não retornando mais ao serviço; a segunda é tomada pela violência, como quem se afoga levada por uma onda gigante, mas começa a se debater em direção aos retornos à Emergência, fazendo sintoma. Aqui, o papel da instituição é oferecer-se como cais, referência em torno da qual o sofrimento encontre alguma ancoragem e portanto seja passível de se abordado. Já a última, parece encenar a violência, até começar a distanciar-se dela através de sua fala, a qual começa a interrogar.

Frente ao impossível, cabe-nos encontrar meios menos nefastos de abordá-lo. Em nosso trabalho, propomos nossa presença e escuta como lugar de “retorno”, em torno da qual visamos mediar com as palavras, o que apresenta-se como indizível.

Em “O analista cidadão” Eric Laurent sinaliza que os analistas não devem temer dizer que querem uma cidade menos opressora e segregadora. Que a abordagem das singularidades possam nos ensinar saídas válidas para um número maior de pessoas: “o interesse que tem para todos a particularidade de cada um (...) transformá-la em algo útil, em um instrumento para todos” (LAURENT, 1999:15).

Através da interlocução proposta entre Psicanálise, Saúde Mental e Memória Social propomos recapitular as relações complexas, inerentes aos sujeitos e suas sociedades. Freud em “O Mal-estar na Cultura” (FREUD, 1930) onde ressalta justamente a dificuldade inerente do homem em coexistir (entre outras coisas, por conta de suas pulsões narcísicas e destrutivas), usa o exemplo do sistema solar para dizer da ligação do homem à civilização através do desejo, como o que há de mais íntimo, porém, como sendo o que nos lança em direção ao outro: “Tal como o planeta que ainda gira em torno de um corpo central além de rodar sobre seu próprio eixo, assim o indivíduo também participa do desenvolvimento da humanidade enquanto segue o seu próprio rumo na vida” (FREUD, 1930:143).

Na metáfora freudiana, somos impelidos a girar em torno do sol do desejo, apesar de também girarmos em torno de nós mesmos, malgrado o mal-estar que isso comporte. Unindo paradoxalmente estas dimensões entre subjetividade e alteridade,

resumimos o imbricamento do social ao singular, nessa história do que é particular a um e pertencente a todos.

Referências

ALTOÉ, S. e LIMA, M. (org). *Psicanálise, Clínica e Instituição*, Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos, 2005.

BROUSSE, M-H. O inconsciente é a política. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

DELGADO, P. G. "A psiquiatria no território: construindo uma rede de atenção psicossocial." *Saúde em Foco: informe epidemiológico em saúde coletiva* 16 (1997): 41-3.

FIGUEIREDO, A.C. *Vastas Confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

_____. Do atendimento coletivo ao individual: um atravessamento na transferência, *Cadernos do IPUB*, 2000, vol.VI, n. 17, p. 124-30.

_____. O que faz um psicanalista na Saúde Mental. In: *Saúde Mental - Campos, Saberes e Discursos*. Venâncio A.T.; Cavalcanti, M. T. (org.). Rio de Janeiro: dições IPUB/CUCA, 2001.

FREUD, S. 1987 - *Obras psicológicas completas*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Ed. Imago.

_____. (1913) *Totem e Tabu*.

_____. (1918) *Linhas de Progresso da Terapia Analítica*

_____. (1930) *O Mal-estar na Cultura*.

GONDAR, J. e DODEBEI, V. (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano

HABWACHS, M. A memória coletiva (1950). São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

LACAN, J. (1953). “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____(1960-64). “Posição do Inconsciente”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____(1967-70) O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MACHADO, O. e GROVA, T. (orgs.) et al. Psicanálise na Favela. Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

MAURANO, D. Para que serve a Psicanálise? Rio de Janeiro: Psicanálise Passo a Passo, n.21. Jorge Zahar, 2001.

_____. O mal-estar na memória, inédito.

ROSA, M. “A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica”. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 4, n.2, set.2000Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482004000200008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 ago. 2013.

STEVENS, A. “A instituição: prática do ato”. Carta de São Paulo, Boletim da Escola Brasileira de Psicanálise, ano 10, n.4, 2003, pg. 16.

VIGANÓ, C. “A Construção de Caso Clínico em Saúde Mental”. In: Psicanálise e Saúde Mental. Belo Horizonte. Curinga/EBP-MG, n.13 set. 1999.

HOW TO LISTEN RESISTANCE POLICY STRATEGY

ABSTRACT:

This paper considers psychoanalytic listening with regard to its function of dealing with human suffering, and thereby proposes listening as a political strategy for intervening and creating.

Through the inputs of psychoanalytic theory and clinic the paper proposes an interlocution with the fields of Mental Health and Social Memory, in the understanding that those are fields which allow us to think the dimensions of the singular and the social as intrinsic to one another.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Subjectivity. Social Memory.

COMMENT ÉCOUTER STRATÉGIE POLITIQUE RÉSISTANCE

RÉSUMÉ:

Ce texte traite de l'écoute psychanalytique dans sa fonction unique pour faire face à la souffrance humaine, ainsi que des propositions d'écoute comme une stratégie politique d'intervention et créatio.

Grâce à des subventions de la théorie et clinique psychanalytique nous venons proposer un dialogue entre les domaines de la santé mentale et de la mémoire sociale, en tant que domaines qui nous permettent de penser les dimensions du singulier et du social comme intrinsèques.

MOTS-CLÉS: Psychanalyse. Subjectivité. Mémoire social.

Recebido em: 12-08-2015

Aprovado em: 27-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

A MEDICALIZAÇÃO DO MAL-ESTAR: A ESCUTA PSICANALÍTICA COMO UM MODO DE RESISTÊNCIA

*Mylena Perez**

*Nilda Martins Sirelli***

RESUMO

Discutimos, ao longo desse artigo, o lugar do mal-estar observado na contemporaneidade, sua relação com a cultura e com a constituição do sujeito. Analisamos a teoria freudiana sobre a constituição do psiquismo, situando o lugar do outro como ponto de origem do aparelho psíquico e, posteriormente, apresentamos uma visão sociológica da pós-modernidade e suas principais características, para a partir daí travar um debate sobre a medicalização do sujeito pós-moderno como tentativa de calar o mal-estar que lhe é constituinte. A escuta psicanalítica surge como lugar de oposição e resistência à tentativa de calar o sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernidade. Mal-estar. Medicalização. Escuta.

Introdução

No presente artigo discutimos a constituição do sujeito e sua articulação com a cultura para pensarmos o mal-estar dito contemporâneo. Para tal, fazemos uma breve apresentação do cenário pós-moderno e discutimos acerca da sua relação com os sofrimentos próprios ao nosso tempo. Analisamos assim, a visão de que a cultura pós-moderna seria fonte de sofrimentos até então inéditos, ou intensificaria o mal-estar. Os tempos atuais nos trazem o vislumbre confuso de uma apresentação quase epidêmica de uma série de "transtornos mentais". Podemos observar diariamente, tanto em nosso convívio pessoal – seja de trabalho ou familiar – quanto no que nos é exposto pela mídia, uma grande proliferação das síndromes do pânico, dos transtornos de ansiedade, dos déficits de atenção e das depressões, concomitantemente com o surgimento de inúmeros novos vícios. O sujeito pós-moderno apresenta-se a nós como alguém em extremo sofrimento, que busca de tudo e em todos os lugares maneiras mais eficazes e rápidas de extinguir a dor que o assola não importa aonde vá, o que faça, ou quem seja.

Essas características dos tempos atuais vêm sendo estudadas desde o final do século XX, principalmente pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky e pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Em *Modernidade Líquida*, Bauman (2000, p.9) designa, metaforicamente, ao tempo em que vivemos a qualidade “fluida” dos líquidos e nos mostra que, ao adquirir essa característica, o sujeito e os conceitos que conhecemos por individualidade, emancipação, trabalho e comunidade, dentre outros, adquirem novas formas.

Observamos, na sociedade contemporânea, profundas transformações tomando lugar e acreditamos ser papel da Psicologia como campo de pesquisa científica analisar e buscar entender a forma como algumas dessas transformações afetam a vida psíquica, e se podem ou não dar lugar ao sofrimento do sujeito.

Na era da modernidade, tradições, instituições, trabalho, projetos de vida, tudo isso se mantinha fixo, contendo em si uma ideia de "linha de chegada". O sujeito tinha, em seus objetivos, um "meio" e "fim" a serem atingidos, afinal, havia uma estabilidade, um projeto ou uma direção pré-determinada a ser seguida. No entanto, Bauman (2000) nos diz que na civilização pós-moderna, pouco pode ser pré-determinado e nada é irrevogável, fazendo assim com que nenhuma derrota seja definitiva e nenhuma vitória seja permanente. Ao nos debruçar sobre as mudanças da sociedade contemporânea, observamos que é esperada e exigida do sujeito uma nova postura, diferente de outras épocas da história. Não mais se

espera dele que siga as tradições antigas, familiares e culturais, no entanto, espera-se que acompanhe as inúmeras mudanças de paradigma que se dão no cenário da pós-modernidade.

Passamos também, para a construção desse artigo, pelo estudo da forma como a psiquiatria contemporânea e a psicanálise percebem o sujeito e seu sofrer. Partimos do pressuposto de que o sofrimento psíquico do sujeito pós-moderno é a todo instante medicalizado, patologizado e catalogado pela medicina e suas variantes. Assim, vemos a subjetividade, via de regra, ser tratada como secundária e ser menosprezada frente à visão organicista e biológico-anatômica. A medicalização arbitrária do sujeito e a corrida hipermoderna por uma solução que dê fim ao seu sofrimento são abordadas, assim, como forma de entender o modo como a sociedade pós-moderna lida com o sofrimento psíquico.

Nesse artigo, procuramos entender a que nível estaria a cultura pós-moderna relacionada aos sintomas vistos na sociedade atual. Perguntamo-nos ao longo desse estudo, se seria então possível estabelecer essa conexão, e como isso poderia ser exemplificado na sintomática psicopatológica atual.

Em "O mal estar na civilização" (1930), Freud qualifica o sofrimento como sendo algo arraigado à sociedade, o mal-estar, o incômodo gerado pelo outro, todos esses conflitos como tendo algo de originário e ineliminável junto à vida do sujeito na civilização. Freud postula ser "(...) impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (...) de instintos poderosos"(1930, p.60). Dito isso, o mal-estar foi e estará sempre presente, afinal, é constituinte de qualquer civilização em qualquer período de tempo. E à vista disso, buscamos compreender alguns sintomas atuais, fontes de sofrimento para o sujeito, e sua possível relação com a cultura e a organização contemporaneidade.

Gilles Lipovetsky nos diz em sua obra "A Felicidade Paradoxal" (2006), que, como civilização, não caminhamos para uma extinção dos valores, como se poderia pensar, mas para uma "fragilização dos indivíduos". Para Lipovetsky (2006, p.149) "a sociedade do hiperconsumo é contemporânea da espiral da ansiedade, das depressões, das carências de autoestima, da dificuldade de viver". Observamos, no presente artigo, como se apresenta, então, o sofrimento do sujeito na atualidade, não preconizando a cultura pós-moderna e suas transformações e organização como causadoras de sofrimento, e sim, enxergando o plano cultural e social pós-moderno como principal via de troca, extração de satisfação e representação de conflitos e sofrimento psíquico do sujeito.

Como forma de entender a cultura, o social, e sua relação com o sujeito por um viés psicanalítico, realizamos, no presente artigo, uma revisão bibliográfica. Nos apoiaremos, para entender e desenvolver melhor o tema, em certas teorias da construção do aparelho psíquico de Freud, principalmente do Super-eu, que se encontram no texto "Dissecção da Personalidade Psíquica" (1933), abordando também, posteriormente, as concepções presentes em "Psicologia das Massas e Análise do Eu"(1921). Teremos ainda, em Calazans, Quintella e Roudinesco, uma base para a discussão da medicalização do sujeito e para uma análise da diferença da visão da psicanálise e do olhar médico quanto ao sofrimento do sujeito. Destarte, articularemos as principais noções freudianas relacionadas à cultura e ao sofrimento psíquico com as concepções e pensamentos de dois dos maiores expoentes no estudo sociológico do tema, numa reflexão sobre a organização e transformação da sociedade que vem tomando lugar na contemporaneidade e o sofrimento psíquico que observamos nesse tempo.

Sujeito e Cultura: A função do social na constituição do sujeito

Observando como o sujeito se articula com a civilização, podemos perceber uma clara influência do fator social na sua construção subjetiva. Seus juízos de valor, ideais e identidade, todos esses passam por um "filtro cultural" à medida que o sujeito se constrói. O homem constrói-se assim, com quase nada tendo sido dado a priori. Sendo a todo o momento, perpassado pela cultura e pelo outro. Um outro que, assim como ele, é também continuamente inserido na teia da subjetividade, que em igual medida os constrói e é por eles construída.

Em seu texto "O mal estar na civilização" (1930), Freud nos mostra o quanto o Eu encontra-se ligado ao plano social, de forma até mesmo originária, se é assim possível dizer, quando diz que, inicialmente, nosso Eu: "abarca tudo, depois separa de si um mundo externo. Nosso atual sentimento do Eu é, portanto, apenas o vestígio atrofiado de um sentimento muito mais abrangente (...), que correspondia a uma mais íntima ligação do Eu com o mundo em torno" (1930, p. 19). É inegável, portanto, a relação entre sujeito e cultura, o que nos faz perguntar: Qual seria o lugar da cultura na formação do sujeito? Qual seria, em nós, a função do social na construção psíquica da subjetividade?

Para encontrar um elo entre a cultura e a formação do sujeito, partimos dos primórdios dessa relação, não do nascimento, mas do surgimento do psiquismo, quando lembramos que para Freud, o psiquismo é constituído através do outro, do semelhante. Acerca dessa dinâmica do outro na origem da psique, Freud aponta o "complexo do próximo", sobre o qual Sirelli (2014, p. 51) nos explica que, frente ao desamparo, é necessário "(...) um outro que venha ao auxílio do bebê (...) não só para se ocupar dos cuidados básicos, como higiene e nutrição, mas

para inseri-lo no campo do humano, da linguagem, da erotização, das trocas e intercâmbios sociais." Observamos nesse contexto o desamparo do bebê, que se não tiver um outro que lhe tome, está fadado à morte, portanto só a partir dessa primeira experiência com o semelhante o recém-nascido é incluído no campo da linguagem, no aparato social.

Entendemos assim, que o outro não tem aqui um papel apenas de espectador e facilitador da construção do sujeito, mas de elemento fundador do psiquismo e introdutor do bebê no plano cultural, que abrange um lugar para além de si mesmo. Quanto a isso, vemos que: "A satisfação depende do próximo, estando o sujeito humano marcado pela relação com o outro; é por meio dele que se dá a primeira apreensão de realidade pelo sujeito" (SIRELLI, 2014, p. 51). A partir dessa premissa, entendemos ser o outro responsável pelo primeiro traço de memória do bebê, inscrição essa que funda a psique do sujeito.

Desde o nascimento, por exemplo, a relação do bebê com a mãe, nos parece extremamente ambígua. Freud nos diz que "o bebê lactante ainda não separa seu Eu de um mundo exterior (...) aprende a fazê-lo aos poucos, em resposta a estímulos diversos." (1930, p. 18) É dessa relação com o outro que o bebê tem suas primeiras experiências de satisfação, através do toque da mãe, do ato de ser amamentado, do calor do copo materno, do tom de sua voz, dentre inúmeras outras possibilidades. É, contudo, exatamente nessa mesma relação com a mãe que ele tem suas primeiras experiências com o abandono e com a dor, e é a partir dessa relação que ele começa a fazer a distinção entre seu Eu e o mundo externo. Sobre esse incentivo a separar de si mesmo um mundo externo, lemos em "O mal estar na civilização" que ocorre pela frequência das "variadas e inevitáveis sensações de dor e desprazer que (...) o princípio do prazer busca eliminar e evitar(...) formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador 'fora'." (FREUD,1930, p. 18) Afinal, o que no outro é salvador ao bebê, é antes de mais nada, também invasivo. O encontrar um outro que lhe toma, lhe pega, um outro que não fazia parte de seu sistema e agora se faz presente, investindo algo nessa relação, é causa de mal-estar. Porquanto as primeiras experiências do bebê com a mãe, com o outro, são, ao mesmo tempo em que satisfatórias fontes de um intenso e alarmante mal-estar não antes por ele experimentado e que será classificado como "externo" no processo de construção da psique, separando o Eu do mundo em torno.

Em dado momento em "Introdução ao Narcisismo" (1914), Freud discorre sobre a dinâmica entre pais e bebê. A partir da leitura desse texto, entendemos que, desde antes do nascimento, o bebê é alvo do narcisismo parental e tem, dessa forma, desde seu nome, a toda uma identidade pensada e planejada por seus progenitores. Todos os olhares da família

encontram-se voltados para o bebê. Assim, "quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado" (FREUD, 1914, p. 25). Os pais projetam sobre ele todo um investimento que engloba desde as suas preferências, às aulas que fará, à escolha de suas futuras roupas, organização e enfeites de seu quarto, enfim, criam todo um imaginário que antecede o sujeito que está sendo gerado. Criam, muitas vezes, ideais heroicos para essa criança, resquícios de metas e sonhos pessoais que se frustraram e agora são projetados no bebê, elegendo-o como única salvação para concretização dos mesmos. Sobre a superproteção e as ideias perfeccionistas que demandam os pais do bebê, lemos em Freud que ocorre dessa forma, pois na psique parental, "as coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que conhecemos como dominantes da vida" (1914, p.25). Então, deste modo, nascendo no auge do narcisismo paternal, a criança recebe um alto investimento e deve concretizá-lo. E, à medida que os pais mais nela investem mais se crê que ela "deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, esposar um príncipe como tardia compensação pela mãe" (1914, p.25).

Porém, após o nascimento desse bebê, o investimento dos pais que foi colocado na criança aos poucos se frustra, e, com essa perda, projeta-se no futuro, dando origem a um novo ideal que o sujeito visará alcançar. Ideal esse, orientado ao mundo externo, que o sujeito imagina que virá a suprir todos os seus desejos rumo à felicidade. Quanto a essa proposição, Sirelli (2014, p. 58) nos diz que "o sujeito busca alcançar o ideal pelo qual ilusoriamente conquistaria tudo que quer, teria o que lhe falta para ser feliz e conseguiria aplacar a falta que lhe é constituinte". Desse modo, o desenvolver-se do Eu, constitui-se "num distanciamento do narcisismo primário", que se daria "através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação através do cumprimento desse ideal" (FREUD, 1914, p.33).

Ao buscarmos traçar esse inicial caminho do Eu desde o nascimento ao primeiro contato com o outro, que introduz suas primeiras experiências de prazer, satisfação, dor e sofrimento, entendemos que o sujeito não se constitui no ato do nascimento, mas sim no contato com o outro e com seu desejo. Nas palavras de Freud, em "Psicologia das Massas e Análise do Eu", "(...) Com o ato de nascer passamos do narcisismo autossuficiente à percepção de um mundo exterior variável e do começo da busca por objetos (...)" (1921, pg. 73). Esse ideal do Eu, já sendo composto pelo simbólico e pela linguagem, mostra uma articulação do Eu à cultura, instituindo e abarcando o social na constituição da subjetividade.

Buscando pouco mais a frente, em 1933, em "Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise", encontra-se o texto "Dissecção da Personalidade Psíquica", no qual Freud introduz o conceito de Super-eu. Esse conceito funciona como um dos pontos-chaves do entendimento da relação sujeito e cultura. De início, o Super-eu é composto das autoridades materna e paterna do bebê e, ao longo da sua vida, recebe a influência de outras figuras de importância para além da relação parental, secundariamente, na sua formação como instância crítica. No início, diz Freud "A influência dos pais governa a criança, concedendo-lhe provas de amor e ameaças de castigo" (1933, p. 144). No entanto, posteriormente "o Super-eu toma o lugar da instância parental e então observa, dirige e ameaça o Eu, exatamente como os pais faziam com a criança." (FREUD, 1933, p. 144) Assim, o Super-eu é pautado na consciência moral e observa a todo instante o Eu na busca de sua satisfação, julgando-o pelo ideal que este busca alcançar. A partir da leitura desse texto de Freud, temos, portanto, um melhor entendimento, não apenas da dinâmica entre Id, Eu e Super-eu como instâncias psíquicas, mas da constituição do Super-eu e de seu funcionamento, podendo ainda, como abordaremos mais adiante, observar sua ligação direta com a cultura e com o lugar do social.

Ainda em "Dissecção da Personalidade Psíquica" (1933), vemos que o Super-eu consiste então numa instância rígida do aparelho psíquico, continuadora da autoridade materna, paterna, de educadores e leis, e veículo de valores e tradições. Sobre isso, Freud nos diz que "via de regra, os pais e autoridades análogas, seguem na educação da criança, os preceitos de seu próprio Super-eu" (1933, p. 146). Percebemos que nesse processo de formação do Super-eu, a cultura é continuada. Tradições, valores, tudo é passado ao Super-eu, e posteriormente pelo Super-eu, como num ciclo, tendo sempre o social e o simbólico da tradição que é repassada, uma parcela na formação da subjetividade. Nas palavras de Freud: "A humanidade nunca vive inteiramente no presente; o passado, a tradição da raça e do povo prossegue vivendo nas ideologias do Super-eu" (1933, p.148). Desse modo, ao debruçarmos sobre o conceito do Super-eu, não acabamos por entender apenas o modo como o indivíduo se estrutura e constitui-se psiquicamente, mas também a forma como o simbólico é repassado de indivíduo a indivíduo através dessa instância psíquica que nos liga sempre a cultura a qual pertencemos. E, dessa forma, vemos que a cultura e o laço social fazem parte de toda a constituição possível do sujeito.

Em "Psicologia das Massas e Análise do Eu" (1921), Freud vai um pouco mais a fundo ao discorrer sobre o sujeito no grupo e na massa. E, ao longo desse texto, compreende-se melhor como a cultura, o semelhante e o grupo influenciam a constituição do sujeito.

Freud, ao iniciar esse texto, nos coloca que "na vida psíquica do sujeito individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo objeto, auxiliador e adversário, e, portanto a psicologia individual é, também (...) psicologia social" (1921, p. 10). Destarte, para avançarmos é necessário deixar para trás o conceito de sujeito como apartado do campo social, como alguém que se constrói sozinho e, posteriormente, após uma espécie de "desenvolvimento" faz-se apto a relacionar-se e comunicar-se com o outro e com a cultura em redor de si, e enxergar o sujeito como nascido exclusivamente a partir do contato com o semelhante, na inscrição de um primeiro traço mnêmico. Um semelhante que é, além de seu auxiliador e aquele que lhe investe um desejo, o seu oponente, seu adversário e sua principal fonte de sofrimento.

Em "O Mal Estar na Civilização", Freud (1930) nos apresenta as três principais fontes do sofrer humano, sendo elas nosso próprio corpo, o mundo externo e o outro. O corpo é apresentado nessa passagem como uma fonte de sofrimento por sua finitude, estando fadado ao fim, à destruição e ao declínio. Freud propõe ser o corpo uma fonte que nos traz sofrimento também por não poder ele mesmo fugir da dor e dos medos. O mundo externo constituiria outra das fontes principais do sofrer por seu caráter estranho e destruidor, podendo sobrevir-nos súbita e poderosamente de formas que não podemos alterar. A última das três fontes do sofrer humano por ele apresentadas, seria então o outro, a relação, o encontro com o semelhante, que exatamente por seu caráter incômodo, ambíguo e impassível de escapatória, é salientado como sendo a origem da mais dolorosa via de sofrimento. Assim, quando Freud nos diz que a relação com o outro constitui um sofrer que "experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro", sendo "tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem" (1930, p. 31), ele nos transporta exatamente ao vislumbre do nível de influência e importância do outro para o sujeito.

Entende-se, a partir desses princípios, que o outro é o elemento principal da construção do psiquismo, da formação do sujeito e, ao mesmo tempo, a sua principal e mais dolorosa fonte de sofrimento. Percebemos então, guiando-nos por esse viés de pensamento lógico, que não há caminho ao sujeito que o faça escapar do sofrer em qualquer civilização ou tempo. Ainda nesse texto lemos, para reforço dessa ideia, que "parece fora de dúvida que não nos sentimos bem em nossa atual civilização, mas é difícil julgar se, e em que medida, os homens de épocas anteriores sentiram-se mais felizes, e que papel desempenharam nisto suas condições culturais" (FREUD, 1930, p. 47). Ou seja, como pontuamos inicialmente, na introdução desse artigo, o sofrimento é algo constituinte de todas as civilizações, e a ligação do homem com a cultura perpassa, além da condição originária do sujeito e de um lugar de

troca e satisfação, exatamente o viés do sofrimento, sendo natural, se possível pôr assim, a apresentação de sofrimento pelo sujeito.

Pós-Modernidade, Mudança e Individualidade: O ponto de vista sociológico

Zygmund Bauman em "Modernidade Líquida" (2000) nos apresenta uma sociedade transformada, caracterizada pela "fluidez" dos estados líquido e gasoso. Líquida na medida em que se "derretem" os ideais "sólidos" da modernidade fixa, imutável e catedrática, e se erguem novas e efêmeras ideias, que não mais carregam consigo a "solidez" da modernidade. Uma contemporaneidade impregnada de novos conceitos, de novas visões sobre antigos conceitos e de um olhar diferenciado sobre certos lugares sociais. Do ponto de vista de Bauman, na civilização pós-moderna, certas caracterizações como emancipação, individualidade, tempo/espaço, trabalho e comunidade, adquirem novos significados e afetam a vida do sujeito de forma diferente de como o faziam na era moderna. Portanto, ressaltaremos brevemente aqui, alguns pontos chaves da civilização pós-moderna do ponto de vista sociológico.

Quanto à organização da vida pós-moderna, vemos que "o fato de que a estrutura sistêmica seja remota e inalcançável, aliado ao estado fluido e não estruturado do cenário imediato da política-vida, (...) requer que repensemos os velhos conceitos que costumavam cercar suas narrativas." (BAUMAN, 2000, p. 15) Portanto, ao dar a qualidade "fluida" à nova organização da sociedade, Bauman nos mostra que a civilização pós-moderna se encontra em contínuo movimento, sendo o seu padrão a ausência de um padrão único. A civilização atual se apresenta então, prenhe de mudanças, isso observamos na dinâmica entre os conceitos de tempo/espaço, saúde/doença, certo/errado, saudável/não saudável, público/privado e em vários outros, que nem mesmo continuam a apresentar-se dicotomicamente. Porém, as mudanças pós-modernas não geram um paradigma fixo após sua transformação, mas constituem um estado perene de mudança que se instaura e faz com que tudo esteja sempre em constante e contínua mutação na sociedade. Numa explicação rápida e clara do lugar do estado de constante mudança na vida do sujeito pós-moderno, lemos então que "ser moderno significa estar em movimento" (BAUMAN, 1997, p. 92).

Essa nova dinâmica cultural e social observada na contemporaneidade impacta a vida do sujeito de forma diferenciada, já que entendemos o sujeito como alguém extremamente ligado ao plano social. Psicicamente, Bauman nos diz que "a modernidade trata (...) de a

existência ainda não se dar aqui, ser uma tarefa, uma missão, uma responsabilidade". (1997, p. 91) Frente ao conhecimento desses aspectos da presente organização da sociedade, discorreremos sobre o lugar do sujeito nesse plano em contínua mudança. Em que parcela a cultura pós-moderna o afeta? Há algo nessa relação que gere sofrimento?

Primeiramente, sobre a emancipação do sujeito, Bauman nos afirma que a "'sociedade' sempre manteve uma relação ambígua com a autonomia individual: era simultaneamente sua inimiga e sua condição *sine qua non*". (2000, p. 55) Na pós-modernidade, a emancipação é uma característica que está profundamente atrelada à individualidade, e o conceito de individualidade, na concepção desenvolvida por Bauman em seu renomado livro "Modernidade Líquida" (2000), está ligado diretamente à forma do sujeito buscar sua satisfação. Lemos então que "cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, com a máxima satisfação concebível". (BAUMAN, 2000, p. 81) Sébastien Charles – ao escrever sobre os tempos hipermodernos em parceria filósofo francês Lipovetsky – nos afirma que "a pós-modernidade representa o momento histórico preciso em que todos os freios institucionais que se opunham à liberdade individual se esboroam (...), dando lugar à manifestação dos desejos subjetivos, da realização individual, do amor-próprio". (CHARLES e LIPOVETSKY, 2004, p.23) Ou seja, vemos que na pós-modernidade vigora a ideia de que a responsabilidade por construir-se, por satisfazer-se e sentir-se feliz, saudável e pleno, é somente do sujeito, não mais sendo vista talvez como um "direito", mas como uma obrigação pessoal de cada um. E sendo assim "o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos". (BAUMAN, 2000, p. 15)

Bauman nos deixa claro ao longo de toda a sua obra "Modernidade Líquida" (2000), que a marca registrada da contemporaneidade é uma visão do sujeito como "indivíduo", alguém que precisa buscar por si só sua satisfação, seu prazer, sua felicidade e uma "identidade própria". Assim, parece ser o sujeito um ser destacado do plano social, que dele deve extrair satisfação a todo custo sendo a todo tempo consciente e racional em sua busca ao longo da vida. A autossuficiência do homem, pregada exaustivamente pela mídia e ouvida constantemente nos discursos modernos, carrega consigo uma sensação de liberdade. O sujeito vê-se livre, posto que é só dele a responsabilidade de decidir por si. No entanto, Bauman postula que no meio disso há uma sensação de impotência e que "essa impotência é sentida como ainda mais odiosa, frustrante e perturbadora, em vista do aumento de poder que se esperava que essa liberdade trouxesse". (2000, p. 48) Não obstante, ao invés de sentir-se livre, o sujeito vê-se preso à responsabilidade e à obrigação de fazer-se feliz, saudável, culto,

ativo, bem sucedido e engajado na comunidade. Sendo assim, toda forma do sofrer lhe é vetada, afinal, a incompetência em satisfazer-se em todas as referidas áreas é considerada um fracasso pessoal. Essa reflexão faz então perguntar-nos: Há lugar para o sofrimento na pós-modernidade? Há algum acolhimento do mal-estar do sujeito na cultura hipermoderna?

Pós-Modernidade e mal-estar

Roudinesco nos diz em seu livro "Porque a Psicanálise?" (2000) que "a era da individualidade substituiu a subjetividade: dando a si mesmo a ilusão de uma liberdade irrestrita, de uma independência sem desejo, e de uma historicidade sem história". (2000, p.14) Ignorando a influência da cultura, o papel do sofrimento, o lugar do sintoma e o mal-estar intrínseco da relação com o outro, a sociedade contemporânea prega uma responsabilidade total do sujeito por fazer-se pleno e feliz, assim como por fazer-se triste e vazio. Roudinesco continua e diz ainda que "o homem de hoje transformou-se num contrário de um sujeito", alguém que "se toma por senhor de um destino cuja significação reduz-se a uma reivindicação normativa". (2000, pg. 14)

Se retornarmos a Freud em "O mal Estar na civilização" (1930), vemos que, muitas vezes ao longo do texto, ele nos pontua que o mal-estar e o sofrimento são arraigados a qualquer civilização em qualquer lugar ou tempo. É vazio o discurso pós-moderno de que cabe somente ao próprio sujeito acabar com seu sofrimento e alcançar uma suposta felicidade. O que está em jogo não é o sintoma apresentado, mas o mal-estar inerente à condição de sujeito. Em "Inibição, Sintoma e Angústia" (1926) ao falar da dinâmica entre impulsos instintuais e o sintoma, Freud nos remete ao fato de que "ao assim rebaixar a satisfação a um sintoma, a repressão mostra seu poder ainda em outro ponto". (1926, pg. 18) Baseando-nos assim na psicanálise de Freud, percebemos que o sujeito que faz sintoma de um modo, pode até mesmo empenhar-se e tamponar o escape de certo comportamento de sofrimento, mas esse sofrimento será retorno constante, e virá nas mais diferentes formas, até que o sujeito venha a se haver com o que lhe faz sofrer e que lhe está velado à consciência.

Observamos nesse retorno, dos mais diversos modos, do sintoma no sujeito pós-moderno, o grande paradoxo da atualidade – paradoxo esse observado e comentado não só por psicanalistas, mas por sociólogos e também por leigos. Vivemos uma civilização que prega a cada instante e insistentemente a qualidade de vida, a fuga do sofrimento, a segurança, o sucesso, a felicidade, a busca por saúde e por satisfação dos desejos, e, ao mesmo tempo,

uma sociedade contemporânea que padece dos "males da mente", do rápido alastre e da generalização epidemiológica da síndrome do pânico, da depressão e da sensação de vazio. Em "Tempos Hipermodernos" (2004), Sébastien Charles e Lipovetsky nos ressaltam o fato de que a "nossa sociedade da magreza e da dieta é também a do sobrepeso e da obesidade" (2004, pg. 21) e posteriormente levam sua observação adiante ao notar que os indivíduos, na hipermodernidade, "são ao mesmo tempo mais informados e mais desestruturados, mais adultos e mais instáveis, menos ideológicos e mais tributários das modas, (...) mais críticos e mais superficiais, mais cétricos e menos profundos". (2004, pg. 27) Ou seja, ao mesmo tempo em que, por um lado, crescem cada vez mais as formas de terminar o sofrimento, as tentativas de tamponá-lo, de extingui-lo, crescem também, por outro lado, os comportamentos de sofrimento, as doenças somatizantes, as depressões, síndromes do pânico, transtornos mentais ou como quer que se apresentem os sintomas pós-modernos de sofrimento psíquico.

A civilização contemporânea busca extinguir o sofrimento e abolir a noção do sofrer como algo natural antes mesmo de ela ser devidamente explorada. O sujeito hipermoderno é como um "super-homem" que deve dar conta de tudo a todo o momento. Fazer-se feliz e saudável, por esforço próprio, reconhecendo todo e qualquer sintoma de sofrimento como fracasso nesse objetivo.

Juntamente com o repúdio ao sofrer, observamos, na sociedade atual, um crescimento exponencial da prescrição de fármacos relacionados aos transtornos mentais — assim chamados pela psiquiatria. Marina Silveira de Rezende e Roberto Calazans, em brilhante observação acerca do uso do CID-10 e do DSM-IV, nos pontuam que temos na atualidade "uma abordagem operacional do sofrimento psíquico, em que ele é codificado em termos de uma classificação própria ao discurso médico que passou a ordenar a relação entre o sujeito, seu mal-estar e sua subjetividade" (2013, p. 166) Ao longo do desenvolvimento dos manuais psiquiátricos, a cada nova edição podemos ver nossos comportamentos mais cotidianos e mais corriqueiros inseridos em categorias e subcategorias de classificação, e, sendo assim, cada vez mais patologizados. A partir do uso mais frequente e mais amplo desse tipo de manual por inúmeros profissionais de saúde, a medicalização tornou-se cada vez mais popular, sendo amplamente difundida como forma de tamponar o sofrimento psíquico do sujeito pós-moderno. Calazans e Rezende nos dizem ainda que "a psicopatologia (...) visa estabelecer uma ordem no campo psíquico. Uma ordem, na qual todo e qualquer questionamento, ou todo e qualquer mal-estar seja considerado um transtorno a ser corrigido" (2013, p. 166- 167).

Refletimos então que, para a psicanálise, diferente das ciências médicas, o mal-estar psíquico do sujeito não é visto como algo sempre proveniente de fundo biológico, nem como algo que precise ser arbitrariamente medicado sem dar-se lugar à escuta da subjetividade, à demanda inconsciente do sintoma do sujeito. Entendemos com base em Calazans e Rezende (2013) que, dessa forma, a psicanálise acaba por tornar-se um obstáculo no caminho nosográfico pleiteado pela psiquiatria moderna, já que ela "aponta para a noção de que a psicopatologia é da ordem do sujeito, seja ele considerado normal ou não" (RESENDE e CALAZANS, 2013, p. 167).

O saber médico sempre foi voltado para o olhar, para o diagnóstico com base em comportamentos observáveis e, nesse sentido, Rogério Quintella (2015) nos traz uma exposição do desenvolvimento da "primazia do olhar" da medicina ao advento da psicanálise, que rompe com essa abordagem do sofrimento e opera segundo a "primazia da escuta". O olhar puramente pautado na observação anatômica da medicina, segundo Quintella (2015), tem sua origem no início do estudo do corpo humano. Origina-se na virada para o século XIX, com o fim dos tabus quanto ao estudo de cadáveres— que geravam uma quase anulação do papel do médico, pois esse não possuía conhecimento do corpo ou de suas doenças, sendo apenas um classificador de fenômenos superficiais. Ao longo da história e com os avanços das ciências e da medicina, portanto, o olhar acaba por consolidar-se como o principal e mais importante instrumento na classificação do normal e patológico na medicina. A psicanálise entra nesse campo para questionar a "primazia do olhar" e dar lugar à escuta do sujeito, não mais o reduzindo a seu comportamento classificável, estático e generalista, mas criando um espaço e um aparato teórico que, ao invés de tentar lhe extirpar o sofrimento, sustente o encontro do sujeito com o mal-estar que lhe é constituinte.

Tanto Roudinesco (2000) quanto Quintella (2015), falam acerca da "explosão" da histeria na Viena do final do século XIX atrelada a precariedade do olhar médico vigente. Entendemos, à partir de Quintella, que o grito do corpo da histérica é um grito que contesta o saber médico. "O corpo da histérica atesta a precariedade da autoridade paterna na relação ao Outro, característica do sujeito moderno. Ela vem com sua contestação à impotência paterna, 'denunciar' a falta de saber do médico sobre o corpo" (QUINTELLA, 2015, p.8). Permitimo-nos assim, fazer uma comparação entre a histeria característica do fim do século XIX, sintoma da sociedade vienense, e a grande epidemia de depressões, síndromes do pânico e transtornos de ansiedade vistos na pós-modernidade. O sujeito pós-moderno não sofre em razão da cultura, não estabelece com a cultura essa simples relação de causa e efeito por muitos

teóricos pregada exaustivamente como elemento de base de uma visão apocalíptica da pós-modernidade. O sujeito pós-moderno, no entanto, faz sintoma como denúncia a esse olhar médico que não dá lugar à sua subjetividade, quando, ao passo que lhe nomeia dono de uma irreal liberdade, medica-lhe ao menor sinal de sofrimento psíquico. Quintella (2015) nos diz assim, que, desde Freud, a psicanálise, por dar exatamente lugar a essa subjetividade e ao elemento inconsciente que nos guia a vida, coloca-se na contramão da cultura da medicalização e do silenciamento da via psíquica.

Na sociedade pós-moderna o sujeito é dito responsável por todos os seus fracassos e sucessos e, espera-se dele ser conscientemente responsável tanto por sua felicidade quanto por seu sofrimento. Seu mal-estar – este constituinte da civilização e do sujeito e impossível de ser extirpado – é então catalogado e diagnosticado através de fenômenos observáveis classificados em categorias de CIDs e DSMs, excluindo-se a causalidade psíquica e reduzindo o sofrimento psíquico ao campo da anatomia. E assim, o sujeito tem seu sofrimento abafado, tanto pela recusa médica à escuta da demanda inconsciente de seu sintoma, quanto pela medicalização arbitrária que, ao oferecer-lhe alívio rápido e indolor, apaga do sujeito sua subjetividade, reduzindo-lhe a um de muitos subitens num manual psiquiátrico.

Calazans e Lustoza (2014) nos expõem o fato de que a farmacologia não está– e nem deveria estar, pois não lhe deve ser exigido cumprir esse papel– a serviço do sujeito. Esse tipo de ciência prioriza estudos e intervenções orgânicas e bioquímicas, sem compreender em sua prática nada que diga respeito à interação do sujeito com suas formas de gozo ou sua relação com o Outro. Assim, entendemos que o que está em questão não é uma oposição da psicanálise ao tratamento farmacológico ou à atuação da medicina na tentativa de reduzir o sofrimento do sujeito, "mas de se opor ao uso abusivo desse recurso sem a consideração de que ele deve ser acessório, mas não um substituto para a clínica do sujeito" (CALAZANS e LUSTOZA, 2014, p.15).

Os manuais diagnósticos tentam a cada página isolar o sujeito de seu sofrimento, seja exaustivamente tentando demarcar possíveis causas orgânicas para seu mal-estar, seja classificando-o por seu comportamento sem incluir a dimensão psíquica em seu diagnóstico. No entanto, não é possível uma exclusão do sujeito de seu próprio sofrimento quando o seu tratamento, seu processo diagnóstico, seu "transtorno" ou o que seja, perpassa exatamente a sua dimensão. Quanto a isso, entendemos que "não é que os manuais não tratem do sujeito, mas, ao pretender excluí-lo, ele retorna como um resto ineliminável" (CALAZANS e LUSTOZA, 2014, p.16-17).

O mal-estar é inextirpável da vida em sociedade, seja ela moderna ou pós-moderna, e qualquer que seja o sintoma apresentado pelo sujeito. Não há como ignorar, então, a noção de sujeito— e todas as formas de estruturação que lhe são possíveis psiquicamente— para a formulação de um diagnóstico, como se tenta fazer atualmente. Entendemos assim, nos apoiando nas noções de Calazans e Lustoza (2014), que essa tentativa, muitas vezes, prova-se danosa em suas consequências no desenrolar de um tratamento, que pode, em razão disso, nem mesmo vir a tornar-se um tratamento em si. Afinal, percebemos que muitos erros nos parâmetros diagnósticos tem relação com uma "concepção equivocada de tratamento, já que (...) está amparado numa perspectiva biologizante", e que assim, "o resultado é a aplicação de medicamentos em situações que necessitariam de uma dimensão de elaboração subjetiva" (CALAZANS e LUSTOZA, 2014, p.24).

Considerações Finais

Ao estudar e questionar o sofrimento do sujeito e as transformações no modo de vida pós-moderno, é difícil não se entregar à visão "apocalíptica" de declínio da vida em sociedade que é pregada por alguns autores do campo sociológico. No entanto, enxergamos através desse artigo, o quão presente o mal-estar e o sofrimento sempre estão e estiveram do sujeito e da cultura. Entendemos através do estudo da teoria freudiana do complexo do próximo e dos apontamentos acerca da constituição do Super-eu, que a psique humana é constituída através do contato com o próximo, que ao representar a cultura e o plano social, nos inscreve o primeiro traço de memória, formando assim o psiquismo. O contato com o Outro, nos é então, desde esse primeiro momento, um elemento de satisfação e mal estar. O contato com a mãe, para o bebê, cheio de ambiguidade, oscila na divisa entre o prazer – com o contato, o calor, o alimento e inúmeras outras possibilidades – e a invasão, o incômodo, a dor, evidenciando a impossibilidade de um encontro harmonioso entre o sujeito e o outro, o sujeito e a cultura.

Passamos também a entender a forma como o social se apresenta de forma continuada no Super-eu do sujeito, que reúne as autoridades parentais e figuras de importância na formação dessa instância que age como bússola moral do sujeito.

Em todo o momento enxergamos a cultura, o laço social e o encontro com o outro como sendo fonte de satisfação, reconhecimento e mal estar. E através da leitura de uma das mais proeminentes obras de Freud, "O mal estar na civilização", passamos a entender o mal-estar

como algo arraigado e constituinte de qualquer cultura, e, portanto, inextirpável dela e do sujeito.

Discutimos então a pós-modernidade nos apoiando em Bauman e Lipovetsky para entender a nova organização social, pautada na mudança constante e na noção de "identidade" e "individualidade" da vida hipermoderna. Entendemos o sujeito, dentro desse contexto sociológico, como alguém que deve ser, pois se trata de um imperativo, bem sucedido, saudável, ativo e culto a qualquer custo, e cujas aspirações de ser o melhor que pode ser o levam a portar-se como um super-homem. Ao mesmo tempo em que, em tese, tal postura lhe aparece como uma aspiração de sua liberdade, o sujeito é, pelos imperativos da cultura, impelido a realizar seus ditames. Bauman nos mostra que a pós-modernidade espera do sujeito que ele seja algo que nunca chega, algo que ele deve sempre buscar ser, assim, sua identidade "permanece obstinadamente à frente: é preciso correr esbaforidamente para alcançá-la". (1997, p.91) Destarte, abordamos o sujeito pós-moderno como um sujeito em constante movimento, um sujeito que corre "esbaforidamente" atrás de um encontro consigo, e que de tanto correr, eventualmente fatiga-se.

Assim, em meio a todas as exigências pós-modernas, o sujeito sofre e é catalogado a revelia de sua estruturação subjetiva, sendo visto como mais um item numa busca anatômica frenética por relações de causa e efeito. Desse modo, o sujeito é medicado rápida e eficientemente na tentativa de se tamponar um mal-estar que lhe é constituinte, formador e inextirpável.

Vemos assim, que a medicalização de um sujeito o excluí, pois nada foi perguntado sobre seus conflitos, gerando um "novo homem, polido e sem humor, esgotado pela evitação de suas paixões, envergonhado por não ser conforme ao ideal que lhe é proposto" (ROUDINESCO, 2000, p.21) O sujeito pós-moderno se apresenta para nós, dessa maneira, como alguém a quem lhe é culturalmente negado a todo momento se haver com suas questões, sua subjetividade e com as peculiaridades de seu mal-estar, a quem torna-se impossível construir vias de satisfação menos danosas que o sintoma. A psicanálise relembra que o mal-estar é parte integrante de sua constituição psíquica, não podendo ser extirpado, como na tentativa contemporânea, sempre fracassada.

Concluindo, nos remetemos a Bauman, que em seu livro "O mal estar da pós-modernidade" (1997, p.104), nos coloca que:

No decorrer da longa, tortuosa e intrincada marcha da modernidade, devíamos ter aprendido a nossa lição: que o transe existencial humano é incuravelmente ambivalente, que o bem está sempre combinado ao mal, que é impossível traçar com

segurança a linha entre a dose benigna e a venenosa de um remédio para as nossas imperfeições. Devíamos ter aprendido essa lição. Mas quase nunca o fazemos.

Enxergamos ao fim desse artigo que o lugar do sofrimento psíquico do sujeito atual encontra-se irremediavelmente ligado a um sintoma cultural. O sujeito sofre de todos os lados e, por todos os lados o medicam, o restringem e o julgam, não lhe escutando a demanda, nem lhe abrindo espaço para uma significação subjetiva do sofrimento que lhe aflige. É então, dentro desse contexto contemporâneo de boom do pânico, das síndromes ansiosas, bipolaridades e depressões, que nos propomos, através da psicanálise, não somente a enxergar a grande "epidemia" de "transtornos mentais" com um olhar diferenciado, mas a escutá-la. Entendendo-a assim, como o retorno sintomático de um mal-estar que é integrante do sujeito, mas vem sendo a todo o momento impelido ao recalque, negado, tamponado e abafado, tanto por prescrições farmacológicas arbitrárias, quanto por discursos excludentes de qualquer noção de causalidade psíquica que reduzem o sujeito ao que dele pode ser observado, catalogado e "curado" imediata e eficazmente.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Zygmund. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CALAZANS, Roberto & LUSTOZA, Rosane Zétola. A Medicalização do Psíquico: O uso do termo psicose nos manuais diagnósticos estatísticos. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.46.1, p.11-16, 2014.

CALAZANS, Roberto & REZENDE, Marina Silveira. Neurose e Psicose na CID-10 e DSM-IV: o que é ignorado? **Analytica Revista de Psicanálise**, São João del-Rei, v.2, n.3, p. 145-174, Jul./Dez. 2013.

FREUD, Sigmund. A Dissecção da Personalidade Psíquica. Em: FREUD, S. **Obras Completas** Volume 18: O Mal Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Inibição, Sintoma e Angústia, Em: FREUD, S. **Obras Completas** Volume 17: Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. Em: FREUD, S. **Obras Completas** Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos. (1914-1916). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O Mal Estar na Civilização. Em: FREUD, S. **Obras Completas** Volume 18: O Mal Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. Em: FREUD, S. **Obras Completas** Volume 15: Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923). São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles & CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo, Barcarolla, 2004.

QUINTELLA, Rogério. Do primado do olhar ao primado da escuta: o declínio do pai e o corte epistemológico freudiano. **Clínica & Cultura**, São Cristóvão, v.IV, n.1, p.3-13, jan/jun. 2015.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

SIRELLI, Nilda Martins. **O trabalho de luto e a potência do esquecimento**. 2014. 157f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

THE MEDICALIZATION OF DISCONTENT: PSYCHOANALYTIC LISTENING AS A FORM OF RESISTANCE

ABSTRACT:

We discuss, throughout this article, the place of the suffering observed in contemporary times, its relation with the culture and with the psychic constitution of the subject. First of all, we analyze the Freudian theory on the construction of the psychic apparatus, situating the place of the other as founder of the psyche and, later on, we present a sociological view of postmodernity and its main characteristics. We, then, present a debate over the medicalization of the postmodern subject and its constituent discontent as a way to situate the suffering of the subject in contemporary culture.

KEY-WORDS: postmodernity, discontent, medicalization, listening

LA MÉDICALISATION DE LA SANTÉ ILL: ÉCOUTE PSYCHANALYTIQUE COMME UN MODE DE ENDURANCE

RÉSUMÉ:

Nous avons discuté tout au long de cet article , le lieu de la souffrance observée dans le monde contemporain, sa relation à la culture et la constitution psychique du sujet. Premièrement, nous analysons la théorie freudienne de la construction de l'appareil psychique , plaçant la place de l'autre en tant que fondateur de la psyché et de présenter ensuite une vue sociologique de la postmodernité et ses principales caractéristiques. Ensuite, nous présentons une discussion sur la médicalisation du sujet postmoderne et le malaise qui est son constitutif comme un moyen de placer la souffrance du sujet dans la culture contemporaine.

MOTS-CLÉS: La postmodernité. Malaise. Médicalisation. Écouter.

Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli

Recebido em: 18-10-2015

Aprovado em: 22-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

SONS E AFETO: TRILHAS PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS NA CLÍNICA DA MUSICOTERAPIA

*Adhara Pedrosa**

*Jô Gondar***

RESUMO:

A prática da musicoterapia no campo da saúde mental traz em cena modalidades de intenso sofrimento psíquico, de estatuto traumático, na qual a profusão de sensações corporais trazem limites ao trabalho de significação pela linguagem. O campo transferencial no qual paciente e terapeuta encontram-se implicados trazem pela via da sensibilidade e do afeto, e principalmente pelo sonoro, possibilidades de construção de sentidos e de novas memórias para estas experiências. Propõe-se a existência de uma memória não-representacional, de ordem corporal, caracterizada como fundamento inicial para a produção de memórias. Pôde ser verificado o impacto afetivo produzido pelo campo relacional e sonoro na clínica da musicoterapia como contexto no qual grandes mudanças subjetivas podem ocorrer.

PALAVRAS-CHAVE: Sonoro. Afeto. Musicoterapia. Memória. Transferência.

1 Adhara Pedrosa. Musicoterapeuta (CBM- RJ) e Psicóloga (UFF), mestre em Memória Social (UNIRIO), especialista em saúde mental(UFRJ), musicoterapeuta na empresa Marinha do Brasil e de consultório particular. adharape@gmail.com (21) 987099248

2 Jô Gondar. Psicanalista (CPRJ), doutora em psicologia clínica (PUC-Rio), professora do Programa de Pós Graduação em Memória Social - (UNIRIO). jogondar@uol.com.br

Introdução

Esta pesquisa nasceu do estranhamento e do sentimento de perplexidade surgidos na rotina do trabalho clínico da musicoterapia com pacientes que se encontravam em estado de grande sofrimento psíquico. Algumas de suas manifestações se davam, por exemplo, como: anestesiamiento diante da vida, esvaziamento e empobrecimento subjetivo, dificuldade de criar novos vínculos, mas principalmente, o que mais chamava a atenção, era a dificuldade de trazer à tona as memórias e os afetos das experiências vividas e de dar sentido para estas experiências.

A intensidade do sofrimento apresentada aproximou a experiência prática do campo empírico à noção de trauma, desenvolvida por Freud a partir dos anos de 1920, por entendê-lo como uma experiência que traz ao psiquismo um incremento de intensidades grande demais para ser absorvido, sentido pelo sujeito como uma ameaça à própria vida. Outra grande referência quanto a definição do trauma é a de Ferenczi. Para o autor, o trauma é de caráter inimaginável e inassimilável, capaz de levar o sujeito à fragmentação: "Se o trauma afeta o psiquismo ou o corpo sem preparação, ou seja, sem contra-investimento, então age sobre o corpo e o espírito de um modo destrutivo e perturbador" (FERENCZI, 1985[1932], p. 105).

O excesso da experiência traumática, por não sofrer qualquer mediação pelo aparelho linguístico, priva a experiência da interpretação e da assimilação, e o resultado disto é que ele atinge o corpo, e o transforma diretamente em área de gravação (ASSMANN, A. 2011, p. 283). Ocorre, portanto, uma dissociação entre corpo e linguagem, e o afeto que invariavelmente emerge é a angústia, expressão de pura intensidade sem conteúdo.

Estas modalidades de padecimento tem sido muito frequentes no cenário social contemporâneo e se constituem como vivências invalidantes e de ausência de sentido. No campo da clínica, a relação estabelecida com estes sujeitos trazem em primeiro plano, um registro predominantemente corporal e não verbal, devido à intensidade dos afetos vividos e pouco significados. Evidencia-se, conseqüentemente, a importância do terapeuta estar ali fisicamente presente, disposto a partilhar algo do que se passa com aquele sujeito assim como ter sensibilidade na hora de iniciar um movimento de aproximação. Esta concepção foi contemplada inicialmente pelos estudos de Freud sobre a transferência e aprofundada com o psicanalista Sandór Ferenczi e com o psicólogo americano Daniel Stern devido a importância dada por estes autores a outros

mecanismos de apreensão e de expressão que estão para além do terreno verbal, situando-os mais próximos do terreno corporal e sensível da subjetividade.

O desafio colocado pela prática clínica sobre como lidar, como manejar e como se colocar na relação com o outro foi a experiência viva, disparadora dos questionamentos desta pesquisa, que trouxe como impasse o sofrimento traumático, e a necessidade de aceder de outro modo às memórias e aos afetos, já que a transmissão pelas palavras não se encontram facilmente disponíveis. Ferenczi já havia mostrado, em sua época, um caminho possível para acessar estas experiências, pois, para autor, a lembrança fica impressa no corpo e é somente lá que ela pode ser despertada. Logo, a sensibilidade e a corporeidade adquirem papel fundamental para a clínica, pois seria através dela o acesso à memória assim como a possibilidade do não sentido traumático sofrer desdobramentos em direção a alguma significação. Tornou-se imprescindível admitir não apenas o campo representacional como produtor de sentido, mas também de um saber que se faz, ao menos num primeiro momento, por sensações sem nomeação imediata. Algumas experiências sensíveis, seguem como exemplo ao longo do texto, de como haveria de se conceber a produção de sentidos que não são de ordem representacional.

A hipótese deste estudo foi apresentada como uma aposta neste campo não linguístico da memória e da subjetividade, que poderia ser acessado na clínica da musicoterapia, pela música e pelo fenômeno da transferência, ao despertar via sensorialidade, fragmentos de memórias da história de vida do indivíduo que ficaram impressas, não como memória representada, mas como pura impressão. A leitura proposta do conceito de transferência partiu do campo conceitual freudiano e se ampliou com Ferenczi, com Daniel Stern e com psicanalistas brasileiros que contribuíram para um movimento conhecido como psicanálise do sensível, dentre os quais se destacaram, Daniel Kuppermann, Jô Gondar, Marisa Maia, Eliana S. Reis e Ivanise Fontes. Para estes autores, a relação transferencial não se reduz apenas a um trabalho de escuta pautado na linguagem, mas sim na relação vivida entre terapeuta e paciente, o que compreende um campo de afetação e de construção de sentidos que não se restringem à significação linguística. Quanto a leitura dos efeitos da música na subjetividade, Nietzsche ocupa uma importância central ao demonstrar a natureza não-linguística da

música, pois o sonoro musical não expressa idéias, mas apenas sons, que podem adquirir variados sentidos. Para o autor, a música não representa nada, mas acessa o âmago da experiência humana, podendo servir diretamente como fonte de sentidos. Logo, música e transferência encontram-se entrelaçadas e indissociadas, mobilizando afetos e trazendo à tona experiências que estão em vias de adquirirem sentido.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado uma investigação que se deu no campo teórico em articulação com o campo clínico da musicoterapia, considerado como local privilegiado de onde surgiram as questões norteadoras da pesquisa. No entanto, não foi desenvolvido um estudo específico sobre a instituição da saúde mental, ou sobre alguma patologia específica, o recorte proposto restringiu-se às experiências circunscritas como de estatuto traumático.

Quanto à metodologia implementada, foi necessário recorrer à variadas disciplinas, dentre as quais se destacam, a psicanálise, a musicoterapia e o campo de estudos sobre memória social. Estes campos de saber, tradicionalmente, não são próximos, tornando necessária uma perspectiva que transversaliza o conhecimento. Seguindo a proposta de Guattari (1996), a operação de transversalização é aquela na qual toda a realidade se comunica, por uma lógica mais próxima da noção de rede. A proposta é de não trabalhar, por exemplo, apenas horizontalmente entre saberes hegemônicos, nem mesmo verticalmente separando discursos majoritários e minoritários, mas sim transversalmente, possibilitando a ligação entre pontos comumente polarizados ou pouco articulados.

Ao transversalizar os saberes busca-se não operar, por exemplo, segundo o modelo hegemônico implementado pelas dicotomias do pensamento moderno. A lógica de purificação, amplamente estudada pela via dos trabalhos de Latour, surge como um importante paradigma por apresentar, ainda nos dias de hoje, repercussões no campo social. Latour acaba por ser uma grande referência por afirmar a importância em se transitar entre os pólos comumente colocados em oposição, abordando-os simultaneamente. Propõe-se, portanto, de acordo com a lógica implementada por Latour, que a musicoterapia também possa seguir conjugando o rigor conceitual à espontaneidade da criatividade artística, habitando, simultaneamente, os espaços situados entre a ciência e a arte, ao invés do querer se situar em apenas um destes pólos.

O trabalho da musicoterapia deveria seguir portanto, segundo uma perspectiva que problematiza a valorização do campo de significação linguística em detrimento dos processos de significação sensíveis. Neste estudo, o sonoro e os afetos que são de natureza não linguística, como será demonstrado, passam a ser considerados, como fonte de memória e como componentes ativos na emergência da experiência subjetiva e da criação de novos sentidos. Logo, tanto a sensibilidade como a significação linguística passam a contribuir para a expressão e para a construção de novos sentidos para as experiências traumáticas. Para o desenvolvimento desta proposta, foi necessária a articulação entre três conceitos centrais, conforme são apresentados no decorrer do texto: memória, música e transferência.

Memória social e musicoterapia

Quanto a Memória, há de se afirmar inicialmente a sua natureza histórica e cultural (HALBWACHS, [1925]/1990, p.124) jamais reduzida à noção de individualidade, mas sim como o resultado de forças e embates de natureza complexa. É a memória que permite a construção de um eu organizado, que se relaciona e se comunica, e que se constitui justamente a partir das relações que estabelece com tudo aquilo que o cerca. Uma das funções centrais da memória está na sua capacidade de conservação, na qual as informações e experiências são armazenadas e recuperadas. Apesar, no entanto, desta capacidade de armazenamento, não podemos afirmar que ela está voltada apenas para o passado pois, por ser de natureza processual, dinâmica e produtiva e, por admitir, a cada instante, novos registros, pode-se dizer que a memória está voltada também para o futuro, ou para a possibilidade do novo. (GONDAR, 2005, p. 18).

Freud é um grande defensor da mutabilidade da memória, pois acredita que as memórias do passado sofrem contínuas reformulações após o recebimento de novas memórias, não podendo, portanto, ser estruturada de uma só vez (FREUD, [1896]/1950, p. 281). Esta concepção psicanalítica da memória adquire relevância para o campo da musicoterapia, pois muitos musicoterapeutas compreendem a subjetividade, na psicanálise, como algo estruturado definitivamente na infância, conforme se pode observar a seguinte citação de um importante autor do campo da musicoterapia, a

respeito da definição de transferência, ao comparar a infância ao refrão da sonata, no qual a repetição permanece embora com pequenas variações, mantendo a mesma estrutura já estabelecida.

Na sonata, todos os temas aparecem no estado do início. A partir daí, tudo o que ocorre é uma forma de variação, desenvolvimento ou repetição daqueles temas. Podemos pensar que a vida interpessoal e todas as relações subseqüentes são um desenvolvimento ou uma recapitulação daqueles temas. (BRUSCIA, 1998, p. 17, tradução nossa).

Depreende-se, segundo o autor, que a subjetividade se constrói segundo as primeiras experiências de vida, enquanto as experiências seguintes são apenas variações e novas combinações daquelas marcas iniciais. Para Freud, conforme será visto a respeito do conceito de transferência, há memórias do passado que retornam, e persistem no momento atual. Estas memórias sintomáticas são na verdade um grande desafio para a clínica por persistirem em adoecer de acordo com um determinado modelo infantil. Estas memórias do passado não podem ser compreendidas, no entanto, como únicas, nem muito menos como sendo a definição de memória e de transferência em Freud. Evidencia-se, na citação acima, uma interpretação redutora da psicanálise devido a uma má compreensão de seus conhecimentos. Para Freud, a subjetividade é resultado de um movimento constante de estruturação, que inclui tanto as memórias e marcas do passado quanto as novas memórias, que ainda estão em vias de serem constituídas, em um processo contínuo. O trabalho de recuperação das memórias do passado, no âmbito da clínica, torna-se portanto, fundamental pois, recordar e reviver aquelas memórias implica também na dimensão criadora da memória que irá resultar na construção de novos sentidos para as experiências do passado. Isto significa que o tema da sonata, mesmo após tantas repetições, poderá resultar não apenas em variações sobre a mesma estrutura, mas na modificação da própria estrutura da sonata, resultando em combinações absolutamente novas.

E quanto as suas possíveis reformulações, há de se considerar a memória representacional e a memória não representacional como espécies distintas de memória, que funcionam conforme lógicas diferentes. A memória de maior visibilidade é a memória descrita por Freud como traço mnêmico (FREUD, 1896 [1950], p.210). Esta se configura como a própria atividade de representação, ou seja, de dar nome às sensações, de associar a experiência à imagens, símbolos, idéias e de significar pela via

da linguagem a experiência vivida. É ela que permite a atualização de informações passadas, possibilitando o acesso de inumeráveis lembranças pela consciência. A memória do traço é de fundamental importância para a constituição do aparelho psíquico, no entanto, não deveria ser considerada como a única via de construção de sentidos, pois nisto resultaria à clínica um trabalho apenas de ordem interpretativa. Esta concepção da subjetividade que coloca a linguagem como única via nos processos de apreensão é, segundo a presente leitura, mais um empreendimento purificador - moderno, que deveria ser complexificado, passando a admitir simultaneamente tanto a memória do traço, quanto a memória que se furta ao esquematismo representacional, que é a memória que ganhou destaque neste estudo.

Freud admite, em 1896, no texto, Carta 52, publicado postumamente apenas em 1950, uma modalidade de registro anterior à representação, ou seja, anterior à transcrição do traço, chamado como signo ou índice de percepção, que se situa justamente entre o traço de memória e o elemento perceptivo. Garcia Roza (2008, p.55) descreve como seria esta espécie de memória: "Não se trata de memória-lembrança, mas da permanência de algo que não foi inscrito no inconsciente, mas que permaneceu como pura intensidade, memória da pura impressão". Esta primeira espécie de registro pela memória traz consigo, no entanto, a seguinte questão. Se ela não é ainda uma representação, mas já se constitui como memória, onde ela se localizaria, e como? A respeito do local onde as impressões se inscrevem, a autora Marisa Maia (2001, p.119) propõe: "São no corpo que elas se localizam. São marcas que modelam a gestualidade subjetiva, tomando o corpo um corpo expressivo."

As experiências traumáticas são, portanto, exemplo desta espécie de registro, por ser alheia à interpretação linguística, e por se inscrever diretamente no corpo. Conclui-se portanto, que embora não haja, no trauma, memória representacional, não se pode definir esta experiência como uma ausência de memória, mas sim como uma memória impressa diretamente no corpo, de estatuto traumático, que retorna não pela lógica do significante, mas sim pela lógica do sinal, quando um fragmento do evento próprio se presentifica (AVELAR, 2011, p.11), ou seja, alheia à toda intencionalidade consciente, e submetida a uma repetição compulsiva e involuntária, o retorno da memória se dá por meio da repetição literal do evento original.

Neste momento conceitual, a pesquisa sofreu uma modificação de sua proposta, ao se verificar que a memória não representacional é de abrangência maior do que se pensava inicialmente, pois, para além da memória traumática, há também outras formas de memória de estatuto corporal e não linguístico: são as impressões sensíveis, que podem ser pensadas como pegadas iniciais da subjetividade, constitutivas de qualquer experiência subjetiva. Embora o presente estudo tenha sido iniciado com os impasses trazidos pela clínica do traumático, no decorrer da pesquisa pôde-se verificar que a dimensão sensível da memória, embora se encontre à flor da pele nos traumas, é parte fundamental de qualquer memória em vias de ser criada.

A vida do bebê acaba por se tornar ilustrativa, pois nesta época a apreensão pelos órgãos dos sentidos e pela via da sensibilidade são predominantes. São os afetos de vitalidade, noção introduzida por Stern (2007, p.123), que explica as modulações afetivas do bebê na interação com a mãe como processos vitais, percebidos de modo instantâneo e epidérmico. Os afetos de vitalidade se constituem como uma forma precoce de intersubjetividade, na qual corpo e afeto se tornam veículos de apreensão e de construção de sentidos.

Esta dimensão não-linguística da subjetividade presente na vida do bebê não se extingue, no entanto, na vida do adulto, pois a sensibilidade permanece como guia produtora de sentidos, a partir da qual poderão se dar reformulações na memória e novas formas de integração psíquica. A partir deste momento, considerando a experiência do bebê, têm-se os primeiros passos em direção à aceitação da construção do sentido não - linguístico, de ordem sensível.

Um belo exemplo de como estas impressões sensíveis ficam marcadas no aparelho psíquico, está na Madeleine de Proust (1999, p.49). O autor atribuiu ao paladar e ao olfato a função de convocar o passado. Foram aqueles bolinhos em formato de concha e uma xícara de chá, que ativaram a sua memória e o levaram a reviver, já na vida adulta, um tempo distante.

A experiência de prazer vivida por Proust, instaurada por via da sensibilidade, ativou uma série de memórias que o preencheram de sensações, levando-o a um outro estado de espírito, que o fizeram compreender a vida por um outro ponto de vista. O encontro com aquele gosto e cheiro despertou memórias fazendo-o perceber uma série de sensações jamais imaginadas, que não apenas o remeteu a um tempo da infância, mas presentificaram, no momento atual, um frescor ligado à vida.

Esta dimensão nascente da memória, de natureza não linguística, que está em vias de se constituir, caracteriza-se por estar profundamente ligada ao corpo e aos órgãos de percepção. Um dos instrumentos mais poderosos quanto a capacidade de tocar e de mobilizar esta dimensão da subjetividade - sensível e que ocupa um lugar de destaque para a musicoterapia é a experiência musical.

Música e subjetividade nascente

Para Nietzsche, a música é considerada a arte de maior poder expressivo, por não ser uma forma de representação, mas sim de expressão imediata. A concepção da música como uma arte de caráter não representacional, e ligada à sensibilidade e às sensações, torna-se um exemplo da dimensão sensível da memória, servindo ao musicoterapeuta como um poderoso instrumento clínico. Para o autor, que se referia em sua época à música erudita e instrumental, a interpretação de uma música pode ocorrer apenas de modo impreciso, deixando em aberto infinitas possibilidades. De acordo com o comentário da autora a seguir a respeito da tese de Nietzsche sobre a música:

os termos expressar, representar, ou descrever são impróprios para a abordagem da estética musical, pois supõem que algo seja representado e adequado a seu conteúdo, quando é próprio à música um conteúdo sonoro irreduzível ao conteúdo conceitual das representações e sentimentos. (CAVALCANTE, 2004, p. 69).

A música possibilita, portanto, por meio das sensações despertadas, a experiência de contato com estados irrepresentáveis, fornecendo a matéria prima para que novas experiências e novos sentidos possam se estabelecer. Torna-se possível admitir, portanto, a partir da experiência estética em Nietzsche e pelos signos de percepção em Freud, um registro de memória inicial, que muito primariamente deixa profundas marcas sensoriais, e produz novos sentidos. Por meio da sensibilidade, o ponto de vista que se tomava para enxergar a vida torna-se outro. Algo faz sentido. Algo torna-se sentido por via da sensibilidade. São mutações da subjetividade e nuances da sensorialidade que são vividas amplamente por meio de uma dimensão não linguística da experiência humana. O sentido passa a advir, portanto, para além da criação de novos

significados pelos traços de memória, a partir também da sensibilidade, irreduzíveis à representação.

Haveria, portanto, na constituição da memória, duas formas de apropriação do mundo que são de natureza distintas. Uma delas é o trabalho da linguagem, e o outro é o trabalho de ordem não-linguística (gestual, corporal, afetivo, sensorial), que foi mais aprofundado nesta pesquisa. Considerar essas duas modalidades de memória, é o mesmo que discordar das teorias que concebem a memória e o sentido apenas como processos linguísticos, até mesmo porque a proposta é de que o não linguístico também pode constituir memória e sentido. A subjetividade não poderia, portanto, estar reduzida apenas à memória purificada do traço, podendo também se modificar pela via do afeto, elemento pulsante, e de ordem não-representacional. Ou seja, tanto o trabalho da linguagem quanto o não linguístico possuem sua própria lógica de funcionamento, e ambas precisam ser consideradas e positivadas em suas diferenças.

A complexidade acerca do modo como se imbricam corpo e linguagem talvez resida no fato de, na maior parte do tempo, eles se encontram profundamente associados; no entanto, em alguns momentos eles preservam a sua autonomia, encontrando-se separados. No caso dos traumas, haveria uma dissociação entre estes registros, enquanto no caso das apropriações de sentido pela via da sensibilidade não haveria uma dissociação mas, apenas, um protagonismo do corpo, que se faz no limite daquilo que pode ser considerado ou não como linguístico. Apostamos, portanto, nas multiplicidades heterogêneas que extravasam as dicotomias na experiência clínica, pois não haveria, segundo a presente proposta, separação entre corpo e mente, e sim uma configuração psicocorporal complexa, que admite variadas possibilidades de relação entre corpo e mente.

Quando uma experiência afeta o sujeito, quanto maior o choque, mais intensamente esta memória será forjada. Seja através do contato com uma história, um lugar, uma imagem, um cheiro, uma música, dentre tantas outras variadas formas de conexão e de relação estabelecidas com pessoas e objetos do mundo. A produção subjetiva ocorre, portanto, no decorrer da vida, como um processo inacabado, sempre em vias de se fazer. Ao deslocar, no entanto, a atenção para o campo da clínica, estas mesmas forças e embates presentes na vida se intensificam, pois a relação transferencial convoca afetos, mobiliza memórias e promove a repetição de lembranças do passado, trazendo à cena a oportunidade daquela memória ser experienciada de um modo

diferente (REIS, 2004, p.89). Na clínica, a potência produtiva da memória ganha força, consistência e atualização, pois o momento de encontro entre paciente e terapeuta é justamente o contexto no qual grandes mudanças subjetivas podem acontecer (STERN, 2007).

Conclusão

O conceito de transferência abordado nesta pesquisa inicialmente por Freud (1915) e em seguida por Ferenczi (1909) mostrou um campo de forças privilegiado por trazer em cena uma experiência relacional a um só tempo semelhante e diferente da experiência traumática infantil. Seria essa ambiguidade a responsável por possibilitar, a partir da repetição vivida na situação transferencial atual, a emergência de novos territórios existenciais.

Destaca-se a formulação da noção de tato em Ferenczi (1928) como capacidade de sentir com, voltando a sua atenção aos afetos flutuantes que circulam no campo transferencial. Para o autor, o analista deveria ser uma espécie de catalisador de afetos, por emprestar ao paciente o seu próprio corpo na metabolização de afetos e de sensações muito difíceis de serem discriminadas e assimiladas. Ao reverberar em seu próprio corpo a experiência que o paciente traz e vibrar em seu mesmo diapasão - compartilhando, portanto, algo que não tinha qualquer significação – as experiências que anteriormente se mostravam desprovidas de sentido passavam a ganhar, para o paciente, um sentido inédito. Com esta disponibilidade do analista, aquilo que era até então apenas uma impressão sensível passa a ser fonte de sentido, processo que não depende da linguagem verbal.

Quanto à presença da música na musicoterapia, não haveria como supor a construção de sentidos por meio da música ou por meio das palavras, como processos equivalentes. A atividade de descrever, nomear, relatar e significar conceitualmente não se fazem do mesmo modo que a atividade de cantar, produzir sons por meio de instrumentos de percussão, vocalizar ou ouvir música. São processos que produzem diferentes efeitos na subjetividade: enquanto a música está mais voltada para o corpo e para a expressão imediata, a palavra não se furta às regras de organização linguísticas, o que lhe confere um outro modo de organização.

O trabalho clínico do musicoterapeuta, que inclui as experiências musicais e o campo relacional vivido entre terapeuta e paciente, passa a ser considerado como experiência clínica em si mesma, capaz de modificar o estado da subjetividade. O campo transferencial na musicoterapia se faz de modo singular, diferenciando-se de outras práticas terapêuticas e também da psicanálise, pois se constitui em meio às relações com a música. O trabalho com o sonoro seria capaz inclusive de enriquecer o trabalho relacional entre paciente e terapeuta por ser mais uma via possível de contato interpessoal. Para Daniel Stern, toda vez que voltamos a ouvir uma mesma música, podemos experimentá-la com mais profundidade. O mesmo ocorre quando paciente e terapeuta trabalham juntos, pois há um enriquecimento e uma densificação da experiência. Se o terapeuta percebe as modulações afetivas do paciente, e permite uma real aproximação entre os dois, não apenas estará mais aberto para escutar o que o paciente tem a narrar, mas também se fará presente, possibilitando a partir da relação vivida, o enfrentamento dos impasses e a criação de novos possíveis, na subjetividade, na memória, e na vida.

Referências

ASSMANN, A. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

AVELAR, A. O traumático e o trabalho psicanalítico: uma reflexão sobre o lugar do analista. Belo Horizonte: Revista Estudos de Psicanálise, 2011.

BRUSCIA, K. Dynamics of Music Psychotherapy. New York: Barcelona Publishers, 1998.

CAVALCANTE, A. H. Nietzsche e a leitura de "Do belo musical" de Eduard Hanslick. In. Cadernos de Nietzsche, n. 16. São Paulo: Grupo de estudos Nietzsche Editora, 2004.

FERENCZI, S. (1985 [1932]) Diário clínico. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____.(1909) Transferência e introjeção. In: Obras Completas de Psicanálise, 1.ed, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

_____.(1928) Elasticidade da técnica psicanalítica. In: Obras Completas de Psicanálise, 1.ed, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

FONTE, I. Memória corporal e transferência. Fundamentos para uma psicanálise do sensível. São Paulo: Voa Lettera Editora e Livraria, 2002.

FREUD, S. (1915) Recordar, repetir e elaborar. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969.

_____. (1920) Além do Princípio do Prazer. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969.

_____.(1923) O ego e o id. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIX. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2005.

_____. O esquecimento como crise do social. In: Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

GUATARRI, F ; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 4º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La Mémoire collective.

KUPERMANN, D. Presença sensível: a experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott. Jornal de Psicanálise (Periódico eletrônico em psicologia), São Paulo: 2008.

LATOUR, B. Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MAIA, M. A questão do sentido na clínica psicanalítica. In: Corpo, afeto e linguagem: a questão do sentido hoje na clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

NIETZSCHE, F. Música e palavra. Fragmento Póstumo 12[1], da primavera de 1871. In. Revista do departamento de filosofia da USP - Discurso n. 37. São Paulo: Alameda editora, 2007.

PASSOS, E. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: Pistas do Método da Cartografia. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

PROUST, M. No caminho de Swann. Tradução Mario Quintana. São Paulo: Globo, 1999, p. 49.

REIS, E. S. De corpos e afetos: transferências e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

ROZA, G. Introdução à metapsicologia freudiana. Vol. 03. Artigos de metapsicologia. Rio de Janeiro: Zahar editora. 2008.

STERN, D. (2004) O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

**SOUNDS AND AFFECTION: TRAILS FOR THE PRODUCTION OF NEW
MEMORIES IN MUSIC THERAPY CLINIC**

ABSTRACT:

The practice of music therapy in the field of mental health brings about intense psychical suffering, of a traumatic mode, in which the profusion of corporal sensations brings limits to the work of signification through language. The transference field in which patient and therapist are found implicated bring through sensibility and affection, and especially through sound, possibilities of building meanings for these experiences. The existence of a non-representational memory, of a corporal mode, characterized as the initial step for the production of new senses and memories is proposed. The development of this research has utilized a transdisciplinary approach that includes music therapy, social memory and psychoanalysis in the interlocution between clinical practice and conceptual revision. The affective impact produced by the relational and sound field in the clinic of music therapy as a context for great subjective changes has been verified.

KEYWORDS: Sound. Affection. Music Therapy. Memory. Transference.

**SONS ET AFFECTIF: PARCOURS POUR LA CONCEPTION DE NOUVELLES
MÉMOIRES DANS L'APPROCHE CLINIQUE DE LA MUSICOTHÉRAPIE**

RÉSUMÉ:

La pratique de la musicothérapie dans le domaine de la santé mentale révèle des modalités d'une intense souffrance psychique, de nature traumatique, dans laquelle la profusion de sensations corporelles crée des limites au sens apporté par le langage. Le champ de transfert dans lequel le patient et le thérapeute sont impliqués apporte à ces expériences des possibilités de création de sens, par la sensibilité, l'affectif et surtout le sonore. On envisage l'existence d'une mémoire non représentationnelle, d'ordre

corporel, caractérisée en tant que fondement originel de la conception de nouveaux sens et de nouvelles mémoires. Afin d'approfondir ces recherches, une démarche transdisciplinaire entre musicothérapie, mémoire sociale et psychanalyse a été adoptée, dans l'interlocution entre la pratique clinique et la révision conceptuelle. On a constaté l'impact affectif produit par le champ relationnel et sonore sur l'approche clinique de la musicothérapie, dans un contexte de grands changements subjectifs.

MOTS - CLÉS: Sonore. Affectif. Musicothérapie. Mémoire. Transfert.

Sons e afeto: trilhas para a produção de novas memórias na clínica da musicoterapia

Recebido em: 09-09-2015

Aprovado em: 12-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

TRANSEXUALIDADE, CÁRCERE E DIREITOS: A IDENTIDADE DE GÊNERO EM QUESTÃO

*Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna**

RESUMO:

O transexual está inserido na sociedade de maneira no mínimo incomum, se considerado no âmbito de sua identidade de gênero. De características sexuais secundárias que se opõem ao seu sexo biológico, esse sujeito é muitas vezes mal entendido e confundido com o homossexual. A dicotomia que se faz a partir de suas características em contraste com seu sexo biológico engendra a discussão de correção ou não através de cirurgias, concomitantemente, num caráter social, gera preconceito e constrangimentos. O posicionamento da figura transexual, assim, acaba por levar à discussão na qual buscamos enquadrá-lo num espectro do sexo masculino ou feminino. Esse ensaio tem como objetivo discutir a transexualidade e a formação de gênero e orientação sexual, tendo como mote os parâmetros de acolhimento LGBT em privação de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Transexual. Identidade. Gênero.

*Licenciado em Geografia pelas faculdades Integradas Simonsen, pós-graduado pela UFRJ em Geologia do Quaternário, Licenciado em Pedagogia pela UNIRIO, Mestre em Memória Social, UNIRIO, atualmente doutorando em Memória Social, PPGMS/UNIRIO. Rua Antônio Badajós, 87, CEP: 21351-170. Tel: (21) 3456 4067, 991144907, 969685621. E-mail: sebastiaothauzs@hotmail.com

Introdução

A Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Humanos (SNPDH) estabeleceu em 14 de Abril de 2014 os parâmetros de acolhimento de LGBT¹ em privação de liberdade no Brasil, publicando-os na edição nº 74 do Diário Oficial da União (BRASIL, 2014). As medidas visam estabelecer direitos relacionados à questão de identidade dos privados de liberdade que possuem uma orientação sexual e/ou identidade que vai de encontro com o sexo biológico dos mesmos. Dentre as normas estabelecidas no documento constam o direito a espaços de convivência, ao uso do nome social constando no regime de admissão do estabelecimento, o tratamento das transexuais igual às pessoas do sexo biológico correspondente, direito à visita íntima, do (a) cônjuge do (a) detento (a) receber o auxílio-reclusão, o uso de cabelo comprido, assim como, o uso optativo de roupas femininas ou masculinas e manutenção dos caracteres secundários de acordo com sua identidade (BRASIL, 2014).

As medidas adotadas pela SNPDH representam um grande avanço no que tange aos direitos civis, sobretudo quando pensamos que as mesmas referem-se a uma população cuja possibilidade de expressar livremente sua identidade era dificultada não só pelas regras administrativas estabelecidas no regime de confinamento, como pelas próprias normas construídas pelos outros detentos. Assim, ao estabelecer de forma legal o respeito à sua expressão, houve o reconhecimento do sujeito num sentido mais amplo, o de sua subjetividade; estendendo-se à discussão da questão identitária de forma mais efetiva

Esse trabalho tem como objetivo abordar tais discussões, analisando a identidade a partir de um foco psicanalítico e social. Tais perspectivas engendram uma discussão que transcende o que é estabelecido como “comum”, “normal” ou “correto” dentro das normas socialmente estabelecidas, sobretudo no mundo ocidental. Ao pesquisar como essas normas são traçadas historicamente, percebemos que, de maneira geral, espera-se uma anulação da identidade de gênero quando essa não vai ao encontro do comportamento heterossexual.

1- Ou ainda LGBTTT, sigla utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; o termo usado oficialmente no Brasil é LGBT, aprovado na 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília, no período de 5 a 8 de Junho de 2008. (LOUREIRO, 2008).

O desconhecimento da conceituação do que é ser homossexual, travesti e transexual, reforça o quadro de preconceito, estabelecendo um senso comum que tais identidades pertencem a um mesmo universo. Pretendemos no desenvolver desse ensaio contribuir para a minimização desse erro, estabelecendo que, em se tratando de identidades, essas podem ser múltiplas, sem que haja anulação uma das outras, assim como de que não basta a construção de uma norma social para que o sujeito se submeta a mesma na sua totalidade.

Pontuando conceitos: homossexuais, travestis e transexuais

O senso comum tende a criar limites bem específicos quanto à sexualidade. Assim, quando se trata de homossexuais, travestis e transexuais, de maneira global, a sociedade entende todos como se pertencentes ao primeiro grupo. A afirmação de Freud (1989, vol VII, p 200) de que “o conceitos masculino e feminino, cujo conteúdo parece tão inequívoco na opinião vulgar são, do ponto de vista científico, extraordinariamente complexos” ganha assim, maior representatividade quando estendemos nosso olhar para formas de subjetivações sexuais que ultrapassam o binarismo masculino e feminino. Embora acreditemos que a questão de identidade sexual ou identidade de gênero seja de caráter realmente complexo, pensamos ser necessário de alguma maneira situá-la em nível científico; dessa forma, poderíamos fazê-la numa perspectiva biológica, por exemplo, onde os órgãos genitais e análises hormonais são levados em consideração ao se definir um determinada taxonomia sexual; não obstante, teríamos também a possibilidade de explorar os conceitos definidos pela psiquiatria; mas, dentro dos espectros de análises possíveis, optamos pela linha referente à teoria psicanalista, inaugurada por Freud, tendo uma reelaboração a partir de Lacan.

Ao definirmos uma linha teórica a ser seguida, estamos mais que traçando um ponto de identificação. O sentido dado à utilização da teoria psicanalítica no que tange à transexualidade define o nosso posicionamento de que esse gênero deve ser entendido para além do que aquele em que o sujeito sente-se pertencente ao sexo oposto ao seu biológico, ou ainda que transexuais são sujeitos que fizeram a operação de mudança de sexo.

Dentro da teoria psicanalítica, a mãe tem papel principal na formação de identificação sexual de seus filhos; sendo assim, essa figura também tem sua diferenciação quanto sua postura no que se refere à formação identitária de gênero

heterossexual, homossexual ou transexual. O complexo de Édipo teria inicialmente representatividade para a formação da sexualidade a partir do medo da castração incidente na figura paterna, detentor da chave de um enigma materno. A figura paterna, que constitui o falo ausente na mãe é a chave para a construção da identidade de gênero heterossexual.

No entanto, quando há uma forclusão², ou seja, o pai não tem representatividade simbólica, levando a uma simbiose completa entre mãe e filho, há uma série de consequências, que incluem entre elas a transexualidade (MILLOT, 1992).

No que concerne à representatividade da figura da mãe na formação da identidade de gênero homossexual, não há uma completude, essa “encerra seu filho dentro da dupla mensagem da sedução erótica e de uma ameaça de castração de sua nascente virilidade” (MILLOT, 1992, p.46). Dentro dessa teorização cabe destacar que os transexuais ocuparam um lugar simbólico do falo feminilizado da mãe, diferente dos homossexuais e travestis. Esses últimos, a propósito, devem ser entendidos como homossexuais que buscam a transformação corporal na perspectiva da aparência feminina, sem, no entanto, abrirem mão do seu pênis, órgão pelo qual exercem seu gozo sexual, tanto quanto aos homossexuais não feminilizados ou efeminados.

Quando abordamos a questão do transexual feminino, no entanto, temos uma diferenciação quanto ao masculino, uma vez que, o processo de simbiose com a mãe, não ocorreu de forma plena, mais tarde havendo uma forma de identificação com o pai, fazendo com que a menina cresça e se vivencie como um menino (MILLOT, 1992, p.90).

Tendo partido do processo de identificação com a mãe e posteriormente a interpelação da figura do pai ou não (caso masculino) ou na não identificação simbiótica com a figura materna (caso feminino), estabelecemos nossa base para construção desse ensaio na hipótese proposta por Lacan para dar suporte ao complexo de Édipo e descrita por Millot (1992), que é a formalização do nó a quatro de barromeu.

Segundo tal formalização, haveria o entrelaçamento de um quarto elemento, o nome –do-pai, a um conjunto de três anéis interligados entre si: o real, imaginário e simbólico, havendo ainda a possibilidade da suplência do nome-do-pai por um outro significante. Uma outra perspectiva seria a presença de um quinto anel, entrelaçando três anéis e deixando um quarto anel livre.

Lacan defende que o indivíduo tem sua essência constituída por três instâncias, o real, o imaginário e o simbólico. Dentro desse espectro, o simbólico deve ser entendido como representações onde os sujeitos referem-se a si mesmos e, essas representações são expressas através da linguagem, elemento esse de definição do simbólico. O imaginário deve ser diferenciado da imaginação. Através dele, o sujeito busca no outro elementos para sua completude; no entanto, a leitura do indivíduo nessa direção não podem ser plenamente satisfeitas, uma vez que o outro, dentro de suas subjetividades não existe para a nossa satisfação; além disso possuem também o seu próprio imaginário, donde buscam também a sua completude num outro ser.

O real, que também deve ser diferenciado de realidade, não é simbolizável, não é falado, é incapturável, constituindo “ um impossível de ser capturado pelo simbólico ou pelo imaginário... falta na ordem simbólica, são restos elimináveis pela articulação significante” (PITTERI,2010).

A representação ou conceituação dessas três instâncias psíquicas pode ser descrita com um papel facilitador dos seus respectivos entendimentos, porém, não podem ser vistas e entendidas em dimensões separadas. No nó de barromeu o real, o imaginário e o simbólico são constituídos pela articulação dos três anéis independentes, se sustentando como uma amarração, onde, havendo a dissolução de um desses, há também as dos demais.

O sujeito transexual estaria nessa formalização representado na forma em que, na falta de entrelaçamento do nome-do- pai, o real, o simbólico e o imaginário estariam livres, mas havendo um quarto elemento que consiste numa identificação do sujeito com a mulher que, ligaria apenas o imaginário e o simbólico, o que demandaria no caso do transexual que houvesse uma correção, ajustando o real do sexo ao nó imaginário e simbólico já anteriormente ligados (MILLOT, 1992, P.38-41).

Estabelecida de forma sucinta as visões psicanalíticas com relação à identidade de gênero, devemos analisar de que forma essas identidades são vistas na construção da sociedade ocidental, buscando assim o entendimento da postura majoritariamente preconceituosa e errônea com relação à população LGBT, sobretudo no que se refere aos transexuais.

2- Deve-se entender por forclusão a ausência de uma significação simbólica do pai para o sujeito, não havendo nada em termo de significante que possa representá-lo. Essa carência na estrutura do sujeito pode resultar na psicose. (MILLOT, 1992, p.30).

Sociedade, normas e estabelecimentos de posições sexuais

Freud, em *Totem e Tabu e outros trabalhos* (1996), sustenta uma semelhança entre as proibições de tabu e morais. Ao sustentar tal semelhança, o autor estende sua consideração a respeito do sujeito/sociedade afirmando que “parece que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto” (FREUD, 1996 b, p.7). Nessa perspectiva, a civilização pode ser entendida com um desenvolvimento a partir de normas morais e éticas que primam por uma espécie de conduta unificada, visando o bom funcionamento social, sobretudo no que se refere aos desejos mais íntimos do ser humano, havendo um foco principal na questão sexual. Assim, o que mais importa em nível de construção social “..é o objetivo de criar uma unidade a partir dos seres humanos individuais” (FREUD, 1996 b, p.88).

Durkheim (1991), ao criar o conceito de fato social, postula que o indivíduo é fruto das normas sociais, das quais não pode escapar; nesse conceito, não é levado em consideração a subjetividade; é como se todo indivíduo fosse peça de uma engrenagem ou de um organismo, que para funcionar de maneira plena necessita se adequar aos seus respectivos papéis estabelecidos socialmente.

É nesse espectro de subjetividade que encontramos em Goffman (2008) ao estudar as instituições fechadas, entre elas a prisão, o conceito de morte do eu civil (GOFFMAN, 2008, p. 25). Segundo o mesmo, o preso e demais sujeitos admitidos em instituições fechadas, em nome de sua condição de interno vão perdendo parte do seu eu, a partir do momento em que precisam se adequar a normas institucionais que incidem em questões pessoais, como a substituição de seu nome por números, a utilização de uniformes, de cortes de cabelos específicos, etc. Esse conceito vai ao encontro do que temos como questão principal nesse trabalho, ou seja, do posicionamento do sujeito transexual e seus respectivos direitos de manterem seu posicionamento de gênero. A análise primária faz com que reconheçamos o papel do transexual como um dos sujeitos que mais sofreriam com a adequação às normas institucionais estabelecidas, tendo que abrir mão do seu posicionamento identitário de gênero, no entanto Goffman (2008, p.54) também postulou os ajustamentos secundários, ou seja, “ práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permitem que os internos consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios

proibidos as satisfações permitidas”. Partindo dessa perspectiva, podemos entender uma relação de poder intrínseca tanto à construção das normas quanto à possibilidade e as formas de burlá-las. Assim, se temos a construção de discursos (FOUCAULT, 1999) que visam o estabelecimento de um determinado tipo de modelo social, ao mesmo tempo, a análise histórica nos permite afirmar que dentro da sociedade temos grupos que estabelecem suas próprias normas e conceitos, traçando um emaranhado de posicionamentos, por conseguinte de identidades, que marcam um lugar próprio, não necessariamente o estabelecido de maneira universal, numa espécie de contra-poder.

Maffesoli (2006) ao analisar a questão da formação das tribos, afirmou que a pessoa, na constituição de persona representa tantos papéis quanto *l'he convier* no seu convívio social, dentro de ambientes distintos, tanto no trabalho como nos grupos (tribos) aos quais pertencem. Temos aqui uma importante observação no sentido de que, o transexual visa uma adequação ao seu meio, tendo, portanto, muitas vezes que buscar vestimentas e comportamentos que o façam serem aceitos, problema esse que nos parece ser minimizado a partir de seu completo processo de hormonização e transformação; do ponto de vista psicanalítico, no entanto não é tão simples, podendo perdurar uma espécie de “angústia” mesmo quando optam pela mudança de sexo. Uma das possibilidades das dificuldades enfrentadas pelos transexuais pode inferir na questão de que “qualquer escolha levada a um extremo condena o indivíduo a ser exposto a perigos que surgem caso uma técnica de viver, escolhida como exclusiva, se mostre inadequada” (FREUD, 1996, c), inadequação essa que pode tanto ser entendida no sentido individual, a partir de percepções e conflitos subjetivos, como em nível social, como forma de não pertencimento.

Identidades, gêneros e memórias: articulações em níveis individuais e coletivos

A questão da identidade pode ser analisada por diversos vieses, dentre eles, o coletivo e o individual. No sentido coletivo, como visto anteriormente, as identidades têm uma relação intrínseca com as construções das normas sociais, de tal forma que, podemos considerar de que muito do que somos ou construímos em termos identitário parte da relação do eu com as referidas normas. Essa discussão no sentido psicanalítico poderia ter uma analogia com as construções do nosso ego (eu) demandando satisfazer às censuras do supereu (superego), que devem aqui ser entendidas como os valores sociais.

No que tange à construção da identidade pessoal, ou individual, temos aqui defendido um ponto-de-vista que essa começa a partir da diferenciação do bebê de si mesmo para sua mãe. Ao longo da vida, a não possibilidade de satisfação das pulsões pelo ego (eu) em vistas às censuras do superego (superego) levam o ego (eu) a formas de compensação a essas funções. Isso ocorre de forma específica em cada sujeito dependendo de suas relações e internalizações próprias, daí o caráter subjetivo da construção de sua identidade.

Berger e Luckman referindo-se ao processo de desenvolvimento do ser humano afirmam que: “ Desde su nacimiento el desarrollo de éste , y em realidad gran parte de su ser en cuanto tal, está sujeto a una continua interferência socialmente determinada” - Desde seu nascimento o desenvolvimento desse e, em realidade grande parte de seu ser enquanto tal está sujeito a uma contínua interferência determinada socialmente (BERGER & LUCKMAN,2003, p.68 – tradução minha). A afirmação dos autores nos coloca numa vertente analítica que vai ao encontro do posicionamento que as identidades são formadas num processo misto, pois determina que o sujeito enquanto tal, ou seja, enquanto ser subjetivo sofre a influência de determinada sociedade, não havendo a defesa de que a sociedade de forma única seja formadora das identidades, nem mesmo de que as identidades consideradas individuais correspondam somente a um reflexo de uma construção social ou coletiva. Assim, como Woodward (2003), entendemos que o simbólico e o social embora sejam constituintes de identidades referem-se a dois processos diferentes, estando o primeiro relacionado às nossas percepções pessoais enquanto pertencentes e inseridos no segundo; dessa forma o grupo social pode construir noções de identidades, mas a percepção e identificação dessas se dá de forma individualizada. Não cabe, no entanto pensarmos a identidade construída a partir de oposições binárias, antes na pluralidade que envolve o campo social e demais espectros, como o político, econômico, psicológico, antropológico e religioso, entre outros.

Quando falamos em identidade e memória social, temos em comum o fato de podermos discutir ambas de forma conceitual mais abrangente, abarcando interpretações subjetivas, mesmo que na maioria das vezes, tanto a memória quanto a identidade tenham como fator primordial de interpretação considerações que as coloquem num âmbito de sendo resultado de construções sociais.

O transexualismo, se pensado num viés histórico, teve sua introdução no meio científico na década de 1950 por Henry Benjamin. Esse recorte temporal nos permite afirmar que a categoria transexual vista como tal é algo bastante recente. Athayde (2001) ao estudar Benjamin, afirma que através das pesquisas desse, pode-se concluir que:

na época, suas descrições precoces desse fenômeno são idênticas às atuais: reconhecimento precoce, tentativa de vestir como o sexo oposto secretamente, a culpa, as tentativas sem sucesso de mudar seus desejos e sentimentos e tentativas de “purificações” episódicas ou contínuas.

A maneira de se pensar o transexual como algo diferente do homossexual e a busca de direitos específicos para os primeiros no Brasil remete ao último quartel do século XX. Tal atraso histórico pode ter sua causa num posicionamento preconceituoso que, num âmbito de memória se reflete no posicionamento da sociedade para com esses indivíduos.

Quando pensamos em transexuais privados de liberdade, devemos levar em consideração o desdobramento preconceituoso que incide não só na sua condição transexual, com também na sua condição enquanto privado de liberdade. Quando coadunadas desinformação, práticas preconceituosas de gênero assim como de posicionamento social enquanto transgressor, a questão do transexual tem um caráter pejorativo elevado a nível exponencial, o que contribui para que essa população, embora esteja inserida na sociedade como um todo, acabe de certa forma sendo excluída de alguns meios.

Considerações finais

Freud ainda no século XIX já havia postulado que as sociedades na sua construção criaram normas que se estabeleceram, sobretudo no que tange a sexualidade.

Se pensarmos que até o meio do século XX, em uma das principais potências da Europa, a saber, a Inglaterra, a homossexualidade era considerada crime, ainda que essa orientação sexual até a década de 1970 compunha o catálogo de doenças psiquiátricas, temos a dimensão de quanto a questão da orientação sexual que difere da heterossexualidade implica num posicionamento proibitivo e preconceituoso da sociedade.

Em termos de memória, a sociedade parece ter internalizado valores que colocavam os homossexuais numa posição de anormalidade, sofrendo sanções que vão desde o puro preconceito até mesmo a sua morte baseada em legislações homofóbicas.

Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão

Quando abordamos a transexualidade o julgamento social parece ser mais árduo, uma vez que essa orientação sexual traz em sua ambiguidade a estética de um determinado sexo no corpo biológico de outro, transcendendo o binarismo masculino e feminino ou aceitação do caráter sexual reduzido às práticas sexuais. Assim, o transexual muitas vezes entendido como homossexual engendra não só um maior desafio quanto ao entendimento de seu gênero, como também expande a discussão sobre a subjetividade.

Sofrendo os mesmos preconceitos de um sujeito homossexual, ou poderíamos dizer até maior, o transexual parece não estar bem alocado no contexto social, o que por sua vez, fez com que seus direitos de exercer sua subjetividade a partir de uma identificação com o sexo oposto ao seu biológico fossem ignorados ou simplesmente negados ao longo do tempo.

Quando abordamos a questão do transexual privado de sua liberdade, essa negação se torna muito clara a partir da constatação que esses sujeitos precisam se adequar às normas institucionais estabelecidas, que os tratam a partir do seu sexo biológico, proibindo que mantenham seus caracteres sexuais secundários focados no sexo oposto. Ademais o não reconhecimento de seus parceiros sexuais, negando-lhes visitas íntimas e direitos concedidos a casais heterossexuais ratificavam a linha clara de separação entre aqueles que são considerados ajustados socialmente no sentido de orientação sexual ou não.

Estudos científicos recentes ainda não dão conta do entendimento efetivo da transexualidade. Transexuais ainda podem ser vistos como psicóticos na sua globalidade; a psicanálise, por sua vez, também tem se apropriado de tais discussões, havendo muitas considerações, mas sem que haja um consenso. O que podemos saber com certeza é que ser transexual se difere de ser homossexual ou travesti e que, a transexualidade em si não está relacionada diretamente à psicopatia; não obstante, a discussão da mudança de sexo ou não também envolve diversas nuances e não representa uma solução de sentimento de completude a todos transexuais.

Diante de tantas incertezas, no entanto, os movimentos LGBT vêm se mobilizando quanto a conquistas de seus direitos. Ao terem direitos estabelecidos garantindo o respeito à sua orientação sexual e sua identidade os transexuais parecem

emergir de um limbo que a sociedade os colocou ao longo do tempo, frente seu posicionamento quanto a esses sujeitos.

Sabendo que a memória é uma área de conhecimento que prima pelo estudo do conjunto de construções individuais e sociais em caráter aberto e transdisciplinar, esperamos que o reconhecimento de tais direitos possa representar efetivamente um avanço no sentido de se fazer e se estudar tal área.

No âmbito jurídico, tais ações têm um valor extremamente representativo no que concerne ao direito de igualdade e respeito, no entanto, cabe ressaltar que, além de serem medidas bastante novas, o texto estabelecido pela Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Humanos não prevê nenhuma penalidade para o não cumprimento das mesmas, deixando em aberto uma via que pode incidir no não cumprimento de tais determinações.

Referências:

ATHAYDE, Amanda V. Luna de. Transexualismo Masculino. Arq Bras Endocrinol Metab. V.5, n.4. São Paulo, Ago. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302001000400014>. Acesso em: 03. Nov. 2015.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. La Construccion Social de La realidad. Avellaneda, Buenos Aires: Color Efe,2003. Disponível em : <<http://psikolibro.blogspot.com>> . Acesso em: 30.jun.2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação Resolução Conjunta nº 1 de 15 de Abril de 2014. Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Brasília, DF,15.abr.2014.Disponívelem:<http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2014/04/23/09_49_17_108_resolu%C3%A7%C3%A3o_restri%C3%A7%C3%A3o_de_liberdade_LGBT.pdf> Acesso em 18. Jul. 2015.

DURKHEIM, Émile. As Regras dos Métodos Sociológicos. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes,2007.

Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 5.ed. São Paulo:Edições Loyola,1999.

FREUD, Sigmund. Três ensaios para uma teoria da sexualidade. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas- 2º ed. Rio de Janeiro, v. 7: Imago Editora LTDA,1989.

_____ Totem e tabu e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Rio de Janeiro. v. 13 : Imago Editora LTDA,1996.

_____ b. O Futuro de uma ilusão . In: O Futuro de uma Ilusão. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, v. 21 : Imago Editora LTDA,1996.

_____ c. O Mal-estar na civilização . In: O Futuro de uma Ilusão. O mal-estar na civilização e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, v. 21 : Imago Editora LTDA,1996.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. 8.ed. São Paulo: Perspectiva,2008.

LOUREIRO, Cláudia. Mudança de Sigla de GLBT para LGBT divide comunidade gay. Jornal Globo.com, canal G1. on line. Rio de Janeiro, 12 jun.2008. Disponível em: <<http://>

MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY> Acesso em: 15.Jul.2015.

MAFFESOLI, Michel. A sociedade contra o social. In: O tempo das tribos. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2006, p. 103-125.

MILLOT, Catherine. Extrasexo : ensaio sobre o transexualismo. São Paulo: Escauta,1992.

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

PITTERI, Maria Bernadette Soares de Sant'Ana. Jacques Lacan : O simbólico, o imaginário e o real. Clínica Lacaniana de atendimento e pesquisa em psicanálise. São Paulo, 03 mai. 2010. Disponível em : < [http:// http://clipp.org.br/biblioteca-artigos_18.php](http://clipp.org.br/biblioteca-artigos_18.php)>. Acesso em : 31 Out. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). Identidade e Diferença. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003. cap.1

TRANSSEXUALITY, JAIL AND RIGHTS: GENDER IDENTITY IN QUESTION

ABSTRACT:

The transsexual is inserted in society in a manner unusual to say the least, if considered in the context of your gender identity. Secondary sexual characteristics that are opposed to their biological sex, this subject is often misunderstood and confused with the homosexual. The dichotomy that makes from its characteristics in contrast with their biological sex leads to the discussion or not correction through surgery, concomitantly, a social nature, generates prejudice and embarrassment. The placement of transsexual, so ultimately lead to discussion in which we seek to frame him in a spectrum of male or female. This essay aims to discuss transsexuality and the formation of gender and sexual orientation, having as theme the parameters of LGBT reception in deprivation of liberty.

KEYWORDS: Transsexual. Identity. Gender.

TRANSSEXUALITÉ, PRISON ET DROITS: LIDENTITÉ DE GENRE EN QUESTION

RÉSUMÉ:

Le transsexuel est inséré dans la société d'une manière inhabituelle dire le moins, si pris en compte dans le cadre de votre identité de genre. Les caractères sexuels secondaires qui sont opposés à leur sexe biologique, ce sujet est souvent mal compris et confondu avec homosexuel. La dichotomie qui fait de ses caractéristiques contrairement à leur sexe biologique conduit à la discussion ou pas de correction par la chirurgie, en même temps, un caractère social, génère des préjugés et embarras. Le placement des transsexuels, donc aboutir à la discussion dans laquelle nous cherchons à lui encadrer dans un spectre de sexe masculin ou féminin. Cet essai a pour but de discuter la transsexualité et la formation du genre et l'orientation sexuelle, ayant pour thème les paramètres de réception LGBT dans la privation de liberté.

MOTS-CLÉS: Transsexuelle. Identité. Entre les sexes.

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

Recebido em: 02-09-2015

Aprovado em: 29-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

MULHERES IGUAÇUANAS: ENTRE O JURÍDICO E O SOCIAL

*Vanessa Ferreira Gomes da Silva**

*Lobélia da Silva Faceira***

RESUMO:

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado e aborda o conceito de violência conjugal com uma breve discussão sobre a judicialização nas relações sociais, utilizando reflexões de Bourdieu (1989), e Debert (2008) sobre o poder judiciário e os movimentos sociais, para analisar as políticas públicas e sua contribuição para a garantia de direitos avaliando o perfil das estruturas da rede de atendimento, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013 (IBGE) e os dados institucionais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense para combater a violência contra a mulher no município.

PALAVRAS-CHAVE: Poder jurídico. Políticas públicas. Violência conjugal.

*Mestranda do Programa de Pós graduação em Memória Social (UNIRIO), psicóloga da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (UFF), Psicóloga da Equipe multidisciplinar do Juizado Especial Criminal de Nova Iguaçu. End. Rua Miguel de Frias, n9, Praia de Icaraí, Niterói, RJ. Tel:26295308.
E-mail: fg.vanessa@gmail.com

**Doutora em Educação pela PUC-RJ. Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO. Pesquisadora e vice-coordenadora do laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas Sobre Violência, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. E-mail: lobeliasfaceira@yahoo.com.br

Introdução

Segundo Bourdieu (1989), cada espaço social, com seus agentes e linguagem específicos, com certo grau de autonomia em relação aos outros espaços sociais, corresponde a um campo. De acordo com o autor, quando os agentes de um determinado campo são representantes de classes dominantes (política, étnica ou economicamente) e impõem a sua visão de mundo através de seus conhecimentos específicos e estes são incorporados à realidade de todos os outros espaços sociais, fica caracterizado o poder simbólico.

O campo judicial ou jurídico tem várias particularidades em sua definição e delimitação assim como na participação de seus agentes com conflitos internos e externos. Segundo Bourdieu, este campo detém o monopólio do direito de ditar a boa ordem social através de uma linguagem específica consagrada como justa e adequada aos interesses, valores e visão de mundo das classes dominantes. Os agentes do campo jurídico (perito, juiz, advogado) que detêm exclusividade sobre a codificação dos signos desta linguagem dominam uma relação de poder simbólico em relação aos de fora.

De acordo com o mesmo autor, o objetivo desta linguagem específica do jurídico é produzir dois efeitos que permitem a aplicação das leis: O da neutralização, que permite neutralizar as parciaisidades pessoais, tornando a aplicação da lei impessoal e o da universalização que permite a aplicação da lei de forma generalizada, ou seja, se aplica em qualquer contexto.

Porém, entre os próprios agentes internos do campo há uma disputa por este monopólio da competência jurídica que Bourdieu (1989), aponta como sendo entre a teoria, representada pelos peritos, professores e teóricos do direito e a prática que cabe aos juízes e aos que aplicam a lei e tendem a adaptar a teoria à urgência da prática.

Entre estes dois grupos de agentes do campo, há uma complementariedade funcional na medida em que, como explica o mesmo autor, por um lado, asseguram a assimilação das regras através da ideia de universalidade e por outro, introduzem as adaptações necessárias a manutenção de todo o sistema que sustenta o poder simbólico do campo jurídico.

Mas de que forma estas leis são incorporadas e aceitas pelos outros espaços sociais, principalmente os que têm como representantes agentes de classes econômicas e visão de mundo tão diferentes? Como vimos, para que se consolide o poder simbólico

do campo jurídico, suas deliberações têm que ser aceitas socialmente como regras naturais, sem que se tenha consciência de seu caráter arbitrário.

Para Bourdieu (1989), a eficácia simbólica da linguagem jurídica se deve a ideia de que esta é universal e que, com a aplicação prática das leis, a longo prazo, a sociedade em geral as integra às suas visões de mundo.

Ao entendermos que as relações de força e o jogo de interesses que atuam no e sobre o campo jurídico impõem a visão de mundo e servem aos interesses das classes dominantes exercendo o poder simbólico sobre os dominados, como podemos explicar a aparente preocupação crescente com o direito das mulheres, que em um passado não muito distante era quase inexistente?

Ainda de acordo com Bourdieu (1989), esta relação de poder simbólico não poderia ser unilateral, ou os movimentos políticos e manifestações de grupos sociais de minorias dominadas, não exerceriam nenhuma influência nas leis.

Segundo o autor, os agentes sociais de classes dominadas, ao organizarem-se em movimentos específicos que lhes confirmam visibilidade e força política através de seus representantes, exercem influência também no campo jurídico fazendo com que seus interesses e reivindicações acompanhem o trabalho da produção jurídica, fortalecendo a crença na generalização e universalização e torna possível a coerção. Porém, estes grupos só conseguem exercer esta força sobre o campo jurídico, na medida em que ganham visibilidade ou estão em ascensão no mundo social.

As políticas públicas no aparato jurídico

Segundo Debert (2008), os movimentos sociais privilegiaram a modificação da visão jurídica como estratégia de combate à violência. Porém, define que o aparato jurídico lida com o conceito de crime em fatos objetivos, tipificações, circunstâncias e tem como objetivo principal culpar ou absolver. Já o conceito de violência, utilizado nas políticas públicas de garantias de direitos, segundo a mesma autora, implica em um reconhecimento social mais amplo, fora do campo jurídico, supõe complexos processos de relações interpessoais que demandam medidas que vão muito além da punição do “culpado”. Até porque, se a violência se dá em relações, muitas vezes, não existe apenas um culpado, ou melhor, não se trata de culpa, mas de responsabilização.

De acordo com a mesma autora, as delegacias especializadas têm o poder de traduzir em linguagem jurídica os interesses de mulheres que estão em situação de

violência. Porém, ao fazer esta “tradução” correm o risco de reduzir o fenômeno da violência a um crime e ignorar outras demandas presentes na relação violenta.

A violência conjugal segundo Lisboa (2014), além da desigualdade de poder simbólico entre o homem, que ocupa posição social privilegiada em relação à mulher e possui ou possuiu relação afetivo-sexual com ela, se caracteriza por situações de abuso cometidos pelo homem de forma cíclica e com intensidade crescente.

Estes abusos são uma forma de reprodução da ordem social de dominação masculina de forma violenta. E, assim como na manutenção desta ordem, estes abusos ocorrem com a cumplicidade e consentimento do sujeito dominado.

Entendemos que as delegacias têm o poder de traduzir em linguagem jurídica os interesses de mulheres que estão em situação de violência. Porém, ao fazer esta “tradução” corremos o risco de reduzir o fenômeno da violência a um crime e ignorar outras demandas presentes na relação violenta. Por outro lado, não podemos esperar que o campo jurídico dê conta de todas as demandas envolvidas no campo da violência. Nesta lacuna é que devem atuar as políticas públicas e a rede de atendimento, porém, as delegacias, e os próprios Juizados devem ter agentes capacitados para identificar essas demandas o que não poderia ocorrer se o campo jurídico se fechasse em sua linguagem própria como detentor do monopólio da regulação social.

Justamente em função da ausência de agentes que tivessem uma compreensão da dinâmica e da complexidade das relações em que as mulheres estão em situação de violência, Debert (2008) afirma que nos atendimentos realizados nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, antes da criação da lei 11.340, a tradução da situação em crime tornava-se aleatória e era restringida às infrações no âmbito conjugal em cenário doméstico. Porém os casos de violência sexual em relações conjugais, violência psicológica e outras, eram desconsideradas como crimes.

Além do obstáculo do preconceito e julgamento moral dos agentes das delegacias, segundo Debert (2008), outra decepção em relação a essas delegacias foi o não cumprimento do papel pedagógico que lhe era esperado. As mulheres que procuravam o serviço, não saíam mais instruídas sobre seus direitos.

Em 1995, com a criação dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) ocorre uma mudança radical na atuação das (DEAMs) pois a lei tem o objetivo de ampliar o acesso da população à Justiça e promover sua rápida e efetiva atuação, simplificando os procedimentos legais em crimes de menor potencial ofensivo como lesões corporais

leves e ameaças que eram a maioria das tipificações das delegacias em casos de violência contra mulher.

Porém, ainda era necessário que o aparato jurídico tivesse meios de abordar a violência de gênero como resultado de uma estrutura de dominação social. De acordo com Debert (2008), essas reivindicações levaram a promulgação da lei 11.340 que passou a considerar, em sua redação, as dinâmicas de relações desiguais de poder entre os gêneros e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Por outro lado, o movimento feminista não defende a visão das mulheres como vítimas passivas da violência dos homens e de instâncias da vida social, uma vez que são sujeitos sociais e também reproduzem esta ordem de dominação através do poder simbólico. Além disso, as desigualdades nas relações de gênero são transpassadas por outras desigualdades de grupos sociais dominados como negros, pobres, idosos e crianças.

De acordo com Debert, a retirada da mulher desta posição de passividade diante da violência de gênero, foi fundamental para que se atentasse para as formas de agenciamento que ganham a adesão das mulheres aos arranjos opressivos tornando possível criar estratégias de resistência em diferentes contextos. Mas, em contrapartida, a autora critica o discurso alternativo que, segundo ela, ganha cada vez mais espaço nos estudos de gênero, especialmente quando se trata de questões jurídicas em que se considera que é necessária apenas uma mudança de atitude das mulheres para que as mulheres em situação de violência saiam da condição de oprimidas e atinjam uma posição social de igualdade em relação aos homens.

Compartilhando deste entendimento da autora, entendemos que as mulheres não são sujeitos passivos da violência conjugal e que a particularidade da história de vida de cada uma, possui elementos que contribuiriam para uma submissão à dinâmica da relação conjugal violenta. Assim como os diferentes contextos sociais exercem maior ou menor influência, através do poder simbólico de dominação masculina, nestas relações e que não se trata apenas de mudanças de atitudes e comportamentos individuais para ro Neste sentido, é que os suportes conquistados pelos movimentos feministas, tanto no sistema jurídico quanto nas políticas públicas de assistência social, contribuem para rompimentos de dinâmicas de violência conjugal, considerando os contextos sociais em

que estas mulheres estão inseridas como classe econômica, cor, orientação sexual e idade.

As medidas protetivas de urgência são importantes instrumentos legais introduzidos pela lei 11.340/2006 que visam interromper, de forma imediata, um ciclo de agressões sofridas ou prevenir agressões futuras, pois elas não tratam de uma punição para o agressor, mas sim de garantias legais de que novas agressões não ocorram e a rede de atendimento deve contar com os serviços de apoio necessários para executá-las.

De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher, a rede de atendimento no âmbito da assistência e da garantia de direitos, deve contar com instituições e serviços como: Delegacias de atendimento à Mulher, Juizados e Varas Específicas, Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo e Casas de Acolhimento Provisório, além de atendimento de saúde e jurídico específicos.

As variadas transversalidades e causalidades da violência conjugal, segundo Mendes (2007), dificultam o consenso sobre as responsabilidades do poder público no combate a esta violência. De acordo com a autora, por ser um objeto Inter setorial, a violência conjugal demanda elaboração de políticas públicas na área jurídica, econômica, da educação, da segurança pública e a saúde, como área de maior abrangência na atenção especializada no sentido de atuar na reabilitação, física psicológica e social.

Porém não podemos deixar de destacar o caráter preventivo com possibilidade de atuação direta na busca de uma mudança de paradigma da ordem social dominante em que a área da educação pode atuar diretamente, mas que em todas as outras áreas, pode-se introduzir um caráter pedagógico.

Tendo como foco o aparato necessário para pôr em prática as medidas protetivas, de acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher, fizemos uma breve análise quantitativa da oferta nos municípios brasileiros das seguintes estruturas: Casa-abrigo de endereço sigiloso, delegacias de atendimento à mulher, Centros de Referência em assistência social especializados e Centros de Saúde especializados, enfocando as estruturas de gestão municipal. Em seguida nos aprofundamos na análise da oferta destas estruturas no município de Nova Iguaçu, na baixada fluminense.

Utilizamos a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 (IBGE) que fez um levantamento destas estruturas em todos os municípios brasileiros e o Censo

Demográfico de 2010 (IBGE) para o levantamento do perfil populacional do município de Nova Iguaçu. Além do levantamento do perfil das mulheres atendidas na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município de Nova Iguaçu do ano de 2014.

Resultados alcançados

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) a população total do Município era de 796.257 pessoas. Sendo 381.750 homens e 414.507mulheres.

O Estado do Rio de Janeiro, em relação ao total nacional, apresentou uma proporção maior de municípios que possuíam em 2013 todas as estruturas avaliadas. A proporção de municípios com as estruturas avaliadas é maior entre os municípios com mais de 500.000 habitantes, no Brasil e na região Sudeste. (Anexo 1)

No que diz respeito aos serviços oferecidos nos Centros de Atendimento Especializados em 2013, o serviço mais oferecido nos municípios brasileiros foi o atendimento psicológico individual, porém, no Estado do Rio de Janeiro foi o atendimento jurídico. Já o menos oferecido tanto nacionalmente quanto no Estado do Rio de Janeiro, excluindo as atividades não especificadas, foram as atividades culturais e educativas profissionalizantes. (Anexo 2)

O município de Nova e Iguaçu fica situado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e possuía uma população feminina de 414.507 de acordo com o censo 2010. Não existe atualmente uma casa-abrigo no município para os casos específicos da lei 11.340, apenas um abrigo deste tipo para toda a Região da Baixada Fluminense

Assim como apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, (IBGE, 2013), o Município de Nova Iguaçu, ainda não possui serviço de saúde especializado. Esta demanda, segundo a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres é suprida através do encaminhamento aos serviços de saúde de uma forma geral que, não possui o quantitativo de serviços suficiente para supri-la. Nova Iguaçu possui um serviço especializado de gestão municipal para mulheres em situação de violência, que é a própria coordenadoria. Esta é responsável pelo acolhimento e assistência psicossocial, além de orientação jurídica e atividades de conscientização, culturais e educativas profissionalizantes. O número de atendimentos em 2014, segundo a própria coordenadoria foi de 98 mulheres.

Porém, a média de atendimento mensal da equipe multidisciplinar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Nova Iguaçu, segundo dados estatísticos fornecidos pela própria equipe, é de 60 atendimentos mensais. O que coincide com os dados do IBGE que mostram que, no Estado do Rio de Janeiro, o atendimento jurídico é o mais oferecido em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres de Nova Iguaçu também forneceu dados do perfil das usuárias e do tipo de violência sofrido que apontaram que, em 2014, apenas 9% das usuárias declararam estar sofrendo apenas um tipo de violência, entre elas: física, psicológica, sexual ou patrimonial. A maioria, cerca de 66% declarou sofrer a combinação da violência física com a psicológica e outras.

Cerca de 72% das usuárias declararam que o agressor era seu (ex) marido, ou (ex) companheiro ou (ex) namorado ou seja, A grande maioria das usuárias estava em situação de violência conjugal.

Embora cerca de 76% tenham recebido o atendimento psicológico na própria coordenadoria, cabe ressaltar que este atendimento não é clínico, tratando-se de um suporte e orientação com foco específico na dinâmica da violência. Além disso, a rede de saúde é a única que pode oferecer o atendimento médico e, em 2014, apenas 9% das usuárias foram encaminhadas a este tipo de serviço. Os maiores números de encaminhamentos foram às delegacias especializadas, cerca de 13% e aos Centros de Referência em Assistência Social, cerca de 12%.

Embora a Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres de Nova Iguaçu tenha informado que possui um serviço de orientação profissionalizante e um trabalho educativo nas escolas com a temática de gênero. Não tivemos acesso as especificações destas atividades.

Conclusões

Após obter um maior conhecimento do perfil das mulheres que buscaram atendimento especializado e do tipo de violência mais frequente no município de Nova Iguaçu, concluímos que, embora as estruturas da rede municipal ainda deixem muito a desejar no que diz respeito a prevenção, as mulheres vítimas de violência conjugal têm à disposição a estrutura mínima necessária para garantir o acesso à justiça a às medidas protetivas de urgência, embora, em um número significativo de casos estas medidas não poderão vir acompanhadas de outros suportes como o de incentivo a autonomia

profissional e econômica assim como de atendimentos de saúde especializados, pela carência desta estrutura de rede.

Porém, também cabe salientar que o trabalho psicossocial de responsabilização da mulher por suas escolhas potencializando a saída da condição de passividade, que também é um fator importante no combate a violência conjugal, é realizado pelas equipes interdisciplinares tanto do Juizado de Violência Doméstica, quanto da Coordenadoria de Políticas para as mulheres do Município de Nova Iguaçu.

Referências

BOURDIER, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa, Portugal. Difusão Editorial Ltda. 1989.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha, Brasília 2013.

_____, Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 34 p. [882143] CAM.

_____, Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

DEBERT, Guita Grin and GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2008, vol.23, n.66, pp. 165-185. ISSN 1806-9053

IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos municípios Brasileiros 2013.

LISBOA, T.K. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu Enfrentamento e Papel do Serviço Social. In Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF, ano 14, n.27, jan/jun.2014.

Vanessa Ferreira Gomes da Silva e Lobelia da Silva Faceira

MENDES, CHF. Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas no setor Saúde In ALMEIDA, Suely Souza, Violência de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, ed UFRJ. 2007.

PMNI - Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Nova Iguaçu - Perfil da População Usuária – 2014. (Não Publicado)

IGUAÇUANAS WOMEN: BETWEEN THE LEGAL AND SOCIAL

ABSTRACT:

This paper refers to a research developed to a master degree program with focus on the concept of marital violence. We discuss about juridical practices in social networks, using authors like Bourdieu (1989) and Debert (2008) to think about the Judiciary and social movements. We also study public policies and their contribution to civil rights assurance and evaluate the social assistance network according to IBGE municipal data of 2013 and information given by the mayor of Nova Iguaçu, in Baixada Fluminense, in order to defeat violence against women in that city.

KEYWORDS: Judiciary. Public Policies. Domestic Violence.

FEMMES IGUAÇUANAS: ENTRE LE JURIDIQUES ET SOCIALES

RÉSUMÉ:

Cet article présente un étude faisant partie d'un programme master sur le concept de la violence domestique. Nous presentons un discussion sur le judiciarisation dans les médias sociaux avec les idées de Bourdieu (1989) et Debert (2008) pour penser le système judiciaire et les mouvements sociaux. Nous faisons aussi une réflexion sur les politiques publiques et leur contribution au développement pour assure les droits fondamentaux et nous évaluons les régimes publiques d'assistance sociale selon les données que nous en avons per IBGE informations locales de 2013 et les chiffres avancés par la Municipalité de Nova Iguaçu, dans le Baixada Fluminense. Il vise à combattre les formes de violence dirigées contre les femmes dans cette ville.

MOTS-CLÉS: Pouvoir Judiciaire. Politiques Publiques. Violence Domestique.

Anexo 1



Tabela 89 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha									
		Total	Tipo de atividade realizada								
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais e educativas profissionalizantes	Atendimento jurídico	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada	Encaaminhamento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade	Acompanhamento nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Brasil	5 570	1 210	1 075	649	522	871	1 040	704	850	860	266
Até 5 000	1 247	90	84	36	35	49	71	34	48	55	10
De 5 001 a 10 000	1 227	118	103	57	54	70	105	66	81	76	20
De 10 001 a 20 000	1 378	208	189	103	94	144	186	102	134	137	38
De 20 001 a 50 000	1 080	387	348	224	164	303	337	211	281	279	78
De 50 001 a 100 000	339	174	152	82	73	131	146	115	122	133	40
De 100 001 a 500 000	260	200	170	125	88	146	168	149	157	152	68
Mais de 500 000	39	33	29	22	14	28	27	27	27	28	12
Norte	450	76	72	43	40	54	66	42	59	55	31
Até 5 000	80	2	2	-	-	1	2	-	1	1	1
De 5 001 a 10 000	81	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1
De 10 001 a 20 000	110	11	10	4	4	5	10	2	7	5	3
De 20 001 a 50 000	111	27	25	16	14	19	22	14	21	17	7
De 50 001 a 100 000	42	14	13	6	8	12	13	8	11	13	4
De 100 001 a 500 000	24	19	19	14	11	14	16	15	16	17	14
Mais de 500 000	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1
Nordeste	1 794	407	377	220	196	351	348	202	315	301	89
Até 5 000	234	17	17	11	8	12	12	5	10	11	2
De 5 001 a 10 000	360	36	32	17	17	25	34	19	27	20	5
De 10 001 a 20 000	577	81	76	41	38	67	70	28	54	54	14
De 20 001 a 50 000	443	161	151	87	74	148	139	72	130	123	34
De 50 001 a 100 000	119	61	56	31	30	55	52	40	51	48	15
De 100 001 a 500 000	50	41	35	25	23	35	33	29	34	35	14
Mais de 500 000	11	10	10	8	6	9	8	9	9	10	5
Sudeste	1 668	332	277	179	127	244	293	206	218	227	87
Até 5 000	374	17	16	6	8	13	13	5	10	9	1
De 5 001 a 10 000	397	31	27	17	15	22	27	15	20	22	6
De 10 001 a 20 000	359	42	36	20	15	30	38	20	23	23	7
De 20 001 a 50 000	290	84	73	51	29	61	77	51	52	57	19
De 50 001 a 100 000	107	54	45	22	21	42	50	39	34	41	17
De 100 001 a 500 000	124	89	68	54	35	63	78	65	67	64	32
Mais de 500 000	17	15	12	9	4	13	12	11	12	11	5
Sul	1 191	271	233	127	99	135	227	159	160	173	42
Até 5 000	420	41	38	15	12	15	34	16	18	24	2
De 5 001 a 10 000	280	36	30	14	13	13	29	18	20	24	6
De 10 001 a 20 000	228	45	40	22	21	20	43	30	26	31	11
De 20 001 a 50 000	159	71	58	35	26	45	60	43	44	40	11
De 50 001 a 100 000	52	35	28	15	11	16	23	19	20	24	4
De 100 001 a 500 000	48	39	36	24	14	24	34	29	29	26	7
Mais de 500 000	4	4	3	2	2	2	4	4	3	4	1
Centro-Oeste	467	124	116	80	60	87	106	95	98	104	17
Até 5 000	139	13	11	4	7	8	10	8	9	10	4
De 5 001 a 10 000	109	13	12	7	7	8	13	12	12	8	2
De 10 001 a 20 000	104	29	27	16	16	22	25	22	24	24	3
De 20 001 a 50 000	77	44	41	35	21	30	39	31	34	42	7
De 50 001 a 100 000	19	10	10	8	3	6	8	9	6	7	-
De 100 001 a 500 000	14	12	12	8	5	10	9	11	11	10	1
Mais de 500 000	5	3	3	2	1	3	2	2	2	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Anexo 2

Tabelas de resultados



Tabela 90 - Municípios, total e com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Serviços Especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência de acordo com a Lei Maria da Penha									
		Total	Tipo de atividade realizada								
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais e educativas profissionalizantes	Atendimento jurídico	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada	Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade	Acompanhamento nos casos da Lei Maria da Penha	Outras atividades
Braile	5 570	1 210	1 075	649	522	871	1 040	704	850	860	266
Norte	450	76	72	43	40	54	66	42	59	55	31
Roraima	52	10	10	6	4	5	9	6	6	7	4
Pará	22	6	6	4	4	4	5	5	5	5	2
Amazonas	82	15	14	12	9	13	15	7	14	14	2
Roraima	15	3	3	2	2	3	3	2	3	3	1
Pará	144	30	30	17	15	24	26	18	24	18	14
Amapá	16	5	3	1	4	1	2	1	2	3	5
Tocantins	139	7	6	1	2	4	6	3	5	5	3
Nordeste	1 794	407	377	220	196	351	348	202	315	301	89
Maranhão	217	44	38	16	15	33	30	22	28	24	11
Piauí	224	25	24	11	8	17	19	7	16	13	3
Ceará	184	72	66	46	31	65	69	40	60	57	21
Rio Grande do Norte	167	18	16	11	6	15	16	10	12	10	-
Paraíba	223	30	30	17	15	25	25	13	24	26	4
Pernambuco	185	69	68	30	44	64	63	36	55	56	10
Alagoas	102	35	31	15	18	29	30	21	30	29	8
Sergipe	75	21	17	10	6	18	19	12	14	13	7
Bahia	417	93	87	64	53	85	77	41	76	73	25
Sudeste	1 668	332	277	179	127	244	293	206	218	227	87
Minas Gerais	853	127	114	66	50	105	112	67	80	86	30
Espírito Santo	78	30	24	20	7	21	28	20	22	18	5
Rio de Janeiro	92	45	39	25	20	40	35	28	34	35	18
São Paulo	645	130	100	68	50	78	118	91	82	88	34
Sul	1 191	271	233	127	99	135	227	159	160	173	42
Paraná	399	90	79	38	26	57	79	59	56	65	15
Santa Catarina	295	81	67	40	28	34	64	49	46	48	11
Rio Grande do Sul	497	100	87	49	45	44	84	51	58	60	16
Centro-Oeste	467	124	116	80	60	87	106	95	98	104	17
Mato Grosso do Sul	79	53	49	37	23	41	51	41	47	48	4
Mato Grosso	141	34	31	20	15	17	28	26	21	25	7
Goiás	246	36	35	22	21	28	27	27	29	30	6
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Vanessa Ferreira Gomes da Silva e Lobelia da Silva Faceira

Recebido em: 07-09-2015

Aprovado em: 05-11-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

MULHER, TRÁFICO DE DROGAS E MEMÓRIA: ENTRE A SUBMISSÃO E A RESISTÊNCIA

*Fernanda Santos Curcio**

*Lobélia da Silva Faceira***

RESUMO:

O objetivo do presente estudo é visualizar o fenômeno da inserção da mulher no tráfico de drogas pela perspectiva do gênero, por meio das contribuições da memória social, esta enquanto um campo interdisciplinar que possibilita as investigações sobre as relações de poder, a particularidade do sujeito e a influência de valores e culturas nas experiências e comportamentos dos sujeitos sociais. Pressupõe-se que esta ação ilegal assume uma dupla estratégia: como reprodução de uma memória de sujeição da mulher ao homem; ou, como uma memória criativa que se utiliza deste crime para resistir à posição de subalternidade que a mulher ocupa ao longo da história. A metodologia utilizada revela-se num estudo exploratório, levantando o material bibliográfico que auxilie na construção do conhecimento desta realidade social.

RESUMO: Mulher. Tráfico de Drogas. Memória.

*Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013). Mestranda em Memória Social, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPQ. E-mail: nanda_fsc@hotmail.com

**Doutora em Educação pela PUC-RJ. Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO. Pesquisadora e vice-coordenadora do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas Sobre Violência, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. E-mail: lobeliasfaceira@yahoo.com.br

Introdução

Atualmente, no Brasil, cresce o número de mulheres encarceradas. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), entre os anos de 2000 e 2012 a proporção da população carcerária feminina cresceu quase que o dobro da masculina. A razão deste crescimento está relacionada ao maior envolvimento com o tráfico de drogas. Este crime, segundo o DEPEN, nas últimas décadas foi a atividade ilícita que mais fez ingressar mulheres no sistema prisional brasileiro. As situações são variadas, algumas sendo presas enquanto traficavam em suas residências ou na rua; outras transportando drogas de uma cidade a outra; há também aquelas que foram presas junto aos seus companheiros traficantes; e aquelas autuadas em flagrante, enquanto tentavam entrar nas Unidades Prisionais com drogas ilícitas.

Nota-se que ao longo da história houve intensas transformações nos atos delitivos praticados pelas mulheres. Os mesmos não se encaixam mais nos "crimes femininos", aqueles como o aborto, o infanticídio, o homicídio passional, entre outros. Atualmente, os altos números de prisões e condenações estão relacionados a sua participação em roubos, sequestros, homicídios, e, principalmente, no tráfico de entorpecentes. Entretanto, ao analisar esta realidade de forma crítica é possível que se perceba que a inserção das mulheres nesta atividade ilícita vai além de uma infração penal, consistindo, muitas das vezes, em uma oportunidade de trabalhar, para auxiliar o companheiro, ou até mesmo em busca de poder.

O debate crítico acerca do tráfico de entorpecentes e o envolvimento com esta atividade ilícita é esvaziado de seu verdadeiro sentido pela mídia, mas também por alguns debates teóricos. Os discursos que se constroem sobre os "criminosos do tráfico" tornam-se genéricos, universais, estereotipados e a-históricos, encobrendo as relações políticas, sociais e econômicas que fazem parte deste fenômeno. Nota-se, também, que existe pouca visibilidade e estudos direcionados aos crimes praticados por mulheres, especialmente no que tange ao tráfico de entorpecentes.

A sua maioria reproduz um viés estigmatizante, retratando as mulheres de maneira vitimizada, reduzindo a sua participação em atos delituosos pela influencia do companheiro ou marido. Este trabalho propõe ir além deste entendimento, compreendendo o tráfico, como atividade organizada, que retrata a fundamentação

hierárquica de gênero da sociedade mais extensa, e que não é preexistente nesta relação o dominante e/ou o dominado, algoz e/ou a vítima, na verdade eles se constroem mutuamente diante das relações de poder que vão se construindo ao longo da vida.

No que se refere à metodologia a utilizada para a construção deste trabalho, diante de um processo sistemático e objetivo de investigação, foi realizado um estudo exploratório, levantando o material bibliográfico que auxiliasse na construção do aporte teórico capaz de galgar conhecimentos que vão em direção à complexidade do fenômeno ora trabalhado. Não tomando qualquer teoria como uma verdade absoluta, autores como Feffermann, Butler, Bourdieu, Gondar, entre outros, foram o norte do referido estudo.

O tráfico de drogas na sociedade contemporânea

O tráfico de drogas, enquanto um comércio global, tem apresentado grande interferência nos aspectos político, econômico e social da contemporaneidade. Esta atividade ilegal assume a posição de segunda atividade mais lucrativa do mundo, ficando atrás apenas para o comércio ilegal de armas. A violência, mortes e lucros exorbitantes associados a este comércio ilícito têm propiciado a extensão dos noticiários a este respeito. Contudo, o seu verdadeiro sentido e amplitude são esvaziados pela indústria cultural. Os noticiários, ao tratar deste assunto, exprimem ideias carregadas de pré-noções e pré-conceitos, apresentando os atores desta “composição dramática” os jovens negros, com baixa renda econômica, que moram em periferias, esquecendo-se que estes representam apenas uma pequena parte desditosa que constitui o todo.

Feffermann (2006) esclarece que o tráfico é um fato econômico, político e social. O consumo de drogas sempre existiu. Desde os tempos mais remotos as drogas eram usadas com o intuito religioso, terapêutico e alimentício. Assim, como declara Velho (1997), em diferentes tradições, as drogas apresentavam relação com os valores, em que existiam regras para o seu uso. No caso da cocaína, em determinados países, a mesma era vendida livremente nas farmácias, no entanto, atualmente o seu significado se transformou, juntamente com o espaço de seu uso. Pode-se entender como droga qualquer substância química – natural ou artificial – que cause alterações sensoriais. Em outras palavras, as drogas são substância que, presente no organismo humano, provoque uma alteração do comportamento e humor do indivíduo.

Feffermann (2006) afirma que os fatores que são fundamentais para manutenção e crescimento do tráfico, enquanto indústria, são: a dominação de territórios; a existência de um conjunto de regras que disciplinam e orientam as condutas intergrupais em organizações hierárquicas; o uso da violência como uma saída para os concorrentes; e a influência no espaço repressivo do Estado e nas demais instâncias de governo.

Pode-se, então, compreender que o tráfico de drogas é uma instituição, estruturada em um conjunto de práticas finalizadas, com suas normas, regras e agentes. O funcionamento da mesma, como de qualquer outra instituição, necessita de uma memória, onde o conhecimento do passado, recupera-se em atividades do presente. O comércio ilícito de entorpecentes, utiliza-se da tradição, na medida em que se sustenta diante de práticas “normalizadas”, reguladas por regras e normas tácitas ou consideravelmente aceitas, em que estas “práticas, de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado histórico apropriado” (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 9).

Contudo, as memórias que entoam o tráfico não são fixas e inalteráveis, elas são inventadas a partir de situações e necessidades “novas” que vão se reproduzindo, quase que obrigatoriamente ao longo do tempo. É por isto que para debruçar-se sobre a investigação da proliferação do tráfico de drogas, é necessário conhecer a estrutura social no qual o indivíduo se insere e constrói a sua subjetividade. A ordem neoliberal, sociedade do consumo ao limite e baseada sobre o tripé: desigualdade, competição e eficiência, onde “o fim justifica os meios”, pode ser um condicionante que fomenta a inserção dos sujeitos em atos criminosos. Isto traz consequências alarmantes entre o ser humano versus relações sociais, crime e a violência.

O discurso neoliberal, enquanto um pensamento social e político, é consequência de um certo fundamento apontado e reconhecido como dominante, fazendo com que a sociedade direcione suas ações e representações num determinando sentido. Este ideário produziu um ser humano que na relação com o outro, percebe este como um objeto, como algo que lhe traga contínua e infinita satisfação. Desta forma, o individualismo se mostra cada vez mais recorrente e o diálogo concomitantemente debilitado. Prontamente, o interesse individual é exacerbado em detrimento do interesse alheio ou coletivo. A violência, aqui, torna-se a marca da atualidade. O que está em jogo, na sociedade atual, é o “autocentrismo” exagerado do sujeito conjugado ao não respeito

à alteridade, onde “saquear o outro, naquilo que este tem de essencial e inalienável, se transforma quase no credo nosso de cada dia” (BIRMAN, 1999, p. 25).

Além do aspecto ideológico, outras transformações de base econômica e política e também a nova forma de organização para o trabalho fomentaram, de certa forma, o fortalecimento do narcotráfico. A grande questão é a proporção que o comércio ilícito de drogas apresenta na atualidade e o seu valor político e estratégico. Na contemporaneidade, há uma memória de destruição quando se fala do assunto drogas. Isso, de acordo com Feffermann (2006), vem de uma interferência do discurso autoritário dos Estados Unidos, em que no início do século XX, o país impôs a restrição legal à estas substâncias, onde algumas tiveram a produção, venda e consumo proibidos. Tais restrições estão associadas:

Mais do que uma mera rejeição a um produto químico, foi uma espécie de reação aos imigrantes - aos católicos, mas também aos judeus e aos não-brancos [...] o objetivo declarado da proibição era eliminar o consumo do álcool, mas deflagrou uma guerra para ‘moralizar’ os costumes. Em nome da Proibição, cassinos e bordéis foram fechados, prostitutas presas, indivíduos perseguidos pelo ‘crime’ de não rezarem pela cartilha puritana ou simplesmente por serem intelectuais; [...] É óbvio que também a cocaína – e qualquer outra droga cujo consumo tivesse como objetivo propiciar prazer – foi proibida e estigmatizada como pecado (ARBEX JUNIOR; TOGNOLLI, 1996, p. 199).

O primeiro ato a nível internacional que promovia certa proibição a produção, venda e consumo de determinadas matérias primas e substâncias psicoativas, ocorreu em 1912, conhecida como a Convenção Internacional sobre o Ópio, aderida pela Liga das Nações. No documento resultado desta convenção, se propunha que os países signatários verificassem a viabilidade de criminalização do uso e venda do ópio, morfina, cocaína e derivados (KARAM, 2010).

O combate às drogas se aprofundou após as Convenções Internacionais, promovidas pelos Estados Unidos, que atingiram a América Latina. São três Convenções das Nações Unidas que sustentam o atual regime internacional de controle de drogas. A Convenção Única sobre Entorpecentes (1961); a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971); e, a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (1988). Esta sofre influências da política de guerra às drogas, que surgiu na década de 1970 e se alastrou em 1980, e que, conseqüentemente, se reproduzirá nos demais países.

O proibicionismo que marca a legislação internacional e nacional, enquanto um fenômeno histórico encontra-se em constante transformação. Aquele, como apresenta Karam (2010), pode ser compreendido como uma posição ideológica, de cunho moral, que se manifesta em atos políticos que se dedicam a regular e limitar fenômenos, comportamentos e até mesmo produtos. A intervenção do Estado possui o objetivo de disciplinar os espaços públicos e privados. A droga se apresenta como algo que causa a destruição e desagregação, havendo assim, como esclarece Feffermann (2006) uma premência geopolítica para hostilizá-la militarmente e, claro, permanecendo o controle sobre os países latino-americanos e africanos. Assim, de acordo com Rodrigues (2004), as políticas antidrogas se manifestam como estratégia do governo, servindo para identificar, perseguir, e prender os anormais, pessoas que fujam das ordens social e moral estabelecidas.

As leis, enquanto regras jurídicas sócio-historicamente construídas, abrangem os costumes e normas formal e expressamente produzidas pelo Estado, que visam, de certa forma, alcançar o “bem” da sociedade. Mas, especificamente, para elaboração e imposição das leis penais, é necessário um esquecimento institucionalizado em que se absolvam e condenem determinados atores, é necessária a criação o impedimento de algumas representações do mundo social, e, também, a identificação ou inintegibilidade do passado. Partindo da afirmação de Gondar (2003), que a memória é um instrumento de poder, e que “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR, 2003, p. 32), compreende-se que o proibicionismo e sua aceitação social se fundamenta então, numa determinada memória. O narcotráfico, diante desta política proibicionista, alastra-se como um “império subterrâneo”, entrando nos horizontes do poder estatal, empresarial e social, apresenta raízes em escala global. O seu avanço na sociedade contemporânea foi alavancada pelo atual modelo econômico, o capitalismo financeiro. A forma como o qual o capital se estrutura incita a globalidade deste crime, sendo o fator fundamental desta ligação a conexão flexível dos empreendimentos comerciais através das redes internacionais.

As consequências destas inflexões são desastrosas. As condenações relacionadas ao consumo e venda de determinadas substâncias psicoativas rotuladas de drogas ilícitas, além de “justificar” a pena de morte em muitos países, como a Singapura, China, Tailândia, Irã, Arábia Saudita, entre outros, são também a principal

causa do aumento da população prisional a nível global. No caso brasileiro, a Lei nº 11.343 de 2006 aumenta a pena para os casos de tráfico de drogas, e isso não fez diminuir o consumo e muito menos os crimes relacionados a esta atividade. Nos desdobramentos até o ano de 2012, o encarceramento por esta atividade ilícita cresceu ainda mais, onde numa população prisional de 549,577 pessoas (dados referentes ao mês de Junho de 2012), 133,946 pessoas estavam detidas por tráfico de drogas ou tráfico internacional de drogas.

Porém, há um sujeito que se torna cada vez mais presente neste cenário: a mulher. Segundo DEPEN, entre os anos de 2000 e 2012 a proporção da população carcerária feminina cresceu quase o dobro da masculina. Em 2000 percentual de mulheres presas equivalia a 4,3% do total dos encarcerados no Brasil. Em 2012 atingiu a marca de 6,4%, onde a razão deste crescimento está relacionada ao maior envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas. Sobre esta realidade se tratará no momento seguinte.

A mulher criminosa: Uma personagem ausente?

Ao se dedicar a análise de mulheres enquanto personagens de atos delituosos, o intelectual se vê num estudo labiríntico. O discurso científico apresenta um movimento teórico fundamentado pela perspectiva masculina, e ao analisar a realidade social a partir de generalizações, acaba por sobrepujar a mulher.

Historicamente, os primeiros prenúncios de desrespeito das mulheres às normas e condutas legais se manifestam por volta do século XI. Aos poucos foram surgindo certos tipos peculiares de delinquência feminina. Neste cenário, “ao prescrever determinadas condutas como certas e erradas, a lei separava aquelas tipicamente masculinas e femininas, essencialmente, sob a luz de um olhar masculino” (FRANÇA, 2012, s.p). Nesta época os crimes praticados pelas mulheres estavam relacionados à prostituição e à bruxaria, atos que contrariavam a restrição impostas a elas ao espaço privado – o doméstico.

Contudo, diante dos acontecimentos que se desenrolaram na segunda metade do século XX intensas mudanças ocorreram no seio social. As revoluções culturais como a descoberta da pílula anticoncepcional, os movimentos hippie e feminista, o direito ao voto, ao estudo e ao trabalho sem a autorização do marido, entre outros acontecimentos,

influenciaram o status quo das instituições vigentes. Uma delas, foi o poder do patriarcado.

A mulher, até então restrita ao espaço privado, começa a dirigir-se e fazer parte do universo público. Isto, como será apresentado ao longo deste trabalho, tem forte relação com a inserção das mulheres na criminalidade. A redução da desigualdade entre homens e mulheres no ocidente não apenas traz para a cena a maior participação das mesmas no mercado de trabalho, mas também em outros campos, dentre eles o do crime. De acordo com que a vida material se esmaece e a mulher cada vez mais assume o espaço público, ela se torna mais suscetível ao mundo do crime.

Muitas obras, ao travar o conhecimento sobre a inserção das mulheres no crime, e até mesmo no tráfico, aludem que as mesmas se encontram numa posição de vítima e os homens como àqueles que as motivam participarem do ato criminoso. Ou, algumas se limitam a apresentar este fenômeno resposta a pobreza e a necessidade do sustento familiar. Paradoxalmente, a não percepção de outras leituras, sobre estes contextos, gera a perpetuação dos papéis históricos e culturalmente prescritos para o homem e para a mulher, em que esta é vista como passiva, submissa, dócil e sustentada pelo instinto maternal.

Diante das análises apresentadas anteriormente, surge-se aqui, a necessidade de trazer para o campo de debate a categoria gênero. Esta categoria auxiliará em dois sentidos, primeiramente para desconstruir a determinação da mulher no espaço de subalternidade e vítima, ao cometer crimes. Além disso, possibilitará compreender que a instituição de como “ser homem” ou “ser mulher” reforçam os estereótipos dos gêneros e os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, e mais que isso, enquanto poder, não age simplesmente dominando e oprimindo as subjetividades, mas atua imediatamente na sua constituição.

Scott (1995) compreende o gênero como as relações constituídas a partir da forma como a sociedade percebe as diferenças biológicas entre os sexos. Tal percepção é baseada em mecanismos classificatórios que por sua vez aglutinam um conjunto de dicotomias: macho/fêmea; masculino/feminino; forte/fraco; razão/emoção; dominante/dominado; entre outros. O campo positivo e superior cabe ao masculino, e o negativo e inferior ao feminino. Assim, a partir das diferenças sexuais, se constrói e se reproduz um conjunto de expectativas, instituições e papéis para o homem e para a mulher. Estas categorias são conteúdos culturais formados pelo imaginário simbólico

diante de expectativas em torno do gênero, em que por meio dos processos de socialização, irão reforçar os estereótipos e preconceitos dos gêneros, apoiando-se, principalmente, na determinação biológica.

Porém, como bem aponta Butler (2011), o gênero é uma norma, uma construção, contudo ele não está separado do poder de regulação. Na verdade, a questão é bem mais sutil. Os dispositivos e mecanismos de regulação não são anteriores ou autônomos no que tange ao gênero, pelo contrário, “o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações” (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 132). Em outras palavras, o poder não é apenas algo que se opõe ao sujeito, “el poder que em un principio aparece como externo, presionado sobre el sujeto, presionando al sujeto a la subordinación, asume una forma psíquica que constituye la identidad del sujeto” (BUTLER, 2011, p. 13). Esta regulação ímpar apresentará efeitos sobre a subjetividade, formando uma hierarquia entre o masculino e o feminino e também a heteronormatividade. Nestes termos, o homem e a mulher estão sujeitados ao gênero e são subjetivados pelo mesmo.

Diante disso, não se pode descartar que o fenômeno da inserção das mulheres no tráfico, em parte, está relacionado ao papel que as mesmas assumem frente aos seus companheiros ou maridos. Na atualidade a sujeição da mulher ao homem vem sendo obscurecida, diante de fenômenos como a sua grande inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e o aumento de sua participação enquanto chefe de família. Porém, as práticas de sujeição ao homem não foram esquecidas e são ainda uma realidade, formando, a partir de valores ideológicos, papéis da mulher e do homem, em suas relações para com o mundo e em suas relações de afeto.

Pimentel (2008, p. 4) afere que a “sujeição do feminino ao masculino, a mulher traficante passa a conceber a sua própria identidade a partir do outro com o qual se relaciona afetivamente, de modo que até mesmo práticas ilícitas passam a povoar o seu cotidiano”.

Quando se trata de relações afetivas, Cancian (1986) apresenta o fenômeno da feminização do amor. Como expõe a autora, existe um conjunto de expectativas e formatações que se submetem à lógica binária do gênero, onde cabe ao homem o amor instrumental, baseado no provimento material da família, e o amor expressivo para as mulheres, que se tornam responsáveis pela gestão do sentimento. Para Cancian o surgimento da feminização do amor trouxe muitos aspectos negativos, como o

empoderamento masculino, a partir do momento em que se reforça a dependência feminina no amor; a ratificação das relações de exploração do trabalho (espaço privado X espaço público); a despercebida dependência e necessidade do amor masculino; entre outros. As mulheres, de certa forma, se percebem enquanto as principais responsáveis pela manutenção deste amor, em que, uma vez firmada as relações amorosas, as mesmas se apresentam como pilares da família e do amor.

Desta forma, deve-se considerar que:

Os debates contemporâneos que envolvem problemáticas de gênero tendem a acompanhar a trajetória feminina ao longo da história da humanidade, contemplando novos desafios pelos quais passam as mulheres em todo o mundo, mas sem perder de vista que muitas das características que hodiernamente compõem o contexto da questão feminina encontram respaldo na reprodução de certos valores e representações sociais que se perpetuam no tempo (PIMENTEL, 2008, p. 3).

Pimentel (2008) esclarece que muitas mulheres que traficam, mesmo percebendo isto como uma transgressão penal, não se identificam enquanto criminosas. Para elas, as identidades constituídas na vida doméstica – mãe, companheira ou esposa – sobrepõem-se àquelas atribuídas à sua condição de traficante. A mulher, nesta relação, age, muitas das vezes, em nome do afeto.

Contudo, não se pode restringir a isso a questão do crime praticados por mulheres, deve-se considerar diversos fatores – como o social e o econômico, por exemplo –, e alicerçado sempre o contexto sócio-histórico que estas mulheres atuam. Autores como Fausto (2001) e Almeida (2001) ressaltam que é a partir da redução da desigualdade entre homens e mulheres no universo ocidental, que fomenta uma maior inserção das mulheres nos espaços públicos, e conseqüentemente na criminalidade.

De acordo com Moura (2005), a “entrada” de mulheres no tráfico de drogas não é somente uma transgressão penal, mas, além disso, constitui uma oportunidade de trabalho, que possa vir a superar a difícil situação financeira que atinge não somente a si própria, mas também sua família. O comércio de drogas possui “características de permanência e de constituição à vida paralela ao mercado formal de trabalho” (MOURA, 2005, s.p.), que se constitui como um negócio qualquer, que oferece uma oportunidade que o mercado de trabalho formal não proporciona.

Não se pode desconsiderar também, ao fato das mulheres presas acusadas pelo o envolvimento com tráfico se amplifica devido as mesmas desempenharem funções subalternas na escala hierárquica da organização criminosa, fazendo com que, como declara Soares e Ilgenfritz (2002), sejam presas mais facilmente, em ordem decrescente de frequência e importância, onde realizam atividades como “bucha” (a pessoa é presa por estar no mesmo local que está sendo realizada outras prisões), consumidoras, “mula”/“avião” (pessoa que transporta a droga de um lugar para outro), vapor (que comercializa pequenas quantidades no varejo), “cúmplice” ou “assistente/ fogueteira”.

Guedes (2006) não descarta os fatores indicados acima, mas acrescenta que a utilização do poder, através da criminalidade, o dinheiro fácil, a autoridade e não submissão às regras sociais motivam as mulheres a se inserirem nesta atividade. O tráfico, aqui nesta realidade, surge como uma oportunidade dessas mulheres de resistir ou até por tentar romper com essa posição de subalternidade que vem se desenrolando ao longo da história.

Um ponto que deve ser considerado é a determinação da mulher no espaço de subalternidade e vítima, ao cometer crimes. Muitas obras, ao travar o conhecimento sobre a inserção das mulheres no crime, e até mesmo no tráfico, aludem que as mesmas se encontram numa posição de vítima e os homens como àqueles que motivam ou obrigam essas mulheres a participarem do ato criminoso. Paradoxalmente, a não percepção de outras leituras, sobre outros contextos e situações, gera a perpetuação dos papéis históricos e culturalmente prescritos para o homem e para a mulher.

Porém, numa perspectiva oposta, alguns estudos negam, ou apontam como uma visão altamente simplista, que o fenômeno da inserção da mulher no tráfico de drogas sofre influências de suas relações afetivas. Mas esta realidade é um fato, que não corresponde a todas as mulheres, até porque, partindo do pressuposto que o poder constrói subjetividades, estas enquanto movimentos criativos, fogem àquilo que lhes é imposto.

As reflexões de gênero, apresentadas anteriormente, servem para se analisar esta realidade. Como já foi dito, as instituições sociais, reforçam estereótipos e papéis atribuídos a homens e mulheres. Estes, enquanto sujeitos sociais, recebem e perpetuam, a todo momento um conjunto de normas, regras e percepções que direcionam as suas vidas. Aquelas, longe de ser um produto puramente individual, são memórias sociais

que se reproduzem ao longo da história, mas que não são fixas e inalteráveis, passando por um incessante processo de construção e desconstrução.

Deve-se ter em mente que quando se fala que mulheres cometem atos, ou mais especificamente crimes, devido a influência dos companheiros ou maridos, não significa dizer que elas apenas assumem um papel de submissão. A questão, aqui, é bem mais sutil. Determinados papéis que vem sendo impostos a homens e mulheres detém sim a capacidade de direcionar seus modos de sentir e agir. Negando-se isso, acaba-se por caminhar por uma visão simplória que não percebe que o poder do patriarcado não se extinguiu e se manifesta como um elemento perspicaz nas relações de gênero. É claro, que não é preexistente nesta relação o dominante e/ou o dominado, algoz e/ou a vítima, na verdade eles se constroem mutuamente diante das relações de poder que vão se construindo ao longo da vida.

Considerações finais

O assunto da criminalidade feminina faz parte de uma memória oculta, absconsa e furtiva que se manteve ao longo da história. As mulheres não começaram a cometer crimes somente nesta conjuntura de transformações sociais. Na verdade, enquanto estavam resguardadas no espaço privado, os delitos cometidos pelas mesmas eram mais difíceis de serem identificados, tanto pela sua natureza, mas também pelas particularidades de suas vítimas – crianças e idosos.

Outra questão que não pode ser descartada é que o fenômeno da inserção das mulheres no tráfico, em parte, está relacionado ao papel que as mesmas assumem frente aos seus companheiros ou maridos. É notável que na atualidade a sujeição da mulher ao homem vem sendo obscurecida, diante de fenômenos como a sua grande inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e o aumento de sua participação enquanto chefe de família. Porém, as práticas de sujeição ao homem não foram esquecidas e são ainda uma realidade, formando, a partir de valores ideológicos, papéis da mulher e do homem, em suas relações para com o mundo e em suas relações de afeto.

A mulher, sem ao menos perceber, reproduz o papel de subordinação em relação ao homem, cuja a memória tem criado naturalizações e generalizações que

Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência

fazem das relações sociais e de dominação uma incessante instituição e reprodução do mesmo: de uma cultura altamente masculinizada e heteronormativa. Contudo, são nestes espaços que surgem resistências, atos criativos e manifestação de novas memórias. Algumas personagens traficam em busca do consumo, vaidade, dinheiro e poder, contrastando com aquela visão anteriormente apresentada de subalternidade ao cometer crimes. Pelo contrário, essas mulheres praticam este crime com o anseio de conquistar poder e status numa sociedade altamente masculinizada.

Referências:

ALMEIDA, R. Mulheres que Matam. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100007>. Acesso em: 20 junho de 2014, 16h25min.

ARBEX JR, J.; TOGNOLLI, C. O século do crime. Ed. Boitempo, 1996.

BIRMAN, J. Mal-estar na Atualidade: a Psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Infopen, 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?view=%7bd574e9ce-3c7d-437a-a5b6-22166ad2e896%7d&team=¶ms=item_id=%7bc37b2ae9-4c68-4006-8b16-24d28407509c%7d%3b&uiartuid=%7b2868ba3c-1c72-4347-be11-a26f70f4cb26%7d>. Acesso em: 22 maio de 2013, 15h10min.

BUTLER, J. Mecanismos psíquicos del poder. Valencia: Ediciones de Cátedra, 2011.

CANCIAN, F. The feminization of love. Signs: Journal of Women in Culture and Society. v. II, n.4, p. 693, 1986.

FAUSTO, B. Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FEFFERMANN, M. Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FRANÇA, M. Vigiadas e punidas: como vivem as mulheres criminosas? XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0730_0965_01.pdf>. Acesso em 15 fev de 2015, 10h15min.

GONDAR, J. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, J; BARRENECHEA, M. (orgs.). Memória e espaço: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
GUEDES, M. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. Brasília 26(4), 558-569. Psicologia ciência e profissão, vol.26 no.4 Dec. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a04.pdf>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2013, 10h30min.

HOBBSBAWN, E; RANGER, T (Orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KARAM, M. Drogas: Legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. Texto para curso de extensão promovido pelo Núcleo de Estudos Drogas/Aids e Direitos Humanos do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro-RJ – abril 2010.

MOURA, M. Porta fechada, vida dilacera - mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará. Fortaleza, 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

PIMENTEL, E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas.

Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência

Anais... Universidade de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013

RODRIGUES, T. Política e drogas nas Américas. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SOARES, E. ILGENFRITZ. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VELHO, G. Drogas, níveis de realidade e diversidade cultural. In: RIBEIRO, Mauríades; SEIBEL, Sérgio Dario. Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial, 1997.

**WOMEN, DRUG TRAFFICKING AND MEMORY: BETWEEN THE
SUBMISSION AND RESISTANCE**

ABSTRACT:

The purpose of this study is to visualize the woman's insertion phenomenon in drug trafficking by gender perspective, through the contributions of social memory, this as an interdisciplinary field that enables the investigation into power relations, the particularity of the subject and the influence of values and cultures in the experiences and behavior of social subjects. It is assumed that this illegal action takes on a dual strategy: to reproducing a subjection memory of women to men; or, as a creative memory that uses this crime to resist subordinate position that women occupy through history. The methodology proves to be an exploratory study, raising the bibliographic material to assist in building the knowledge of this social reality.

KEYWORDS: Woman. Drug Trafficking. Memory.

**FEMME, TRAFIC DE DROGUE ET MÉMOIRE: ENTREZ DANS LA
SOUSSION ET LA RÉSISTANCE**

RÉSUMÉ:

L'objectif de l'étude présente est de visualiser le phénomène de l'encart de la femme dans le trafic de drogue pour la perspective du genre, par les contributions de la mémoire sociale, ceci tandis qu'un domaine interdisciplinaire qui fait possible les enquêtes sur les relations de puissance, la particularité du sujet et l'influence de valeurs et des cultures dans les expériences et les comportements des sujets sociaux. Il est présumé que cette action illégale assume un couple de stratégie: comme reproduction d'une mémoire de soumission de la femme à l'homme; ou, comme une mémoire créative qui est utilisée de ce crime pour résister au poste de subalternidade que la femme occupe le long de l'histoire. La méthodologie utilisée est révélée dans une étude exploratoire, soulevant le matériel bibliographique qui facilite dans la construction de la connaissance de cette réalité sociale.

Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência

MOTS-CLÉS: Femme. Trafic de Drogue. Mémoire.

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

Recebido em: 15-09-2015

Aprovado em: 23-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

O ESTRANHAMENTO NO SISTEMA CARCERÁRIO DA COLÔNIA CORRECCIONAL DO PORTO DAS PALMAS

*Ana Luiza Castro do Amaral**

*Lobélia da Silva Faceira***

RESUMO:

Em 1908, foi inaugurada a "Colônia Correccional (sic) do Porto das Palmas", considerado o primeiro presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo. A instituição penal, inicialmente, tinha como missão abrigar sujeitos que eram considerados ameaças à sociedade, esses homens, eram condenados pelo Decreto nº 145, de 1893, vulgarmente conhecida como Lei contra vadios, vagabundos e capoeiras. O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo sobre o texto psicanalítico O estranho, desenvolvido por Freud, a nova categoria de sujeitos considerados marginais, surgida a partir do decreto nº 145.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Penitenciário Brasileiro. Estranho. Memória.

Introdução

Através da Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, houve uma necessidade de dar continuidade à reforma no sistema carcerário nacional, iniciada com a implantação do primeiro Código Criminal, de 1830. Para se adequar aos moldes da época, a nova tentativa seria voltada para a recuperação do criminoso e não apenas sua degradação através de castigos corpóreos. As instituições correccionais foram inauguradas no território brasileiro entre os séculos XIX e XX.

Na Ilha Anchieta não foi diferente. Em 1908, foi inaugurada a "Colônia Correccional (sic) do Porto das Palmas", considerado o primeiro presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo. Localizada no litoral norte do estado, a ilha possui uma história extremamente rica, sendo ocupada por diversas comunidades que por ali passaram e palco de eventos que deixaram marcas na memória social nacional. Durante a primeira metade do século XX, abrigou estabelecimento carcerário, que passou por diversas reformas, fechamentos e reaberturas, até que foi desativado definitivamente em 1955.

A instituição penal, inicialmente, tinha como missão abrigar sujeitos que eram considerados ameaças e/ou poderiam causar “mal” à sociedade, esses homens que eram considerados “ociosos” pelas autoridades, eram condenados pelo Decreto nº 145, de 1893, vulgarmente conhecida como Lei contra vadios, vagabundos e capoeiras. O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo sobre o texto psicanalítico O estranho, desenvolvido por Freud, a nova categoria de sujeitos considerados marginais, surgida a partir do decreto nº 145.

Breve histórico da colônia correccional (sic) do Porto das Palmas

Desde o século XVI até os dias atuais, a ilha foi palco de muitos acontecimentos históricos. Inicialmente, entre os anos de 1550, a região de Ubatuba era habitada pelos índios Tupinambás. A ilha tinha o nome de “Pô-Quâ”, que na língua tupi significa “pontuda”, e acredita-se fazer alusão aos dois grandes morros presentes na ilha: Morro do Papagaio e Morro do Farol; era conhecida também como Tapira ou Tapera de Cunhambebe.

Segundo OLIVEIRA (2009, p. 74), acredita-se que o nome “Ilha dos Porcos” foi uma variação adotada pelos portugueses do nome indígena ilha “Pô-Quâ”, já que desde

1600 é possível encontrar a denominação de “Ilha dos Porcos” em documentos cartográficos portugueses e holandeses.

No início de 1900, começam a surgir as primeiras ideias da criação de novos espaços de detenção para o estado paulista. Em 1902, foram autorizadas as construções de uma Colônia Correccional e um Instituto Disciplinar, através da Lei nº 844, de 10 de outubro, projeto do Deputado Cândido Mota; as duas instituições seriam subordinadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (OLIVEIRA, 2009, p. 08). A partir de 1904, se iniciam os preparativos para a implantação da “Colônia Correccional (sic) do Porto das Palmas”, na Ilha dos Porcos. Em 1906, todos os moradores da ilha foram enviados para o continente, quatrocentas e doze pessoas foram desapropriadas para a construção do presídio. No ano de 1907, os primeiros condenados foram transferidos para a Colônia Correccional, ao todo 24 detentos. E, finalmente, em 1908, é inaugurada a Colônia Correccional, destinada aos homens que fossem considerados “vadios” pelas autoridades, de acordo com a Lei Contra os Vadios e Vagabundos, de 1893 (OLIVEIRA, 2009, p. 08). A Colônia Correccional do Porto das Palmas passa a ser o primeiro presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo.

Porém, a colônia penal não durou muito, por ser considerado muito expensivo manter sua manutenção e por não conseguir cumprir com seu objetivo de reeducação e de reabilitação social. Em 1914, a instituição foi desativada e transferida para a cidade Taubaté - SP; pela Lei nº 1.445, de 28 de dezembro. Os detentos que cumpriam pena na ilha foram transferidos para o Instituto Correccional, futura Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, e para a Fazenda Modelo, futuro Instituto de Reeducação de Tremembé, cidade do Vale do Paraíba.

Durante 1920, as instalações da ilha abrigaram um posto de isolamento à epizootia. A instituição coordenada pelo Dr. Oscar Dutra e Silva com auxílio do Sr. Armando Meira Bohn, tinha a finalidade de cuidar da sanidade do rebanho pastoril de todo o estado paulista.

O Instituto Correccional da Ilha Anchieta funcionou até o ano de 1955, passando pela grande rebelião em 1952, e então foi definitivamente fechado pelo Decreto nº 24.906 do governo do estadual de São Paulo, que tinha como líder Jânio Quadros.

O estranhamento no sistema carcerário

Ao longo do século XIX e início do século XX, as unidades carcerárias estavam passando por uma reforma, deixando seu caráter imperialista das conhecidas Casa de

O estranhamento no sistema carcerário da Colônia Correccional do Porto das Palmas

Câmaras e Cadeia, que eram vinculadas a edifícios governamentais, para se tornarem espaços exclusivamente voltados para a reabilitação dos detentos.

As cadeias encontravam-se situadas no centro da vida urbana, ocupando os mesmos prédios que abrigavam as Câmaras Municipais. Os presos não se encontravam isolados nem uns dos outros, nem da população, e fugiam freqüentemente com o suporte que obtinham de fora da cadeia. Segundo relatos de época, o estado das cadeias em todo o país, inclusive nas capitais das províncias, continuava precário. (SANTOS, 2004, p. 143).

As colônias correcionais foram criadas em diferentes locais do Brasil, com a missão de reabilitar os indivíduos que cometessem algum tipo de crime. Dentre os atos criminosos, segundo o Código Penal de 1890, estão presentes a vadiagem e a capoeiragem, e se esses indivíduos repetissem esses crimes seriam encaminhados às colônias penais em ilhas marítimas:

CAPITULO XIII DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes. (Código Penal de 1890).

Posteriormente, outro documento foi publicado que intensificava a condenação de vadio e capoeiras. O Decreto nº 145, em 11 de julho de 1893, a partir da fundação de uma colônia correcional na Fazenda da Boa Vista, no município de Paraíba do Sul/RJ, tornava possível a criação de espaços voltados "para correcção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que foream encontrados, [...]". Além de definir as pessoas que eram compreendidos nessa classe: "Os individuos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistencia, por fortuna propria, ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade". (§ 1º, Decreto nº 145). Essa prática se tornou recorrente, sendo dois dos exemplos mais

conhecidos as colônias de Porto das Palmas, em Ilha Anchieta/SP, e de Dois Rios, em Ilha Grande/RJ.

Contudo, o que gostaria de colocar em cheque é o motivo pelo qual essa "classe" ser passível de punição pela sociedade. Segundo Santos, essa medida foi necessária para a correção dos indivíduos que não optassem por uma vida regrada pelas normas estabelecidas. Os vadios afrontavam a moral e os bons costumes com sua miséria e vícios, enquanto os capoeiras com sua rebeldia representavam uma ameaça à ordem pública. Assim, conseqüentemente, eram colocados "na prisão àqueles que vagavam pela cidade e não tinham 'meios de subsistência', mas não penalizava aqueles que tinham fortuna própria. (SANTOS, 2004, p. 146). Então, eram considerados criminosos os indivíduos que fossem contrários aos bons costumes e ameaçadores com sua rebeldia, mesmo não tendo realizado qualquer tipo de crime. Aqueles que não se encaixavam na sociedade, os outros, estranhos ao cenário urbano, que estava cada vez mais se desenvolvendo.

Em consonância com o pensamento freudiano desenvolvido em seu artigo O estranho, o qual cita Jentsch, precursor dos pensamentos nesse tema, ao atribuir o fator de estranhamento a algo que não se sabia como abordar. Em seu estudo, segue dois rumos para concluir sua pesquisa, o desenvolvimento da palavra (*unheimlich*) ao longo da história, e a utilização de exemplos para definir o que nos causa a sensação de estranhamento. E, após apresentar uma série de exemplos chega a algumas conclusões sobre as origens do sentimento de estranho presente nos indivíduos.

Nesse ponto vou expor duas considerações que, penso eu, contêm a essência deste breve estudo. Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo o afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser algo reprimido que retorna. Essa categoria de coisas assustadoras construiriam então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum outro efeito. Em segundo lugar, se é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho, pode-se compreender por que o uso lingüístico (*sic*) estendeu das *Heimliche* ['homely' ('doméstico, familiar')] para o seu oposto, das *Unheimliche*; pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, é que somente se alienou desta através do processo de repressão. Essa referência ao fator da repressão permite-nos, ademais, compreender a definição de Schelling do estranho como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz. (FREUD, 1976, p. 258)

Seguindo essa linha de pensamento, penso a traçar uma relação entre esta teoria sobre o estranho e o cumprimento da lei em punir os vadios e capoeiras. Deixando claro

que as teorias propostas por Freud, em busca de estudar o psiquismo do homem, terá como objeto de estudo o indivíduo; enquanto esse artigo, levará a teoria do estranho ao extremo, ao ser encaixada no contexto social, na busca pela motivação de punir esses "homens ameaçadores".

No que diz respeito a ameaça exercida pelo estranho, Freud (1976, p. 260) aponta que pode-se falar de "uma pessoa viva como estranha, e o fazemos quando lhe atribuímos intenção maldosa". Mas não é tudo; além disso, devemos sentir que suas intenções de nos prejudicar serão levadas a cabo.

A construção da identidade do estranho ocorre a partir de três vertentes: recalque, projeção e repetição. No recalque, há a identificação do que não diz respeito a "nossa identidade", um mecanismo defensivo que visa retirar da consciência um desejo imoral ou incompatível com a moralidade. Na projeção, ocorre a criação do outro ou duplo, quando se cria o "eu" através do ato de projetar o ruim em si na figura do outro. Já a repetição se caracteriza na ênfase no estranho do outro, tendemos a nos encontrar novamente em situações de desconforto e ansiedade, como se perdidos em uma floresta com um nevoeiro na qual retornamos sempre para a mesma clareira, a partir de um estímulo que nós remeta o que nos amedronta. Porém, é importante ressaltar que:

É evidente, portanto, que devemos estar preparados para admitir existirem outros elementos, além daqueles que estabelecemos até aqui, que determinam a criação de sensações estranhas. Poderíamos dizer que esses resultados preliminares satisfazem o interesse psicanalítico pelo problema do estranho, e que aquilo que resta pede provavelmente uma investigação estética. Isto, porém, seria abrir a porta a dúvidas acerca de qual seja exatamente o valor da nossa argumentação geral, de que o estranho provém de algo familiar que foi reprimido. (FREUD, 1976, p. 264)

Através de um diálogo, Paul Ricoeur e Jean Daniel, destacam a estranheza do estrangeiro. Jean Daniel (1999, p. 13) inicia o debate atentando para o fato de a estranheza poder constituir fascinação, dando o exemplo da dupla natureza humana e divina de Jesus Cristo na religiosidade, ou pela aversão, com a seguinte frase "se ele não é eu, quero ou que se torne, ou que desapareça". Ricoeur (1999, p. 13) chamando a atenção que, dentro do imaginário dos indivíduos, o estrangeiro poderia ser comparado a um lugar vazio: "Sabemos a quem pertencemos, mas não sabemos a quem são os outros em suas terras".

Os autores dão segmento avaliando o estrangeiro, a partir do tema religiosidade, afirmando o potencial de conflito das relações humanas, e criticam o culto do absoluto proporcionado pelos religiosos, que traz consigo formas de exclusão e

racismo, de rejeição, de exclusão. Pode-se, então, traçar um paralelo entre as religiões e as classes sociais, ambas voltadas para o absoluto, já que a divisão na sociedade também reforça as diferenças e estabelece fronteira, o que acaba gerando rejeição e recusa.

Essas divisões e segregações estão intimamente ligadas com a formação de grupos sociais, de coletivos que dividem uma identidade. Nossos sentimentos de familiaridade e estranhamento se mantêm no fato de estarmos ligados a uma classe, família ou nação. Porém, há cada vez mais casos onde o sentimento de estranheza aparece em conflitos civis sobre igual e não sobre diferença, como aponta Jean Daniel (1999, p. 16) e completa Ricoeur: "as minorias dentro das minorias são terríveis". Essa "diminuição" dos grupos potencializa o poder das diferenças, tornando o estranho cada vez mais distante.

PR: Produz-se uma supervalorização das diferenças sutis. Quanto mais nos aproximamos do microscópico, mais elas se tornam simbolicamente carregadas. É muito perturbador. Provavelmente porque o diminui com a minoria das minorias é a amplitude asseguradora do pertencer. Então, com o encolhimento do grupo a que pertencemos, aproximamo-nos do ponto limite em que as pessoas são insubstituíveis, então a diferença sutil torna-se diferença quase absoluta [...]

JD: Isso não é tão sensível para o indivíduo quanto para o grupo. Aqueles que sentem isso não são pessoas que se assumem como indivíduos. São pessoas que dizem: "Ele não faz parte do nosso grupo." Quanto mais minoritário é o grupo, mais ele se sente estrangeiro, mais ele se afirma. (DANIEL ET RICOEUR, 1999, P. 17)

Assim como no caso dos vadios e capoeiras, muitas vezes há um movimento para segregar, suprimir aquelas presenças indesejáveis, principalmente dentro do sistema prisional, como aponta Farias (2015, p.89), a segregação e o enclausuramento:

"[...] continuam sendo considerados pela sociedade e consagrados pelo poder judiciário como a forma mais eficaz e legítima de punição". Retirar essas pessoas estranhas do convívio público traria um certo alívio e uma garantia que a moral e os bons costumes, que "caracterizam" as sociedades não corressem o risco.

PR: [...] Em condições particulares, sociais ou outras, quando não podemos culpar nem Deus nem as instituições pelo mal que sofremos, a estranheza do estrangeiro torna-se insuportável, sendo valorizada com o procedimento do bode expiatório. Um único ser, um único grupo, uma única raça são estranhos e bastaria suprimi-los para que a estranheza desaparecesse com o mal. Trata-se de uma tentação ainda maior na medida em que a "expiatorização" do estrangeiro permite recuperar uma identidade coletiva, a qual, como a identidade pessoal, é algo incrivelmente frágil. [...] (DANIEL ET RICOEUR, 1999, p. 22)

Seguindo esse pensamento de Ricoeur, e partindo da suposição de Jean Daniel (1999, p. 16) de que os processos de exclusão e afirmação das raízes fazem parte do homem: "Assim que o "eu" é definido pelo "não-eu"; tudo o que é "não-eu" torna-se agressivo. Penso que enquanto "sociedade em processo de construção", o sistema carcerário brasileiro necessitava do fortalecimento de sua identidade coletiva. Naquele momento, era um país independente regido por uma república, e a minoria dominante tentou suprimir os indivíduos agressivos que não eram adequados para aquele cenário. Ação que se perpetuou ao longo do desenvolvimento penal do Brasil, cenas e condenações que partem das diferenças mínimas, do sentimento de estranhamento são, infelizmente, ainda muito comuns.

Considerações finais

Concluimos no presente trabalho, que o que acontece no sistema penitenciário brasileiro atual não se mostra muito diferente do que no passado. Ainda se encontra presente a constante segregação de determinados segmentos da população e a criminalização de parte da sociedade que se encontram socialmente desfavorecidos.

O que vemos hoje na mídia, nas políticas de governo e nas manifestações sociais, é um clamor pela punição incondicional da população pobre, dos negros, dos favelados, dos desempregados, ou seja, de todo aquele que representa uma ameaça à ordem social constituída. [...] Se, por um lado, vemos crescer as práticas coercitivas por parte do Estado, por outro, não percebemos uma preocupação desse mesmo Estado, com a identificação e tratamento das causas do aumento da criminalidade violenta e com punição dos verdadeiros criminosos e corruptores da ordem social. Infelizmente, as estratégias empregadas [...] estão longe de serem eficazes; [...], sendo muito mais estratégias militares de controle das massas populares, vazias de caráter social." (LEMOS, 2015, p. 63)

A prisão é uma instituição que se espelha na sociedade e no meio político-administrativo do território em que se encontra. Em nosso país, ela nasce em meio a desorganização e dominação de poder. Desde sua origem em estados brasileiros, a prisão cumpriu sua missão de controlar a liberdade e acesso de indivíduos estranhos aos demais, que fossem contrários aos bons costumes e ameaçadores com sua rebeldia, criaturas potencialmente perigosas. Porém, onde se dá a origem desse estranhamento?

Deixando claro de que este trabalho se limita a uma proposta e que o assunto necessita de um aprofundamento posterior. É o recalque, o que não faz parte do "eu", o "não-eu" que ameaça a estabilidade e permanência da insubstituível identidade que

caracteriza o grupo do qual faço parte, que movimenta parte da lógica do sistema carcerário. Fica claro que o grupo que detém o poder segrega indivíduos não eram adequados para o cenário público-social. Ação que se perpetuou ao longo do desenvolvimento penal do Brasil. Anteriormente, os indivíduos estranhos eram vadios e capoeiras, atualmente, o estranho se tornou o pobre menor de idade.

Referências:

DANIEL, Jean et RICOEUR, Paul. (1999) “Diálogo: A estranheza do estrangeiro” In: Café Philo: as grandes indagações da filosofia. Tradutor: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FARIAS, Francisco Ramos de. (2015) “Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário” In: FARIAS, Francisco Ramos de et FACEIRA, Lobelia da Silva (orgs.), Punição e prisão: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FREUD, Sigmund. (1990) “O Estranho” In: Edição standart brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud – Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos. Volume 17. Rio de Janeiro: Imago.

LE MOS, Amanda dos Santos. (2015) “Criminalização da pobreza e a culpabilização do pobre.” In: FARIAS, Francisco Ramos de et FACEIRA, Lobelia da Silva (orgs.), Punição e prisão: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

OLIVEIRA, Samuel Messias de. (2009) Ilha Anchieta: rebelião, fatos e lendas. 4º edição. Pindamonhangaba: Gráfica Viena.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. (2004) A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era República. In: Revista Topoi. Volume 05, número 08. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi08.htm [Acessado em 16 de julho de 2015]

O estranhamento no sistema carcerário da Colônia Correccional do Porto das Palmas

BRASIL, Decreto nº 145, de 11 de julho de 1893. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html> [Acessado em 16 de julho de 2015].

BRASIL, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> [Acessado em 16 de julho de 2015].

**ESTRANGEMENT IN THE PRISON SYSTEM OF CORRECTIONAL PORTO
DAS PALMAS**

ABSTRACT:

In 1908 , it opened a "Colony Correctional of Porto das Palmas", considered the first maximum security prison in the state of São Paulo. The penal institution initially had the mission of harboring individuals who were considered threats to society, these men were condemned by Decree n° 145, 1893, commonly known as the Law against vagrants, vagabonds and capoeiras. The objective of this work is to conduct a study of the psychoanalytic text *The strange*, developed by Freud, the new category of subjects considered marginal, arising from Decree n° 145.

KEYWORDS: Brazilian Prison System. Strange. Memory.

**ESTRANGEMENT DAS LE SYSTÈME PÈNITENTIAIRE DE LA COLONIE
PÈNITENTIAIRE DE PORTO DAS PALMAS**

RÉSUMÉ:

En 1908 , elle a ouvert un "Colony Correctionnel du Porto das Palmas", considérée comme la première prison de sécurité maximale dans l'état de São Paulo. L' établissement pénitentiaire avait initialement la mission d'héberger les personnes qui ont été considérées comme des menaces pour la société, ces hommes ont été condamnés par le décret n° 145, 1893, communément appelée la loi contre les vagabonds, les vagabonds et capoeira. L'objectif de cette étude est de mener une étude sur le texte psychanalytique *L'étrange*, développé par Freud, la nouvelle catégorie de sujets considéré comme marginal, découlant de décret n° 145.

MOTS-CLÉS: Système Pénitentiaire Brésilien. Étrange. Souvenir.

O estranhamento no sistema carcerário da Colônia Correccional do Porto das Palmas

Recebido em: 08-09-2015

Aprovado em: 18-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

Psicanálise&Barroco em revista

(ISSN:1679-9887)

www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

Editorial – Revista v. 13 n. 02

Em tempos conturbados no cenário político, econômico, ético, social, tanto em termos nacionais quanto internacionalmente, chegamos a mais uma edição de Psicanálise e Barroco em Revista, motivados a focalizar nesse número a temática que articula subjetividade e cultura. A Jornada da linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO, ocorrida no segundo semestre desse ano, corroborou com alguns dos artigos aqui selecionados. Como forma de costurar esses dois campos, a subjetividade e a cultura, partimos da memória e mais, da memória como lugar de produção de resistências e permanente atividade criativa. Assim, é com grande prazer que apresentamos nesse número, essa nova seleção de artigos.

Devemos ressaltar que a resistência é aqui concebida não apenas como um ato de revolução ou ruptura, mas como um ato inventivo, que se faz sempre que nos apropriamos das regras e costumes vigentes, mas não passivamente, e sim de uma maneira própria e criativa que os subverte, dando origem a algo, até então, inédito.

A memória perpassa todas as construções humanas, logo, todas as instituições se originam, se estruturam e se mantêm a partir de determinadas construções sociais de memória. O artigo **“Sistema prisional, memória e relação de poder”**, de Vivian Freitas De Mell e Lobélia da Silva Faceira, apresenta o sistema penitenciário brasileiro, como uma instituição social com viés, predominantemente, conservador, disciplinador e punitivo e a memória inserida nas relações de poder como instrumento de repressão e/ou resistência. O estudo respalda seu debate teórico a partir de Erving Goffman, Michel Foucault, Michael Pollak e da legislação específica do âmbito da execução penal, sendo a Lei de Execuções Penais.

Discutir as relações de poder e a memória que constitui a organização penitenciária no Brasil, é também liberar vias de repressão, e favorecer estratégias de resistência, e nesse sentido, o artigo **“O estranhamento no sistema carcerário da colônia correcional do Porto das Palmas”**, de Ana Luiza Castro do Amaral e Lobélia da Silva Faceira, versa sobre o primeiro presídio de segurança máxima do estado de São Paulo criado em 1908 para abrigar

os condenados pelo Decreto nº 145, de 1893, vulgarmente conhecida como Lei contra vadios, vagabundos e capoeiras. Era destinado à correção dos indivíduos que não optassem por uma vida regrada pelas normas estabelecidas, sendo os vadios aqueles que afrontavam a moral e os bons costumes com sua miséria e vícios, enquanto os capoeiras eram os que com sua rebeldia representavam uma ameaça à ordem pública. Retomando os escritos de Freud sobre o estranho, o autor nos relembra que o “eu”, enquanto uma unidade identitária é construído em oposição ao “não eu”, ou seja, aquilo que não reconheço como parte de mim, é logo excluído, segregado do meu eu, e se torna uma fonte para a qual posso dirigir minha agressividade. Anular a diferença, o estranho, o vagabundo que há em cada um de nós, é também gerar rejeição e recusa, de forma que essas divisões e segregações estão intimamente ligadas com a formação de grupos sociais e de coletivos identificatórios. O sistema prisional aparece assim como lugar de segregação e exclusão, e não de reabilitação, resistência ou ampliação de possibilidades.

Ainda abordando o sistema carcerário, Sebastião Cesar Meirelles Sant’Anna, no artigo **“Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão”**, discute a questão do transexual privado de sua liberdade, e a negação por parte do sistema carcerário em acolher sua identidade de gênero. Esses sujeitos precisam se adequar às normas institucionais estabelecidas, que os tratam a partir do seu sexo biológico, proibindo que mantenham seus caracteres sexuais secundários focados no sexo oposto. Sendo assim, não há o reconhecimento de seus parceiros sexuais, e conseqüentemente lhes são negadas as visitas íntimas e direitos concedidos a casais heterossexuais, bem como a manutenção dos cabelos longos dentre muitas outras privações. Esse ensaio tem como mote os parâmetros de acolhimento LGBT em privação de liberdade, o que o leva a discutir a transexualidade e a formação de gênero e orientação sexual a partir da subjetividade e da cultura que acolhe cada sujeito, e não de sua condição anatômica.

A sexualidade como um lugar de construção social, implica sempre em uma ação inventiva, nesse sentido, O artigo **“Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência”**, de Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira trata do fenômeno da inserção da mulher no tráfico de drogas pela perspectiva do gênero, evidenciando que esta ação ilegal assume uma dupla estratégia: como reprodução de uma memória de sujeição da mulher ao homem; ou, como uma memória criativa que se utiliza deste crime para resistir à posição de subalternidade que a mulher ocupa ao longo da história, valendo-se do tráfico como uma estratégia inventiva.

Ainda partindo do lugar conferido à mulher no discurso social, Vanessa Ferreira Gomes da Silva e Lobélia da Silva Faceira, no texto **“Mulheres iguaçuanas: entre o jurídico e o social”** aborda o conceito de violência conjugal, e faz uma discussão sobre a judicialização nas relações sociais, utilizando reflexões de Bourdieu, e Debert sobre o poder judiciário e os movimentos sociais, para analisar as políticas públicas e sua contribuição para a garantia de direitos avaliando o perfil das estruturas da rede de atendimento, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013 (IBGE) e dados institucionais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense para combater a violência contra a mulher no município. O Estado e suas políticas de atendimento à mulher poderiam ser uma via importantíssima de resistência, empoderamento e criação de novos lugares para a mulher na cultura, de forma que é essencial pensar e rever essa estrutura.

“Sons e afeto: trilhas para a produção de novas memórias na clínica da musicoterapia”, de Adhara Pedrosa e Jô Gondar, também partem de uma experiência no campo da saúde pública, mas especificamente, da saúde mental, contudo, propondo a musicoterapia como estratégia de intervenção. Diante de experiências traumáticas de dor, a sonoridade aparece como uma importante via de construção de sentidos e de novas memórias para estas experiências. Propõe-se a existência de uma memória não-representacional, de ordem corporal, caracterizada como fundamento inicial para a produção de memórias e de grandes mudanças subjetivas.

Ainda pensando nos dispositivos de saúde e políticas públicas, Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano no artigo **“A escuta como estratégia de resistência política”**, apontam a escuta psicanalítica como uma importante estratégia de resistência inventiva diante dos discursos generalizantes que muitas vezes se impõem na cultura. Dar a um sujeito a possibilidade de se escutar, escutar sua própria fala, e se responsabilizar pelo seu modo de produção de vida, coloca-se como uma intervenção política preche de efeitos na sociedade.

Também partindo da escuta analítica como estratégia de resistência, o artigo **“A medicalização do mal-estar: a escuta psicanalítica como um modo de resistência”**, de Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli, analisa a teoria freudiana sobre a constituição do psiquismo, situando o lugar do Outro como ponto de origem do aparelho psíquico e apresentando uma visão sociológica da pós-modernidade e suas principais características, para a partir daí travar um debate sobre a medicalização do sujeito pós-moderno como tentativa de calar o mal-estar que lhe é constituinte. Nesse contexto, a escuta psicanalítica

surge como lugar de oposição à tentativa de calar o sujeito, evidenciando as denúncias que ele pode fazer ao campo da cultura com o seu próprio sofrimento.

Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano, no artigo **“O belo desejo da psicanálise”** traçam uma relação entre a questão do belo e do desejo a partir da ética da psicanálise. Ao considerar que a ética da psicanálise convoca ao comparecimento da causa do trauma, então é necessário recorrer ao véu do belo para que esta posição ética seja sustentável. O belo é aquilo que vela o inominável do desejo, a falta de objeto. Freud e Lacan localizam o belo, não como fuga, mas como participe da irrepresentabilidade da morte, uma forma de expressá-la. Assim, o belo também configura-se como uma forma de resistência frente ao horror da condição traumática e da barbárie.

Referindo-se também a dimensão do trauma, o artigo **“Pequenas memórias e o trabalho do trauma”**, Sonia C. de S. F. M. Maia e Jô Gondar partem do referencial psicanalítico para articular o termo pequenas memórias com a categoria do trauma. Privilegia assim, dentro da psicanálise, a ideia do fragmentário e a memória fora das representações, para tal, parte especialmente dos estudos de Sandór Ferenczi, e de sua articulação com Walter Benjamin, principalmente no que toca seu posicionamento frente às catástrofes e aos restos e fragmentos por ela deixados.

Passamos da realidade fragmentada do trauma, para os fragmentos que constituem a imagem cinematográfica. O ensaio **“Hollywood e sua metamemória cinematográfica”** de Isabela Gonçalves Farias e Lobélia da Silva Faceira evidencia que as impressões das imagens capturadas, estáticas pela fotografia, ou em movimento no cinema, formam um conjunto, histórico, representativo, interpretativo, narrativo e imaginário acerca dos fatos ocorridos, que surgem, de alguma forma, retratados por lentes óticas e olhares, com o intuito de capturar da realidade, um de vários arranjos e montagens imagéticas, para sustentar determinada versão da história. As imagens, com seus recortes, tem o poder de levar significações a acontecimentos, e produzir uma determinada temporalidade classificada por nós de maneira cronológica em passado, presente e futuro. De forma que o virtual dá corpo, tempo e vida constituindo uma determinada realidade.

Se o cinema tem o poder de fazer viver uma realidade, o artigo **“Remakes cinematográficos: a violência em uma cultura da cópia no século XXI”** de Johanna Gondar Hildenbrand e Francisco Ramos de Farias, analisa a exacerbação de uma violência estética na prática dos remakes e discute o consumo de imagens violentamente impostas no

que Andreas Huyssen chamou de “cultura da cópia”, investigando as consequências que essa imposição, traz para a construção de nossa memória, através da imagem.

Se a exposição à violência é uma questão contemporânea, a aceleração do tempo também o é. O artigo **“Rememoração produtiva ou criativa?: reflexões sobre as interfaces entre memória, criação e aceleração temporal”** de Renée Louise Gisele da Silva Maia, aponta que a aceleração do tempo vivida pelas sociedades ocidentais contemporâneas impõem uma condição paradoxal à relação entre tempo e memória. Para discutir a articulação entre velocidade, rememoração e criação, a autora também dialoga com Andreas Huyssen, além de se valer da filosofia intuicionista de Henri Bergson, e de posicionamentos de Baudelaire.

Fechamos nossa edição com o artigo **“O desenvolvimento entre a intuição e a inteligência: uma breve captura do que há de político no pensamento de Bergson”** de Pedro Augusto Boal Costa Gomes e Jô Gondar, que defende uma perspectiva política para o pensamento de Henri Bergson. O autor aponta que, embora o pensamento de Bergson seja estranho à teoria política, há uma possível apropriação política de sua obra através do desacordo entre as duas faculdades humanas enunciadas por Bergson, a intuição e a inteligência. A teoria de Jacques Rancière acerca da “partilha do sensível” parece fornecer os conceitos chaves para tal apropriação.

Convidamos todos os nossos leitores a saborearem essa edição, e esperamos que a leitura possa produzir efeitos de uma resistência subversiva e criativa!

© 2015 *Psicanálise & Barroco em revista*
www.psicanalisebarroco.pro.br
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.
Memória, Subjetividade e Criação.
www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php
revista@psicanalisebarroco.pro.br / www.psicanalisebarroco.pro.br/revista

SISTEMA PRISIONAL, MEMÓRIA E RELAÇÃO DE PODER

*Vivian Freitas De Mello**

*Lobélia da Silva Faceira***

RESUMO:

O artigo tem a proposta de estudar a memória social e o sistema penitenciário brasileiro, considerando a prisão como uma instituição social com viés, predominantemente, conservador, disciplinador e punitivo e a memória inserida nas relações de poder como instrumento de repressão e/ou resistência. O estudo respalda seu debate teórico a partir de Erving Goffman, Michel Foucault, Michael Pollak e da legislação específica do âmbito da execução pena, sendo a Lei de Execuções Penais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Penitenciário Brasileiro. Lei de Execuções Penais. Memória.

* Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: vivinhanello@ig.com.br/Telefone: (21) 98839-6940

** Doutora em Educação pela PUC-RJ. Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO. Pesquisadora e vice-coordenadora do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas Sobre Violência, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. E-mail: lobeliasfaceira@yahoo.com.br

Introdução

O interesse em discorrer sobre essa temática foi a partir da inserção acadêmica da discente, no campo da experiência, em uma instituição do sistema sócio-jurídico, que é composto, essencialmente, pelo Ministério Público; Juizado da Infância, da Juventude e do Idoso; Sistema de Medidas Sócio-Educativas; e Sistema Penitenciário, sendo este último o campo de análise deste.

O artigo tem como objeto de estudo analisar a prisão como uma instituição social com viés conservador e positivista e a memória inserida nos diferenciados espaços sendo perpassada pelas relações de poder como instrumento de dominação e/ou luta.

A memória social é compreendida como um conjunto de significados, criados e produzidos tanto na esfera subjetiva, quanto nas relações e no contexto social. Neste sentido, a mesma é uma construção processual, onde o sujeito reconstrói o passado com base nas questões relacionadas à sua subjetividade e sua perspectiva presente. Conseqüentemente, a concepção de memória social não deve se restringir à esfera por meio da qual uma sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente com o seu passado, ou seja, o modo pelo qual os sujeitos sociais representam a si próprios e as suas relações sociais.

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-la a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito (GONDAR, 2005, p. 26).

O artigo busca compreender a prisão como instituição social no âmbito da sociedade capitalista, considerando a memória social como uma construção do homem (de maneira individual e coletiva) realizada no contexto das relações sociais existentes.

Este estudo foi fundamentado, a partir da leitura de obras de autores, como: Michel Foucault (1974, 1987, 2010), Erving Goffman (1974,1978), Michael Pollak (1989), entre outros conceituados. Além, do estudo da legislação específica do sistema prisional brasileiro, que é a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210/1984).

Para abordagem deste tema, este estudo está segmentado em duas partes distintas: em um primeiro momento apresentaremos de maneira concisa como ocorreu a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle e quais foram os embates e impactos na sociedade; destacando, os mecanismos de punição nos diferentes contextos

históricos e sociais. Posteriormente, apresentamos um debate sobre a instituição prisional e sua relação com os aspectos da memória, salientando o cenário brasileiro; e, compreendendo a memória social como um campo de estudo dos processos contraditórios da vida social, sendo perpassado pelas relações de poder, pela produção da lembrança e esquecimento dos sujeitos sociais.

Os impactos no processo de transitoriedade da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e a construção histórica dos métodos punitivos

A sociedade disciplinar era um modo de configuração social entre os séculos XVII e XIX que começou a se organizar na Europa com o fim do antigo regime existente na época. Esta acontecia dentro de “muros invisíveis”, como por exemplo, nos espaços da família, da escola, da igreja e da fábrica onde ao mesmo tempo em que se afirmava a disciplina também se declarava a revolta.

São caracterizadas pelo agenciamento do poder disciplinar e do poder biopolítico, porque cada instituição (citada acima) possuía leis específicas em que o sujeito estava submetido a determinadas normas onde este era formado pelo mecanismo de moldagem que tinha como traço possuir uma identidade duradoura, com isso, segundo Foucault (2010) cortava-se o poder de virtualidade deste.

Na sociedade disciplinar, tanto a história quanto a memória (principalmente, corporal) eram geradas a partir da disciplina que moldavam os corpos ao construírem os novos hábitos, dessa maneira a memória era pensada como arquivo, de forma concreta e/ou abstrata, sendo armazenada e disciplinada.

Ou seja, na sociedade disciplinar as relações de poder, essencialmente, no âmbito prisional, eram particularizadas pela correção, controle e vigilância do sujeito que cometeu algum ato infracional, não somente na tentativa de torná-lo um corpo dócil, mas também a sua capacidade intelectual com o propósito de aliená-lo onde deveria apenas se sujeitar e cumprir com as regras de conduta impostas.

Após esse período, há uma “modificação” da sociedade disciplinar para a de controle que consiste no rompimento dos muros que não são vistos entre as instituições onde a revolta é cogitada de uma maneira diferenciada.

Esse episódio transitório da sociedade disciplinar para a sociedade de controle não pode ser facilmente deduzido das transformações do capitalismo (que surgiu no século

XIX), mas sim deve ser compreendido a partir da potência e força da multiplicidade, pois ambas possuem valores distintos.

Na sociedade de controle, a memória é pontual dada a partir de encontros e, em todo instante, passível de ser substituída onde se valoriza a tensão sobre esta (memória) que não contém uma história específica, mas na verdade ocorre de uma forma independente, visto que as opiniões dos sujeitos são sempre contraditórias.

Logo, a sociedade de controle é composta por modulações autodeformantes que mudam continuamente onde suas técnicas de poder são o controle: da opinião, da linguagem, da circulação do saber, entre outras.

Contudo, podemos afirmar que não há uma substituição de uma sociedade por outra (disciplinar para de controle), porque há modos de produção tanto disciplinar quanto controlador que existem simultaneamente lado a lado. Neste sentido, torna-se relevante abordar a trajetória das práticas punitivas como construções sociais dos modos de produção e estruturação da sociedade.

No que tange ao processo histórico das práticas punitivas, segundo Foucault (1987) analisa, no século XVIII, o sujeito considerado criminoso por praticar condutas desviantes tinha como punição o suplício do seu corpo através de práticas de tortura e castigos corporais, podendo haver até pena de morte, sendo exposto em espaços públicos, por exemplo: praças, servindo de exemplo aos demais, caso se afastassem das normas estabelecidas onde havia uma proporcionalidade entre o grau de sofrimento com a gravidade do crime cometido, ou seja:

Uma pena, para ser suplício deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar: a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente a privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos [...] Além disso, o suplício faz parte de um ritual (FOUCAULT, 1987, p.31).

O suplício era uma prática que produzia uma certa quantidade de sofrimento de forma regulada e calculada onde tal processo punitivo ocorria de forma pública (exposta) sendo um “espetáculo” à todos os sujeitos como uma espécie de cerimônia cruel, desumana e de violência.

Neste modelo feudal, o crime era visto como pecado ou falta moral e religiosa e o sujeito que o cometesse tinha o seu corpo como objeto de punição onde as penas que eram caracterizadas como “espetáculo” de execução penal variavam de acordo com os costumes, a natureza dos crimes, e especificamente, pelo status do condenado.

Posteriormente, no século XIX, o controle social dos corpos tinha o objetivo de corrigir, capacitar, (re) formar e desenvolver aptidões aos sujeitos que cometeram algum ato infracional. E foi nesse contexto histórico, em que deixa de existir o domínio sobre o corpo na forma de suplício e a prática punitiva se configura em um novo tipo de repressão, muito mais no aspecto moral e social do que físico saindo dos espaços públicos e sendo introduzida nos espaços privados, ou seja, a prisão propriamente dita com a intenção de enclausurar. Com isso:

A punição vai se tornando, pois a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída a sua fatalidade, não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada ao seu exercício (FOUCAULT, 2010, p.14).

Nesse contexto punitivo, começa uma reorganização teórica da lei, modificando os processos de punição e também a forma de se pensar a conceitualização sobre crime (e criminoso), baseada no princípio de que o crime não está mais associado ao pecado ou como uma indisciplina religiosa, mas sim como um dano/problema social onde, de acordo com Foucault (1974, p.64), o sujeito considerado criminoso “[...] é aquele que danifica ou perturba a sociedade. [...] é o inimigo social.”, por isso, afirmamos que o crime é algo construído socialmente.

Resultante desse processo histórico ocorre o surgimento e generalização da instituição penal no final do século XVIII e início do século XIX sendo apresentado como uma proposta “mais humana e inovadora” de tratamento da criminalidade.

Com isso, a prisão, em seu início, detinha de uma construção arquitetônica, elaborada por Jeremy Bentham, sendo denominada panóptico (ou panoptismo) que se referia a uma estrutura em anel com uma imensa torre ao centro e com celas ao retorno (em volta) tendo somente duas janelas permitindo que um único olhar percorresse, ou seja, “vigiasses” a maior quantidade de celas possíveis. Desta maneira:

O panoptismo [...]. É uma forma que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este triplice aspecto do panoptismo-vigilância, controle e correção- parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 1974, p.103).

Conforme Foucault (1974), o panoptismo era um modelo eficaz e ideal de prisão, porque permitia a disciplinarização do preso de modo que houvesse um poder “invisível”. Esta disciplina, propositalmente, fabricava corpos dóceis que eram controlados, submissos e exercitados. Logo, este (modelo panóptico) produzia o sujeito a partir de três dispositivos tanto no espaço prisional como dentro de uma sociedade, que resumia-se: a norma, a vigilância e o exame.

A execução deste modelo arquitetônico ocorreu devido ao surgimento da sociedade estatal onde o Estado se apresentou como uma disposição social e espacial dos sujeitos em que todos eram (ou melhor, dizendo estão) subordinados a instrumentos normativos, de vigilância e as intensas relações de poder existentes não apenas no espaço prisional como na sociedade de modo universal.

Por isso, ratificamos que o poder é sempre estabelecido através de uma relação entre forças (opostas ou não, necessariamente) existentes nas relações sociais onde ao mesmo tempo em que o poder, a dominação e a hierarquização instituem autoridade também reproduzem a revolta entre os sujeitos, evidenciando que o poder está presente em todas as relações sociais.

A instituição prisional e a memória: aspectos do cenário brasileiro

A prisão é caracterizada, no presente artigo, como uma instituição social que se caracteriza por ter um viés conservador, positivista e punitivo que prima pela permanência da ordem, do controle e da disciplina dos sujeitos que ali se encontram encarcerados, numa perspectiva funcionalista.

Os sujeitos ao se inserirem em uma unidade prisional estão submetidos a regras e princípios pré- estabelecidos e determinados por esta instituição onde são controlados a todo o instante no desenvolvimento de suas funções, como por exemplo, horário para: se alimentar, tomar banho de sol, receber visita, acordar e dormir, entre outras.

Além de padronizá-los com vestimentas (roupa), corte de cabelo, comportamento e aparências iguais, com o objetivo de que percam suas identidades e seus nomes sendo reduzidos, simplesmente, a códigos/ números, tal processo é intitulado, segundo Goffman (1974), como “mortificação do eu” que possui como finalidade intrínseca o aniquilamento da subjetividade destes.

Ademais, a unidade prisional (no instante do ingresso), ocasionalmente, busca ocultar e apagar a memória e experiências destes sujeitos vivenciadas no espaço extramuros, uma vez que são considerados perigosos.

Assim que os sujeitos se inserem no sistema penitenciário são rotulados e estigmatizados como presos ou ex-presos por toda sua existência de vida, seja dentro do cárcere como após o período de reclusão, em liberdade, mesmo depois do cumprimento da pena deferida pelo poder judiciário, tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil que não disponibilizam possibilidades, oportunidades e acessibilidades destes se (re) inserirem no convívio social, e devido a tais fatores, esses sujeitos tem a pretensão de tentar esquecer, esconder e silenciar as suas histórias e os seus passados. Para Pollak (1989), esse método utilizado é uma forma destes não sofrerem com uma lembrança traumatizante, logo há uma contradição constante entre lembrança e esquecimento.

Goffman (1978) define o estigma sendo algo reconhecido socialmente como uma imperfeição (defeito) do sujeito acarretando, conseqüentemente, em sua depreciação/desvalorização. Este (sujeito) é humilhado, rotulado e estigmatizado pela sua ausência de características específicas consideradas como essenciais, corretas e valiosas pelo Estado, sociedade civil e/ou grupo.

Dessa maneira, o estigma pode atingir tanto um sujeito como todo um grupo sendo também um importante recurso para se entender a discriminação e o preconceito existente, ou seja, segundo o autor explicitado acima, o estigma é um “atributo que o torna diferente dos outros [...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estranha e diminuída” (1978, p.29).

Imprescindível refletir que, para alguns presos, a experiência durante sua inserção no cárcere pode contribuir, no que se refere à resignificação de seus passados e ponderação (reflexão) do futuro que desejam, através da memória (pois, a memória é produzida a partir das relações e valores destes, ou seja, tanto de maneira subjetiva quanto coletiva), contudo tal ação é perpassada pela disputa de variados valores e hábitos. Esse processo pode ocorrer de forma silenciada ou não.

Outra questão relevante para a reflexão é o fato de que os presos são submetidos ao cumprimento das normas institucionais, mas, como toda e qualquer relação é política e de poder, também entre o segmento dos presos existem leis internas, códigos específicos e outros módulos de identificação. Logo, analisamos que o poder é sempre

uma relação entre forças, sejam essas convergentes ou divergentes, que se encontra presente nas relações sociais.

A prisão e outras instituições sociais são atravessadas pelo controle, ordem, disciplina e relações de poder. Tais relações de poder se exercem na medida em que existe uma diferença entre forças, por isso são instáveis, potenciais, virtuais, não localizáveis e não estratificadas. Assim sendo, a prática do poder está vigente em todas as relações onde do mesmo modo que pode ser empregado como aparelho de opressão/dominação, também pode ser utilizado como mecanismo de resistência.

No cenário brasileiro, as prisões foram criadas com a finalidade de domesticar os corpos para a execução de atividades laborativas sob a ótica da disciplina e do controle com o propósito de mão-de-obra barata e também para “reformatar” moralmente o sujeito condenado.

No que tange a conjuntura atual, podemos verificar que essa lógica perpetua de forma íntegra, além de funcionar como instrumento de segregação social e classista sobre esses sujeitos. Entretanto, a unidade prisional dissemina o pseudodiscurso que está preocupada e interessada com o processo de (re) inserção social dos mesmos.

O sistema penitenciário brasileiro é regido por uma política de execução penal sendo, portanto, elaborada a Lei de Execuções Penais (LEP)ⁱⁱ que se refere à primeira legislação em nível federal, onde em seus dispositivos, define como deve ser efetivado o cumprimento da pena de reclusão apontando os direitos e deveres dos presos, ou seja, além de definir como será cumprida a sentença tem o objetivo também de proporcionar possibilidades para que esses sujeitos, durante sua inserção na prisão, venham a se (re) integrar socialmente tanto intra quanto extramuros.

Não podemos negar a criação indispensável desta legislação para a política de execução penal brasileira, entretanto, vemos na realidade da população carcerária que esta não é aplicada em sua totalidade, livrando-se de propiciar condições que garantiriam os direitos dos presos expostos na mesma devido às suas falhas estruturais.

É preciso perceber que as legislações são decorrentes do processo de construções sociais, entretanto sua aplicabilidade se dá de forma diferenciada entre as classes sociais, como exemplo, a pena através da reclusão em uma instituição prisional se mostra mais aparente contra os delitos cometidos por atores sociais pertencentes das classes socialmente exploradas.

Esses são o alvo de preferência do sistema penal onde pode-se definir que a maioria dos sujeitos presos é categorizada em homens, pobres, negros, jovens e com baixo nível

de escolarizaçãoⁱⁱⁱⁱ, mas tal fato não se dá porque tenham disposição (tendência) para a “delinquência”, mas sim porque são estereotipados como sujeitos “delinquentes” e “perigosos”, logo conclui-se que a prisão é seletiva.

Dessa maneira, o que percebemos na política de execução penal é a existência de uma contradição aparente entre a reclusão imposta na sanção prisional e a (re) inserção do preso para o convívio social.

A prisão é uma instituição social que funciona como um aparelho punitivo e hegemônico de poder que não cumpre a proposta funcional disseminada pela LEP de (re) integração do sujeito que cometeu um ato infracional.

Com isso, apesar das contradições existentes no âmbito do sistema prisional, é imprescindível que o preso seja caracterizado como um sujeito que se encontra, temporariamente, em situação de privação de liberdade e que detém acessibilidade e garantia aos direitos sociais como constam previstos no âmbito da legislação penal.

Nesse espaço do cárcere, há um processo constante de lembrança e reafirmação, por parte da instituição, que o sujeito que a compõe é um preso que está privado de sua liberdade por ter cometido um ato infracional, por esse motivo deve ser banido temporariamente da sociedade a fim de se “reeducar” e “ressocializar” para, posteriormente, retornar ao convívio social.

Necessário apontar, que algumas regras utilizadas dentro do ambiente prisional, como por exemplo, o preso cortar o cabelo, andar de cabeça baixa e com as mãos para trás, como forma de submissão e respeito, não são normas legais institucionalizadas. Essas práticas adquiridas a partir da memória- hábito se definiram como um comportamento padrão para o sujeito recluso durante o seu ingresso em uma unidade prisional (BERGSON, 2006).

Quanto à memória social da prisão, esta que detém de um caráter híbrido social, pode possibilitar a existência predominante da resignificação das emoções e sentimentos; e contradições no processo de produção entre lembrança e esquecimentos dos sujeitos que ali estão encarcerados.

Enfim, os mecanismos punitivos são estipulados e relacionados de acordo com o contexto histórico, social, político e econômico, porque são fatores dinâmicos, por consequência se encontram em constante movimentação que derivam a partir de uma lógica de estrutura organizacional.

No próximo tópico veremos como este processo punitivo e de relação de forças ocorre no sistema prisional tanto por parte da equipe dirigente quanto do efetivo carcerário e como a memória é atravessa nestes diversificados espaços por tais categorias.

Considerações Finais

O sistema prisional do Brasil é formado por instituições prisionais destinadas para o confinamento, ou melhor dizendo, enclausuramento de sujeitos que cometeram algum ato infracional sendo estas (unidades penitenciárias) caracterizadas pela ausência de políticas públicas voltadas ao tratamento penal e penitenciário visando a (re) inserção social destes, pois a maioria da população carcerária vive confinada em celas com superlotação sem nenhuma atividade laborativa e/ou educacional.

O Brasil é o 4º país que possui a maior quantidade de população carcerária do mundoiv totalizando mais de 600 mil pessoas distribuídas de acordo com o delito cometido, a natureza da prisão e o tipo de regime.

A configuração de um Estado Penal através do elevado número de criações de instituições prisionais ocorreu na década de 90 que é proveniente de uma intervenção mínima na área social por parte do Estado Neoliberalv com o intuito de redução desses gastos dando procedência a um quadro de instabilidade social, tendo em vista que os danos causados pela ausência de garantias sociais se concretizam na fragilidade das relações sociais, das quais se retira com naturalidade comportamentos passíveis de criminalização.

Com isso, relatamos que este modelo Neoliberal traduz- se a uma manobra para controlar e criminalizar a pobreza onde, atualmente, temos como exemplo a superlotação da população carcerária e aumento significativo das penas de reclusão.

Importante destacar que, a prisão, desde seu primórdio, tem princípios de seletividade sendo um espaço composto, majoritariamente, de sujeitos negros, jovens, pobres e com baixa escolaridadevi.

Ou seja, o sistema penal atual age de maneira específica fazendo seleção de atores sociais de condutas criminalizadas onde não se investiga e não se discute as causas estruturais de questões econômicas, político- ideológicas e sociais, e seus possíveis enfrentamentos, mas age nas consequências.

Embora a LEP seja considerada um “avanço” para a política de execução penal, esta se encontra desatualizada, visto que toda e qualquer legislação é decorrente do processo

de construções sociais e históricas, por esse motivo precisa ser reformulada, pois não se aplica em sua totalidade e em seus princípios como consta prescrito em suas próprias diretrizes.

No que tange a memória social da/na prisão, verificasse que há a contradição de sentidos e emoções, lembrança e esquecimento, porque existe o processo de mortificação do eu/ anulação da subjetividade a partir dos aspectos de dominação e repressão disseminados pela unidade prisional; mas, também pode se transformar em um dispositivo de resistência e luta por parte dos presos.

A memória social é derivada de um constante processo de construção dos sujeitos tanto na esfera individual e/ou coletiva a partir das suas relações e contextos sociais sendo atravessa pelo poder que é/está presente em qualquer tipo de relação podendo ser utilizada como mecanismo de dominação ou resistência. Com isso, conclui-se, que o campo da memória social é, predominantemente, composto de fenômenos contraditórios e dinâmicos.

Referências:

BRASIL, 1984. Lei de Execuções Penais. Lei nº 7210.

BERGSON, H. Memória e vida. In: A memória ou os graus coexistentes de duração. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DELEUZE, G. Post scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversões. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1974.

_____. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 33º ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 38º ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONDAR, J. Quatro preposições sobre a memória social. In: GONDAR, J; DODEBEL, V (orgs). O que é Memória Social?.Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HARDT, M e NEGRI, A. A dialética da soberania colonial. In: Império. São Paulo: Record, 2001.

INFOPEN, Relatórios Estatísticos Brasil- Junho/2014. Brasília, 2014.

LAZZARATO, M. Os conceitos de vida e do vivo nas sociedades de controle. In: As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

1 Um exemplo explícito na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAP/EB) é que no próprio segmento dos presos existe uma comissão de liderança (a nível intergrupar) que trata sobre assuntos e interesses carcerários com a equipe de direção da unidade prisional e com os demais presos. 2 Lei de Execuções Penais (LEP- lei nº 7210)- Foi criada em 11 de julho de 1984 sendo baseada no conceito de defesa social e assistência (educacional, social, saúde, jurídica, religiosa e material) ao sujeito condenado. 3 Informação obtida a partir dos dados de junho/2014 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). (Disponível em <http://www.justica.gov.br>) – Acesso em 07 de julho de 2015. 4 Informação obtida a partir dos dados de junho/2014 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). (Disponível em <http://www.justica.gov.br>) – Acesso em 07 de julho de 2015. 5 O Neoliberalismo surgido no final da década de 1980 no Brasil resume-se em uma hegemonia política e econômica de mercado onde reduz-se as ações do Estado para assuntos referentes as políticas sociais através da redução de gastos e máximo para assuntos referentes ao âmbito econômico de mercado consumidor visando a lucratividade tanto internamente quanto externamente; na flexibilização e desregulamentação das leis e dos processos de trabalho, combatendo com isso o possível “Estado de Bem- Estar Social” ocasionando em uma grande instabilidade e agravamento da desigualdade. 6 Informação obtida a partir dos dados de junho/2014 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). (Disponível em <http://www.justica.gov.br>) – Acesso em 07 de julho de 2015.

SYSTEM, MEMORY AD POWER RELATIONS

ABSTRACT:

The article has the proposal to study the social memory and the Brazilian penitentiary system, considering the prison as a social institution with bias predominantly conservative, disciplinary and punitive and the inserted memory in power relations as instrument of repression and / or resistance. The study supports their theoretical debate from Erving Goffman, Michel Foucault, Michael Pollak and the specific legislation of the implementation penalty, and the Brazil's National Prison Law.

KEYWORDS: Brazilian Prison System. Brazil's National Prison Law. Memory.

SYSTÈME PÉNITENTIAIRE, LA MÉMOIRE ET RELATIONS DES POUVOIR

RÉSUMÉ:

L' article a la proposition d'étudier la mémoire sociale et du système pénitentiaire brésilien, compte tenu de la prison comme une institution sociale avec biais essentiellement conservatrice, disciplinaire et punitif et la mémoire insérée dans les relations de pouvoir comme instrument de répression et/ ou de résistance. L'étude soutient leur débat théorique d' Erving Goffman , Michel Foucault , Michael Pollak et la législation spécifique de la peine de mise en œuvre , et la loi des exécutions criminelles.

MOTS-CLÉS: Système Pénitentiaire Brésilien. Droit de l'exécution des Peines. Souvenir.

Vivian Freitas de Mello e Lobélia da Silva Faceira

Recebido em: 02-06-2015

Aprovado em: 25-08-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

ISSN: 1679-9887

Psicanálise & Barroco em revista

Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura

Psicanálise & Barroco em revista
Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura.

Psicanálise & Barroco em revista é publicada pela linha de pesquisa Memória Subjetividade e Criação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Editores responsáveis

Editora-Chefe: Denise Maurano
Editor: Francisco Farias
Editora: Nilda Sirelli

Conselho Editorial

Angela Coutinho (UNIV. SANTA ÚRSULA/ RJ)
Betty Bernardo Fuks (PUC/RJ e CES/MG)
Carlos Eduardo Leal Vianna Soares (FAMATH)
Cristina Monteiro Barbosa (UFRJ)
Edson Luiz André de Souza (UFRGS)
Eliana Yunes (PUC/RJ)
Jean-Claude S. Soares (UFJF)
Júlio Cesar de Souza Tavares (UFF/RJ)
Luciano da Fonseca Elia (UERJ)
Luiz Eduardo Prado de Oliveira (UNIV. PARIS VII)
Marco Antônio Coutinho Jorge (UERJ)
Sérgio Paulo Rouanet (Academia Brasileira de Letras)
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ)
Sérgio Nazar David (UERJ)
Sônia Alberti (UERJ)

Pareceristas Ad-Hoc

Alinne Nogueira (UFJF)
Caciana Linhares (UNIFOR)
Cláudia Henschel (UFF)
Cristiana Monteiro Barbosa (UFRJ)
Daniela S. Chatelard (UNB)
Lucia Maria de Freitas Perez (UERJ)
Marília Etienne Arreguy (UFF)
Nadiá de Paulo Ferreira (UERJ)
Sandra Vilma Paes Barreto Edler (UFRJ/SPID)

Equipe técnica

Revisores de normas técnicas de publicação: Renata Figueiredo
Técnico de informática: P. Siggia

© *Copyright Psicanálise & Barroco em revista*

**Endereço para correspondência/Address for correspondence/Adresse
pourcorrespondance**

Psicanálise & Barroco em revista

Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 458 - Urca - CEP 22.290-240 - Rio de Janeiro - RJ.
Secretaria - (21) 2542-2820 :: Coordenação -(21) 2542-2708
e-mail: revista@psicanalisebarroco.pro.br

Psicanálise & Barroco em revista

Ano 13, Número 02: Edição Dezembro de 2015

Rio de Janeiro, RJ.

Psicanálise & Barroco em revista

(ISSN:1679-9887)

www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

Ano 13, Número 02: Edição Dezembro de 2015.

Sumário

Editorial08

Nilda Sirelli e Denise Maurano

Artigo

SISTEMA PRISIONAL, MEMÓRIA E RELAÇÃO DE PODER.....14

Vivian Freitas De Mello e Lobélia da Silva Faceira

O ESTRANHAMENTO NO SISTEMA CARCERÁRIO DA COLÔNIA CORRECCIONAL DO PORTO DAS PALMAS.....28

Ana Luiza Castro do Amaral e Lobélia da Silva Faceira

TRANSEXUALIDADE, CÁRCERE E DIREITOS: A IDENTIDADE DE GÊNERO EM QUESTÃO.....40

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

MULHER, TRÁFICO DE DROGAS E MEMÓRIA: ENTRE A SUBMISSÃO E A RESISTÊNCIA.....55

Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira

MULHERES IGUAÇUANAS: ENTRE O JURÍDICO E O SOCIAL.....	71
Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira	
SONS E AFETO: TRILHAS PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS NA CLÍNICA DA MUSICOTERAPIA.....	85
Adhara Pedrosa e Jô Gondar	
A ESCUTA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA POLÍTICA.....	102
Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano	
A MEDICALIZAÇÃO DO MAL-ESTAR: A ESCUTA PSICANALÍTICA COMO UM MODO DE RESISTÊNCIA.....	117
Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli	
O BELO DESEJO DA PSICANÁLISE.....	137
Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano Mello	
PEQUENAS MEMÓRIAS E O TRABALHO DO TRAUMA.....	165
Sônia Maia e Jô Gondar	
HOLLYWOOD E SUA METAMEMÓRIA CINEMATOGRÁFICA.....	181
Isabela Gonçalves Farias e Lobélia da Silva Faceira	
REMAKES CINEMATOGRÁFICOS: A VIOLÊNCIA EM UMA CULTURA DA CÓPIA NO SÉCULO XXI.....	194
Johanna Gondar Hildenbrand e Francisco Ramos Farias	
REMEMORAÇÃO PRODUTIVA OU CRIATIVA?: REFLEXÕES SOBRE AS INTERFACES ENTRE MEMÓRIA, CRIAÇÃO E ACELERAÇÃO TEMPORAL.....	208
Renée Louise Gisele da Silva Maia	

O DESENVOLVIMENTO ENTRE A INTUIÇÃO E A INTELIGÊNCIA:
UMA BREVE CAPTURA DO QUE HÁ DE POLÍTICO NO
PENSAMENTO DE BERGSON.....222

Pedro Augusto Boal Costa Gomes e Jô Gondar

Contents.....235

Sommaire.....238

Instruções aos autores.....241